

REVISTA **edUCA**

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CATÓLICA PAULISTA
V.2 N.5 Dezembro de 2019 **ISSN 2674-8460**



FACULDADE
CATÓLICA
PAULISTA | EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

R454 REVISTA EDUCA - Revista Multidisciplinar da Faculdade Católica Paulista [recurso eletrônico] / [Editora chefe] Ausra Marão – Vol. 2, n. 5 (dez. 2019) - Marília, SP: Editora Faculdade Católica Paulista, 2019

199 p.

Trimestral

Modo de acesso:

<<https://revista.uca.edu.br/index.php/EDUCA/issue/view/DEZEMBRO19/8>>

ISSN: 2674-8460 (on-line)

1. Pesquisa Científica. 2. Multidisciplinaridade. 3. Educação.

CDD: 001

Aline de Deus Ferreira- Bibliotecária CRB- 8/10195

Os Conceitos emitidos nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.

É proibida a reprodução total ou mesmo parcial desta obra sem prévia autorização dos autores.

SUMÁRIO

- 5 A VALORIZAÇÃO IMEDIATA DE AÇÕES APÓS A COMPRA DE UMA NOVA EMPRESA: UMA ANÁLISE EM AÇÕES DA B3**
Rafael Gutierrez Castanha, Lucas Alves de Pontes, Andreia de Fátima Costa Miranda e Regiane Souza Costa Luiz
- 20 A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO (COINFO) DO CONTADOR COMO SUBSÍDIO PARA A VANTAGEM COMPETITIVA NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS**
Heloísa Aparecida Morais Simões, Camila Araújo dos Santos, Walid Khalil e Vanessa Bissoli dos Santos
- 39 A ADULTEZ EMERGENTE SOB A PERSPECTIVA EXISTENCIALISTA DE JEAN-PAUL SARTRE**
Natalia de Oliveira Santos e Flávia Neves Ferreira
- 49 A VINCULAÇÃO DA PEDAGOGIA AO GÊNERO FEMININO: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA FALA DE UMA PROFESSORA**
Daniela Emilena Santiago, Fernanda Gonçalves Gomes, Flavia Danieli de Souza Barbosa e Vanessa Simões Ribeiro
- 58 IMPACTOS FAVORÁVEIS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**
Vanessa Liemy Outida, Walid Khalil, Karina Ogasawara Vieira e Marco Aurélio dos Santos
- 82 ANÁLISE FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL DO MANGÁ OYASUMI PUNPUN**
Kemilly Tebaldi Pereira e Flávia Neves Ferreira
- 95 GESTÃO EMPRESARIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA SOB A PERSPECTIVA DA CONTABILIDADE GERENCIAL**
João Vitor Freire Bezerra, Danielle Cristine da Silva Levorato, Camila Araújo dos Santos e Rafael Gutierrez Castanha
- 110 LIBERDADE, RESPONSABILIDADE E ANGÚSTIA EXISTENCIAL: UMA ANÁLISE DO FILME MATRIX**
Cesar H. Fenili S. e Flávia Neves Ferreira

- 121** **CONTABILIDADE GERENCIAL COMO INSUMO DE PERENIDADE PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPE): UM OLHAR SOB O FOCO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL**
Leonardo Graciano de Oliveira, Camila Araújo dos Santos, Rafael Gutierrez Castanha e Danielle Cristine da Silva Levorato
- 138** **A GESTÃO DA INFORMAÇÃO FISCAL COMO FERRAMENTA NA GESTÃO DE COMPRAS**
Amanda Yumi Tomikura e Alex Padoanni da Silva
- 156** **O PNLD (PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO) SERÁ QUE REALMENTE CONTEMPLA ALGUM FOCO NA PRODUÇÃO ORAL DA LÍNGUA INGLESA?**
Carla de Fátima Góes e Oliveira
- 167** **O BRINCAR E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Edna Guimarães Vieira
- 177** **MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO COM CRIANÇAS PEQUENAS**
Itamara Cavalcante Pereira Campos
- 187** **O LÚDICO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Teresa Marcia Rispoli Marigo Guanaes Fragata

EDITORIAL

“O conhecimento emerge apenas através da invenção e da reinvenção, através da inquietante, impaciente, contínua e esperançosa investigação que os seres humanos buscam no mundo, com o mundo e uns com os outros” (Paulo Freire).

É no limiar desse pensamento que expomos a tessitura de saberes oriundos da interdisciplinaridade das áreas do conhecimento Ciência da Informação, Ciências Contábeis, Psicologia e Pedagogia.

Os artigos apresentam um esforço conjunto e colaborativo de alunos e docentes comprometidos com o desenvolvimento científico, tecnológico e o bem-estar da sociedade.

Desejo que a leitura dos artigos seja uma boa descoberta e uma ótima oportunidade de construção de conhecimento para você!

Ótima leitura!

Dra. Camila Araújo dos Santos

CONSELHO EDITORIAL

Ausra Marão
Camila Araújo dos Santos
Lucas Pauli Simões
Ana Patrícia Aranha de Castro
Rodrigo Maia de Oliveira
Ricardo Zanni Mendes da Silveira
Caio Prestupa Malta Rolim

EDITORA CHEFE

Ausra Marão

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO DE TEXTOS

Camila Araújo dos Santos
Aline de Deus

PROGRAMAÇÃO VISUAL E PROJETO GRÁFICO

Ausra Marão

COPYRIGHT

Revista EDUCA - Revista Multidisciplinar da Faculdade Católica Paulista
ISSN 2674-8460
Faculdade Católica Paulista
(Dezembro, 2019) - Marília, SP

Publicação trimestral e multidisciplinar vinculada à Faculdade Católica Paulista.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.



A VALORIZAÇÃO IMEDIATA DE AÇÕES APÓS A COMPRA DE UMA NOVA EMPRESA: UMA ANÁLISE EM AÇÕES DA B3

IMMEDIATE VALUATION OF SHARES AFTER PURCHASE OF A NEW COMPANY: AN ANALYSIS OF B3

Rafael Gutierrez Castanha¹

Lucas Alves de Pontes²

Andreia de Fátima Costa Miranda³

Regiane Souza Costa Luiz⁴

RESUMO: A análise do mercado de ações brasileiro é alvo de diversos estudos e apresenta-se como um rico campo de aplicação de métodos. Assim sendo, vários são os fatores que podem influenciar no preço de uma determinada ação, como os eventos de fusão e aquisição, parte central desta pesquisa. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar a valorização, a curto prazo, antes e após a compra de ações negociadas na bolsa de valores Brasil, Bolsa Balcão (B3), de sete empresas que possuem ações na bolsa brasileira que compraram outras empresas. Para isso, foram recuperados dados diários juntos a própria B3 e foi calculado os valores médios das ações antes e após a compra. Este artigo analisa o valor das ações negociadas antes e após a compra de uma nova empresa pode fornecer subsídios para a melhor compreensão do perfil das empresas que negociam suas ações na B3, além de apontar caminhos que podem ser trilhados por investidores ou analistas de finanças. Como resultado é possível apontar que, a curto prazo, a compra de uma nova empresa influencia no valor médio de suas ações negociadas na B3 visto que, durante os três períodos propostos na análise, houve variação positiva (alta). Destacam-se as empresas Magazine Luiza, Natura, Arezzo e CPFL como as empresas que mais se valorizaram após a compra de uma nova empresa, apresentando consistência em suas variações (todas positivas) e crescente valor de suas ações nos três períodos analisados.

Palavras-Chave: Bolsa de valores. Fusão e aquisição. Mercado de ações. Mercado financeiro.

ABSTRACT: The analysis of the Brazilian stock market is subject of several studies and presents itself as a rich field of method application. Thus, there are several factors that can influence the price of a particular stock, such as merger and acquisition events, which are central to this research. In this sense, this research aims to analyze the valuation, short-term, before and after the purchase of shares traded on the Brazil stock exchange, Brazil, Bolsa, Balcão (B3) of seven companies that have shares on the Brazilian stock exchange that bought other companies. Daily data were retrieved together with B3 and the average values of the shares before and after the purchase were calculated. This paper analyzes the value of shares traded before and after buying a new company and provide insights into a better understanding of the profile of companies that trade their shares in B3, pointing out ways that investors or finance analysts can follow. It is possible to indicate that, in the short term, the purchase of a new company influences the average value of its shares traded in B3, since during the three periods

¹ Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP-Marília-SP. Orientador da pesquisa desenvolvida e vinculada à UCA. E-mail: r.castanha@gmail.com

² Graduando em Ciência Contábeis pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: lapontes12@outlook.com.br

³ Graduanda em Administração pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: andrea_fcm@yahoo.com.br

⁴ Graduanda em Administração pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: regianesouzacostas2@gmail.com

proposed in the analysis, there was a positive (high) variation. We highlight Magazine Luiza, Natura, Arezzo and CPFL as the companies that most appreciated after the purchase of a new company, presenting consistency in their variations (all positive) and increasing value of their shares in the three epochs analyzed.

Keywords: Stock exchange. Merger and acquisitions. Stock market. Financial market.

1 INTRODUÇÃO

A bolsa de valores enquanto ambiente de negociação de ações é alvo de diversos estudos desde os pioneiros Alves (1976), Richers (1981), Proclanoy e Mota (1992) e Chesney e Eid Junior (1996) aos mais recentes como Borges e Martelanc (2019), Prates, Costa Junior e Santos (2019).

As bolsas de valores atuam como negociadoras de valores mobiliários, e através de plataformas eletrônicas negociam compra e venda de títulos. Para que haja legalidade e transparência nas negociações, as bolsas devem organizar o ambiente, para que seja calmo, transparente e com liquidez, fazendo com que haja segurança na hora em que as empresas negociem entre si (BICHARA; CAMARGOS, 2011).

No Brasil, o mercado de ações ganha atenção especial por parte de investidores e empresas, haja visto que o mesmo se apresenta como uma oportunidade para investidores externos e internos que buscam diversificar seus portfólios de investimento. Logo depois que o plano real foi implementado a economia teve um grande desenvolvimento, o que fez com que o mercado de ações apresentasse crescimento expressivo tanto em termos de negócios quanto na eficiência alocativa (NUNES; COSTA JR; MEURER, 2005).

Dessa maneira, o mercado de ações tem um papel muito importante para o desenvolvimento de uma nação ao realizar essa intermediação entre investidores, fazendo com que um lado possa usufruir dos investimentos em uma determinada empresa e, o outro lado possa usufruir de recursos que proporcionam melhorias nas atividades econômicas e no cotidiano da empresa. Na prática funciona assim: a princípio, deve haver um intermediador (no caso as instituições financeiras, sendo bancárias ou não). Depois, o mercado financeiro disponibiliza os recursos dos investidores para as empresas que hoje não são capazes de investir seu capital em melhorias e desenvolvimento da empresa. Em troca, os investidores exigem taxas de corretagens, além de uma remuneração do capital, na forma de juros ou dividendos, para que se tenha uma garantia de que o valor investido possa ser recuperado futuramente (BICHARA; CAMARGOS, 2011).

Especificamente no Brasil, existe a bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3) onde empresas de capital aberto negociam suas ações. Ainda segundo Bichara e Camargos (2011), a economia brasileira já chegou a contar com nove bolsas de valores que atuavam nas suas diversas regiões.

Entretanto, no início dos anos 2000 essas bolsas foram integradas, passando a Bovespa (que se tornaria B3) ser o centro de referência de negociações do país.

A B3 é considerada uma das maiores empresas de mercado financeiro do mundo, onde são negociadas ações de diversas empresas de capital aberto, seja em ambiente de bolsa ou de balcão. A B3 tem como índices IBrX-50, IBrX, Itag, Ibovespa entre outros. Destaca-se por reunir no mesmo ambiente tradição e inovação, mostrando-se relevante no setor de bolsas de valores. As atividades incluem criação e administração de sistemas de negociação, compensação, liquidação, depósito e registro em todas as classes de ativos, desde ações e títulos de renda fixa corporativa até derivados de moedas, operações estruturadas e taxas de juros e de commodities. Para que haja maior segurança e agilidade na hora de fechar negócio, a B3 fornece produtos e serviços que suportam todo processo de análise e aprovação de crédito em todo território brasileiro (BOLSA, BRASIL, BALCÃO, 2019).

Segundo Brito, Batistella e Famá (2005), a teoria de finanças aponta que o objetivo fundamental da empresa é a maximização da riqueza dos seus acionistas. Nesse sentido, para que haja uma maximização dos lucros, é levada em consideração a liquidez positiva dos valores presentes de uma determinada decisão financeira. Quando há uma fusão de empresas ou quando uma empresa adquire outra é mais difícil prever se haverá lucros, levando em consideração os questionamentos que são feitos, principalmente se as empresas envolvidas na negociação irão favorecer os acionistas. Uma das maneiras de avaliar os resultados gerados pelas fusões e aquisições (F&A) é a resposta dada pelo mercado acionário quando se divulga a transação. Como a informação é a principal fonte de confiança para empresários que querem investir em uma empresa, quando há um anúncio de fusão ou aquisição, os valores da empresa são reavaliados, por conta das alterações de fluxo de caixa das empresas e os riscos que a fusão ou aquisição pode ter (BRITO; BATISTELLA; FAMÁ, 2005).

Assim sendo, os processos de F&A visam acessar novos mercados para poder ampliar seus lucros e áreas de atuação, tecnologias para melhorar o setor operacional, possibilitando que se tenha um maior poder econômico, maior competição, melhor eficiência administrativa e operacional, diminuindo o risco operacional e financeiro e promovendo a proteção de mercado contra a entrada de concorrentes estrangeiros que podem acabar superando aquela empresa por apresentar maior poder econômico. Em alguns casos, algumas empresas querem apenas sobreviver e se manter no mercado (CAMARGOS; BARBOSA, 2005).

Na fusão ocorre sinergia (ou um acordo entre ambos) em que os profissionais contratados tem uma estrutura para melhorar a gestão e a negociação entre os fornecedores, por meio de um amplo portfólio de serviços que são ofertados. A rede acelera a consolidação e melhora a motivação e o interesse dos associados na cooperação (SOARES; WEGNER; DOLCI, 2016).

Desse modo, o problema central desta pesquisa é: a curto prazo, o quanto a compra de uma nova empresa influencia no valor médio de suas ações negociadas na B3?

Analisar o valor das ações negociadas antes e após a compra de uma nova empresa pode fornecer subsídios para a melhor compreensão do perfil das empresas que negociam suas ações na B3, além de apontar caminhos que podem ser trilhados por investidores ou analistas de finanças. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a valorização, a curto prazo, antes e após a compra de ações negociadas na B3 de sete empresas que possuem suas ações negociadas na bolsa brasileira que compraram outras empresas.

Cruz e Neto (2018) apontam a existência de sensibilidade no mercado de ações quando há uma variação na economia, seja no âmbito micro ou macro. E mais, as empresas devem captar mais recursos para ter um maior poder de investimentos, para que ela possa ampliar seu potencial industrial, levando em consideração a realidade econômica atual, onde há incertezas em relação a economia.

Segundo os autores, as empresas conseguem encontrar alternativas para ter um retorno interessante associado a custos mais baixos, pois é um fator para se competir com empresas internacionais de grande porte, levando em consideração que essas empresas estrangeiras já possuem uma certa vantagem por deterem maior poder de investimento, principalmente no âmbito tecnológico. Conseqüentemente, o mercado financeiro começa a visar mais as empresas que investem pouco capital e obtém um ganho consideravelmente bom. Além disso, o investimento em mercado de ações é o que aproxima investidores aos interesses da empresa, uma vez que a partir do momento em que um investidor se torna sócio da empresa passa ter como objetivo o lucro que ela pode gerar (CRUZ; NETO, 2018).

2 DESENVOLVIMENTO

A fim de observar a valorização de ações após a compra de uma nova empresa, torna-se necessária a discussão a respeito dos movimentos de fusão e aquisição. Assim sendo, esta pesquisa desenvolve-se a partir da fundamentação teórica da temática citada, seguido dos procedimentos metodológicos e da análise de resultados.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Processos de fusão e aquisição de empresas são eventos de grande importância no mundo econômico, por envolver grandes mudanças na formação de novas empresas. Essas operações tem crescido no Brasil devido ao desenvolvimento econômico do país, e também por conta da concorrência com as grandes empresas estrangeiras. Tendo em vista a notoriedade dos processos de F&A como eventos corporativos de grande magnitude, torna-se pertinente o desenvolvimento de análises e estudos

voltados para a observação de mudanças na volatilidade durante estes eventos (operações) e seus impactos no valor de ações negociadas pela empresa (LEITAO; GALLI, 2014).

Sob o ponto de vista legal, a F&A precisa estar de acordo com a legislação antitruste. Ou seja, se a fusão ou aquisição de uma nova empresa causar qualquer prejuízo a concorrência, essa fusão ou aquisição estará proibida por lei. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é o órgão que controla esses tipos de movimentações financeiras, acompanhado de duas secretarias: Secretaria de Direito Econômico (SDE) e Secretaria De Acompanhamento Econômico (SEAE) que juntas são vinculadas ao Ministério da Justiça e ao Ministério da Economia. A junção desses órgãos forma o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) (CAMARGOS; BARBOSA, 2005).

Além disso, vários são os fatores que motivam duas ou mais empresas a se fundirem, como por exemplo economia de escala, a ausência de oportunidades de crescimento no mercado interno, a entrada de novos mercados, principalmente na entrada de empresas estrangeiras, prejuízos fiscais, aumento do endividamento, entre outros (BRITO; BATISTELLA; FAMÁ, 2005).

De maneira geral, é possível apontar que situações de fusão se caracterizam pela junção de duas empresas ou mais organizações resultando em uma nova organização, e já nos casos de aquisição, uma empresa ou organização assume controle sobre outra (NASCIMENTO, 2005). O autor discute ainda que, é possível observar diversas mudanças no contexto organizacional das empresas ou organizações envolvidas em processos de fusão e aquisição, a saber: o desligamento e contratação de empregados; a reestruturação de departamentos, que podem ser estar interligadas a substituição de gestores; a troca de sistemas informacionais utilizados para o gerenciamento de atividades. Além das mudanças elencadas, é possível observar ainda a alteração da hierarquia de valores compartilhados na organização e da missão das empresas (organizações envolvidas). Assim, em certos casos, características valorizadas antes dos processos de F&A, deixam de ter o mesmo valor após a implementação destas mudanças.

Quadro 1 – Classificação dos processos de Fusão

Classificação	Descrição
Horizontal	União entre firmas atuantes no mesmo ramo de atividade, geralmente concorrentes.
Vertical	Quando resulta na união entre firmas que fazem parte da mesma cadeia produtiva, podendo ser para cima (montante), em direção aos fornecedores; ou para baixo (jusante) em direção aos distribuidores.
Conglomerado (diversificação)	Quando envolve firmas em ramos de atividades não relacionados, cujo o principal objetivo é a diversificação de investimentos, visando reduzir riscos e aproveitar oportunidades de investimento.

Fonte: Adaptado de Ross, Westerfi eld e Jaff (2002) e Weston e Brigham (2000) *apud* Bichara e Camargos (2011)

Assim sendo, os processos de F&A podem ser devidamente classificados. Nesse contexto, estes eventos podem ser classificados, de acordo com o Quadro 1 (processos de fusão classificados em horizontal, vertical e conglomerado) e Quadro 2 (processos de aquisição classificados em fusão ou consolidação).

Apresentados os processos, fica claro que processos de fusão envolvem a junção de duas ou mais firmas com intuito de uma maior consolidação e ampliação de mercado. Já com relação aos processos de aquisição é possível classifica-las em aquisição de ações e aquisição de ativos, como apresenta o Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação dos processos de Aquisição

Classificação	Descrição
Aquisição de Ações	Quando uma empresa compra as ações, com direito a voto, de outra empresa
Aquisição de Ativos	Quando a empresa compra todos os ativos de outra empresa

Fonte: Adaptado de Santos e Calegario (2018)

Outrossim, fatores como o crescimento do PIB, a taxa de juros, as políticas monetárias entre outros aspectos macroeconômicos podem gerar um aumento do funcionamento da F&A justificados pelas mudanças relevantes que podem afetar o cenário econômico (SANTOS; CALEGARIO, 2018).

Dessa forma, para compreender os processos de F&A e seus impactos na valorização (ou desvalorização) do preço das ações antes e depois da compra de uma nova empresa é proposto o cálculo do preço médio nestes dois momentos, além, da cotação do dia em que foi noticiado esta compra.

3 METODOLOGIA

A fim analisar a valorização do preço médio de ações a curto prazo de empresas que possuem suas ações negociadas na B3 e que adquiriram uma nova empresa, foram selecionadas sete empresas que realizaram compras de outras empresas de grande renome. São apresentadas no Quadro 3 as sete empresas analisadas juntamente com sua classificação¹ segundo a bolsa de valores B3.

Expostas as empresas a serem analisadas tal como suas classificações referentes a setor, subsetor e segmento, apresenta-se as compras realizadas de cada uma delas, tal como a data da compra. A data da compra é referente ao dia em que a compra foi noticiada por portais eletrônicos de notícias. O fato de admitir a data da compra da empresa como o dia a ser noticiado é justificável pelo fato de as negociações possuírem grande sigilo e por diversas vezes não emitirem imediatamente notas públicas com informações a respeito de processos de F&A. Contudo, para que haja alinhamento metodológico,

¹ Classificação descrita em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm

optou-se pelas notícias fornecidas pelo portal de notícias econômicas, políticas e tecnológicas EXAME, do grupo Abril.

Quadro 3 – Empresas selecionadas para análise da valorização do preço de ações

NOME	NOME DE PREGÃO	SETOR	SUBSETOR	SEGMENTOS
MAGAZINE LUIZA S.A	MAGAZ LUIZA	Consumo Cíclico	Varejo	Comércio / Eletrodomésticos
NATURA	NATURA	Consumo não Cíclico	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	Produtos de Uso Pessoal
AMBEV S.A.	AMBEV S/A	Consumo não Cíclico	Bebidas	Cervejas e Refrigerantes
JOHNSON & JOHNSON	JOHNSON	Saúde	Medicamentos e Outros Produtos	Medicamentos e Outros Produtos
AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A	AREZZO CO	Consumo Cíclico	Comércio	Tecidos. Vestuário e Calçados
KROTON EDUCACIONAL S.A	COGNA ON	Consumo Cíclico	Diversos	Serviços Educacionais
CPFL ENERGIA S.A	CPFL ENERGIA	Utilidade Pública	Energia Elétrica	Energia Elétrica

Fonte: Elaboração dos autores com base nas empresas listadas na plataforma digital da B3 (2019)

Quadro 4 – Empresas Compradoras, compradas e data da compra noticiada

EMPRESA COMPRADORA	EMPRESA COMPRADA	DATA
MAGAZINE LUIZA S.A	Centauro	14/06/2019 ¹
NATURA	Avon	22/05/2019 ²
AMBEV S.A.	Do Bem	25/04/2016 ³
JOHNSON & JOHNSON	NeoStrata	28/04/2016 ⁴
AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A	VF do Brasil LTDA (Vans)	24/10/2019 ⁵
KROTON EDUCACIONAL S.A	Estácio	05/08/2016 ⁶
CPFL ENERGIA S.A	AES Sul	16/06/2016 ⁷

Fonte: Elaborado pelos autores

¹ Noticiado em: <https://exame.abril.com.br/negocios/centauro-ou-magalu-assembleia-define-futuro-da-netshoes/>

² Noticiado em: <https://exame.abril.com.br/negocios/natura-compra-operacao-da-avon-e-sera-a-quarta-maior-do-mundo/>

³ Noticiado em: <https://exame.abril.com.br/negocios/ambe-avuncia-compra-de-fabricante-do-suco-do-bem/>

⁴ Noticiado em: <https://exame.abril.com.br/negocios/johnson-johnson-compra-lider-global-em-dermocosmeticos/>

⁵ Noticiado em: <https://exame.abril.com.br/negocios/cade-aprova-aquisicao-e-arezzo-vai-operar-lojas-da-vans-no-brasil/>

⁶ Noticiado em: <https://exame.abril.com.br/negocios/com-compra-da-estacio-kroton-se-torna-inalcancavel/>

⁷ Noticiado em: <https://exame.abril.com.br/negocios/cpfl-energia-assina-compra-da-aes-sul-por-valor-total-de-r-1-698-bilhao/>

Nesse contexto, o Quadro 4 apresenta as sete empresas selecionadas, a empresa adquirida e a data em que a compra foi anunciada pelo portal em questão.

Apresentadas as empresas compradas pelas sete empresas analisadas, foram recuperados, via porta eletrônico da B3, os valores diários (fechamento) das ações no seguinte período: um mês (trinta dias) antes da compra ser noticiada, no dia em que a compra foi noticiada, e, um mês (trinta dias) após a compra ser noticiada.

Recuperado tais dados, será calculado o valor médio de fechamento diário das ações um mês antes e um mês após a compra ser noticiada, explicitando qual o impacto, em termos percentuais e absolutos da compra da nova empresa sobre o valor das ações negociadas na B3, visto que, como apresentado anteriormente por Brito, Batistella e Famá (2005), “Uma das maneiras de avaliar os resultados gerados pelas fusões e aquisições (F&A) é a resposta dada pelo mercado acionário quando se divulga a transação”.

Assim, o valor médio que antecede a compra, o valor do dia em que a compra foi noticiada, e, o valor médio subsequente a compra poderá apontar se há valorização, desvalorização ou constância no valor das ações da empresa comprado. Deve-se ressaltar que, a não valorização ou constância das ações pode estar atrelada a fatores externos às negociações que ocorreram na bolsa e que esta metodologia, em específico, pode não captar.

4 RESULTADOS

Com intuito de analisar o impacto das compras das empresas pelas sete empresas compradoras em seus respectivos mercado de ações, apresenta-se a primeiramente o Quadro 5 com os valores médios trinta dias antes da notícia da compra, o valor cotado no dia em que a notícia é divulgada, e, o valor médio trinta dias após a notícia da compra, gerando assim, uma análise de valores acionários pré e pós compra de uma nova empresa.

Entretanto, é sabido que o mercado de ações e as bolsas de valores utilizam fortemente a ideia de variação percentual com relação aos seus valores de fechamentos diários, as famosas altas e baixas percentuais de ações. Dessa maneira, após a apresentação dos valores médios, discute-se a variação percentual que estes valores apresentam, fornecendo então, de maneira relativizada, o impacto que estas compras geraram sobre o mercado de ações das sete empresas analisadas.

Ressalta-se que, a pesquisa foi realizada em 19 de Novembro de 2019, sendo assim, a empresa Arezzo Industria e Comercio S.A., não possuía 30 dias de valores negociados após data da notícia.

Apresentados os valores médios das ações do período pré e pós notícia da compra das novas empresas, além do valor cotado (fechamento) no dia em que foi noticiada a compra pelo portal de

notícias descritos, é possível observar variações em termos absolutos dos valores negociados. Entretanto, esta variação é pouco explicativa, visto que os ganhos mais significativos para acionários são relativizados, isto é, o quanto as ações tiveram altas (variações percentuais positivas) ou baixas (variações percentuais negativas), pois impactará diretamente no valor investido.

Quadro 5 – Valores médios pré e pós compra, e, cotação do dia da divulgação da notícia da compra

EMPRESA COMPRADORA	Período anterior a notícia	Dia da notícia	Período posterior a notícia
MAGAZINE LUIZA S.A. ¹	R\$ 23,53	R\$ 26,45	R\$ 28,56
NATURA	R\$ 24,68	R\$ 30,75	R\$ 28,93
AMBEV S.A.	R\$ 17,14	R\$17,51	R\$ 17,45
JOHNSON & JOHNSON	R\$ 393,31	R\$ 392,22	R\$ 399,11
AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A	R\$ 52,47	R\$ 56,80	R\$ 59,60
KROTON EDUCACIONAL S.A	R\$ 11,84	R\$ 12,94	R\$ 11,02
CPFL ENERGIA S.A	R\$ 19,11	R\$ 20,05	R\$ 21,71

Fonte: Elaborado pelos autores

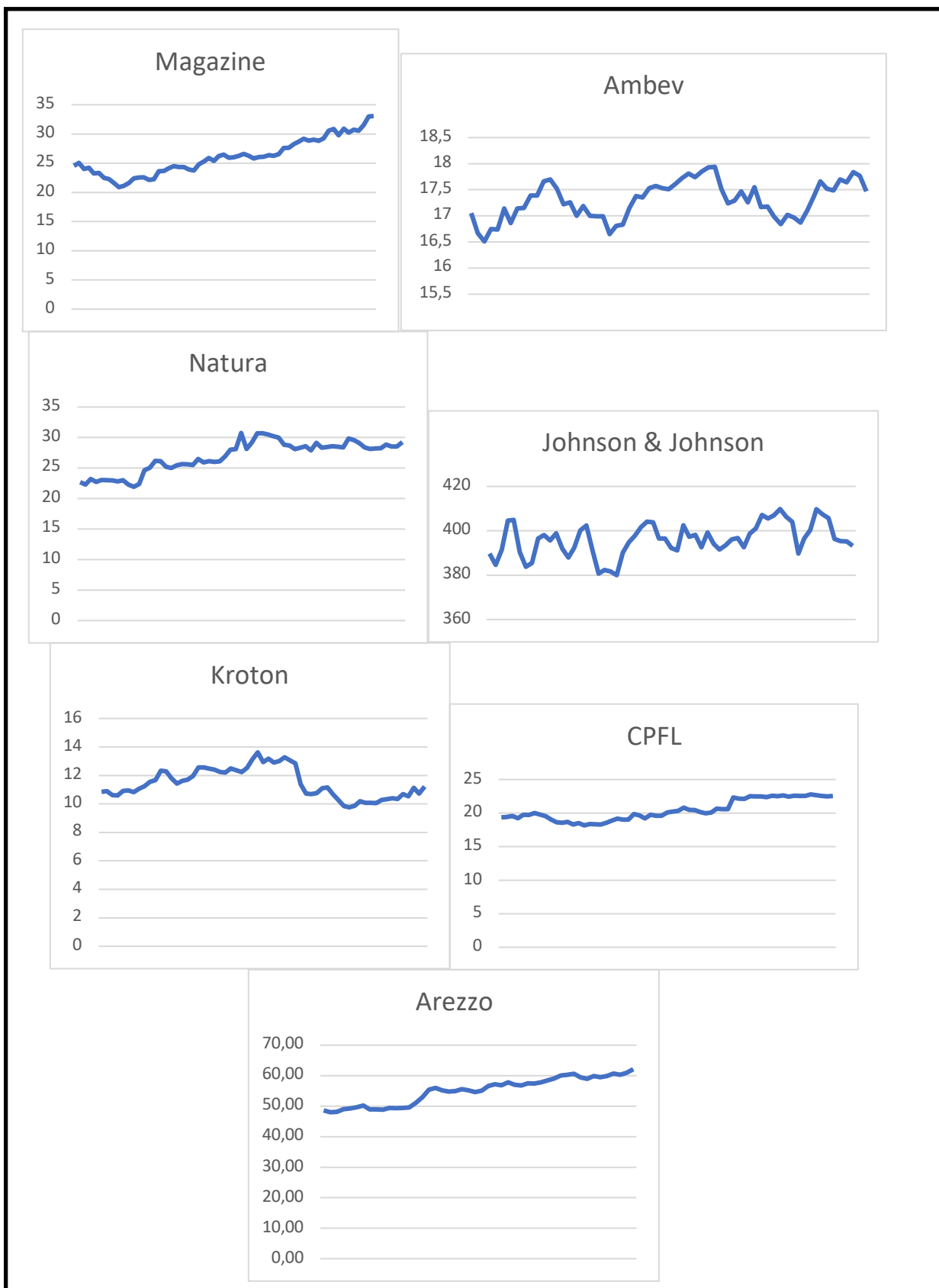
Assim, sendo para melhor compreensão do cenário em questão, analisou-se, segundo a evolução histórica dos 61 dias analisados (30 dias antes da notícia e 30 dias depois). Para isso, foi gerado o gráfico das sete empresas analisadas a fim de proporcionar a visualização sazonal de todo período como apresenta a Figura 1.

A análise gráfica, comumente utilizada no mercado acionário, seja no âmbito acadêmico ou profissional, proporciona uma visão global da situação e tem a capacidade de captar nuances diárias que valores médios absolutos não se mostram tão eficazes.

Apresentada a Figura 1, composta pelo gráfico da evolução histórica dos valores diários das ações negociadas pelas sete empresas, é possível notar as diversas variações ao longo dos 61 dias analisados. A priori destacam-se as empresas Magazine Luiza, Natura, CPF e Arezzo pelo gráfico evolução positiva. Em contraponto, as empresas Ambev, Johnson & Johnson e Kroton, apresentam-se com alta variabilidade.

¹ A empresa Magazine Luiza desdobrou suas ações na proporção de 1 para 8, logo, estudos anteriores podem conter valores absolutos 8 vezes maiores que os aqui apresentados. Entretanto, a variação relativa permanece pelo fato do desdobramento ser proporcional.

Figura 1 – Evolução temporal no período pré e pós compra da nova empresa pelas empresas compradoras



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesse sentido, a fim de observar especificamente período a período, foi calculada a variação percentual entre os três períodos analisados apresentados no Quadro 6 e organizados da seguinte maneira: i) variação entre o valor médio das ações trinta dias antes da compra ser noticiada e o valor de fechamento do dia da notícia; ii) variação entre o valor de fechamento do dia da notícia da compra e o valor médio trinta dias após a compra; iii) variação entre o valor médio trinta dias antes da compra ser noticiada e valor médio trinta dias após a compra ser noticiada.

Quadro 6 – Variação Percentual entre períodos analisados das sete empresas compradoras

EMPRESA COMPRADORA	Período anterior à compra e dia da notícia	Dia da notícia e período posterior	Período anterior e posterior à compra	Valorização Média entre períodos
MAGAZINE LUIZA S.A	12,39 %	7,97 %	21,35 %	13,90 %
NATURA	24,57 %	-5,92 %	17,20 %	11,95 %
AMBEV S.A.	2,17 %	-0,34 %	1,83 %	1,22 %
JOHNSON & JOHNSON	-0,28 %	1,76 %	1,48 %	0,99 %
AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A	8,26 %	4,92 %	13,59 %	8,92 %
KROTON EDUCACIONAL S.A	9,32 %	-14,86 %	6,92 %	-4,15 %
CPFL ENERGIA S.A	4,93 %	8,30 %	13,64 %	8,95 %
Média	8,77%	0,26%	8,88%	-

Fonte: Elaborado pelos autores (grifo nosso)

Dados as variações percentuais entre os períodos analisados, é possível constatar que, das 21 variações analisadas, apenas quatro correspondem a variação negativas (sendo três delas no segundo período analisado), ou seja, 19,04% das variações analisadas representam depreciação do preço das ações e 80,96% das variações representam valorização dos preços médios. Nota-se que, com relação a variação do período anterior para o dia da compra, apenas a empresa Johnson & Johnson variou seus preços de ação negativamente quando comparado o preço médio dos trinta dias anteriores à notícia da compra da empresa NeoStrata. Vale ressaltar que a empresa Johnson & Johnson é a empresa com o maior valor de ações em termos absolutos.

Observa-se também que, com relação as variações médias das sete empresas analisadas, todas estas foram positivas com valores nos três períodos respectivamente a 8,77%, 0,26% e 8,88%. Assim,

constata-se que as maiores variações, de acordo com este cenário analisado, ocorreram no primeiro e terceiro período descrito no Quadro 6.

Dessa forma, é possível constatar um impacto positivo, em termos de valorização das ações negociadas, do anúncio da compra da nova empresa, visto que, de todas as empresas, apenas a empresa Johnson & Johnson não teve valorização de suas ações, como supracitado. Assim, ao analisar o primeiro período de variação calculado, aponta-se apenas esta empresa com desvalorização e, em contrapartida, a empresa Natura, foi a mais valorizada (+24,57%) quando comparado o valor médio de suas ações anteriormente a compra com o dia da notícia da compra. Nesse contexto, esta empresa foi a que mais se beneficiou com a compra de uma nova empresa (Avon). Entretanto, a empresa Natura, apresenta queda de valores negociados quando observado o segundo período (entre o dia da notícia e 30 dias após a compra).

Com relação ao segundo período analisado (valor cotado no dia da compra comparado ao valor médio trinta dias após a compra) destaca-se, de maneira global, a menor valorização média (+0,26%). Nota-se que as empresas Natura, Ambev e Kroton, sofreram desvalorizações médias respectivamente de -5,92%, -0,34 e -14,86%, tal fato suscita que a divulgação da notícia da compra das novas empresas, a curto prazo, foi prejudicial aos valores das ações negociadas na B3 por estas empresas. Além disso, Ambev e Kroton apresentaram sazonalidade sinuosa se observado seus respectivos gráficos (Figura 1).

Ao observar o terceiro período (variação entre a cotação média dos trinta dias anteriores a compra e a média dos valores trinta dias após a compra), é possível afirmar que é o maior período de valorização média percentual (8,88%). Desta forma, o impacto do a curto prazo é notório e aponta que todas as sete empresas tiveram valorização percentual positiva, ou seja, alta nos valores médios após a compra de uma nova empresa quando comparado o período anterior e posterior da compra.

Em consequente, sugere-se que a compra de uma nova empresa gera aumento dos valores médios das ações negociadas, apontando que, a curto prazo, ocorre uma valorização imediata dos valores das ações. Mesmo que algumas empresas apresentem maiores variações ao longo dos 61 dias analisados, os valores médios das ações após a compra foram capazes de superar os valores anteriores a compra.

Ademais, é possível corroborar a análise gráfica apresentada anteriormente com os valores das variações calculadas, visto que, as empresas Magazine Luiza, Natura, CPFL e Arezzo foram as empresas que tiveram uma maior valorização média entre os períodos analisados com respectivos aumentos de 13,90%, 11,95%, 8,95% e 8,92%. Ressalta-se que apenas Magazine Luiza, Arezzo e CPFL foram as únicas a não apresentarem variações negativas em nenhum dos períodos.

Sob uma ótica abrangente das sete empresas analisadas, nota-se que as empresas que tiveram maiores valorizações percentuais foram, respectivamente Magazine Luiza (+13,90%), Natura (+11,95%), CPFL (+8,95%) e Arezzo (+8,92%). Como adendo, é necessário ressaltar que, devido ao dia de realização da pesquisa, a empresa Arezzo não possui trinta dias de valores de ações analisadas após a compra da empresa (VF do Brasil - Vans) e assim, pode ter este valor alterado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou uma análise, em sua essência quantitativa, dos valores das ações de sete empresas que compraram novas empresas expandindo suas respectivas atuações de mercado. Foi analisado, por meio de dados disponíveis na B3, a valorização média das respectivas ações referente ao período anterior a posterior a compra da nova empresa.

Assim, ao recuperar o problema central desta pesquisa, é possível apontar que, a curto prazo, a compra de uma nova empresa influencia no valor médio de suas ações negociadas na B3 visto que, durante os três períodos propostos na análise, houve variação positiva (alta).

Foi possível destacar as empresas Magazine Luiza, Natura, Arezzo e CPFL como as empresas que mais se valorizaram após a compra de uma nova empresa, apresentando consistência em suas variações (todas positivas) e crescente valor de suas ações nos três períodos analisados.

Nesse contexto, a pesquisa atinge seu objetivo de analisar, por meio das variações absolutas e percentuais, o comportamento (imediato) dos valores das ações das sete empresas durante o processo de compra de novas empresas. Sabendo que o mercado acionário é sensível a diversos eventos e situações, a pesquisa apresenta como maior dificuldade quantificar e atribuir influência direta da compra na valorização, mesmo admitindo a cotação do dia de compra como item fundamental.

Como trabalhos futuros, sugere-se a aplicação de outros métodos que corroborem ou refutem esta ideia, entretanto, ressalte-se que o objetivo desta análise é a valorização imediata das ações, aqui representada pela cotação de 61 dias. Tal valorização e comportamento do mercado acionário pode servir como diretrizes para outros trabalhos acadêmicos além de possível utilidade mercadológica profissional.

Enquanto métodos futuros, análises relacionadas a comparação de conjunto de dados como correlação linear, regressão e análise de variância (ANOVA), podem explicitar dados que esta análise não foi capaz de observar.

Por fim, esta pesquisa contribui de forma direta para o conjunto de trabalhos acadêmicos que utilizam bolsas de valores como instrumento e/ou objeto de pesquisa, visto que, observada a quantidade e riqueza de dados, a mesma torna-se terreno fértil para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denisard C. Uma comparação entre análise de variância e análise de regressão aplicadas ao mercado de ações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 16, n. 2, p. 58-63, 1976.

BICHARA, Kelma Rodrigues; CAMARGOS, Marcos Antônio. Desmutualização, abertura de capital e fusão da Bovespa e BM&F: uma Análise das suas vantagens, desvantagens e consequências. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 2, n. 2, 2011.

BORGES, Elaine Cristina. **O impacto do investidor institucional no preço das ações**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.

BRITO, Giovani Antonio Silva; BATISTELLA, Flávio Donizete; FAMÁ, Rubens. Fusões e aquisições no setor bancário: avaliação empírica do efeito sobre o valor das ações. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 40, n. 4, p. 353-360, 2005.

CAMARGOS, Marcos Antônio; BARBOSA, Francisco Vidal. Da fusão Antártica/Brahma à fusão com a Interbrew: uma análise da trajetória econômico-financeira e estratégica da AmBev. **REGE Revista de Gestão**, v. 12, n. 3, p. 47-63, 2005.

CHESNEY, Marc; EID JÚNIOR, William. Options listing and the volatility of the underling asset: a study on the derivative market function. **Revista de Administração de Empresas**, v. 36, n. 1, p. 28-32, 1996.

CRUZ, Marcela Mendonça; DE OLIVEIRA NETO, Odilon José. Eficiência dos principais padrões baixistas de candlesticks no mercado de ações brasileiro. **RAGC**, v. 6, n. 26, 2019.

LEITAO, Carla Renata Silva; GALLI, Oscar Claudino. Volatilidade em fusões e aquisições: um estudo no mercado brasileiro. **Revista Organizações em Contexto**, v. 10, n. 20, p. 267-296, 2014.

NASCIMENTO, Ladislau Ribeiro do. **Análise da dinâmica de identidades em processos de fusão e aquisição empresarial**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NUNES, Maurício S.; DA COSTA JR, Newton CA; MEURER, Roberto. A relação entre o mercado de ações e as variáveis macroeconômicas: uma análise econométrica para o Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 4, p. 585-607, 2005.

PRATES, Wladimir Ribeiro; COSTA JR., Newton C. A.; SANTOS, André A. P. Efeito disposição: propensão à venda de investidores individuais e institucionais. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 1, p. 97-119, 2019.

RICHERS, Raimar. Estratégia, estrutura e ambiente. **Revista de administração de empresas**, v. 21, n. 4, p. 21-32, 1981.

SANTOS, Thaís Alves; CALEGARIO, Cristina Lelis Leal; CARVALHO, Francisval. Fusões e aquisições na Indústria Manufatureira: uma análise econométrica das companhias de capital aberto. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, n. 51, p. 102-119, 2018.

SOARES, Wesley Braga; WEGNER, Douglas; DOLCI, Pietro Cunha. Fusão como Estratégia de Crescimento de Redes de Cooperação Empresarial: um estudo de caso em uma rede de farmácias. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 15, n. 1, p. 83-96, 2016.

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO (CoInfo) DO CONTADOR COMO SUBSÍDIO PARA A VANTAGEM COMPETITIVA NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS

THE INFORMATION LITERACY OF THE ACCOUNTANT AS A SUBSIDY FOR THE COMPETITIVE ADVANTAGE IN ACCOUNTING ORGANIZATIONS

Heloísa Aparecida Morais Simões¹

Camila Araújo dos Santos²

Walid Khalil³

Vanessa Bissoli dos Santos⁴

RESUMO: O artigo apresenta um perfil desejável de competência em informação que o contador deve possuir para gerar vantagem competitiva nas organizações. Dissertou-se sobre a importância das organizações mapearem, desenvolverem e aprimorarem essa competência para que os contadores promovam estratégias competitivas que norteiam as decisões de seus administradores a partir do uso inteligente das informações contábeis, ações que impactam sobre as operações executadas para o sucesso da vantagem competitiva frente às demandas do mercado competitivo. A partir de pesquisa exploratória e bibliográfica, apresentou-se como resultados um quadro conceitual com as temáticas discutidas ao longo do estudo, denotando a inter-relação entre os padrões de competência em informação e a contabilidade com adaptações às características e princípios da vantagem competitiva. O quadro conceitual explana, de maneira didática, os referenciais e orientações que as organizações contábeis podem utilizar para mapear, desenvolver e aprimorar a competência em informação do contador no apoio à geração da vantagem competitiva. Também ilustra a forma prática com que se pode operacionalizar a competência em informação no delineamento e alinhamento de ações efetivas e estratégias para seu desenvolvimento e implantação nas atividades de uma organização contábil. As competências, habilidades e atitudes da competência em informação expostas no quadro conceitual são orientações e referenciais projetivos que devem ser postos em experimentação, devendo ser continuamente revistos. Considera-se a importância da competência em informação como uma competência chave na constituição de um perfil desejável ao contador no que tange ao fomento à vantagem competitiva em uma organização contábil, demonstrando que esse profissional pode auxiliar no sucesso e na sustentabilidade das empresa no atual cenário econômico competitivo a partir do uso inteligente das informações contábeis.

Palavras-chave: Competência em informação. Contabilidade. Vantagem competitiva.

ABSTRACT: The article presents as objective the desirable profile of information literacy that the accountant must possess to generate competitive advantage in organizations. It is discussed the importance of organizations having to map, develop and improve the information literacy so that the

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: heloisa.simoess414@gmail.com

² Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP-Marília-SP. E-mail: camilaar_santos@hotmail.com

³ Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da UNESP-Tupã-SP. E-mail: walidk@bol.com.br

⁴ Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP-Marília-SP. E-mail: vanessa.bissoli@hotmail.com

accountants promote competitive strategies that will guide the decisions of its managers from the intelligent use of the accounting information, actions that impact on the operations executed for the success of the competitive advantage in front of the demands of the competitive market. From an exploratory and bibliographical research, a conceptual framework with the themes discussed throughout the study is presented as results, denoting the interrelation between the standards of competence in information and Accounting with adaptations to the characteristics and principles of competitive advantage. The conceptual framework explains, in a didactic way, the references and guidelines that accounting organizations can use to map, develop and improve the accountant's information literacy in supporting the generation of competitive advantage. It also illustrates the practical way in which information literacy can be operationalized in the delineation and alignment of effective actions and strategies for its development and implementation in the activities of an accounting organization. The competencies, skills and attitudes of the information literacy set out in the conceptual framework are guidelines and projective frameworks that should be put into experimentation and should be continuously reviewed. It is considered that the research contributes to the literature as it denotes the importance of information literacy as a key competency in the constitution of a profile desirable to the accountant regarding the promotion of competitive advantage in an accounting organization, demonstrating that this professional can assist in the success and sustainability of companies in the current competitive economic scenario based on their intelligent use of accounting information.

Keywords: Information literacy. Accounting. Competitive advantage.

1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho junto à competitividade demandam das pessoas uma constante atualização e aprimoramento de suas competências, habilidades e atitudes como atributos diferenciais que as destaquem e as incluam nesse cenário. Sublinha-se que o mundo do trabalho se desenvolve a partir das mudanças sociais, políticas, econômicas e inovações científico-tecnológicas e ele

[...] se constrói em função das irregularidades do mercado financeiro, novidades, fundamentos, diálogos e inovações decorrentes da globalização, da Sociedade da Informação e do Conhecimento e da inovação científico-tecnológica. Nessa perspectiva, **a informação e conhecimento ganham importância primordial na produção e economia, pois as fontes de maior produtividade dependem desses elementos para concretizarem o cumprimento de suas funções** (SANTOS, 2017, p. 18, grifo nosso).

Frente essas discussões, na sociedade atual, a produção se transfere de bens materiais para atividades de processamento de informações, o que torna a qualidade da informação e a eficiência na sua aquisição e uso para a geração de conhecimento em fatores estratégicos em termos de competitividade e produtividade (CARNOY, 2004).

A informação e o conhecimento assumem papel estratégico na nova economia mundial, pois são considerados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012) como bens sociais de fontes

de acumulação de riquezas por proporcionarem produtividade, crescimento econômico (Produto Interno Bruto - PIB, proporção e níveis de empregabilidade) e competitividade.

Nesse cenário, é importante que os profissionais tenham competências, habilidades e atitudes para aprender a usar a informação, pois todas atividades que um profissional exerce necessitam dela para embasar argumentos, compreender realidades e fenômenos para se tomar decisões assertivas e proporcionar vantagem competitiva no seu local de trabalho.

As competências permitem a mobilização de conhecimentos para que se possa enfrentar variadas situações e capacidade para encontrar vários recursos no momento e na forma adequadas. Elas implicam uma mobilização dos conhecimentos e recursos para desenvolver respostas inéditas, criativas e eficazes para a resolução de problemas, tomadas de decisões e apoio à vantagem competitiva. Já as habilidades são inseparáveis da ação, exigem domínio de conhecimentos e estão relacionadas ao saber-fazer. As atitudes estão ligadas ao agir e ao querer fazer (SANTOS; BELLUZZO, 2015).

Ressalta-se que a Contabilidade já foi considerada como uma ferramenta que servia, estritamente, para atender às exigências do fisco. Atualmente, compete a ela registrar atos e fatos administrativos e produzir informações que possibilitem planejar e controlar ações para traçar os objetivos da entidade (PAIVA, 2012).

Para gerirem a informação contábil de maneira assertiva, os contadores devem ter a competência em informação (CoInfo) para que utilizem a informação de forma inteligente e ética para mapear cenários, tomar decisões e resolver problemas e gerar vantagem competitiva, visto que refletirá no desempenho da organização. A competência em informação (CoInfo) é um processo de desenvolvimento/aprimoramento “[...] de competências, habilidades e atitudes que permite aos indivíduos buscarem, recuperarem, organizarem, avaliarem, comunicarem e utilizarem a informação de forma inteligente, ética, prática e crítica para a compreensão e intervenção de seu entorno, resolução de problemas e tomada de decisões para geração e construção de conhecimento” (SANTOS, 2017, p. 92).

As empresas devem desenvolver as competências, habilidades e atitudes da CoInfo para que os contadores promovam estratégias competitivas que norteará as decisões de seus administradores a partir do uso estratégico das informações, impactando sobre as operações executadas para o sucesso e vantagem competitiva do negócio.

As estratégias competitivas consistem num mapa de informações que responde a questões referentes à maneira pela qual a empresa irá atuar num mundo em que a informação desempenha papel elementar (MCGEE; PRUSAK, 1994). As estratégias competitivas devem considerar as seguintes perguntas:

Qual a informação que a empresa *precisa* ter e dela se utilizar de maneira mais eficiente do que qualquer outra com relação a clientes, concorrentes e ambiente competitivo? Que informação as organizações *precisam* fornecer a seus clientes e fornecedores, e como esses a utilizarão (e a combinarão com a sua própria informação) para fornecer subsídios relevantes para a organização? Como poderão as organizações incorporar informação a produtos e serviços existentes, e como poderão esses ser transformados em produtos de informação? (MCGEE; PRUSAK, 1994, p. 43-44, grifo dos autores).

Para os autores supracitados, há várias formas das empresas obterem vantagens competitivas por intermédio do uso da informação, como por exemplo, investimentos em informação e tecnologia da informação. Contudo, tal fato só irá contribuir efetivamente na identificação de alternativas que aperfeiçoam o desempenho da organização em todos os níveis (MCGEE; PRUSAK, 1994).

Beuren (2009) aponta que quanto mais uma empresa acumula informações e aprende sobre os diferentes usos dela, mais difícil se torna a supremacia dos concorrentes em suas estratégias. A sociedade contemporânea tem a informação o conhecimento como os principais bens agregadores de valor aos produtos e serviços, e que a partir de seus usos estratégicos, vinculam-se com as estratégias, linhas e posturas de ação empresariais, gerando vantagem competitiva. Por vantagem competitiva compreende-se quando uma empresa

[...] é capaz de gerar maior valor econômico do que suas concorrentes. O **valor econômico** é simplesmente a diferença entre os benefícios percebidos obtidos por um cliente que compra produtos ou serviços de uma empresa e o custo econômico total desses produtos ou serviços. Portanto, o tamanho da vantagem competitiva de uma empresa é a diferença entre o valor econômico que consegue criar e o de suas concorrentes (BARNEY; HERSTELY, 2017, p. 8, grifo dos autores).

É notório que o atual contexto acirrado no mundo corporativo, sem uma boa vantagem competitiva definida em uma empresa por ações e posturas estratégicas pelo uso inteligente da informação, dificulta muitíssimo competir com os demais concorrentes, quanto mais se manter ativa no mercado em que atua.

Compreende-se que todas as mudanças advindas da competitividade e da globalização resultam no modo de gestão de uma organização, tal como, conquistando vantagens competitivas e almejando novas estratégias. Nessa lógica se faz parte integrante a concepção da vantagem competitiva, pois é muito importante que as empresas a tenham como um ponto forte e diferencial diante da concorrência.

Portanto, para as empresas gerarem vantagem competitiva em seu negócio e se posicionarem estrategicamente no mercado, é necessário delinear objetivos, definir ações, diferenciando de seus concorrentes de maneira inteligente, estruturando seus processos para que então, se sobressaia sobre seus oponentes mediante intensa competitividade. Tais ações só se concretizam quando os profissionais de uma organização possuem a competência em informação.

Ao expor sobre a importância do uso inteligente e ético da informação pelos contadores para a geração de vantagem competitiva, o problema de pesquisa representa-se pela seguinte questão: quais as competências, habilidades e atitudes que integram a competência em informação (CoInfo) que o contador deve possuir para subsidiar a vantagem competitiva nas organizações contábeis?

Para responder a esse questionamento, traçamos como objetivos verificar qual o perfil de competência em informação (CoInfo) que o contador deve possuir para gerar vantagem competitiva nas organizações; demonstrar a importância da vantagem competitiva nas organizações contábeis; caracterizar a competência em informação (CoInfo) e discuti-la no âmbito da área de Contabilidade; estabelecer uma inter-relação entre os padrões de CoInfo e a Contabilidade como fatores críticos de uso da informação contábil na geração da vantagem competitiva nas organizações.

A pesquisa em questão justifica-se à medida em que denotou a importância da CoInfo como uma competência chave na constituição de um perfil desejável ao contador no que tange ao fomento à vantagem competitiva em uma organização contábil, demonstrando que esse profissional pode auxiliar no sucesso e sustentabilidade das empresa no atual cenário econômico competitivo a partir do uso inteligente que faz das informações contábeis.

O trabalho em foco é de natureza qualitativa do tipo exploratória. Considera-se pesquisa exploratória por ser modalidade que “[...] tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2010, p. 27). Na presente pesquisa, aplica-se por fornecer um perfil de competência em informação (CoInfo) que o contador deve possuir para que trabalhe com as informações de maneira estratégica e efetiva como condicionante à vantagem competitiva. Para complementar e integrar a pesquisa exploratória, adotou-se a pesquisa bibliográfica a fim de empreender discussões e reflexões de “[...] material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2012, p. 50). Para o levantamento bibliográfico da literatura, utilizou-se as seguintes fontes: artigos científicos da biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), consulta a livros na ‘Minha Biblioteca’¹, dissertações e teses e anais de eventos. As palavras-chave que propiciaram a elaboração de estratégias de buscas bibliográficas foram: competência em informação, competência informacional, vantagem competitiva, estratégias competitivas, tomada de decisões, Contabilidade, Ciências Contábeis e competências do contador.

Trata-se ainda de uma “pesquisa de base”, pois conforme aponta Gonsalves (2001, p. 65) “[...] oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o

¹ A Minha Biblioteca é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil: Grupo A, Atlas, Grupo GEN e Saraiva, que é disponibilizada à comunidade acadêmica da Faculdade Católica Paulista.

tema”, ou seja: oferece elementos de CoInfo para a geração de vantagem competitiva numa discussão da área de Ciências Contábeis.

2 O USO INTELIGENTE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FATOR COMPETITIVO PARA A CONTABILIDADE

No mundo globalizado, o ambiente competitivo faz com que as organizações utilizem a informação como insumo que agrega valor estratégico, de modo que sejam bem-sucedidas em suas ações, atividades, processos e operações.

O uso inteligente da informação se refere à maneira que um indivíduo utiliza a informação com criticidade, estratégia, reflexão, ética e criatividade para mapear cenários, tomar decisões, resolver problemas e construir conhecimento, gerando competitividade às empresas (SANTOS, 2017).

Segundo Valentim (2008), a informação pode ser classificada como objeto e fenômeno. Como objeto, configura-se em um suporte material e o conhecimento ali contido é observado por um grupo ou pessoa. Enquanto fenômeno, na elaboração de um documento, a pessoa precisa relacionar, isolar, associar, dissociar, analisar e sintetizar, ações que resultam em diferentes processos cognitivos para formar o conhecimento explícito em forma de documento.

Beuren (2009) descreve que deve-se observar a informação como um recurso, já que o propósito dela é capacitar os gestores para alcançar os objetivos da organização pelo uso eficiente de seus recursos. Ainda de acordo com a autora, a informação é fundamental no apoio às estratégias e processos de tomada de decisão, resolução de problemas e construção de conhecimento, bem como para o controle das operações empresariais.

Nas palavras de Passos (2010, p. 9): “[...] A informação representa a consolidação de poder na empresa, pois é o produto da análise dos dados, devidamente registrados, classificados, organizados, relacionados e interpretados dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisão de forma otimizada.

Para Cardoso, Oliveira e Silva (2016, p. 122), “[...] qualquer tomada de decisão precisa estar fundamentada em informações geradas pela empresa, sendo que, as mesmas por sua vez, devem ser precisas e confiáveis, a fim de garantir maior eficácia”.

Para Amorim e Silva (2012, p. 40) “[...] informações internas e externas, de cunho econômico-financeiro, humano, tecnológico, social e dentre outros, são utilizadas para subsidiar o processo estratégico e a partir delas se definir estratégias que possam criar e sustentar vantagens competitivas”.

Mediante o exposto, a partir da compreensão sobre o uso da informação em uma organização, apresenta-se reflexões na perspectiva da Contabilidade. Para Iudícibus (2000, p. 22):

A contabilidade tem por finalidade o controle dos fatos ocorridos no patrimônio da empresa, através de uma análise dos registros, demonstrações, obtendo-se com isso informações e orientações para que os gestores possam tomar suas decisões com um melhor fundamento da composição do balanço e suas variações.

Salienta-se que o objetivo principal da Contabilidade é o de fornecer “[...] informações econômicas, que sejam relevantes para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança” (IUDÍCIBUS, 2000, p. 28). A Contabilidade é

[...] é uma das responsáveis por fornecer informações sobre a gestão das organizações. Assim, ainda ressaltam que as informações contábeis assumem relevância primordial na tomada de decisões acertadas, visto que, fornecem análises temporais, avaliações e subsídios para diversas circunstâncias, envolvendo o patrimônio da empresa (MARCELINO; SUZART, 2009, p. 2).

A partir das colocações dos autores (IUDÍCIBUS, 2000; MARCELINO; SUZART, 2009) percebe-se que a Contabilidade, dentro desse ambiente competitivo, surge como meio de fornecer informações úteis ao gestor de uma organização, à medida que se caracteriza como ferramenta de apoio aos processos decisórios.

Em um mercado altamente competitivo, compreende-se que as práticas contábeis aliadas ao uso inteligente das informações geradas pela Contabilidade, contribuem para a gestão eficaz da empresa, pois permitem o alinhamento e planejamento de suas estratégias, servindo como amparo ao mapeamento de cenários, à resolução de problemas e às tomadas de decisões por parte dos gestores de uma organização. O uso inteligente da informação contribui para que uma organização contábil transforme dados, quando postos em análises e reflexões contextualizadas, em informação relevantes para mapear contextos, refletir sobre decisões a tomar, resolver problemas e fomentar vantagem competitiva.

Entende-se que o uso de informações úteis e confiáveis em torno de uma economia globalizada e em constante mutação, é um fator determinante para as empresas se manterem competitivas. Logo, quando a Contabilidade utiliza de maneira inteligente as informações, esta torna-se diferenciada, pois transforma-se em fonte de auxílio no enfoque decisório nas organizações.

Assim, a Contabilidade, a partir do uso inteligente das informações, apresenta-se como instrumento de gestão à medida que provê informações fidedignas e assertivas em tempo hábil, subsidiando gestores na geração da vantagem competitiva nas empresas.

3 A VANTAGEM COMPETITIVA NA ESFERA DA CONTABILIDADE

O fator competitividade está cada vez mais em evidência por conta do advento da globalização, das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e da Sociedade da Informação e Conhecimento,

esferas em que a disputa no mundo corporativo se encontra acirrada, e nesse meio, gerar vantagem competitiva torna-se um diferencial diante da concorrência.

Para Torres, Pagnussatt e Severo (2017) a sustentabilidade de uma organização está diretamente relacionada a sua capacidade de gerar vantagem competitiva de forma diferenciada ou equiparada ao de seus concorrentes. E, dentre as várias fontes existentes que habilitam o diferencial competitivo das organizações, a inovação destaca-se pela sua contemporaneidade.

As organizações, para gerarem vantagem competitiva, devem adotar uma política de estratégias eficientes e eficazes para que o desempenho em sua operação seja alcançado com resultados satisfatórios, tornando-a no âmbito dos negócios, competitiva, forte e renomada frente aos seus concorrentes, a fim de garantir sua sobrevivência no mercado. Tendo em vista o mercado atual, torna-se de grande valia as tomadas de decisões planejadas que podem ser vitais para a organização (CASTRO *et al.*, 2014).

Nessa linha de raciocínio, cabe dissertar acerca dos conceitos sobre vantagem competitiva e sua importância no ambiente organizacional.

Para Pereira (2015, p. 29), a vantagem competitiva “[...] traduz uma forte capacidade de adaptação da empresa às necessidades do mercado, o que lhe permite beneficiar de uma rentabilidade superior, ter uma posição atrativa perante os seus consumidores e se diferenciar relativamente aos seus concorrentes”. A autora afirma que a vantagem competitiva é resultado de estratégia bem delineada e alinhada às necessidades dos consumidores com os produtos e / ou serviços que uma organização produz / oferece, tornando um diferencial por parte da empresa em relação aos concorrentes.

A vantagem competitiva surge substancialmente do valor que uma organização tem ao criar condições para seus compradores. Essa vantagem pode tomar a forma de preços inferiores aos da concorrência, por meio de benefícios equivalentes, ou de fornecimento de benefícios únicos, que mais do que compensam essa diferenciação (MOTTA, 1994).

Barney e Hesterly (2007) classificam a vantagem competitiva como sendo a diferença do valor econômico obtido pelo seus concorrentes, tais como os ganhos obtidos, a confiança dos clientes e dentre outros, que a empresa adquire após a criação e implementação de estratégia. Já de acordo com Leite e Porsse (2003), a vantagem competitiva pode ser conceituada como a ocorrência de níveis de performance econômica acima da média do mercado, em virtude das estratégias adotadas pelas organizações.

A vantagem competitiva é determinada “[...] pela governança de um sistema de firmas, guiado pelas vontades e desejos do consumidor, não sendo fruto apenas da posse de recursos competitivos ou do poder de mercado em uma estrutura industrial. A vantagem origina-se do valor que é criado pela conexão do externo” (ITO *et al.*, 2012, p. 302).

Para Porter (2007), a vantagem competitiva deve ser guiada por 3 (três) fundamentos: 1) Primeiramente, deve ser capaz de gerar valor para o cliente. Seu valor pode ser definido pelo cliente em termos de entrega rápida, menor preço, conveniência e dentre outros; 2) Em segundo lugar, o cliente deverá ser capaz de perceber o aumento do valor do produto ou serviço. Seja ou não o seu produto superior ao da concorrência, o importante é o cliente perceber esse produto como sendo superior; 3) E, por fim, para que a vantagem competitiva seja eficaz, deverá ser difícil os concorrentes copiarem.

No cerne da Contabilidade, a vantagem competitiva é um instrumento indispensável para as organizações sob o foco estratégico, uma vez que as constantes mudanças do cenário econômico vêm desafiando as organizações a adequar suas práticas de gestão à nova realidade de mercado, o que exige das empresas meios confiáveis de obter informações essenciais ao seu sucesso, e a Contabilidade pode fornecer informações precisas e oportunas sobre o ambiente em que a empresa atua, dando total suporte no processo decisório (OLIVEIRA; BENETTI, 2016).

A competitividade e o recente processo de globalização “[...] levaram as organizações a investirem cada vez mais em fontes de informações contábeis que permitem elaborar diversas ferramentas para avaliação, controle e projeção de situações contribuindo para os processos de gestão e a criação de estratégias” (FONSECA *et al.*, 2014, p. 1).

O “[...] tratamento da informação gerencial contábil integrado com outras informações internas e externas, permite a definição, execução e avaliação da estratégia empresarial, buscando o sucesso empresarial e a vantagem competitiva [...]” (AMORIM; SILVA; 2012, p. 40).

Na visão de Oliveira e Benetti (2016, p. 179) “[...] é de extrema importância para a empresa, principalmente o pequeno negócio, que seus gestores estejam assessorados e recebam informações úteis para tomada de decisões com respaldo e planejamento, e nesse processo o profissional da contabilidade é fundamental e ocupa um papel de grande valorização”.

Observa-se que a qualidade das informações que o contador produz é essencial no progresso e governança de uma empresa: trata-se de adequar-se às mudanças e promover versatilidade para gerenciar seu trabalho em meio um mundo em constantes transformações.

O profissional contábil entra em uma nova Era: mais atualizada, dinâmica, inovadora e exigente, não podendo “[...] deixar que a contabilidade seja apenas um retrato histórico da situação passada da entidade. O contador precisa mudar a sua postura diante da organização e passar de uma ação passiva para uma ação pró-ativa” (KOUNROUZAN, 2017, p. 3).

Neste cenário, Passos (2010, p. 25) destaca que a figura do contador torna-se mais importante, pois cabe a esse profissional introduzir “[...] a Contabilidade como ferramenta gerencial, mostrando a

necessidade de extrair dela as informações necessárias para o momento em que a empresa se encontra”, gerando vantagem competitiva.

Sendo assim, é imprescindível o contador manter seus conhecimentos sempre atualizados, para saber usar a informação disponibilizada de forma ética, estratégica e inteligente, transformando-a em conhecimento, pois a mesma é uma riqueza empresarial e um ativo de grande valia.

O contador deve ter um perfil diferencial, ou seja, que tenha a competência em informação internalizada como atributo fundamental que o levará a um desempenho desejável na gestão de qualquer organização, pois será capaz de utilizar as informações contábeis como estratégias para o fomento da vantagem competitiva.

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO (CoInfo)

Com o advento das áreas científicas e tecnológicas, o exponencial de informações vem crescendo e o conhecimento tem se tornado obsoleto rapidamente. Para que os indivíduos mantenham-se atualizados, torna-se necessário que dominem o uso de ferramentas, suportes tecnológicos e diversos recursos informacionais priorizando a busca, recuperação, seleção, avaliação, uso e comunicação da informação.

A relação entre informação, conhecimento e avanços tecnológicos decorrente da Globalização, da Sociedade da Informação e do Conhecimento e da Inovação Científico-tecnológica, configura-se numa “[...] busca constante por novos conhecimentos que demandam interpretar e compreender o mundo: mentes que se antecipam, pessoas autônomas no pensar, sentir e fazer, com a capacidade de julgar situações, baseando-se em ideias e em fatos” (VARELA, 2006, p. 16).

O indivíduo, inserido nesse cenário, como uma condição necessária à atualização, renovação de saberes e aprendizado ao longo da vida para a inclusão social e qualificação laboral a partir do uso inteligente e ético da informação, deve reconhecer quando uma informação é necessária, como buscar, acessar, selecionar, avaliar, organizar e usar as informações conflitantes em conhecimento. Este conjunto integrado de ações é chamado de competência em informação (CoInfo).

A *American Library Association* (ALA, 1989, p. 1) define que para uma pessoa ser competente em informação, ela

[...] deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação... Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela.

Pode ser considerada como um conjunto de competências e habilidades que uma pessoa precisa “[...] incorporar para lidar, de forma crítica e reflexiva, com os diversos recursos informacionais existentes (jornais, revistas, livros, dicionários, enciclopédias, internet, etc) (BELLUZZO; SANTOS, ALMEIDA JÚNIOR, 2014, p. 63).

Segundo Ottonicar, Valentim e Feres (2016, p. 126) “[...] o indivíduo precisa ir além da possibilidade de acesso, também precisa ter competências para saber analisar e usar as informações de maneira crítica e analítica”.

Considera-se que a função social da CoInfo é a de potencializar as competências dos sujeitos sociais tornando-os competentes em informação na atuação de variados tipos de organização (VALENTIM; JORGE; CERETTA-SORIA, 2014).

Nesse sentido, tem crescido a relevância do aprendizado significativo, focando a formação totalizante do indivíduo e sua capacitação para lidar com a incerteza e o volume superlativo de informações disponibilizadas (DUDZIAK, 2003). Ser competente em informação “[...] tornou-se indicador incontestável de atualidade, de sintonia com as tendências atuais, um atestado amplamente aceito de aptidão para o futuro de competência profissional, eficiência e qualidade” (DUDZIAK, 2001, p. 4).

A CoInfo retrata nitidamente a intenção de promover o desenvolvimento/aprimoramento de competências, habilidades e atitudes junto às pessoas, no que tange a sua capacitação para solucionar problemas de informação em qualquer contexto, seja ele acadêmico, social ou profissional.

A partir dos conceitos previamente expostos, compreende-se que a CoInfo deve ser compreendida além de um conjunto simples de comportamentos, habilidades e atitudes, mas sim, também pelo fato de ser vital seu desenvolvimento e aplicabilidade durante todas as fases de nossas vidas, em um meio abundante de fontes e recursos informacionais disponíveis. A CoInfo desenvolve o pensamento crítico, a aprendizagem ao longo da vida e o aprender a aprender como fatores sociais e críticos de exercício da cidadania e qualificação e inserção na educação e mundo do trabalho.

Nota-se ainda que a CoInfo permite estabelecer a compreensão crítica e reflexiva da disponibilidade no acesso das pessoas à informação, bem como guiando-as na prática informacional de forma inteligente e estratégica, conseqüentemente na transformação do conhecimento, proporcionando uma tomada de decisão mais assertiva como apoio à vantagem competitiva.

No âmbito organizacional

[...] a competitividade parece ser inabalável. Aperfeiçoar os processos e métodos continuamente e ser melhor naquilo que a organização faz, atualmente é um pré-requisito para permanecer no mercado. Por isso, utilizar a informação de maneira inteligente e antes dos concorrentes é um dos outros artifícios que as organizações

têm usado para continuar no mercado (SANTOS; SANTOS; BELLUZZO, 2016, p. 46).

É importante destacar que a busca, o acesso e o uso da informação demandam competências críticas para compreensão do ambiente informacional e de seu fluxo, “[...] além de habilidades no manejo das soluções tecnológicas que contribuam para a coleta, tratamento, armazenamento, disseminação, recuperação e uso da informação com a intenção de gerar conhecimento” (SANTOS; SANTOS; BELLUZZO, 2016, p. 48) e vantagem competitiva para a organização.

No campo das organizações empresariais, Prudencio (2017, p. 435) disserta que a CoInfo

[...] imbui no indivíduo a compreensão de que seu conhecimento se aperfeiçoa através do processo social da colaboração, da partilha de ideias e construção de competências mútuas. Portanto, os indivíduos competentes em informação tendem a ser mais engajados nas ações de Gestão do Conhecimento praticadas em quaisquer ambientes.

O mapeamento, desenvolvimento e aprimoramento da CoInfo nos indivíduos requer o apoio de padrões e indicadores, como por exemplo aqueles criados internacionalmente pela *Association for College Research* (ACRL, 2000) e também daqueles elaborados nacionalmente por Belluzzo (2007). Esses padrões têm como objetivo traçar um perfil desejável de competências, habilidades e atitudes da CoInfo como atributos de atuação de um indivíduo em qualquer esfera da vida.

Os parâmetros da ACRL (2000) estão estruturados em 5 (cinco) grandes competências, tais como seguem: *Parâmetro 1*: O estudante competente em informação determina a natureza e o nível de sua necessidade de informação; *Parâmetro 2*: O estudante competente em informação acessa a informação necessária eficaz e eficientemente; *Parâmetro 3*: O estudante competente em informação avalia a informação e suas fontes de forma crítica e incorpora a informação selecionada a seus conhecimentos básicos e a seu sistema de valores; *Parâmetro 4*: O estudante competente em informação, individualmente ou na qualidade de membro de um grupo, utiliza a informação eficazmente para alcançar um propósito específico; *Parâmetro 5*: O estudante competente em informação compreende muitos problemas e questões econômicas, legais e sociais que rodeiam o uso da informação, e acessa e utiliza a informação de forma ética e legal.

Em contexto nacional, Belluzzo (2007) publicou os padrões e indicadores de performance norteadores às ações de CoInfo que servem como referenciais para o mapeamento, desenvolvimento e aprimoramento da CoInfo em indivíduos.

Para atuação efetiva em organizações contábeis, o “[...] contador necessita ter características multiprofissionais, estar preparado para a quebra de paradigmas, mudar a forma de agir e interpretar as informações disponíveis” (KOUNROUZAN, (2017, p. 1).

Quadro 1 – Padrões de CoInfo de Belluzzo (2007)

Padrão	Indicador de desempenho
Padrão 1 – a pessoa competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação	1.1 Define e reconhece a necessidade de informação; 1.2 Identifica uma variedade de tipos e formatos de fontes de informação potenciais; 1.3 Considera os custos e benefícios da aquisição da informação necessária.
Padrão 2 – A pessoa competente em informação acessa a informação necessária com efetividade	2.1 Seleciona os métodos mais apropriados de busca e/ou sistemas de recuperação da informação para acessar a informação necessária; 2.2 Constrói e implementa estratégias de busca delineadas com efetividade; 2.3. Busca a informação via eletrônica ou com pessoas utilizando uma variedade de métodos; 2.4 A pessoa competente em informação retrabalha e melhora a estratégia de busca quando necessário; 2.5 A pessoa competente em informação extrai, registra e gerencia a informação e suas fontes.
Padrão 3 – A pessoa competente em informação avalia criticamente a informação e suas fontes	3.1 Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação obtida; 3.2 Articula e aplica critérios de avaliação para a informação e as fontes; 3.3 Compara o novo conhecimento com o conhecimento anterior para determinar o valor agregado, contradições ou outra característica da informação.
Padrão 4 – A pessoa competente em informação, individualmente ou como membro de um grupo, usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado.	4.1 É capaz de sintetizar a informação para desenvolver ou completar um projeto; 4.2 Comunica os resultados do projeto com efetividade.
Padrão 5 – A pessoa competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente	5.1 Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas e socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação e a tecnologia; 5.2 Cumpre as leis, regulamentos, políticas institucionais e normas relacionadas ao acesso e uso às fontes de informação; 5.3 Indica as fontes nas comunicações do produto ou resultados.

Fonte: Belluzzo (2007, p. 95-103)

Expressa-se a necessidade de desenvolver um perfil de CoInfo no contador “[...] para atender aos desafios que se fazem presentes ante a multidiversidade cultural e a complexidade atual de acesso e uso da informação encontrada em suportes de natureza vária” (BELLUZZO, 2007, p. 35). Frente essa prerrogativa, na próxima seção, discutiremos qual o perfil desejável de CoInfo que um contador deve possuir para proporcionar vantagem competitiva em uma organização.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado das abordagens descritas e da sua transposição à consecução da pesquisa em foco, apresentamos uma síntese em forma de Quadro Conceitual em que se estabeleceu uma inter-relação entre as entre os ‘Padrões de CoInfo’ de Belluzzo (2007) e a Contabilidade com adaptações à vantagem competitiva.

Para uma melhor compreensão do Quadro 2, expõe-se na primeira coluna os ‘Padrões de CoInfo em articulação com a Contabilidade’ que consistem na interlocução dos padrões adaptados à Contabilidade. Na segunda coluna, ao centro, dispõe-se de perguntas que retratam como o contador pode gerar vantagem competitiva a partir da adoção da CoInfo. Na terceira coluna, consta os padrões e resultados desejáveis de CoInfo de Belluzzo (2007) que o contador deve internalizar para gerar a vantagem competitiva.

Quadro 2 – Quadro conceitual de inter-relação entre os ‘Padrões de CoInfo’ de Belluzzo (2007) e a Contabilidade com adaptações às características e princípios da vantagem competitiva

Padrões de CoInfo em articulação com a Contabilidade	Questionamentos sobre a CoInfo no espectro da vantagem competitiva	Inter-relação dos padrões e resultados desejáveis da CoInfo para o contador como elementos à geração da vantagem competitiva
<p>Padrão 1 – O contador competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação para o fomento da vantagem competitiva.</p>	<p>Por que é importante que o contador defina e reconheça a necessidade de informação como ação para o fomento à vantagem competitiva?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Define e reconhece a necessidade de informação como suporte de inserção na estratégia, criação de valor e vantagem competitiva de uma organização; - Identifica o propósito e o tipo de informação a que se destinam as fontes de acordo com a necessidade e objetivos da organização; - No âmbito empresarial em que atua, usa fontes de informações gerais ou específicas como fator-chave visando o conhecimento e competitividade sobre o mercado externo; - Considera os custos e benefícios da aquisição de informação necessária como diferencial estratégico para fortalecer o processo decisório, a resolução de problemas e a vantagem competitiva.
<p>Padrão 2 – O contador competente em informação acessa a informação necessária com efetividade para o fomento da vantagem competitiva.</p>	<p>Por que é importante que o contador saiba buscar informações em fontes (artigos, livros, internet) para o fomento à vantagem competitiva?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Seleciona os métodos mais apropriados de busca, acesso ou sistemas de recuperação da informação necessária e pertinente aos mecanismos de planejamento estratégico, controle e decisório da organização; - Identifica os tipos de informação contidos em um sistema tradicional e os tipos de fontes indexadas eletronicamente aos anseios e critérios da empresa; - Constrói e implementa estratégias de busca delineadas com efetividade no tratamento das informações na conquista de vantagem competitiva;

		<ul style="list-style-type: none"> - Revisa a estratégia de busca caso necessário, para obter mais informações, melhores resultados e vantagem competitiva; - É competente em extrair, registrar e gerenciar suas fontes e informações, atingindo as metas da empresa em que está inserido.
<p>Padrão 3 – O contador competente em informação avalia criticamente a informação e suas fontes para o fomento da vantagem competitiva.</p>	<p>Por que é importante que o contador avalie as informações para o fomento à vantagem competitiva?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Articula e aplica critérios de avaliação para a informação e suas fontes de forma rápida e objetiva, possibilitando adquirir tais vantagens à organização; - Determina se a informação obtida é suficiente e adequada, ou é preciso obter mais informações coerentes que contribua na gestão empresarial eficaz e sua produtividade; - Avalia se as fontes de informações são contraditórias, proporcionando a busca do conhecimento e pensamento crítico; - Compara a nova informação como autoridade no assunto para conclusões plausíveis para o sucesso de uma organização.
<p>Padrão 4 – O contador competente em informação, individualmente ou como membro de um grupo, usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado para o fomento da vantagem competitiva.</p>	<p>Por que é importante que o contador utilize a informação com efetividade para alcançar um resultado desejável ao fomento à vantagem competitiva?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É capaz de sintetizar a informação para desenvolver ou completar as estratégias competitivas da organização em que atua; - Organiza a informação, utilizando esquemas ou estruturas diversas ajudando no que é relevante ou não para a empresa; - Comunica os resultados de projetos com efetividade e clareza, resultando em um bom funcionamento da organização e alinhamento de estratégias.
<p>Padrão 5 – O contador competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente para o fomento da vantagem competitiva.</p>	<p>Por que é importante que o contador compreenda as questões éticas e legais da informação na geração da vantagem competitiva?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas e socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação e a tecnologia; - Demonstra conhecer o entendimento das políticas institucionais sobre o plágio e direitos autorais em seu trabalho profissional; - Demonstra conhecimento do que é o plágio e como não usá-lo em suas comunicações, que o faz ser um bom profissional; - Utiliza estilo e forma de linguagem de redações apropriadas, com indicação correta e consistente e das fontes consultadas, o que caracteriza a valorização do profissional e do capital intelectual.

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerando que a Contabilidade precisa emitir relatórios contábeis precisos e objetivos, pois as informações atuam diretamente com o patrimônio da empresa, necessita saber gerir melhor as informações do mercado, da concorrência e da economia (PAIVA, 2012), o Quadro 2 explana, de maneira didática, os referenciais que as organizações contábeis podem utilizar para mapear, desenvolver e aprimorar a CoInfo do contador.

O Quadro 2 também ilustra a forma prática com que se pode operacionalizar a CoInfo no delineamento e alinhamento de ações efetivas e estratégias para seu desenvolvimento e implantação nas atividades de uma organização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão demonstrou que a CoInfo é elementar para que os contadores tenham competências, habilidades e atitudes para buscar, acessar, selecionar, avaliar e usar a informação contábil disponibilizada em vários formatos de maneira inteligente e ética no mapeamento de cenários, na tomada de decisões, nas resoluções de problemas e na geração de vantagem competitiva.

Ressaltou também que a CoInfo auxilia os contadores a utilizarem a informação contábil de forma mais assertiva com resposta rápida aos clientes, favorecendo a empresa que trabalha e gerando vantagem competitiva.

Demonstramos que a CoInfo, quando alinhada aos preceitos da Contabilidade, serve como instrumento de apoio às tomadas de decisões assertivas, de controle e foco estratégico na gestão de uma organização, por intermédio das informações contábeis fornecidas pela mesma. Salienta-se nesse sentido, a importância do papel do contador em gerar as informações provenientes da contabilidade de forma oportuna, íntegra, precisa e útil, norteando assim, as decisões dos gestores para contribuir no êxito e no progresso da organização em que atua.

É importante destacar que o Quadro Conceitual 2 propõe orientações e referenciais projetivos e que devem ser postos em experimentação, devendo ser continuamente revistos.

Nessa perspectiva, perante um mundo globalizado e competitivo, o contador que aplica o conceito de CoInfo em seu trabalho, colabora no auxílio de estratégias, no desempenho da empresa e na geração de vantagem competitiva frente aos seus concorrentes em um mercado altamente concorrido.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **ALA Presidential Committee on Information Literacy**: final report. Chicago: ALA, 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>. Acesso em: 15 set. 2018.

AMORIM, Diego Felipe Borges de; SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. Gestão estratégica da informação contábil: um enfoque no gerenciamento de micro e pequenas empresas. **RIC - Revista de Informação Contábil**, Pernambuco, v. 6, n. 1, p. 39-65, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/viewFile/7947/8024>>. Acesso em: 17 out. 2018.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Information literacy competency for higher education.** Chicago: ACRL, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/informationliteracycompetency>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BARNEY, Jay B.; HERSTELY, William S. **Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos.** 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação.** 2. ed. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; SANTOS, Camila Araújo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60 - 77, 2014. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/a-competencia-em-informacao..pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento estratégico da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial.** São Paulo: Atlas, 2009.

CARDOSO, Lucas; OLIVEIRA, Érikles Mussulin de; SILVA, Ademir da. A contabilidade e as decisões empresariais. **Revista InterAtividade**, Andradina, v. 4, n. 2, 2º sem, p. 119-128, 2016.

CASTRO, Clarizza Aparecida Oliveira; et. al. A gestão estratégica de custos como diferencial competitivo para micro e pequenas empresas. **Gestão em foco- UNISEPE**, v. 1, p. 1-10, 2015.

CARNOY, Martin. **A educação na América Latina está preparando sua força de trabalho para as economias do século XXI?** Brasília: UNESCO, 2004.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information literacy e o papel educacional das bibliotecas.** 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003.

FONSECA, Reinaldo Aparecida *et al.* A importância do contador nas organizações. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGET), 11., 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: SEGET, 2014. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/32720337.pdf>>. Acesso em: 27. out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas: Alínea, 2001.

ITO, Nobuiki Costa *et al.* Valor e vantagem competitiva: buscando definições, relações e repercussões. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 290-307, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v16n2/v16n2a08.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018.

KOUNROUZAN, Márcia Covaciuc. **O perfil do profissional contábil**. 2017. Disponível em: <<https://www.oswaldocruz.br/download/artigos/social17.pdf>>. Acesso em: 17. out. 2018.

LEITE, João Batista Diniz; PORSSE, Melody de Campos. Competição baseada em competências e aprendizagem organizacional: em busca da vantagem competitiva. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, edição especial, v. 7, p. 121-141, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552003000500007>. Acesso em: 03 nov. 2018.

MARCELINO, Carolina Venturini; SUZART, Janilson. O papel das informações contábeis no processo decisório das indústrias situadas na região metropolitana de Salvador. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: CBC, 2009. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/1090/1090>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

MCGREE, James V.; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica**. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1994.

MOTTA, Ricardo. A busca de competitividade nas empresas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 12-16, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a03v35n2>>. Acesso em: 17. out. 2018.

OLIVEIRA, Bruna de; BENETTI, Juliana Eliza. Importância do profissional da contabilidade na gestão de micro e pequenas empresas localizadas em Chapecó/SC. **Revista Tecnológica**, Chapecó, v. 5, n. 2, p. 178-196, 2016. Disponível em: <<https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/158>>. Acesso em: 17. out. 2018.

OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki; VALENTIM, Marta Lígia Pomim; FERES, Glória Georges. Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 124-142, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT no Brasil: trabalho decente para uma vida digna**. Brasil: OIT, 2012. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_234393/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

PAIVA, Simone Bastos. Da informação ao conhecimento contábil: um salto qualitativo na Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 158, p. 74-85, 2012. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/669>>. Acesso em: 30 maio 2018.

PASSOS, Quismara Corrêa dos. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisões nas empresas**. 2010. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25741>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

PEREIRA, Monaliza Monteiro. **Liderança estratégica como diferencial competitivo nas empresas-análise da liderança de Zeinal Bava na Portugal Telecom**. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Empreendedorismo) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Lisboa, 2015.

PORTER, Michael. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. 33. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

PRUDENCIO, Dayanne da Silva. Gestão do conhecimento, competência em informação e competência crítica em informação: aproximações e a influência do regime de informação. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: LINKANDO INFORMAÇÃO, CULTURAS, E COMUNIDADES: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS, 7., 2017, Londrina. **Anais eletrônicos... SECIN**: Londrina, 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/488/288>>. Acesso em: 16 set. 2018.

SANTOS, Camila Araújo dos; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. A competência em informação (CoInfo) como pré-requisito diferencial e inovador no apoio à educação profissional. In: Elmira Luzia Melo Soares Simeão; BELLUZZO, Regina Célia Baptista (Orgs.). **Competência em Informação: teoria e práxis**. Brasília: UNB, 2015. p. 89-102.

SANTOS, Camila Araújo dos. **Competência em Informação na formação básica dos estudantes da educação profissional e tecnológica**. 2017. 287f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

SANTOS, Vanessa Cristina Bissoli dos; SANTOS, Camila Araújo dos; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. A competência em informação em articulação com a inteligência competitiva no apoio ao alinhamento estratégico das informações nas organizações. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 6, Número Especial, p. 45-60, 2016.

TORRES, Laura Battezzini; PAGNUSSATT; Tamires Bressiani; SEVERO, Eliana Andréa. A inovação como fonte para vantagem competitiva nas organizações: uma revisão sistemática da literatura. **Revista GEINTEC – Gestão, Inovação e Tecnologias**, Aracaju, v. 7, n. 4, p. 4028-4043, 2017. Disponível em: <<http://www.revistageintec.net/index.php/revista/article/view/1022>>. Acesso em: 17. out. 2018.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/110/151>>. Acesso em: 22 maio 2017.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim; JORGE, Carlos Francisco Bitencourt; CERETTA-SORIA, María Gladys. Contribuição da Competência em Informação para os processos de Gestão da Informação e do Conhecimento. **Em Questão - Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 207-231, 2014.

VARELA, Aida Varela. A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento. In: MIRANDA, Antônio; SIMEÃO, Elmira (Org.). **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006. p. 15-32.

A ADULTEZ EMERGENTE SOB A PERSPECTIVA EXISTENCIALISTA DE JEAN-PAUL SARTRE

EMERGING ADULTHOOD: UNDER JEAN-PAUL SARTRE'S EXISTENTIALIST PERSPECTIVE

Natalia de Oliveira Santos¹

Flávia Neves Ferreira²

RESUMO: O objetivo deste escrito consistiu em discutir as cinco características da adulez emergente: a exploração da identidade, o centramento em si, o sentimento “*in between*” e de possibilidades em articulação com alguns pressupostos do Existencialismo. Para tanto, se utilizou da pesquisa bibliográfica, tendo como respaldo teórico o filósofo francês Jean-Paul Sartre. Primeiramente, foi realizada uma descrição sobre os principais aspectos da adolescência, depois foi descrito sobre os aspectos da fase adulta e da adulez emergente, por último, foi realizado uma articulação entre as características da adulez emergente com alguns conceitos do Existencialismo sartreano. O adulto emergente reflete a mudança sociocultural da contemporaneidade em que há um prolongamento da transição para a vida adulta. Pode-se considerar este período como uma fase do desenvolvimento que propicia o sujeito a movimentar em busca de suas próprias escolhas e responder responsabilmente as escolhas feitas, pois são estas escolhas que repercutem na construção de sua própria subjetividade.

Palavras-chave: Adulez emergente. Existencialismo. Jean-Paul Sartre.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to discuss how five emerging resources are adulthood: an exploration of identity, self-centeredness, the feeling “between” and the possibilities of articulation with some assumptions of Existentialism. To do so, use the bibliographical research, having as theoretical support or French philosopher Jean-Paul Sartre. First, a description was made of the main aspects of adolescence, then a description of the aspects of adulthood and emergent adulthood. Finally, an articulation was made between the characteristics of emerging adulthood and some concepts of Sartrean Existentialism. The emerging adult reflects a contemporary sociocultural change in which the transition to adulthood is prolonged. This period can be considered as a phase of development that propitiates or subjects the movement in search of their choices and answers responsibly as choices made, because it is these choices that affect the construction of their own subjectivity.

Keywords: Emerging adulthood. Existentialism. Jean-Paul Sartre.

¹ Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: deoliveirasantosnatalia@gmail.com

² Docente na Faculdade Católica Paulista (UCA). Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP-Assis-SP. E-mail: flavia_neves002@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No século XX, um jovem entre 22 ou 23 anos esperava tornar-se adulto quando alcançasse os ritos de passagem, tais como o casamento, a paternidade e/ou a estabilidade de um emprego. A partir do século XXI, modificações de ordem social, econômica e cultural retrataram um aumento da idade média de jovens se casando, se inserindo no mercado de trabalho, saindo da casa dos pais e assumindo a paternidade. Este prolongamento da transição entre adolescência e vida adulta levou a pesquisas no âmbito da psicologia do desenvolvimento, com vistas a realizar uma distinção desta fase de outros períodos do ciclo vital, que foi denominada de *adulthood emergente*.

O termo *adulthood emergente* é um vocábulo que foi apresentado pelo psicólogo Jeffrey Arnet (2000) para se referir ao período do desenvolvimento decorrente entre os 18 e 25 anos de idade. Este período, basicamente, apresenta cinco características: a exploração da identidade, transição por empregos com o apoio financeiro familiar; a instabilidade, estudo, amizades e vida amorosa; o centramento em si, considerando a constituição do desenvolvimento de identidade proveniente das variações de possibilidades; do sentimento de não pertencer à nenhuma das outras categorias, de estar entre aquilo que é definido como adolescente e adulto; e de possibilidades, uma vez que é marcada por expectativas e idealizações.

O que se pretende, neste escrito, é discutir as cinco características da *adulthood emergente* em torno de alguns pressupostos do Existencialismo. Para tanto, se utilizará da pesquisa bibliográfica tendo como respaldo teórico autores da Psicologia do Desenvolvimento como Piaget (1967), Calligaris (2000), Arnet (2000), Papalia, Olds e Feldman (2006), entre outros, a fim de discorrer sobre a adolescência e a fase adulta; e também, se utilizará de alguns pressupostos do filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980).

Nessa direção, o artigo inicia realizando uma descrição sobre os principais aspectos da adolescência, depois discorrerá sobre os aspectos da fase adulta e da *adulthood emergente*, por último, será realizada uma articulação entre as características da *adulthood emergente* com alguns conceitos do Existencialismo sartreano.

2 DESENVOLVIMENTO

Esta seção apresenta o levantamento teórico que ocorreu por três momentos: no primeiro foi feita uma descrição sobre alguns aspectos do desenvolvimento biológico, cognitivo e psicológico na adolescência, depois foi discorrido, de maneira breve, sobre alguns aspectos da fase adulta e no que consiste a *adulthood emergente*, no terceiro momento foi realizada a articulação das características da

fase de desenvolvimento chamada adultez emergente com alguns dos conceitos traçados pelo filósofo Jean-Paul Sartre.

2.1 A adolescência

A adolescência, segundo Calligaris (2000), é um conceito construído socialmente e tornou-se objeto de estudo a partir do século XX. É uma fase caracterizada pela transição do desenvolvimento entre a infância e a idade adulta, que se inicia com a puberdade, processo pelo qual se resulta na maturidade sexual ou fertilidade (capacidade de reprodução) do sujeito.

Além das mudanças nos órgãos sexuais e no crescimento físico do adolescente, ressaltam-se também, as modificações estruturais cerebrais, que envolvem emoções, julgamentos, organização do comportamento e autocontrole. Isso se justifica pelo crescimento da matéria cinzenta que contrasta com o padrão de matéria branca no cérebro que conectam regiões distantes do cérebro. Tais conexões ficam mais espessas e se mielinizam, esta contínua mielinização da matéria cinzenta nos lobos frontais facilita a maturação do processamento cognitivo.

Como as estruturas cerebrais ainda estão em maturação – incluindo os sistemas corticais frontais que não estão totalmente desenvolvidos (estas estruturas estão associadas a motivação e impulsividade) –, podem ser uma explicação para os estados eufóricos e pela busca de novidades entre os adolescentes, e também ser um dos possíveis motivos de comportamentos de risco, bem como dificuldade de concentração em metas de longo prazo. Os adolescentes processam as informações com as amígdalas, o que repercute em julgamentos menos racionais (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2006).

Quanto aos aspectos cognitivos, Jean Piaget (1967) elucida que os adolescentes entram na fase do desenvolvimento denominada por ele de operações formais, em que os sujeitos desenvolvem a capacidade de pensar de modo abstrato, ou seja, constroem sistemas e teorias, resolvem problemas abstratos e operações lógicas para o mundo das ideias, desenvolvem raciocínio hipotético-dedutivo (capacidade de deduzir as conclusões a partir de hipóteses). Ele atribui esta mudança a uma “combinação de maturação cerebral e expansão das oportunidades ambientais” (PIAGET, 1967, p.77). Esta modificação no aspecto cognitivo está atrelada ao conceito piagetiano de desequilíbrio cognitivo, cujo significado refere-se à situação de quando indivíduo se depara com um novo conhecimento, fazendo associar a situação nova apresentada com uma experiência já vivida, de maneira que ela possa comparar e questionar esta nova experiência.

Um conceito semelhante ao de desequilíbrio em Piaget é proposto por Kohlberg e cols. (1975) como conflito cognitivo, segundo o qual, se configura como amadurecimento e modificação das opiniões e do raciocínio moral. Pode-se dizer então que os conflitos cognitivos ocorrem quando são

proporcionadas situações onde os adolescentes possam avançar em seus conhecimentos, confrontando os seus conceitos espontâneos com os científicos, o qual estará estimulando seu julgamento sobre as atitudes referentes ao ambiente.

Quanto ao desenvolvimento psicossocial e as questões referente à identidade do adolescente, o autor Erik Erikson (1976) caracteriza a adolescência como uma moratória social, ou seja, um momento de espera que a sociedade oferece a seus membros jovens, enquanto se preparam para exercer os papéis adultos. A identidade vai assim se construindo, ao longo do processo de desenvolvimento, através de identificações que se dão inicialmente no âmbito das relações familiares, ampliando-se gradativamente para outros espaços sociais.

O desenvolvimento emocional na adolescência tem como principal característica a busca da identidade. Erikson¹ (1976) descreve a crise psicossocial como o conflito de identidade versus confusão de identidade. A identidade forma-se pela resolução de três questões fundamentais: a escolha da profissão ou de uma ocupação, adoção de valores e desenvolvimento de uma identidade sexual satisfatória. Erikson (1976) caracteriza a adolescência como a fase pertencente a ‘identidade *versus* confusão’, onde o sujeito torna-se consciente das características individuais, preferências e controle do próprio destino. Sofre confusão de papéis (identidade) pelas mudanças da infância para a fase adulta e mudanças histórico-sociais, podendo gerar sentimentos de vazio, indecisão, isolamento e ansiedade. A crise de identidade é a necessidade de buscar uma resolução para os conflitos. O perigo é a identidade negativa em que o adolescente se sente possuidor de características negativas.

Segundo aponta Einstein (2005), a Organização Mundial da Saúde (OMS), caracteriza a adolescência entre 10 e 19 anos, enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU), corresponde ao período dos 15 e 24 anos, critério este usado principalmente para fins estatísticos e políticos. Usa-se também o termo jovens adultos para englobar a faixa etária de 20 a 24 anos de idade.

Conforme o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), através da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, prevê:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (BRASIL, 1990, p. 1).

Nessa fase atravessada por fenômenos e conflitos típicos, onde geralmente apresentam problemas com os familiares na busca por espaço e autoafirmação, ocorre também a busca por

¹ Erikson desenvolveu a Teoria Psicossocial do Desenvolvimento em que estipulou oito estágios, com ênfase especial na adolescência. Ressalta-se que os estágios não seguem uma determinação cronológica, pois usa-se o Princípio Epigenético, isto é, cada estágio contribui para a formação da personalidade total e não abandonado por completo.

independência do controle parental. Durante a primeira e segunda infância, são os pais ou responsáveis que orientam seus filhos, decidem por eles, fazendo escolhas que influenciarão seu futuro desenvolvimento; no entanto na adolescência há uma transferência da dependência dos pais, pois é o momento da separação dos pais.

Desse modo, há um aumento na dependência e influência dos colegas, assim, os adolescentes tendem a buscar grupos que servem de modelo para a formação da identidade e procuram apoio emocional no grupo de amigos. Conforme elucida Aberastury e Knobel (1992, p. 37), “[...] as atuações do grupo e dos seus integrantes representam a oposição às figuras parentais e uma maneira ativa de determinar uma identidade diferente da do meio familiar”. Essa passagem pela vivência grupal é então, mais uma etapa da busca identitária, onde “[...] o grupo constitui, assim, a transição necessária no mundo externo para alcançar a individualidade adulta” (ABERASTURY; KNOBEL, 1992, p. 38).

Além desses aspectos, pode ocorrer o que Levisky (2000) denomina de ‘solidão adolescente’, que é caracterizada pela dificuldade em expressar os sentimentos, dessa forma, a comunicação pode se manifestar por meio da rebeldia e da agressividade. Este mesmo autor relaciona a violência como uma reação consequente a um sentimento de ameaça ou de falência da capacidade psíquica em suportar o conjunto de pressões internas e externas: como uma possibilidade de externalizar todo emaranhado de sentimentos que o assola.

2.2 A fase adulta e a adulez emergente

Considera-se adulta aquela pessoa que corresponde a faixa etária dos 18 aos 60 anos, tomando como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que considera o fim da adolescência aos 18 anos, e o Estatuto do Idoso (2003), que define a pessoa idosa aquela que tem 60 anos ou mais (BRASIL, 1990; BRASIL, 2003).

Para Silva (2004), a vida adulta compreende três períodos: adulto jovem, para a faixa etária entre 18 e 21 anos, adulto, para a faixa etária de 21 aos 45 anos, e meia-idade, para as pessoas que possuem idade entre 45 e 60 anos. Ser adulto era definido pelo exercício de uma atividade profissional e pela constituição de uma família, as mudanças sociais atuais dão novos contornos tanto à transição para a idade adulta, como ao assumir papéis de adulto por parte dos jovens. Boutinet (2000) equaciona, no final dos anos 90, os motivos pelos quais tão poucos investigadores trabalham o conceito de adulto. Para o autor isso ocorre pois, quer ao nível da academia e também quer ao nível do senso comum, falar sobre esta fase da vida é tido como “algo banal” (BOUTINET, 2000, p. 11).

De acordo com Guerreiro e Abrantes (2005) ser adulto ocorre, em dois tempos: um primeiro período, caracterizado pela liberdade, pelas experiências e pela ausência de compromissos; um

segundo período, caracterizado pela responsabilidade, estabilidade e compromissos. A vivência de uma transição para a idade adulta “livre” contrasta com as atitudes relativas à vida adulta considerada rotineira, aborrecida e desinteressante.

O ciclo de vida natural das pessoas inclui as diversas fases do crescimento e uma das etapas mais marcantes do ciclo de vida individual é a transição do jovem para a vida adulta. Este processo aparece como um fenômeno multidimensional que envolve transformação pessoal e social, configurando-se como um construto da história do indivíduo. No entanto, as transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas nas últimas décadas, exigiu o estudo de uma nova etapa do desenvolvimento, caracterizada como um prolongamento da adolescência, mas que não se constitui nem como adolescente e nem adulto. Desse modo, Arnett (2000) inaugura o termo *adulthood emerging* como um período do desenvolvimento característico, especialmente, dos jovens nas sociedades industrializadas os quais demoram mais para sair da casa dos pais, se casar, se estabilizar profissionalmente.

Arnett (2000) estabelece o termo *adulthood emerging* para caracterizar o período do desenvolvimento, marcado por características próprias: exploração da identidade, instabilidade, *autofocus*, sentimento “*in-between*” e possibilidades, uma vez que é marcada por expectativas e idealizações. A *adulthood emerging* seria uma idade de passagem da adolescência para a *adulthood* conhecida que em torno dos 18 aos 25 anos de idade.

É durante a *adulthood emerging* que os jovens estabelecem uma série de interações sociais que ocupam uma parcela considerável do seu tempo, tanto nos círculos de amizade quanto nos de trabalho e estudo. Esses círculos podem funcionar como redes de apoio em potencial para ajudar os jovens a lidar com dificuldades em suas vidas. Para isso, é necessário que esses apresentem um repertório de habilidades sociais que os auxiliem a construir e manter relações sociais, que possam se tornar redes de apoio efetivas.

2.3 A *adulthood emerging* na ótica existencialista

Os momentos mais sensíveis do desenvolvimento humano são aqueles que marcam a transição de uma etapa do ciclo vital para outra. Em relação a *adulthood emerging*, a primeira característica desta fase consiste na exploração da identidade. Portanto, caracteriza-se, sobretudo, como um tempo de escolhas e um tempo constitutivo ao sujeito, na medida em que ele realiza uma busca por si mesmo, pela compreensão de quem é e do lugar que ocupa na vida familiar e social.

Para o Existencialismo, o único ser que existe é o Homem, no sentido de que todas as demais coisas apenas são no mundo, mas o homem existe, porque ele se constrói por suas escolhas, ele muda

o tempo todo, ele é aberto, não é pronto, acabado, estático. Logo, o homem é homem pela sua condição de liberdade.

[...] sou um existente que aprende sua liberdade através de seus atos; mas sou também um existente cuja existência individual e única temporaliza-se como liberdade [...] Assim, minha liberdade está perpetuamente em questão em meu ser; não se trata de uma qualidade sobreposta ou uma propriedade de minha natureza; é bem precisamente a textura de meu ser [...] (SARTRE, 1997, p. 543).

Sendo assim, um dos pontos centrais para o entendimento do Existencialismo, é o fato dele considerar o homem como uma história que está acontecendo, sendo que sua identidade consiste na sua própria história. Portanto, esse homem está comprometido com sua identidade enquanto um processo em construção (SCHNEIDER, 2011).

Na concepção existencialista, o homem não tem uma identidade fechada, pois ele passa a vida inteira se construindo, nesse sentido, o adulto emergente é um sujeito em construção, que se caracteriza por um vir-a-ser, ou seja, encontra-se numa posição angustiante: quando ele olha para frente existe a indeterminação do futuro – ele não sabe o que vai ser; ele torce, atua, faz várias coisas no sentido de construir o futuro, mas esse futuro está indeterminado. Ele olha para trás e percebe o passado totalmente determinado enquanto conjunto de acontecimentos, mas com os significados, daquilo que foi, suspensos, porque a cada novo passo, há uma nova configuração de significados sobre ele mesmo e sobre sua própria vida (SCHNEIDER, 2011).

O que Sartre (1997) diz sobre a constituição do sujeito ou da identidade do sujeito está relacionada a premissa de que “a existência precede a essência”, isto é, o homem primeiro existe, então, ele descobre-se, surge no mundo, e só depois se define. A sua essência aparece como consequência de seus atos, daquilo que ele faz de si mesmo, portanto, ele é sempre um projeto, um projeto a ser.

A segunda característica da adultez emergente refere-se à instabilidade, que se reflete tanto na instabilidade profissional, quanto das relações afetivas. Enquanto a terceira característica diz respeito ao *autofocus*, segundo Arnett (2000), como os adultos emergentes possuem poucas obrigações e compromissos, isso propicia que eles possuam maior autonomia para gerenciar suas vidas. Desta forma, são livres para tomarem decisões importantes sobre suas próprias vidas.

A liberdade é um dos principais conceitos existencialistas. Sartre afirma que o homem é o único ser livre para escolher ser quem ele quer ser, na verdade, o filósofo enfatiza que “[...] o homem está condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si próprio; e, no entanto, livre porque, uma vez lançado no mundo, é responsável por tudo quanto fizer” (SARTRE, 1987, p.15).

Isso significa que diante das diversas possibilidades que se apresenta para o sujeito, ele é constitutivamente livre para escolher, até mesmo se ele não escolher nada, esta já é uma escolha possível. Nas palavras do autor “a liberdade é precisamente o nada que é tendo sido no âmago do homem e obriga a realidade humana a fazer-se em vez de ser [...] (SARTRE, 1997, p.545)”.

Importante destacar que a liberdade existencial não significa a mesma coisa que o livre arbítrio, nem mesmo significa autonomia para decidir sobre seus atos, mas é, antes de tudo, a decisão por sua própria vida e responsabilizar-se por ela. Desse modo, a liberdade do adulto emergente é retratada nas escolhas que ele faz e suas escolhas denotam o fato dele constantemente estar ‘fazendo-se’ no mundo, dito de outro modo, colocando em prática e realizando sua essência. Na medida em que o sujeito escolhe, surge outra característica existencial, que é a responsabilidade. Se o homem escolhe, ele realiza e é responsável por estas realizações, mas esta responsabilidade não implica somente a si, mas a toda humanidade.

[...] a primeira decorrência do existencialismo é colocar todo o homem em posse daquilo que ele é, e fazer repousar sobre ele a responsabilidade total por sua existência. E quando dizemos que o homem é responsável por si mesmo, não queremos dizer que ele é responsável estritamente por sua individualidade, mas que é responsável por todos os homens (SARTRE, 1987, p. 26).

A quarta característica da adulez emergente está relacionada ao sentimento “*in between*”, que é o sentimento dos indivíduos se sentirem pertencentes a idade adulta, embora ainda não se sintam completamente adultos. A quinta característica é o fato dela ser o período das possibilidades, por meio de duas maneiras diferentes: a primeira está relacionada com o otimismo e a esperança no futuro, característicos deste período; a segunda refere-se a característica deste período representar uma oportunidade fundamental para os sujeitos estabelecerem uma identidade independente (MONTEIRO; TAVARES; PEREIRA, 2009). Todavia, tanto o sentimento de não pertencimento à vida adulta e as diversas possibilidades que se apresentam aos sujeitos, pode ter como efeito o sentimento de angústia.

No Existencialismo de Sartre (1987), a angústia não é apenas mais um sentimento de ordem psicológica, mas é a experiência existencial que desvela a liberdade ontológica. Portanto, a angústia é a expressão máxima da inteira responsabilidade pela escolha que se realiza em cada situação.

A angústia é constituída por três experiências: a primeira diz que a vida se apresenta para o nada sem projeto ou algum propósito. A segunda diz que não é predeterminada pela natureza nem por nenhuma força que seja exterior, a sua execução desenrola-se a partir de si mesmo e orienta-se para um fim que cabe ao sujeito escolher. A terceira experiência remete a escolha de um projeto existencial. Em suma, a angústia é uma das formas que descortina a existência humana e expande as possibilidades

do homem ultrapassar a realidade como está, ou seja, transcender e construir sua própria história de modo autêntico.

3 CONCLUSÃO

No Brasil, o adulto emergente pode ser visualizado em classes sociais médias e altas, se configura no período que se caracteriza pela exploração da identidade, instabilidade, *autofocus*, sentimento “*in-between*” e possibilidades, uma vez que é uma fase marcada por expectativas e idealizações.

Nesse sentido, pode-se apreender que o adulto emergente está inserido em um contexto sociocultural específico, o que nos faz refletir sobre as classes sociais menos favorecidas, as quais, na maioria das vezes, nem passam por esta fase, porque as exigências são outras, a busca por emprego, a constituição familiar e a saída da casa dos pais são mais precoces; o que fomenta ainda mais a desigualdade no país.

De todo modo, o adulto emergente reflete a mudança sociocultural da contemporaneidade em que há um prolongamento da transição para a vida adulta. O surgimento teórico acerca da adulez emergente mostra a necessidade de estudo descritivo com vistas a compreender as novas formas de atribuir sentido ao conceito de adulto.

Pode-se considerar este período como uma fase do desenvolvimento que propicia o sujeito a se movimentar em busca de suas próprias escolhas e responder responsabilmente as escolhas feitas, pois são estas escolhas que revelam a construção de sua própria subjetividade, em um movimento de ‘fazer-se’ no mundo, e, assim, realizar sua essência.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: Um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- ARNETT, J. J. Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. **American Psychologist**, 55, p. 469-480, 2000.
- BOUTINET, J.P. **A imaturidade da vida adulta**. Porto: Rés, 2000.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei 10.741 de 1 de outubro de 2003. Brasília, 2003.
- CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005.

ERIKSON, E. **Infância e Sociedade**. Tradução de Gildásio Amado. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

GUERREIRO, M.D.; ABRANTES, P. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n.58, 2005.

KOHLBERG, L. cols. **Psicología del Desarrollo Moral**. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1975.

LEVISKY, David Léo. **Adolescência: pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MONTEIRO, Sara; TAVARES, José; PEREIRA, Anabela. Adulter emergente: na fronteira entre a adolescência e a adultez. **Revista @mbienteeducação**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 129 - 137, 2009.

PAPALIA, D.; OLDS, S.W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PIAGET, J. **A epistemologia genética e a pesquisa psicológica**. Rio de Janeiro: Record, 1967.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 3ªed., São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: o ensaio de ontologia fenomenológica**. Tradução Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes. 1997.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. **Sartre e a psicologia clínica**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

SILVA, N. Ser adulto: alguns elementos para a discussão deste conceito e para a formação de professores de adultos. **Millenium Rev.do Instituto Politécnico de Viseu**, n. 29. 2004.

A VINCULAÇÃO DA PEDAGOGIA AO GÊNERO FEMININO: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA FALA DE UMA PROFESSORA

THE LINK OF PEDAGOGY TO THE FEMALE GENDER: REFLECTIONS FROM A TEACHER'S SPEAK

Daniela Emilena Santiago¹

Fernanda Gonçalves Gomes²

Flavia Danieli de Souza Barbosa³

Vanessa Simões Ribeiro⁴

RESUMO: Esse texto foi elaborado no ano de 2018 pelos autores com o objetivo de realizar uma maior aproximação à questão de gênero que tem sido latente nos cursos de graduação de Pedagogia expressa pelo fato de observarmos uma predominância feminina dentre aqueles que procuram uma graduação na área. Observando a realidade espanhola por conta de pesquisa de iniciação científica vemos, no entanto, que a predominância do gênero feminino não é tal recorrente como no Brasil. Para a apreensão desse objeto de pesquisa realizamos uma entrevista com uma professora que foi formada no contexto do surgimento dos primeiros cursos de Pedagogia no Brasil, além da leitura teórica basal para alimentar tais estudos. Concluímos assim que a vinculação da Pedagogia ao gênero feminino é algo que se faz presente no Brasil desde o contexto de surgimento da profissão no Brasil.

Palavras-chave: Pedagogia. Gênero. Trabalho.

ABSTRACT: This text was prepared in the year 2018 by the authors with the aim of making a closer approach to the gender issue that has been latent in Pedagogy undergraduate courses expressed by the fact that we observe a female predominance among those seeking a degree in the area. Observing the Spanish reality because of research of scientific initiation we see, however, that the predominance of females is not as recurrent as in Brazil. For the apprehension of this research object we conducted an interview with a teacher who was formed in the context of the emergence of the first Pedagogy courses in Brazil, in addition to the basal theoretical reading to feed such studies. We conclude that the linkage of Pedagogy to the female gender is something that is present in Brazil since the context of the emergence of the profession in Brazil.

Keywords: Pedagogy. Genre. Job.

¹ Assistente Social, docente dos cursos de Psicologia e Pedagogia da UNIP-Assis-SP. Mestre em Psicologia e História pela UNESP e Doutoranda em História pela UNESP-Assis-SP. Desenvolve pesquisas na área de gênero, violência, políticas sociais, desenvolvimento infantil e religião. E-mail: santiago.dani@yahoo.com.br

² Graduada em Pedagogia pela UNIP-Assis. Professora substituta da rede de educação de Assis. Realiza pesquisas na área de gênero e educação comparada. E-mail: fergomes2308@gmail.com

³ Pedagoga, Diretora de Escola na rede municipal de educação de Assis-SP. Coordenadora e Docente do curso de Pedagogia da UNIP-Assis-SP. Mestre em Educação pela UNESP-Marília-SP. Realiza estudos na área de gênero, violência contra crianças e adolescentes, inclusão educacional e gestão educacional. E-mail: flaviadanis@ig.com.br

1 INTRODUÇÃO

Iniciamos essa pesquisa, por observarmos as salas de aulas do curso superior de pedagogia que são compostas em sua maioria por mulheres e pensar os motivos pelos quais se relacionam o curso à mulher. Percebemos assim, por meio de estudos realizados no próprio curso que essa era uma questão histórica, ou seja, no Brasil, há muitos anos a Pedagogia tem sido associada a uma profissão que estaria restrita ao universo feminino, como se somente mulheres pudessem exercer tal função. Portanto, é um conceito que também aborda a questão do gênero, ou seja, atribui uma profissão à todas aquelas que nasceram do sexo feminino.

Ao empreender uma análise das práticas desenvolvidas nos ciclos iniciais da Espanha e comparar as questões pedagógicas e de gestão à realidade brasileira por meio da pesquisa de iniciação científica concluída no ano de 2018 observamos que na Espanha a profissão não é compreendida como circunscrita apenas ao universo feminino, mas que incorpora também o gênero masculino. Essa constatação aguçou ainda mais o nosso interesse pelo tema em questão e nos motivou a empreender pesquisas sobre esse tema de forma paralela ao tema da iniciação científica.

Por outro lado sabemos que a Pedagogia é associada ao cuidado. Nesse sentido, é mister observar ainda que a mulher sempre foi relacionada ao cuidar dos filhos e marido, aos deveres da casa e demais obrigações que seriam consideradas “obrigações da mulher”. Com isso, a Pedagogia, como sabemos que existe a dedicação do educar, do cuidar, criou-se então esse vínculo com a mulher. Isso faz com que o curso de graduação em Pedagogia seja inferiorizado, podendo ser considerado a pedagoga como uma babá, onde ela está ali para realizar o papel que a mulher realizaria em casa, porém, a pedagoga está ali como qualquer outra profissional, para pôr em prática seu trabalho de docente, no qual, ela se preparou academicamente para isso. Mas, temos ainda a inferiorização da mulher a relacioná-la apenas ao cuidado. Afinal, ao que parece, essa seria uma atribuição do universo feminino, e, cabe a mulher desempenhá-la em casa ou então em um espaço sancionado para isso por meio de um profissão, para a qual, é basal uma graduação. E, temos ainda uma exclusão do homem desse espaço uma vez que ainda constatamos que no município de Assis (a exemplo de outros dessa região) não temos homens atuando na educação infantil sob o argumento de que o homem não saberia cuidar de uma criança pequena ou até mesmo que a criança estaria exposta à violência sexual caso o homem, pedagogo fosse o responsável por salas de educação infantil onde o cuidado mais rudimentar como banho e troca de roupas se torna necessário.

Freire (1993) cita em seu livro “Professora sim, tia não”, que o simples chamar de “tia”, pode ser considerado uma tentativa de reduzir a professora à condição de “tia”, sendo uma inocente armadilha ideológica em que, tentando-se dar a ilusão de adocicar a vida da professora, o que se tenta

é amaciar a sua capacidade ou entretê-la no exercício de tarefas fundamentais. O autor ainda nos diz que ao chamar de tia à professora fica ainda entendido que a mulher já possui aqueles conhecimentos para cuidar da criança, independente de qualquer estudo e com todo o aprendizado no nosso decorrer na universidade, vemos claramente isso como uma inverdade, pois assim como o mundo, a criança evolui e nós nos preparamos cientificamente para obter maior compreensão desse mundo que ela convive e não simplesmente por um senso-comum.

De tal forma, tanto o fato de haver, historicamente uma analogia entre mulher, cuidado de criança e Pedagogia, é um dos fatores que influencia a maior quantidade de professores do gênero feminino. Por outro lado, vemos que a consciência e entendimento de que o homem deve ser o provedor da casa ao passo que a mulher funcionaria como uma renda auxiliar, ou então cuidando da casa e dos filhos, pode ser outro fator que influencia no fato da maioria dos profissionais estarem vinculados ao gênero feminino. Isso porque, em grande parte sabemos que a remuneração dos professores no país tende a ser baixa, e, o homem provedor da sociedade patriarcal busca remunerações maiores.

Fato é que há raízes históricas que determinam essa afluência de mulheres para a profissão de Pedagogia e visando identificar algumas dessas raízes, realizamos um pesquisa com uma pedagoga formada em 1955 no Brasil e que nos relata sua experiência quanto a escolha do curso e suas descobertas. A pesquisa aconteceu por meio de entrevista semiestruturada, a qual apresentaremos no decurso desse texto. Trata-se de uma amostra de ocasião uma vez que tivemos conhecimento da entrevistada pelo fato de que um dos autores residir no mesmo município do que ela. Propusemos a pesquisa e os resultados identificados vieram de encontro às indagações que vínhamos realizando acerca da relação firmada entre gênero e pedagogia.

Por meio da apresentação das colocações da entrevistada conseguimos observar como a profissão da Pedagogia era compreendida no período e como isso estabelece relação com a atual caracterização da mesma como algo que situa-se no espaço do cuidado da criança, e, portanto como algo inerente à mulher. No entanto, o presente manuscrito foi organizando por meio da apresentação de dados que nos permitiram compreender o desenvolvimento da Pedagogia no Brasil e na sequência apresentamos a entrevista realizada.

2 BREVE RETROSPECTO DO DESENVOLVIMENTO DA PEDAGOGIA NO BRASIL

Acreditamos que seja relevante uma breve sistematização sobre o curso de Pedagogia para que possamos entender onde a mulher viu oportunidades de estudar e fazer parte do mercado de trabalho através dessa profissão, no contexto de seu surgimento. O curso de pedagogia inicia-se no final da década de 30 no Brasil pois anteriormente os professores eram formados pela escola Normal. Segundo

Furlan (2008) o bacharel em Pedagogia era preparado para ocupar cargos técnicos da educação, enquanto o licenciado era destinado à docência.

Aparentemente, havia uma separação entre as disciplinas do bacharelado e da licenciatura, como se um não fosse dependente do outro, gerando assim a “famosa” dicotomia entre teoria x prática. Isso resulta até os dias de hoje a típica frase “na prática, a teoria é outra”, dando espaço para que os profissionais não realizem na prática o que se foi estudado e comprovado através de estudos os métodos de aplicabilidade em determinadas situações.

O curso foi sendo remodelado ao longo dos anos, adequando-se a realidade da época e do que era esperado do mesmo, passando pela era tecnicista, onde o profissional era meramente preparado para o mercado de trabalho, como uma mão de obra não pensante. Em 1978, começam a surgir grupos com o intuito de reivindicar melhorias para a formação do Pedagogo, além de outras requisições voltadas a melhoria do ensino gratuito oferecido para a população no país. Nesse período vemos que também o MEC começa ter maior envolvimento, discutindo assim, melhorias e instituindo normas e regras para alcançá-las.

Segundo Brzezinski (1996), a partir da década de 80, os educadores, passaram a escrever sua própria história, não só pelo diálogo, mas também pelos conflitos, constituindo movimentos sociais que caminhavam rumo a “redemocratização”, de resistência ao autoritarismo imposto pela ditadura militar. Conseguiu-se enfim, uma proposta de reformulação dos cursos de Pedagogia e licenciatura, proposta que ficou conhecida como “documento final de 1983”, que passa a constituir a referência básica para a I Conferência Brasileira de Educação, realizada na PUC de São Paulo. A partir desse documento, nota-se que já não se questionou a Pedagogia enquanto curso, sua existência, porém ainda preocupa-se com os profissionais formados por esse curso nessa estruturação.

Após essa compreensão do curso como si, voltamos a pensar na mulher no mercado de trabalho. Sabemos que a mulher sempre esteve presente no mercado de trabalho, ainda que informalmente. Ela está descrita em obras de arte como artesãs, por exemplo, em vendas, pequenos comércios, enfim, informalmente a mulher, de uma certa forma, sempre esteve inserida. Porém com a expansão capitalista, uma massa foi inserida ao mercado de trabalho de uma forma mais formal, e com isso, as mulheres também foram inseridas em diversos trabalhos, e algumas profissões são pensadas adequadas para a mulher, entre elas, o magistério.

Com a mulher sendo “forçada” a gerar capital, com o crescimento do capitalismo, ela se vê ante a “escolha” de uma profissão, porém, destina-se a profissões que se assemelhem a sua vida particular, sua vida doméstica a qual ela levava. Nota-se as profissões como pedagogia, magistério, enfermagem, que são pensadas como uma extensão do lar, portanto, a mulher seria “inata” ao preparo para o desenvolvimento dessas profissões.

O magistério é relacionado fortemente as mulheres até o dia de hoje, pois com a maternidade, as mulheres são consideradas as primeiras educadoras das crianças, e com isso acredita-se ser uma profissão que elas já desenvolvem sem o preparo teórico-científico. Porém com essa inferiorização do estudo e do preparo de um pedagogo, o curso até os dias de hoje, atrai uma clientela que vê essa formação como um curso “mais barato”, “mais fácil”, e muitas vezes, concluem o curso, sem entender o papel do pedagogo.

No entanto, essa maneira de entender a profissão hoje, tal como reforçamos várias vezes, encontra assento na própria história desse categoria profissional. Para melhor compreender esse momento histórico e a perspectiva conferida à Pedagogia nesse momento, apresentamos na sequência a entrevista realizada.

3 GÊNERO FEMININO E PEDAGOGIA: O QUE A FALA DE UM PROFESSOR PODE NOS DIZER?

Como destacamos, realizamos a entrevista com a pedagoga A., formada em 1955. A entrevista foi gravada, transcrita e apresentamos as respostas conferidas pela professora às questões realizadas. Destacamos que não suprimimos e não excluimos nenhum trecho da fala da professora, mas escolhemos recortes específicos do que a professora expôs visando assim apresentar a perspectiva da entrevistada e dessa forma abordar nosso objeto de pesquisa.

Importante frisar alguns aspectos relevantes para melhor caracterizar o sujeito da entrevista. A. possuía um pai formado em Direito, atuante como juiz. A mãe, depois de casada, cursara Administração. Ou seja, eram pessoas com um certo grau de conhecimento, sobretudo porque na época não eram todas as pessoas que poderiam cursar graduação. Isso nos diz também da condição financeira da família uma vez que os custos também eram motivo para evitar o acesso ao nível superior.

Pois bem o pai de A. definiu (já que a mãe não poderia fazê-lo), que as filhas, duas mulheres fariam curso superior, porém, seria o curso de Pedagogia. No contexto da entrevista perguntamos: “Então me conte. Porque a senhora escolheu Pedagogia?”, ao que a entrevistada nos respondeu:

A minha fia naquela época, não tinha muito isso de escolher não. Olha papai você sabe né, era Juiz. Naquela época a gente nem pensava em estudar. Mas papai acabou deixando a gente estudar. Eu e minha irmã mas tinha que ser Pedagogia. A gente ia lá na Universidade de São Paulo, mas era de dia. A gente ia junto tanto que maninha teve que esperar um ano para estudar, porque ela era mais velha e para ir sozinha papai não deixava. A gente pegava bonde na época sabe, e era só chegar em casa que logo o telefone tocava. Era papai querendo saber se a gente tinha chegado já.

Ou seja, ao que parece não havia um pensamento da mulher para o estudo, mas, já que o pai autorizou, decidiu cursar. No caso, Pedagogia foi sua única opção, por ser um curso voltado para as

mulheres, e claro, onde haveria somente mulheres cursando, para que ela não tivesse o contato com homens. Além disso, é nítido o fato de que o pai só autorizou os estudos quando as filhas puderam comparecer a aula juntas, ou seja, não poderiam sair sozinhas para estudar, nem mesmo pela manhã. Visando garantir que as filhas chegassem em casa, depois da aula, o pai ligava para checar.

A entrevistada nos relata também, que ao ingressar no curso superior, ela já estava noiva e os estudos não poderia atrapalhar ela no “bordado” de seu enxoval. Ou seja, tanto a entrevistada, quanto sua irmã não poderiam perder de vista o casamento já confirmado. Quando perguntamos à entrevistada: “Sei, e em qual época isso aconteceu?”, a mesma nos respondeu conforme abaixo:

Bom, eu sou de 37. Isso era mais ou menos 1955. Mas era assim, as duas já tinham noivos e não podia descuidar do enxoval. A gente estudava sabe mas tinha que bordar as coisas do enxoval. Eu já era noiva do meu marido, e minha mana também tinha o noivo. Então esse foi o combinado. A mana queria ser advogada que nem o papai mas na época era somente pedagogia que podíamos fazer. Como se diz, era profissão da mulher. Só depois, já casada, quando fui para a PUC é que eu conheci o feminismo.

Ou seja, casamento em primeiro lugar, e, desde que não atrapalhe os estudos. Nesse sentido vemos que não é um caso isolado. Considerando nossos estudos vemos que na época, apesar de muitas mulheres já trabalharem, grande parte da sociedade ainda considerava o casamento como a maior finalidade de suas vidas. No caso, o estudo, não era comum e era algo que somente os segmentos de maior poder aquisitivo conseguiriam acessar. Assim, o caso acima retratado não é único, mas representativo de uma forma que era hegemônica na sociedade brasileira dos anos 50 e que compreendia a mulher como que preparada para o casamento.

Outro aspecto que pretendemos destacar tomando como base as duas falas da entrevistada que apresentamos acima é que temos a analogia entre o curso de Pedagogia e a presença massiva das mulheres. Assim, vemos que historicamente o entendimento é de que cursariam essa graduação, sobretudo mulheres. Como sabemos, somente mulheres burguesas ou com condições de custear o curso, o traslado, e todas as despesas, ou seja, em sua maioria mulheres com certo poder aquisitivo.

Além, disso conseguimos ainda observar que o preconceito com os cursos que seriam “para homens”, já se iniciava em casa. A mulher não tinha o direito de escolha de uma profissão, ou seja, se ela quisesse estudar, teria que dedicar-se ao magistério, pois é uma profissão adequada à mulher. Atualmente vemos progresso em relação a tudo isso, porém, nota-se nos cursos de pedagogia que a grande maioria é constituído por mulheres. E as falas ainda continuam relacionadas ao mesmo pensamento retrogrado, onde, em uma conversa informal se relaciona o estudo da pedagogia ao “gostar de criança”, “cuidar de criança”. Até mesmo nas escolas, quando há um professor do sexo masculino, pode gerar uma estranheza nos pais dos alunos, como se um homem não estivesse apto para dedicar-se ao papel de cuidar de seus filhos.

Ainda partindo da fala da entrevistada há outros conceitos que nos permitem identificar aspectos relacionados ao tipo de formação oferecida na época. Questionamos à entrevistada: “E como era a faculdade e como foi esse encontro com o feminismo?”, ao que obtivemos a seguinte resposta:

A faculdade na época era bom. Tinha muito padre que dava aula lá sabe, mas na época eu achava bom. Depois que eu sai de lá eu até lecionei um tempo sabe e eu gostava. Depois eu me achei mais parecida com a Psicologia. Mas ah tá o feminismo foi lindo. Ai já era 70 e pouco. Tinha um coletivo na PUC e foi lá, no coletivo, que eu aprendi que podia largar daquele abusador do meu marido e mandei passear. Na PUC eu achei diferente porque os professores eram mais políticos sabe né. A primeira faculdade era só uma lavagem cerebral sabe? As professoras, mesmo que não concordassem com as coisas não podia falar nada. E só tinha mulher viu? Nada de homens...por isso papai deixava.

Ou seja, pela vinculação do curso de graduação à Igreja Católica, afinal a instituição em que estudou era essencialmente católica, havia muitos padres como professores, e isso nos permite supor que também difundiam os ideias da Igreja, na época. Não podemos, no entanto, afirmar com toda certeza tal colocação. O texto nos indica ainda que somente nos anos 70, dentro da PUC, instituição de embasamento católico, que a entrevistada estabeleceu contato com o Feminismo, e indica esse momento como um divisor de águas pois acredita que lá conseguia expor seus pensamentos. A entrevistada destaca que na primeira graduação não tinha como discutir sobre nada na faculdade, algo que mudou na segunda formação onde encontrou até os coletivos, práticas de partilha e troca comuns do movimento feminista. Isso, a nosso ver, não tem relação apenas com a posição da instituição formadora mas também com o período, afinal, em 1955 também os professores do ensino superior não apresentavam tanta criticidade, algo que foi se ampliando com os anos. Nos anos 70, apesar do regime ditatorial do país, temos a ampliação da massa crítica do país, e esse movimento advém das universidades.

E, concluindo as colocações com a última pergunta da entrevista em que solicitamos que A. apresentasse suas colocações finais sobre esse processo de “escolha” da Pedagogia, ao que nos disse:

Não minha fia, mas olha só que vocês são privilegiados porque hoje os professores tem estudo e vocês falam o que pensam e escolhem, de verdade. Para mim não foi ruim. Fiz depois Psicologia, e fiz mestrado e dei aula por muitos anos. A Pedagogia me ajudou mas talvez não fosse minha escolha naquela época.

De certa forma ainda não podemos concluir que todos os jovens brasileiros têm essa condição de escolha, porém, comparando a realidade de hoje à dos anos 50 podemos inferir que a Pedagogia evoluiu substancialmente ao passo que hoje, é de fato permitido e necessária maior criticidade do corpo docente vinculado às instituições de formação de novos pedagogos. No entanto, vemos que ainda

temos muitos resíduos na formação dos profissionais que nos indicam que ainda a Pedagogia é compreendida como uma profissão “de mulher”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a conquista do espaço pela mulher, nas diversas áreas de trabalho, e também, as leis dando-nos apoio jurídico em nossos direitos como mulheres, a sociedade vai pouco a pouco se adaptando e aceitando de que não existe esse universo dividido por gênero. O princípio da igualdade na Constituição Federal de 1988 encontra-se representado, exemplificativamente nos artigos: 4º, inciso VIII, que dispõe sobre a igualdade racial; do artigo 5º, I, que trata da igualdade entre os sexos; do artigo 5º, inciso VIII, que versa sobre a igualdade de credo religioso; do artigo 5º, inciso XXXVIII, que trata da igualdade jurisdicional; do artigo 7º, inciso XXXII, que versa sobre a igualdade trabalhista; do artigo 14, que dispõe sobre a igualdade política ou ainda do artigo 150, inciso III, que disciplina a igualdade tributária. Ou seja, legalmente temos os direitos consolidados no texto constitucional.

Sendo reconhecido constitucionalmente que somos iguais, devemos buscar incansavelmente o reconhecimento da sociedade para isso também. Para que tenhamos o reconhecimento adequado, para a igualdade de salários, o respeito com os profissionais, independentemente o gênero. Criar essa desconstrução de que a mulher deve aceitar o que lhes é imposto e deixar claro que temos opções de escolha é uma condição basal para diminuir as fronteiras da desigualdade de gênero nas mais variadas áreas de atuação da mulher, incluindo na atuação na área pedagógica.

Temos que destacar que em grande medida essa perspectiva de que a mulher compete à Pedagogia e o inverso, ou seja, que a Pedagogia é uma profissão feminina, tem raízes históricas e está ligada ao fato de termos tido em nossa sociedade brasileira o patriarcalismo como meio de legitimar relações firmadas no espaço doméstico e também no espaço laboral. Assim, o entendimento de que mulheres deveriam cursar graduação somente onde houvesse outras mulheres, ou que a mulher só faria a graduação se não comprometesse o casamento foi um entendimento reinante nos anos 50 e nos anos subsequentes no Brasil. Infelizmente vemos que esse resíduo ainda não foi superado, e que temos ainda hoje, grande influência na delimitação do perfil daqueles que procuram o curso de Pedagogia. Isso só será alterado quando, de fato, as mulheres, as pedagogas e pedagogos buscarem romper com esse perfil subalterno que é conferido à mulher e a profissão atualmente. Isso significa romper com falas que estavam presentes nos anos 50 e que infelizmente são reincorporadas por muitos estudantes e profissionais na atualidade.

Outro aspecto importante e necessário de ser destacado é que o caso que apresentamos aqui, com todas as suas particularidades não é um ponto isolado, mas sim representativo da forma de pensar

da sociedade brasileira do período. Portanto, nosso intento foi o de demonstrar um caso que em tese, era comum nas famílias burguesas daquele período. Nesse sentido, vemos que na época, de fato, pedagogia era tida como uma profissão de mulher, uma profissão que preservaria o casamento, as instituições patriarcais da época, e todo um rol de conceitos que colocavam a mulher a desempenhar um papel social naquele período. Mas, também nos sinaliza que hoje podemos lutar para que não seja mais dessa forma. E, ainda mais, devemos incorporar o homem nessa discussão, nessa reflexão e nessa luta. A desigualdade gênero presente em nosso cotidiano e também nas práticas pedagógicas só poderá ser minimizada quando todos os que protagonizam essa realidade forem, de fato, conscientizados da importância de mudanças sociais.

REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papirus, 1996.

FREIRE, P. **Professora, sim; Tia, não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olhos D'Água, 1993.

FURLAN, C. M. A. **História do Curso de Pedagogia no Brasil: 1939-2005**. EDUCERE, Londrina - UEL, 2008.

NERY JÚNIOR, Nélon. **Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

IMPACTOS FAVORÁVEIS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

FAVORABLE IMPACTS OF ACCOUNTING INFORMATION ON MICRO AND SMALL BUSINESSES

Vanessa Liemy Outida¹

Walid Khalil²

Karina Ogasawara Vieira³

Marco Aurélio dos Santos⁴

RESUMO: As microempresas e empresas de pequeno porte representam uma atividade significativa no cenário econômico com contribuição expressiva na formação de riquezas e geração de empregos. Por meio de levantamento de dados, SEBRAE (2018), verificou-se um alto índice de mortalidade dessas empresas tendo como causa primordial e falta de planejamento e gestão; condição que dependem da geração de informacionais contábeis e extra contábeis. As normas contábeis no Brasil são aderentes as normas internacionais de contabilidade garantindo qualidade na informação contábil reportadas a usuários externos. A contabilidade gerencial destaca-se como uso interno do gestor que por meio de instrumento gerencias tem à disposição meios de concretizar uma melhor gestão e planejamento da empresa. Nesse aspecto a pesquisa norteia como questão a importância da contabilidade para microempresa e empresas de pequeno porte, bem como os impactos favoráveis a adoção da contabilidade. Para responder essa questão utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica afim de aproximar a pesquisa a questões já fundamentadas em relação aos assuntos levantados. Justifica-se a presente pesquisa em função de que a falta de contabilidade regular e gerencial impossibilita as empresas e os gestores de tomar decisões para manter a continuidade operação e a competitividade no mercado. Verificou-se no levantamento bibliográfico a obrigatoriedade da contabilidade pelas empresas e adequação as normas; os principais instrumentos de análise obtidos da informação contábil para fins gerenciais capazes de impactar processos e resultados das empresas; bem como a vantagem competitiva disponibilizada pela lei complementar 123/06. Espera-se a contribuição dessa pesquisa no sentido de demonstrar os impactos favoráveis a adoção da contabilidade regular e gerencial, mantendo essas empresas em continuidade operacional.

Palavras chave: Empresa de pequeno porte. Simples Nacional. Contabilidade Gerencial.

ABSTRACT: Micro and small businesses represent a significant activity in the economic scenario with a significant contribution to wealth formation and job creation. Through data collection, SEBRAE

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: vanessaliemy@gmail.com

² Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da UNESP-Tupã-SP. E-mail: walidk@bol.com.br

³ Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Mestre em Engenharia de Produção pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UNESP-Bauru-SP. E-mail: rabelo.karina@gmail.com

⁴ Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Doutor em Controladoria e Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP)-SP. E-mail: marco_ausantos@hotmail.com

(2018), it was verified a high mortality rate of these companies having as root cause and lack of planning and management; conditions that depend on the generation of accounting and extra accounting information. Accounting standards in Brazil adhere to international accounting standards ensuring quality in accounting information reported to external users. Managerial accounting stands out as the internal use of the manager who through means of management has the means available to achieve better management and planning of the company. In this aspect, the research guides the importance of accounting for micro and small companies, as well as the favorable impacts to the adoption of accounting. To answer this question, the bibliographic review was used as methodology to bring the research closer to questions already founded in relation to the issues raised. This research is justified because the lack of regular and managerial accounting makes it impossible for companies and managers to make decisions to maintain continuity of operation and competitiveness in the market. It was verified in the bibliographic survey the obligation of accounting by the companies and adequacy to the norms; the main analysis tools obtained from accounting information for management purposes capable of impacting companies' processes and results; as well as the competitive advantage provided by complementary law 123/06. The contribution of this research is expected to demonstrate the favorable impacts of the adoption of regular and management accounting, keeping these companies in operational continuity.

Keywords: Small business. Simple national. Accounting. Managerial.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário de crescimento sócio econômico a nível global, as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno porte (EPP) tem tido um papel fundamental nesse contexto. Em um panorama local, aqui no Brasil, são responsáveis por uma grande parcela na formação do PIB (Produto Interno Bruto), além da geração de da grande parcela de empregos que fomentam toda a economia.

Conforme pesquisa feita pelo Sebrae em maio de 2018, em relação a importância das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), foram analisados um universo de 98,5% de empresa privadas. Desse universo as ME e EPPs, são responsáveis pela participação na formação do PIB (Produto Interno Bruto) em 27%, e responsáveis por 54% do total de empregos formais existentes no país, ou seja, empregam mais trabalhadores com carteiras assinadas que as médias e grandes empresas (SEBRAE, 2019).

Com o aumento das aberturas das empresas enquadradas como ME e EPP, a grande parte dos empresários, ao abrir seu próprio negócio, desempenha um papel gerencial e tentam manter o controle financeiro que lhe forneça informações mínimas necessárias para a avaliação e funcionamento da empresa, para manter competitiva nos segmentos empresariais, e com isso é necessário a realização de mudanças para se adaptar à nova realidade.

Se por um lado o Sebrae destaca a importância e crescimento destas empresas, também revela um quadro sobre o índice de mortalidade das referidas nos primeiros anos de existência, que segundo

última pesquisa disponibilizada revela que em dezembro/2016 tal índice equivale a 44% das empresas desse segmento (SEBRAE, 2019).

As causas principais segundo relatório do Sebrae (2016) deriva da falta de recursos financeiros, conhecimento de gestão, falta de conhecimento do mercado e planejamento do negócio (SEBRAE, 2019).

A gestão ineficaz do negócio contribui potencialmente para insucesso do negócio. Esse fato decorre principalmente pela falta de informação gerada acerca de recursos que impactam o patrimônio e o resultado das empresas.

Nesta direção a contabilidade tem uma função muito importante na administração de uma empresa, pois ela obtém todos os dados e informações necessárias, processa esses dados e faz a elaboração de demonstrações estruturadas que auxiliará aos gestores na tomada de decisão de maneira eficaz e eficiente para um bom funcionamento e manutenção da empresa.

Além disso, as empresas desse segmento não possuem a prerrogativa de abster-se de produzir a informação contábil por meio de uma contabilidade regular; mas sim, não o fazendo estão sujeitos sérios riscos expondo tanto os empreendedores do negócio como os parceiros comerciais a possíveis perdas de recursos financeiros empregados no negócio o que pode contribuir a imputação de responsabilidades cíveis e criminais a esses empreendedores.

O crescimento das micro e pequenas empresas cresce a cada dia e percebe-se a necessidade da importância da contabilidade na geração da informação contábil, como instrumento para tomada de decisão e garantia da sobrevivência dessas empresas, bem como garantir ao sócio condição de propor uma gestão com foco em resultados e crescimento mercadológico. Ressalta a importância do profissional contábil por intermédio de seu trabalho primordial pois oferece aos gestores elementos que lhe permitem administrar de forma eficaz à empresa.

Nesse contexto, o presente artigo tem como problema de pesquisa: Qual a importância da contabilidade e quais são os impactos favoráveis da informação contábil nas micro e pequenas empresas?

Para responder essas questões o objetivo geral deste artigo é analisar a importância da contabilidade como base da continuidade operacional das micro e pequenas empresas e seus impactos. Nesse sentido propõe-se como objetivo específico, identificar a obrigatoriedade e a qualidade da informação contábil, apontar os principais instrumentos gerenciais que a contabilidade disponibiliza a essas empresas como ferramenta estratégica para tomada de decisões e identificar as principais vantagens obtidas pelo enquadramento como Micro e pequenas empresas.

A justificativa para esse trabalho é que uma empresa que não efetua os registros contábeis e não possui demonstrações contábeis elaboradas de forma regular com base nas normas legais, não tem

como extrair as informações para analisar e verificar a real situação econômica e financeiramente da empresa. Além disso, corre o risco de tomadas de decisões erradas por não ter uma base concreta. Nesse aspecto Marion (2015, p. 03), afirma que “a contabilidade é importante no processo de tomada de decisão porque coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados”.

Além disso a informação contábil elaborada de forma regular, propicia informações para elaboração da contabilidade gerencial que com sua gama de ferramentas conduz o gestor a melhor tomada de decisão afim de inserir a empresa ao mercado competitivo.

2. METODOLOGIA

A metodologia científica pode ser definida pelo conjunto de etapas de um pesquisador, cujo trabalho é de caráter científico e busca alcançar dados que podem ou não suportar sua teoria inicial e desta forma implica o uso da reflexão e da experimentação (CIRIBELLI, 2003).

O objetivo da pesquisa, cuja temática já se encontra fundamentada, é de natureza aplicada, pois segundo Ceribelli (2003) é aquela que se utiliza dos dados obtidos pela pesquisa pura, que se caracteriza por novos princípios; equiparando-se a tecnologia na atualidade, representando um elemento indispensável para aumentar a eficiência das tarefas desenvolvidas pelo homem; ou seja é um aperfeiçoamento de algo já criado.

Quanto ao objetivo será classificado como exploratório, visto que será feito um levantamento bibliográfico das temáticas: Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e vantagem competitiva; Contabilidade, Informação Contábil e a obrigatoriedade da escrituração; Contabilidade gerencial e instrumentos de análise. Para Malhotra *et al.* (2005), a pesquisa exploratória é conduzida em busca de uma melhor compreensão do problema enfrentado pelo pesquisador, com o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com o mesmo, visando torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Marconi e Lakatos (2007) enfatizaram que a pesquisa bibliográfica tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado acerca de um determinado tema, proporcionando uma análise do assunto sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Diante da complexidade do assunto investigado e do contexto social do ambiente para qual se pretende contribuir com o desenvolvimento da pesquisa, há a necessidade de uma abordagem

qualitativa que para Arnoldi (2017), é utilizada quando o objeto de pesquisa é complexo, de natureza social e de difícil quantificação e, para usá-la adequadamente, requer do pesquisador atributos de aprendizagem, observação, registro, análise e interações com as pessoas e com o sistema.

Assim, este artigo é fruto de ampla pesquisa bibliográfica sobre o tema, a partir de referências teóricas publicadas por meios impressos e eletrônicos, como livros e artigos científicos, pesquisados nas principais bases de dados nacionais, páginas de *web* e *sites* sobre o assunto. Os assuntos tratados na pesquisa foram analisados e relacionados, de forma a possibilitar importantes reflexões acerca dos temas.

3 MICRO E PEQUENAS EMPRESA

A necessidade em fomentar a economia vem provocando crescimento no nível de geração de empregos e da riqueza e em um contexto geral trouxe a atenção a nível governamental sobre a capacidade de um determinado perfil de empresas em obter de maneira rápida essa demanda.

Verificou-se então que questões como simplificação e desburocratização na implementação das atividades tanto a nível tributário com a nível de constituição de empresas, em aspectos legais; bem como facilidades para acesso ao mercado; facilidades para obtenção de crédito e a justiça e estímulo à inovação e à exportação; se oferecidos a determinados segmentos de empresas poderiam atender as expectativas de perfil de empresas responsáveis por esse aumento do crescimento econômico (SEBRAE, 2019).

Nesse aspecto por meio da lei Complementar nº 123, publicada em 14 de dezembro de 2006 foi criada a “Lei Geral ME e EPP”, que por critérios de faixa de faturamento e ramos de atividade econômico, tem a função de conceder a determinados segmentos de empresas, tratamento diferenciado em aspectos tributários, legais e de acesso ao mercado (SEBRAE, 2019; RFB, 2019).

Desta forma, de acordo com a citada lei, considera-se Microempresa (ME), a empresa com faturamento em cada ano-calendário igual ou inferior a 360.000,00 (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, inciso I); e empresa de pequeno porte, aquelas cujo faturamento em ano-calendário seja superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, inciso II) (SEBRAE, 2019; RFB, 2019).

Em complemento para fins de recolhimento de tributos de forma simplificada também foi criado na mesma norma o Simples Nacional, permitido para essas empresas enquadradas como ME ou EPP a simplificação tributária, desde que as receitas auferidas em cada ano-calendário relativas ao mercado interno seja até o limite de R\$ 4.800.000,00 e, adicionalmente, receitas decorrentes da exportação de mercadorias ou serviços para o exterior, desde que as receitas de exportação também

não excedam R\$ 4.800.000,00 (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, §§ 10 e 14) (SEBRAE, 2019; RFB, 2019).

Destaca-se que as opções pelo regime simplificado de recolhimentos de tributos incluem em um contexto geral tanto tributos federais, como estaduais e municipais citando: (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, ICMS, IPI, ISS E CPP) e que são recolhidos em uma única guia, ressalvado as situações específicas previstas em lei. Ressalta-se que o enquadramento como Microempresa ou Empresa de pequeno porte, não vincula a necessidade da opção ao regime de tributário dos recolhimentos de tributos, podendo esse tipo de empresa optar pelo regime tributário do lucro presumido (RFB, 2019).

Desta forma essas empresas (ME e EPP's) mesmo tendo tratamento diferenciado em questões legais, tributarias e de acesso a mercado, necessitam de contabilidade formalizada e regular permitindo não só o cumprimento de obrigação legal de fazer a contabilidade, bem como ter a possibilidade do acompanhamento da contabilidade e suas informações geradas para fins gerencias, permitindo a tomada de decisões.

3.1 A contabilidade e a informação contábil

Nesse sentido entender a contabilidade, seus objetivos e finalidades é ponto de partida para sustentar a informação contábil como ferramenta necessária a impactar as operações das microempresas e empresas de pequeno porte, possibilitando-as a serem inseridas em um ambiente de maior competitividade no mercado.

Segundo Ferreira (2010, p.1), “[...] a contabilidade deriva do *latim* *computare* (contar, computar, calcular)”. Sá (1999, p. 42) define a Contabilidade “[...] a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação a eficácia funcional das células sociais”.

Fahl e Marion (2011, p. 18) corroboram a afirmação de Sá (1999) quando definem a contabilidade como “[...] uma ciência social, uma vez que estudam objetos, fenômenos e fatos resultantes de ações humanas, em particular aqueles que se traduzem na criação, manutenção e incremento das riquezas, isto é, do Patrimônio”.

Padoveze (2000, p. 35) complementa que a contabilidade como “o sistema de informação que controla o patrimônio de uma entidade”. Araújo (2009, p. 20) indo ao encontro de Pavese (2000), afirma que a contabilidade é um: “[...] sistema de informações idealizado para captar, registrar, reunir, interpretar e demonstrar os fatos que afetem a situação patrimonial de qualquer entidade”.

Compreende-se então que a contabilidade como ciência social aplicada que visa a estudar e entender os efeitos de eventos econômicos sobre o patrimônio das pessoas das empresas em geral.

Nesse sentido, Fahl e Marion (2011, p. 35) afirmam que o objeto da contabilidade é o patrimônio e explicam que na contabilidade a palavra patrimônio tem sentido amplo, por um lado, significa o “[...] conjunto de bens pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa, por outro inclui as obrigações a serem pagas” (FAHL; MARION, 2011, p.35).

De acordo com Basso (2011), o patrimônio poder ser observado pela contabilidade sob dois aspectos básicos, o qualitativo quando considera bens, direitos e obrigações do ponto de vista da sua natureza, e quantitativo como expressão de valor econômico, ou seja, do ponto de vista do valor monetário.

Ainda para Franco e Marra (2007, p.25), o objeto da contabilidade pode ser entendido como um “[...] patrimônio administrável, à disposição das entidades econômico-administrativas, sobre o qual ela fornece as informações necessárias à avaliação da riqueza patrimonial e dos resultados produzidos por sua gestão”. Silva (2008, p.97) nesse sentido ressalta que o objetivo da contabilidade é “fornecer informações fidedignas e tempestivas sobre o patrimônio, e sobre o resultado da entidade aos diversos usuários da informação contábil”.

Complementando, Silva (2008) ressalta que a contabilidade ainda deve ser capaz de proporcionar meios para que a administração tome decisões certas para preservar, ampliar o patrimônio e conseqüentemente dar continuidade da Empresa. Desta forma, Neves e Viceconti (2017) afirmam que:

[...] a contabilidade possibilita, por meio de suas técnicas, controle permanente do patrimônio como um conjunto de bens, direitos e obrigações, mensurado em dinheiro, da empresa”. Tendo a finalidade principal, importante e necessária, que através de todos os registros da movimentação do dinheiro da empresa, os interessados podem tomar decisões dentro e fora da empresa, de acordo com os resultados apresentadas diante das informações levantadas da empresa (NEVES; VICECONTI, 2017, p. 10).

Observa-se então que segundo os autores supracitados, a contabilidade possui a função de controle de recursos econômico-financeiros e deve ser capaz de servir como instrumento para tomada de decisões.

Nesse sentido, Marion (2015) afirma que as empresas necessitam ter controle da movimentação financeira e econômica, e que os fatos (eventos econômicos) que alteram a estrutura patrimonial devem ser registrados por meio de livros próprios citando como exemplo: livro diário, razão, de inventário, caixa entre outros; e que a escrituração deve se ater a normas e princípios contábeis com a finalidade de produzir relatórios como o Balanço patrimonial e DRE – demonstração de resultado do exercício), entre outros.

Marion (2015) complementa que é por meio desses relatórios que os responsáveis pelas empresas, conseguem ter a visão ampla e geral para analisar os resultados obtidos, e ter a resolução para planejar o futuro das empresas.

Para Marion (2015), a gama de relatório a acerca das informações contábeis podem ser acessadas por uma gama de usuários interessados nessas informações. Esses usuários interessados são as pessoas físicas (pessoas) e jurídicas (empresas/governos), que utilizam da contabilidade, para tomadas de decisões pelo interesse da situação da empresa que buscam suas respostas por meio dos relatórios contábeis. De acordo com Marion (2015), são divididos em dois grupos da quais são sintetizados na figura 1:

Usuários internos: São aqueles que estão dentro da organização, aplicam dinheiro na empresa, estão interessados basicamente em obter lucros, por isso utilizam os relatórios contábeis, para analisando se os resultados da empresa estão sendo vantajoso; e **Usuários externos:** As pessoas não fazem parte da organização, é uma autoanálise da situação da empresa, para verificar se a empresa tem condição de pagar suas dívidas, se possui débitos, se é de confiança, para liberar crédito ou não (MARION, 2015, p. 27).

Figura 1 – Usuários da informação contábil



Fonte: Adaptado de Marion (2015, p. 27)

Em complemento as definições de Marion (2015), a norma contábil que trata da nova estrutura conceitual, o CPC 00 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade(CFC), aponta como Usuários Internos: os **Investidores / Sócios** que necessitam ter a tomada de decisão de forma coerente, para isso é preciso ter uma base concreta de informações reais e através dos relatórios contábeis, os interessados conseguem ter uma visão do estado financeiro da empresa; os **Analistas / Administradores** – preocupados com a gestão de recursos a curto e longo

prazo; **Empregados / Prestadores de serviços**, interessados na estabilidade e a lucratividade, para provar a capacidade que a empresa tem de aumento na sua remuneração, seus benefícios ou até mesmo oportunidade de empregos.

Cita ainda o CPC 00 como Usuário Externo: **Bancos / Financiadores** – cujo o interesse e na verificação da capacidade de pagamentos da dividas pelas empresa afim de liberar ou não o “crédito”; **Fornecedores / Consultores** – , utiliza dos relatórios contábeis para avaliar se empresa não corre o risco de dar “calote” e ficar inadimplente com eles; **Sindicatos / Clientes**, cujo interesse em informações sobre a continuidade operacional da entidade, especialmente quando tem um relacionamento de longo prazo com ela, ou dela dependem como um fornecedor importante; e **Servidores públicos / Governo** , que utiliza os relatórios on-line, para verificar se a empresa possui débito com a Receita, se estão pagando corretamente os impostos, se estão efetuando todos os registros corretos.

Compreende-se então que a informação contábil tem uma grande relevância pois é acessada por uma gama de interessados junto a empresa e desta forma essas informações devem ser geradas com base em princípios e normas para garantir a sua segurança e fidedignidade.

Nesse sentido a resolução 1282/2010 (alterou a Resolução 763/93) do Conselho Federal de Contabilidade dispunha sobre os principais princípios da contabilidade elencando-os:

- 1) **Princípio da Entidade:** Reconhecendo a autonomia patrimonial entre sócios e a empresa, ou seja proprietários têm que saber separar seu patrimônio particular, com o da empresa;
- 2) **Princípio da Continuidade:** Pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância;
- 3) **Princípio da Oportunidade** - refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas;
- 4) **Princípio do Registro pelo valor original** - determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional;
- 5) **Competência:** os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento e
- 6) **Princípio da Prudência** - a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido (Resolução n. 1282/2010 –CFC).

Porém, a partir de 1º/1/2017, a resolução n. 1282/2010 do CFC, foi revogado pela NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, conforme publicação no DOU de 4/10/2016.

Essa alteração, cuja Seção 1 trata sobre o CPC 00 (R1), chama a atenção para os seguintes tópicos que estão salientados nas Bases para Conclusões emitidas pelos IASB e FASB para justificarem as modificações e emitirem esta nova versão da *Estrutura Conceitual*:

- a) Posicionamento mais claro de que as informações contidas nos relatórios contábil-financeiros se destinam primariamente aos seguintes usuários externos: investidores, financiadores e outros credores, sem hierarquia de prioridade;
- b) Não foram aceitas as sugestões enviadas durante a audiência pública, feita por aqueles órgãos, no sentido de que se enquadra na Estrutura Conceitual, com o objetivo da denominada ‘manutenção da estabilidade econômica’, a possibilidade de postergação de informações sobre certas alterações nos ativos ou nos passivos; pelo contrário, ficou firmada a posição de que prover prontamente informação fidedigna e relevante pode melhorar a confiança do usuário e assim contribuir para a promoção da estabilidade econômica.

Nesse sentido, as alterações tiveram o propósito de trazer maior qualidade e segurança nas informações contábeis, como: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e tempestividade (CPC 00(R1) –Resolução 1.374/11 do CFC).

Por compreensibilidade, entende-se que a informação deva ser clara de maneira que o usuário possa compreendê-la facilmente. Por relevância, temos a influência nas decisões econômicas dos usuários, colaborando na avaliação de eventos. (Estrutura Conceitual – NBC TG /CFC Resolução 1374/11). Ressalta-se que as informações complexas são relevantes e deverão constar nos relatórios contábeis. Quanto à informação confiável, a mesma deve ser documentada sem erros, sem falhas, neutra, representando exatamente aquilo que propõe.

Por fim, “[...] a tempestividade significa o fornecimento da informação em tempo oportuno” (MARION, 2015, p. 35-36). As informações contábeis constituem-se de dados que foram armazenados e transformados em informações úteis para seus usuários, sendo capaz de orientar acerca da posição patrimonial apresentada.

As informações contábeis devem possuir relevância e ter fidedignidade no que se propõe apresentar. Em sua forma deve ser comparável, verificável, elaborada tempestiva e compreensível; a fim de que haja melhoria na informação. De acordo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC 00), que trata Características qualitativas da informação contábil cita que:

A informação precisa concomitantemente ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil. Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, tampouco a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxilia os usuários a tomarem boas decisões (CPC 2011, p. 13).

E para se tornar uma informação útil a seus usuários ela não deve só representar o fenômeno relevante, mais precisar também representar fidedignidade: “[...]tem que ser completa neutra e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível” (CPC 00, 2011. p. 15).

Ou seja, é aquela capaz de ser útil nas informações para seus usuários, que faz a diferença e atendem as necessidades dos usuários no processo decisórios. Influência na decisão econômica, ajudando a avaliar os eventos passados, presentes ou futuros, bem como ser livre de erros e neutra e completa no que prepõe apresentar.

Ainda de acordo com o CPC 00 (2011), tratando das características de melhoria fala que:

Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno (CPC 00 2011, p. 17).

Ainda como complementação de informações, citam as notas explicativas, que visam a fornecer informação essencial e que esclareça a situação patrimonial da empresa, de forma que os fatos nela exposta faça menção dos fatores que possa alterar a sua situação econômica. Sem as notas explicativas as informações apresentadas pelas demonstrações financeiras não indicam a fidedignidade dos itens patrimoniais divulgadas.

Conforme o CPC 26 (2011), as notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma organizada conforme a determinação, a entidade deve considerar os efeitos sobre a compreensibilidade e comparabilidade das suas demonstrações contábeis. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas. Portanto devem:

[...] (a) apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis da entidade; (b) divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações do CPC que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis; (c) prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão (CPC 26, 2011, p. 34).

Marion (2015) atenta que a Contabilidade é essencial e deve ser elaborada em todo e qualquer tipo de empreendimento ou organização e não somente quando exigida por lei. Independentemente do ramo em que atuem o do tamanho que tenham, todas as entidades têm necessidade de informações contábeis que lhes auxiliem não somente no direcionamento de suas atividades, mas também na redução das altas taxas de mortalidade a que estão sujeitas (IUDÍCIBUS e MARION, 1999).

Nesse sentido Santos e Veiga (2014), apontam sobre a necessidade do pequeno empresário da importância da realização de uma contabilidade completa capaz de refletir a realidade econômica da empresa.

Desta forma, compreende-se que a informação contábil é o conjunto de dados suprimidos, que proporciona visão aos usuários, ferramenta para administração, e desta forma todas as características

expostas acima são de suma importância para garantir a qualidade da informação contábil, bem como a transparência e compreensibilidade da informação. Nesse sentido, justifica-se a obrigatoriedade da elaboração de uma contabilidade regular com base em normas afim de garantir aos usuários as garantias sobre seu interesse junto ao empreendimento /empresa.

3.2 A obrigatoriedade da elaboração da contabilidade regular

A demonstração das informações contábeis por meio de relatórios estruturados e normatizados não decorre da vontade das organizações e empresas, mas sim da legislação que atinge a todos tipos de organizações e empresas, independente do porte e do regime de tributação; com exceção do MEI, Microempreendedor Individual (CÓDIGO CÍVIL, 2002).

Nesse aspecto, de acordo com o código civil lei nº 10.406, de janeiro de 2002 – Art.1.179,

[...] o empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizada ou não, com base na escrituração uniforme dos livros, em correspondência com a documentação respectiva, e levantar anualmente o balanço patrimonial e o resultado econômico (CÓDIGO CÍVIL, 2002).

Para o Conselho Federal de Contabilidade, responsável por normatizar a contabilidade e profissional contábil no Brasil (Lei 12.249/2010), por meio da resolução 2014/ ITG 2000(R1), disciplina a forma em que a escrituração contábil deva ser assentada, ressaltando que tal deve ser formalizada com observância dos princípios da contabilidade inseridos nas NBCs/CPCs-IFRS (CFC, 2019).

Nesse sentido, dispõe que a contabilidade deve ser realizada atendendo as seguintes características:

- confeccionada em idioma e em moeda corrente nacionais;
- em forma contábil (teoria do débito e crédito);
- em ordem cronológica de dia, mês e ano;
- com ausência de espaço em branco, entrelinhas, borrões, rasuras ou emendas;
- com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis ou eventos econômicos que afetaram o patrimônio das entidades (CFC,2019).

Raccon (2019), complementa dispondo que a escrituração dos documentos na contabilidade deve conter a data do registro contábil, uma conta devedora (direito) e uma contra partida no caso crédito (obrigação); um histórico na qual seria um código padronizado pelo sistema; valor contábil (valor do documento) e um complemento do histórico, na qual relata do que se trata o documento. Aponta que tais dados que fazem parte de um lançamento contábil são necessários para identificar os fatos contábeis ou eventos econômicos que alteraram o patrimônio das entidades (RACCON, 2019).

Para Salazar e Benedicto (2003), os livros contábeis obrigatórios são representados pelo livro diário e o livro razão; podendo ser em forma digital (sistema “Sped” obrigação acessória para algumas empresas) ou impresso (caso a empresa participe de alguma licitação) (RFB, 2019).

A diferença entre os dois livros é que o diário deve ser lançado em ordem cronológico do ano inteiro (do primeiro ao último dia do ano), por meio de um documento que comprove (comprovantes, notas) que a movimentação seja real e com clareza. O livro Razão não precisa seguir algumas formalidades e não precisa ser registrado na Junta comercial. Ela serve para conciliar e apresentar todas as contas contábeis (analíticas) que possui movimentação durante o período de geração do livro (SALAZAR; BENEDICTO, 2003).

Rancon (2019), em alinhamento a própria norma ITG 2000 (R1), atenta que é preciso seguir algumas normas, para a geração dos livros, como por exemplo: encadernar as folhas deverão estar inumeradas sequencialmente, devem conter o termo de abertura e encerramento, assinado pelo titular ou responsável pela empresa e o contador responsável e habilitado no conselho regional da contabilidade. A norma brasileira da contabilidade é uma indicação de conduta cuja obediência é obrigatória. (CFC, 2019).

No Brasil, o modelo contábil adotado desde 2017 por meio da Lei 11628/2007, convergência as Normas Internacionais de contabilidade, denominadas (IFRS - Internacional Financial Reporting Standard (IFRS), indica que esses padrões emitidos pelo IASB são considerados uma revolução no mercado financeiro. Rancon (2019) complementa que padronizar os métodos contábeis e as políticas existentes entre os países, melhorando a estrutura conceitual e proporcionando a mesma interpretação das demonstrações financeiras proporciona ganhos as informações contábeis reportadas.

3.3 A contabilidade gerencial como ferramenta para tomada de decisões

Para Crepaldi (2017), a microempresa e empresa de pequeno porte geralmente são administradas pelo próprio proprietário; que tem conhecimento apenas no que está ligado ao seu negócio, mas sem formação e conhecimento nos setores da administrativa de gestão, como administração, finanças, economia, marketing entre outras áreas que ajuda a agregar mais valores ao seu empreendimento.

Com isso há muitas falências, recuperações judiciais e encerramento das pequenas empresas nos seus primeiros anos de vida. Crepaldi (2017) ressalta da importância do controle interno e informações contábeis relevantes sobre a gestão da empresa afim de garantir a sobrevivência e a sua continuidade operacional.

Assim, como a contabilidade regular é adotada por força de norma pelas empresas, denominada contabilidade financeira/societária cuja finalidade é reportar informações contábeis acerca da posição

patrimonial das entidades a usuários externos, em potencial financiadores e credores de recursos/capital as entidades; a ciência contábil na sua especificidade criou a contabilidade gerencial afim de atender os usuários internos da entidades, conhecidos como gestores/administradores.

Nesse sentido, a Contabilidade Gerencial é uma classificação da ciência contábil, que por meio do uso de informações contábeis e informações extra contábeis, proporciona ao usuário interno, o administrador, a capacidade necessária para explorar essas informações e tomar decisões (PADOVEZE, 2010).

Atkinson (2015) corrobora esse entendimento quando afirma que:

A contabilidade gerencial são os métodos de oferecer aos gestores e funcionários da empresa informações importantes, financeiros e não financeiros, para avaliar o andamento da empresa se está indo conforme esperado e qual decisão tomar, mediante dos resultados apontados (ATKINSON, 2015, p.15).

Toda e qualquer entidade necessita da Contabilidade Gerencial cujo a finalidade é reportar informações “diferenciadas” aos usuários internos em quaisquer níveis da administração que necessitam das informações contábeis e extra contábeis para o desenvolvimento, planejamento e controle de operações e tomada de decisão. Nesse sentido, Pavese (2012, p. 20), afirma que “a Contabilidade Gerencial trabalha a gestão de recursos e do desempenho de cada produto, por meio da contabilidade e análise de custos e da gestão dos preços de venda”.

Complementa ainda que a Contabilidade Gerencial pode atender todas as etapas do processo de gestão que é caracterizada pelo ciclo de planejamento estratégico, planejamento operacional, programação, execução e controle (PADOVEZE, 2012).

Quadro 1 – Contabilidade Financeira x Contabilidade Gerencial

Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
▪ Usuários Externos	▪ Usuários Internos
▪ Normas: IFRS/RFB/Auditoria	▪ Necessidade Interna
▪ Eventos Passados	▪ Predição /Planejamento Futuro
▪ Registros históricos-alteração Patrimônio	▪ Dados Contábeis e Não contábeis
▪ Resultado Econômicos Financeiros passados	▪ Resultado com base em metas futuras
▪ Informações Objetivas	▪ Informações com alto grau de julgamento e relevância

Fonte: Adaptado de CRC/SP (2019)

O Quadro 1 sintetiza as principais diferenças da contabilidade financeira/societária para contabilidade gerencial, expressando como umas das diferenças que enquanto a contabilidade financeira reporta eventos econômicos passados; a contabilidade gerencial reportar por meio de previsão e outros dados fatos que podem ocorrer no futuro alterando os resultados das entidades.

Wernke (2004, p. 66), aponta que “[...] para manter-se no mercado em condições de competitividade, a empresa deve adotar um posicionamento estratégico, visando alcançar uma vantagem competitiva”.

Crepaldi (2017) ressalta que o elemento essencial das atividades de contabilidade gerencial de uma empresa é o sistema de custeio, que demonstra as despesas utilizadas por um ou grupo de produto, uma atividade ou conjunto de atividade da empresa. O Autor aponta dois tipos de sistema de custeio: a) custeio por absorção ou custeio pleno, que reside na apropriação de todos os custos (fixos e variáveis) referente à produção do período; e b) sistema de custeio variável ou marginal, em que são apropriados aos produtos os custos e despesas variáveis e os demais são transferidos ao resultado do período.

De acordo com Martins (2010), a contabilização dos custos com ênfase gerencial surgiu com a percepção da necessidade de que os resultados provenientes da contabilidade financeira da entidade têm de serem interpretados como ferramentas fundamentais de controle e deliberação acerca das estratégias a serem adotadas. O autor enfatiza ainda a importância dos sistemas de informações como auxiliares no processo de controle e acompanhamento dos dispêndios da organização (MARTINS, 2010).

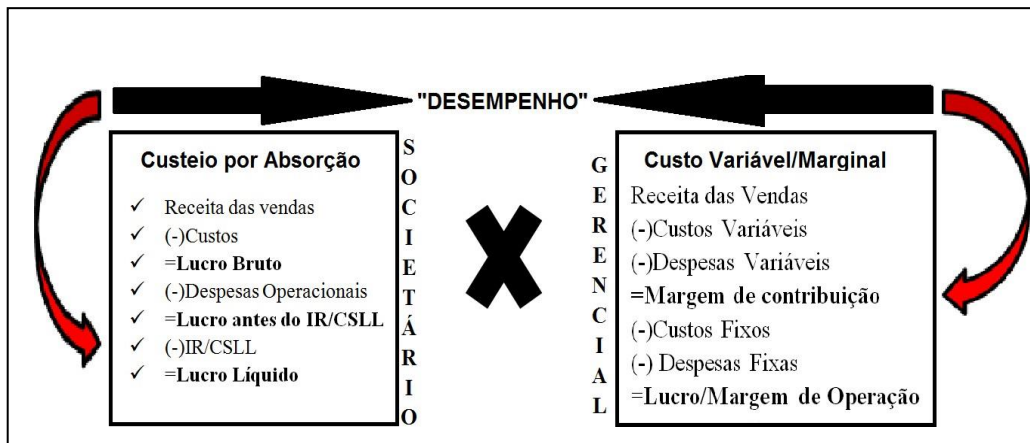
Padoveze (2012, p. 237), define gestão de custos como “um conjunto de políticas, diretrizes, conceitos e sistemas coordenados com o objetivo permanente de obter a maior eficácia na utilização de todos os recursos à disposição da empresa [...]”.

Nesse sentido a contabilidade gerencial necessita de dar informações sobre a potencialidade do produto ou o serviço em contribuir para os custos e despesas fixas que serão suportados independente de produção de venda (MARTINS, 2010).

Para isso apura-se então a Margem de Contribuição que para Padoveze (2010, p. 377), “é obtida pela venda de um produto que excede seus custos variáveis unitários”. Ou seja, trata-se do lucro variável, ou a parcela de venda unitário do produto deduzido dos custos e despesas variáveis necessários para produzir e vender o produto.

A Figura 2 demonstra a estrutura de desempenho medida pelo sistema de custeio por absorção e sistema de custeio variável ou marginal.

Figura 2 – Comparação de desempenho – Sistemas de Custeio



Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se na Figura 2 que a avaliação do desempenho da operação no sistema de custeio por absorção considera toda a operação (Lucro antes do IR/CSL), os custos das vendas representam todo encargo da produção de bens ou serviços que foram utilizados para obtenção das receitas. Já no custeio marginal, há uma preocupação em isolar uma margem que mede a potencialidade de um produto ou grupo em gerar margem contributiva para pagamento de encargos fixos que independem de volume da produção e venda; constituindo assim um eficiente instrumento de análise gerencial para tomada de decisão.

Compreende-se então que tais estruturas representam instrumentos de verificação da performance das empresas devendo ser continuamente analisados.

3.4 As demonstrações contábeis e seus instrumentos de análise

Para Marion (2018), as análises das demonstrações contábeis/financeiras compreendem-se em técnicas que geram informações com o propósito reportar informações a acerca do desempenho econômico e financeiro das empresas, sendo utilizados pelos profissionais contábeis e gestores das empresas.

Tais demonstrações são aquelas extraídas por meio de obrigatoriedade prevista em norma (NBC TG 1000) que estabeleceu o conjunto completo de demonstrações contábeis em que as micro e pequenas empresas PMEs devem elaborar; que compreendem: a) Balanço Patrimonial (BP); b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); c) Demonstração do resultado Abrangente (DRA); d) Demonstração das Mutuações do Patrimônio Líquido (DMPL) e e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) (CFC, 2019).

Destarte que a “[...]” Maior ênfase é dada para as duas primeiras demonstrações, uma vez que, por meio delas, são evidenciadas de forma objetiva a situação financeira (identificada no BP) e a situação econômica (identificada no BP e, em conjunto, na DRE)” (MARION, 2006, p. 7).

O Balanço Patrimonial (BP), compreende “[...]” mais importante relatório gerado pela contabilidade. Através dele pode-se identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano, ou em qualquer data prefixada (MARION, 2015, p. 58).

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), compreende o complemento do balanço patrimonial, tendo como objetivo detalhar a formação do resultado líquido de um exercício pela apuração e confrontação das receitas, custos e despesas de uma entidade. Por meio da adoção de princípios contábeis esses resultados são obtidos por meio do registro seguindo o regime de competência onde receitas e despesas são reconhecidas no momento em que incorrem e impactam o patrimônio líquido das empresas, independente de terem sido recebidas ou pagas (VISCONT; NEVES, 2017).

Salotti *et al.* (2019) ressaltam que após a evidenciação da composição do lucro líquido, devem ser apresentados os outros resultados que impactam o patrimônio líquido, que ainda não foram realizados ou que não sejam decorrentes de operações com os sócios, demonstração essa denominada DRA, Demonstração dos resultados abrangentes.

Apontam ainda os autores que a DMPL, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), tem o propósito de apresentar a movimentação ocorrida em todas as contas que compõem o patrimônio líquido em um determinado período (SALOTTI *et al.*, 2019).

Ribeiro (2017) cita ainda a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), com o propósito de evidenciar as movimentações ocorridas nos componentes caixa e seus equivalentes à caixa, movimentações que espelham resumidamente, as entradas e as saídas de caixa derivadas das atividades operacionais, das atividades de financiamento e das atividades de investimento ao longo de um período, permitindo aos usuários obterem informações úteis sobre as origens e as alocações de caixa ao longo do período.

Por fim abordar as notas explicativas como parte integrante da demonstração financeiras, com propósito de complementar informações acerca de critérios sobre elaboração e políticas contábeis adotadas dentre outras informações relevantes sobre critérios de mensuração de itens patrimoniais e daqueles que compõem o desempenho das empresas (PINTO; VAZQUEZ, 2019).

Para Marion (2018), pelo fato de nos defrontarmos com demonstrações padronizadas, não significa que haja a dispensa a um tratamento mais rigoroso de ajustes e reclassificações de contas, pois a preparação das peças contábeis deve ocorrer no sentido de proporcionar uma análise mais realista da posição econômica e financeira da empresa (MARION, 2018).

Nesse sentido, Marion (2018) cita algumas técnicas de análise das demonstrações contábeis como: a) Indicadores financeiros e econômicos e b) Análise Horizontal e Vertical e c) indicadores de desempenho.

A análise horizontal e vertical demonstra índices da situação da empresa, no ano corrente e em comparação com os anos anteriores, e vertical a representativa de itens patrimoniais e não patrimoniais em relação a determinados grupos; contribuindo para diagnosticar problemas econômico financeiros da empresa (MARION, 2012). Da Silva (2017) complementa apontando que a análise Horizontal é conhecida como análise de tendência, ela observa a evolução, já a análise vertical é a verificação do mesmo ano, comparando as contas contábeis, para identificar a porcentagem de participação de determinado indicador nos resultados das outras contas.

Os indicadores econômico-financeiro ou índices ou quocientes, representam o resultado obtido da divisão de duas grandezas, da qual possibilita avaliar a capacidade de pagamento das empresas frente às suas obrigações. Segregam-se em quatro índice de liquidez: i) Liquidez Corrente - seu resultado indica quantos reais a empresa possui de recursos de curto prazo em relação a cada real de dívidas de curto prazo, ii) Liquidez Seca, que se assemelha a Liquidez corrente, sendo excluído do ativo circulante a parcela de estoques devido a imprevisível realização; iii) Liquidez Imediata, que indica o quanto uma empresa possui de recursos prontamente convertidos em dinheiro para quitar suas dívidas de curto prazo e iv) Liquidez Geral, que detecta a saúde financeira da empresa, mostrando a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a curto e longo prazo), relacionando com tudo o que já assumiu como dívida (a curto e longo prazo) (ZANLUCA, 2019).

Destaca-se também os Indicadores de desempenho que fazem parte da gestão estratégica afim de certificar-se o retorno dos investimentos das empresas e monitorar a evolução dos resultados e de tê-las como referência para os processos de tomada de decisão e criação de novas estratégias.

Tais índices segregam-se em:

- i) **Índice de rentabilidade**, medindo a capacidade da entidade de gerar retorno financeiro a partir dos investimentos realizados nela, tanto por terceiros como pelos investidores e ambos com o propósito de verificar se a estratégia adotada pelo negócio está funcionando, e se a empresa está no caminho certo, e se seus investimentos estão corretos (CONTABILIVRE, 2018);
- ii) **ROI – retorno do investimento** – que indica quanto estamos ganhando em percentuais (lucro periódico – normalmente anual), sobre o que estamos investindo (centro de resultado). [...] “O desempenho do gestor, avaliado pelo ROI, permite comparabilidade entre os diversos centros de resultados da empresa, pois, critério que se caracteriza por ser imparcial e genérico.” (PADOVEZE, 2010 p.278);

- iii) **ROE – retorno do patrimônio líquido** – representa o quanto foi a rentabilidade do capital que os sócios investiram na empresa, para gerar valor ao negócio e para investidores, tendo o objetivo de entender o rendimento da entidade além do lucro líquido no decorrer do ano (TORO, 2019);
- iv) **Ebitda** (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) - Indicador financeiro utilizado pelas empresas de capital aberto, dado a um tipo de mensuração do lucro operacional (TORO, 2019).

A importância da análise, é que no resultado final da empresa (lucro ou prejuízo), muitas vezes são insuficientes para avaliar se o desempenho é veraz, em um dado constante, já que muitas vezes é instigado por fatores difíceis a serem estimado. “[...]Os analistas de investimentos utilizam o valor do Ebitda também para buscar um número de lucro que gere caixa, sem fazer ligações com sua estrutura de capital. Isso é evidente porque o Ebitda é antes dos juros do capital de terceiros” (PADOVEZE, 2017. p. 570).

Compreende-se que a análise de indicadores econômicos financeiros propicia ao gestor a visão para mudanças na sua gestão que acabam por impactar o desempenho da empresa, buscando-se a máxima eficiência nos processos e resultados, conduzindo-a a um cenário de competitividade.

3.5 Vantagem competitiva das micro e pequenas empresas

Outro fator que contribui como condutor das micro e pequenas empresas para obtenção de vantagem competitiva, são as prerrogativas constante na lei complementar nº123, de dezembro de 2006, que evidenciam quais as vantagens e tratamentos diferenciados que as empresas possuem.

A legislação voltada para a MPES se tornou mais favorável em vários aspectos: menor burocracia, sistema mais simplificado, diminuição da carga tributária, apoio e incentivos governamentais para obtenção de crédito, apoio a aprendizagem e inovação, dentre outros (SEBRAE, 2019; RFB, 2019).

Segundo o comitê de pronunciamentos contábeis – pronunciamento técnico PME - contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que aprovou a NBC TG 1000 – norma que se destina à utilização por pequenas e médias empresas afirma que: as empresas de pequeno e médio porte, não tem a obrigatoriedade pública de prestação de contas; e elaboram as demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Nesse aspecto,

Na prática da realidade factual, constata-se que o tratamento diferenciado colocado pelo legislador constitucional sofre várias distorções estruturais que terminam por desfavorecer a MPE [...]. Para as grandes empresas existem mecanismos que permitem amenizar tal problemática, para as MPE's, enquanto optantes do SIMPLES, é vedado tal possibilidade (SANTOS; VEIGA, 2014, p. 7-8).

Nesse aspecto, a lei que instituiu as micro e pequenas empresas logrou em conceder vantagens diferenciadas (crédito, preferência em licitação, desburocratização, etc.) sobre as demais empresas não caracterizadas como tais, a fim de permitir acesso mais fácil ao mercado, com vantagens que permite uma melhor competitividade.

Os empreendedores que abrem um micro e pequena empresa enfrentam diversos desafios, um dos principais é o gerenciamento. Ele é fundamental para o futuro das organizações possibilitando o empreendedor vencer vários obstáculos que as empresas MPES terão que enfrentar para o crescimento no mercado e evitar o fechamento de forma precoce.

Portanto, a única forma de enfrentar os desafios é por meio de estudo de mercado da nova legislação e de alternativas para o crescimento de desenvolvimento, e tendo uma boa gestão gerencial e manter a contabilidade em dia (DA SILVA; MARION, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme análise do Sebrae (2018) (Serviços de apoio para pequenas empresas), o número de abertura das micro e pequenas empresas, estão crescendo a cada dia, mas também, há um alto índice de mortalidade precoce da empresa.

O principal motivo está na gestão da empresa, que normalmente o próprio proprietário que toma decisões sem nenhum apoio e base concreta. A maioria possui o conhecimento somente no ramo da atividade da empresa, na qual se especializou para abrir o seu negócio, mas sem conhecimento na área administrativa ou até mesmo em gestão. Com isso coloca a vida da empresa em risco, e a vantagem competitiva que a PMEs tem em relação as grandes empresas.

A relação com a contabilidade é importante para melhor desempenho das minúsculas organizações, e para evitar a mortalidade nos primeiros dias da empresa.

A Contabilidade tem evoluído no percurso do tempo como uma ciência que atender as necessidades dos empresários. O uso de tecnologias avançada tem proporcionado à Contabilidade maior agilidade na produção de informações úteis, para tomada de decisão do gestor. A Contabilidade é demonstrados em forma de relatórios, os quais são analisados de forma rigorosos pelos gestores, através dessa análise é possível verificar qual a situação da saúde que a empresa se encontra, e quais tomadas de decisão será preciso (HENDRIKSEN; BREDA 1999).

As microempresas e empresas de pequeno porte destacam-se no fomento a economia principalmente na geração de empregos. A lei complementar 123/06 que a instituiu trouxe uma série de vantagens e simplificação em aspectos legais e tributários permitindo um melhor acesso ao mercado competitivo.

Demonstrou-se a importância da contabilidade no aspecto regulamentar, como forma de dispor de informações econômicas e financeiras a suprir os principais financiadores das empresas; os credores e sócios. Em outra vertente demonstrou-se a contabilidade na condição de instrumento gerencial com sua gama de instrumentos de análise, a fim de auxiliar os microempreendedores na tomada de decisão.

Tanto a contabilidade regular estruturada por meio de normas que garantem a transparência das informações afetando o patrimônio dessas empresas; foi verificado por meio da revisão bibliográfica a potencialização da contabilidade gerencial como forma de gestão impactando favoravelmente a gestão dessas empresas.

As microempresas e empresas de pequeno porte devem estar atentas as constantes mudanças na regulamentação contábil hoje aderente as normas internacionais de contabilidade.

Os empreendedores dessas empresas devem estar dispostos por meio da contabilidade gerencial ao planejamento prévio e estratégico dos seus negócios; a fim de manter a empresa em plena marcha, na continuidade operacional, não permitindo que tais façam parte do triste quadro apresentado pelo Sebrae (2018) sobre o alto índice de mortalidade dessas empresas.

Espera-se como contribuição o incentivo as empresas deste porte a adoção plena da contabilidade regular e gerencial, com forma de mantê-las em plena operação e nesse sentido recomenda-se outros estudos acerca de possíveis levantamos de empresas que tenham aderido a contabilidade regular e gerencial e as mudanças ocorridas em termos gestão e acesso ao mercado competitivo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ARNOLDI, M. A. G. C. *et al.* **A entrevista na pesquisa qualitativa-mecanismos para validação dos resultados**. São Paulo: Autêntica, 2017.

ATKINSON, Anthony. **A contabilidade gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade geral básica**. 3. ed. São Geraldo: Unijuí, 2011.

BREDA, Michel; HENDRIKSEN, Eldon. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

CIRIBELLI, M. C. **Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

CONTABILIVRE, Contabilidade Online. **O que são e como calcular os índices de rentabilidade?**. Disponível em: < <https://news.contabilivre.com.br/indices-de-rentabilidade/>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Obrigatoriedade da escrituração contábil**. Disponível em: <<https://cfc.org.br/fiscalizacao-etica-e-disciplina/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CPC 00 – **Resolução 1.37411 – Conselho Federal de Contabilidade**. 2011. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>>. Acesso em 22 jun. 2019.

CPC 26 – **Resolução 1.37411 – Conselho Federal de Contabilidade**. 2011. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>>. Acesso em 22 jun. 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Altas, 2017.

DA SILVA, Alexandre Alcântara. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DA SILVA, Antonio Carlos Ribeiro; MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2013.

FABRETTI, Láudio Camargo; FABRETTI, Denise; FABRETTI, Delene Ramos. **As micro e pequenas empresas e o simples nacional: tratamento tributário, fiscal e comercial**. São Paulo: Atlas, 2018.

FAHL, Alessandra Cristina; MARION José Carlos. **Contabilidade financeira**. Valinhos: Anhanguera Publicações Ltda., 2011.

FERREIRA, Ricardo José. **Contabilidade básica: finalmente você vai aprender contabilidade; teoria e questões comentadas: Conforme a Lei das S/A, normas internacionais e CPC**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2010.

FERRONATO, Airto João. **Gestão contábil: financeira de micro e pequenas empresas: Sobrevivência e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil: normas de auditoria procedimentos e papéis de trabalho programas de auditoria, relatórios de auditoria**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MALHOTRA, N. K. *et al.* **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- MARION, José Carlos. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custo**. 10. ed. São Paulo, 2010.
- NIBO. **O que é, para que serve e como fazer uma DRE?**. 2016. Disponível em: <<https://www.nibo.com.br/blog/o-que-e-para-que-serve-e-como-fazer-uma-dre/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo, 2010.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. 2. ed. Curitiba: IESDE, 2012.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade geral facilitada**. Rio de Janeiro: Método, 2017.
- PINTO, Maikol Nascimento; VASQUEZ, Selma Culturati. **Contabilidade geral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Saraiva, 2019.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em 16 jun. 2019.
- RFB. **Receita Federal do Brasil**. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documents/Pagina.aspx?id=3>>. Acesso em 15 jun. 2019.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- SÁ, Antônio Lopes. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- SALAZAR, José Nicolás Albuja; BENEDICTO, Gideon Carvalho. **Contabilidade financeira**. São Paulo: Cengage Learning, 2003.
- SANTOS, Fernando de Almeida; VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade: com ênfase em micro, pequenas e médias empresas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- SALOTTI, Bruno Meirelles; LIMA, Gerlando; MURCIA, Fernando Dal-ri; MALACRIDA, Mara Jane; PIMENTEL, René Coppe. **Contabilidade financeira**. São Paulo: Atlas, 2019.
- SEBRAE AMAPÁ. **Como fazer um demonstrativo de resultados**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/como-fazer-um-demonstrativo-de-resultados,48f3ace85e4ef510VgnVCM1000004c00210aRCRD/>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

SEBRAE. **Lei geral da Micro e Pequena Empresa**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/lei-geral-completa-10-anos-e-beneficia-milhoes-de-empresas,baebd455e8d08410VgnVCM2000003c74010aRCRD/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

TORO BLOG. **Educação financeira: ROE: o que é retorno sobre patrimônio líquido**. 2019. Disponível em: <<https://blog.toroinvestimentos.com.br/roe-retorno-sobre-patrimonio-liquido>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério. **Contabilidade básica**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

WERNKE, Rodney. **Análise de custo e preço de venda**. São Paulo, 2012.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos: uma abordagem prática**. Editora Atlas SA, 2004.

ZANLUCA, Jonatan de Souza. **Calculo e análise dos índices de liquidez**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/indices-de-liquidez.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

ANÁLISE FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL DO MANGÁ *OYASUMI PUNPUN*

EXISTENTIAL PHENOMENOLOGICAL ANALYSIS OF MANGA OYASUMI PUNPUN

Kemilly Tebaldi Pereira¹

Flávia Neves Ferreira²

RESUMO: Os quadrinhos japoneses ou Mangás retratam aspectos do desenvolvimento psicológico, social e físico dos personagens, o que propicia reflexões em diversos campos de estudo, incluindo a Psicologia. Sendo assim, este escrito teve como objetivo relacionar alguns elementos da obra *Oyasumi Punpun* (Boa noite Punpun) com conceitos da filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre, a partir da análise de três personagens: Seki, a Sra. Onodera e Punpun. A obra em questão é composta por uma coleção de 13 volumes, escritos e ilustrados por Inio Asano. Após analisar e descrever os principais conflitos e reflexões dos personagens, entre o capítulo 52 e 70, foi possível identificar neste mangá, alguns elementos existencialistas que foram relacionados com a filosofia de Sartre. Os conceitos atribuídos as vivências dos personagens possibilitaram uma interseção com a literatura do Mangá, com a filosofia existencialista, mas também com a psicologia fenomenológica existencial, uma vez que impulsionou a refletir sobre estruturas fundamentais da existência humana.

Palavras-Chave: Jean-Paul-Sartre. Existencialismo. Mangá.

ABSTRACT: The japanese comics or manga portray psychological, social and physical aspects of characters's development, which provides reflections in various fields of study, including psychology. Thus, this writing aimed to relate some elements of the work *Oyasumi Punpun* (Good Night Punpun) with concepts of the existentialist philosophy of Jean-Paul Sartre, from the analysis of three characters: Seki, Mrs. Onodera and Punpun. The work in question is composed of a collection of 13 volumes, written and illustrated by Inio Asano. After analyzing and describing the main conflicts and reflections of the characters, between chapter 52 and 70, it was possible to identify in this manga, some existential elements that were related to Sartre's philosophy. The concepts attributed to the experiences of the characters made possible an intersection with the Manga literature, existentialist philosophy, but also with existential phenomenological psychology, as it led to reflect on fundamental structures of human existence.

Keywords: Jean-Paul-Sartre. Existentialism. Manga.

¹ Graduanda em Psicologia pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: kekstp@hotmail.com

² Docente na Faculdade Católica Paulista (UCA). Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP-Assis-SP. E-mail: flavia_neves002@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os quadrinhos japoneses ou Mangás se caracterizam como um gênero textual de conteúdo narrativo que apresentam elementos gráficos nas construções do seu enredo. A maioria destas histórias retratam aspectos do desenvolvimento psicológico, social e físico dos personagens, o que propicia reflexões em diversos campos de estudo, incluindo a Psicologia. Segundo Xavier (2005), a linguagem simbólica dos Mangás possui uma função mediadora entre a consciência do leitor e seu campo reflexivo, promovendo assim, além da elaboração de conflitos emocionais, o resgate de um sentido mais profundo para sua existência.

Sendo assim, este escrito tem como objetivo relacionar alguns elementos da obra *Oyasumi Punpun* (Boa noite Punpun) com conceitos da filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre. Cabe ressaltar que a fenomenologia, inaugurada por Edmund Husserl, a partir de elementos filosóficos e metodológicos elaborou uma crítica ao psicologismo, o que abriu a possibilidade de novas perspectivas para a Psicologia. O filósofo francês Sartre (2013) foi influenciado pelos fundamentos da fenomenologia, assim, construiu uma concepção histórica e dialética de homem que está no centro da proposição de uma psicologia existencialista.

Acredita-se que a análise do mangá por meio dos pressupostos existencialistas proporciona não somente uma reflexão literária-filosófica, mas, sobretudo, propicia uma epistemologia na compreensão de homem e mundo, que pode ser útil para reflexão da Psicologia Fenomenológica Existencial.

A obra em questão é composta por uma coleção de 13 volumes, escritos e ilustrados por Inio Asano. Este mangá é considerado um “*Slice of Life*”, portanto, aborda questões cotidianas e foca na construção dos personagens a partir de sua vivência no mundo real. Desse modo, o personagem principal Punpun Onodera é retratado na obra desde a sua infância até a chegada na vida adulta. Enquanto ele transita por este processo vários fenômenos marcam sua vida e a dos personagens ao seu redor.

O protagonista Punpun e sua família são desenhados como pássaros em um estilo que destoa do cenário detalhado e realista, ilustrado por Asano, como pode se visualizar na Figura 1. A história de Punpun é contada por um narrador, que narra a partir do presente, como um espectador da vida de Punpun. Nesse sentido, os painéis e fundos da obra também ajudam a amplificar os aspectos psicológicos existenciais apresentados na trama.

Posto isto, a análise se dedicará aos capítulos 52 e 70 e terá como respaldo teórico os principais pressupostos postulados por Sartre, mais especificamente, acerca da liberdade, responsabilidade, angústia e má-fé. Tais elementos serão analisados a partir de três personagens: Seki, a Sra. Onodera e Punpun.

Figura 1 - Punpun na multidão



Fonte: Mangá Oyasumi Punpun (2019)

2 DESENVOLVIMENTO

O capítulo 52 ao 70, usados como base deste artigo, correspondem ao período de adolescência do protagonista, chamado Punpun. Neste primeiro momento será tratado do personagem Masumi Seki, que foi um dos amigos de infância de Punpun, porém os dois se separaram já que Seki decidiu não se matricular no Ensino Médio, preferindo viver de trabalhos extras que eventualmente apareciam. Em um segundo momento, a análise se voltará para a Sra. Onodera, mãe de Punpun; e por último, se discorrerá sobre o protagonista Punpun.

2.1 Masumi Seki

No início do capítulo, Seki faz uma reflexão sobre a existência, ao afirmar: “[...] os humanos são livres, embora, não possamos voar pelos céus por conta própria [...] podemos dormir quando sentimos sono, somos livres para começar ou parar algo quando queremos” (ASANO, 2019, p. 9).

Figura 2 - Seki Liberdade



Fonte: Mangá Oyasumi Punpun (2019)

O personagem Seki traz uma reflexão sobre a liberdade do homem. Nesse sentido, cabe ressaltar que a liberdade é um dos conceitos fundamentais do Existencialismo e é entendida como uma escolha que ocorre a partir de um contexto ou situação. Dito de outro modo, a liberdade é constitutiva do homem, ele é condenado a ser livre, porque ele deve sempre escolher. Como afirma Sartre (2007, p. 595, grifo do autor), “[...] ‘ser livre’ não significa obter o que se quis, mas sim “determinar-se por si mesmo a querer”. Em outros termos [...] significa autonomia de escolha”.

No entanto, embora o homem seja livre, existem limitações que definem a sua condição no mundo. Então, o homem pode “nascer escravo [...] ou proletário [...] Tais limites não são subjetivos nem objetivos [...]” (SARTRE, 1987, p. 60). Portanto, a situação histórica e a natureza, dentre outros aspectos não podem, em muitos casos, serem modificados por completo, mas é possível o homem agir ou escolher dentro destes limites, pelo fato dele ser livre. Desse modo, pode-se dizer que o homem possui condicionamentos históricos, sociais, culturais, mas não é determinado por eles. Se o homem é livre, ele não é determinado, mas sempre aberto aos caminhos possíveis que ele pode escolher trilhar, existe, portanto, um movimento próprio da condição humana, seja no sentido de negar e superar as condições dadas, seja em ficar cômodo a elas.

No mangá Seki diz ser livre, mas não livre para escolher voar por conta própria, pois existem limitações fisiológicas que não permitem que ele tenha asas, mas mesmo que Seki não possa voar, ele continua livre para construir o seu ser a partir dos caminhos escolhidos que se apresentam dentro de sua realidade enquanto ser humano.

Em seguida, Seki percebe as consequências da liberdade, ele afirma que as pessoas sofrem por serem livres para escolherem, cada uma dessas escolhas produz efeitos tanto naquele que a faz quanto em seu mundo. Este seguimento do pensamento de Seki, as consequências que ele entende para a liberdade situacional, se aproximam do conceito de angústia sartriana. Segundo Sartre (1987), o homem ao se perceber como livre se angustia, pois ao escolher ele não escolhe só para si, escolhe também para todos os outros, “não há um único de nossos atos que, criando o homem que queremos ser, não esteja criando, simultaneamente, uma imagem do homem tal como julgamos que ele deva ser” (SARTRE, 1987, p.5).

Durante a reflexão de Seki, ele é interrompido por Shimizu, um outro colega de infância. Os dois saem em busca de dinheiro, pois como dito anteriormente, Seki vive de trabalhos aleatórios que aparecem. Ao caminhar pela cidade Seki encontra uma proposta de trabalho feita por uma mulher que deseja assassinar seu ex-amante, atraído pelo dinheiro, Seki aceita realizar esta tarefa.

Ao seguir seu alvo, o ex-amante, Seki vai até a estação de metrô. No meio da perseguição ele é impelido por uma nova reflexão existencial, ao observar as pessoas na estação de metrô, Seki não os percebe como humanos, mas como seres vazios, que se movem de acordo com o que o cotidiano exige

deles, sem se perceberem como livres e constituintes de sua essência. Nas palavras de Seki, “eles se movem e trabalham sem descanso como se fossem marionetes” (ASANO, 2019, p.9). Esta observação remete ao conceito de má-fé de Sartre.

Figura 3 - Seki Má-fé



Fonte: Mangá Oyasumi Punpun (2019)

A má-fé para Sartre (1987) é a mentira, não a mentira do senso comum da qual se entende como uma consciência cínica, onde o mentiroso conhece a verdade, e através de uma conduta dissimulada, esconde suas intenções. A má-fé pode ser entendida como a atitude que se assume a uma identidade rígida, a ponto de negar que exista uma possibilidade de ser algo diferente, ou seja, negar a própria liberdade de escolha. E ainda, pode ser compreendida como uma tentativa de fugir da condição de liberdade, pois ao associar-se a alguma imagem que se cria de si ou algum papel social de modo mecanizado pode-se tentar extrair a responsabilidade de assumir o modo autêntico da existência.

Conforme explicita Sartre (2007, p. 543) “na má-fé eu mesmo escondo a verdade de mim mesmo. Assim, não existe neste caso a dualidade do enganador e do enganado”, logo, a má-fé é fruto da própria consciência. O homem em sua existência usa da má-fé ao esconder de sua consciência a realidade, mudando a lógica dos fatos, através das mentiras e desculpas que dá para si mesmo, tornando-se um sujeito que não se apropria de sua liberdade e não se responsabiliza por suas escolhas. Seki percebeu que as pessoas na estação de trem estavam seguindo suas rotinas inertes de si mesmas, se determinando em um cronograma, seguindo um fluxo de costumes e ações automática, com isso, elas estavam deixando de tomar consciência de si e de se projetar de forma original em sua existência.

Na continuidade da trama, Seki se depara com seu alvo e quando está prestes a empurrá-lo, novamente é tomado pelo questionamento acerca de sua liberdade. Ele sabe que precisa matar o seu alvo e apenas a sua escolha determinaria se a vida de seu alvo iria ou não continuar.

Figura 4 - Seki escolha final



Fonte: Mangá Oyasumi Punpun (2019)

Na medida em que se depara com a absurdidade da existência, que é revelada pela possibilidade da morte do outro, os seus questionamentos o levam a refletir sobre quem ele foi e quem ele é, o que denota sua consciência ontológica. Ele se pergunta como poderia provar que ele é ele mesmo e que não está agindo sem ter consciência de si. Tal consciência é para Sartre (2013), o absoluto da subjetividade, isto é, o aspecto subjetivo indiscartável da realidade. Segundo Sartre (2007, p. 432), este nada vem ao mundo pelo homem que ao questionar a si e ao mundo, constata o próprio nada, pois “ele é o que não é e não é o que é”, ou seja, constitui-se pela nadificação do em-si (do seu passado, de seu corpo, do mundo, das coisas que ele não é).

[...] compreender a possibilidade enquanto possibilidade ou ser suas próprias possibilidades é uma única e mesma necessidade para o ser que, em seu ser, coloca em questão o seu ser, ou seja, o homem. Ser sua própria possibilidade é definir-se como evasão de “si rumo a...”. Portanto, o homem é o ser que coloca perpetuamente seu ser em questão. Ao questionar-se, o homem transcende a situação em que está inserido, indo rumo a seus possíveis (SCHNEIDER, 2011, p. 30).

Além da consciência de si, a passagem de Seki remete a responsabilidade existencial. Prestes a empurrar o seu alvo, Seki enfatiza mais uma vez sua liberdade, ele sabe que irá matar o seu alvo, mas não por ser uma pessoa que teve condutas impróprias ou porque existe algum senso de justiça do qual deve punir suas ações. Desse modo, Seki nega até mesmo a ideia de que seu próximo ato possa ser parte de um plano divino, regido por uma figura religiosa, afirma que o homem criou um Deus para afastar de si suas responsabilidades. Assim, naquele momento, apenas a escolha de Seki determinaria se a vida de seu alvo iria ou não continuar, esta passagem final remete a responsabilidade das escolhas humanas, postulada por Sartre.

Conforme afirma Sartre (1987, p. 39) “[...] o homem está condenado a ser livre. Condenado, porque não se criou a si mesmo, e como, no entanto, é livre, uma vez que foi lançado no mundo, é

responsável por tudo o que faz”. Seki entende que sua decisão implica na responsabilidade, isto é, na sua resposta diante de suas escolhas.

Após tomar sua decisão, de não cometer o assassinato, Seki vai até um restaurante e volta a refletir sobre suas escolhas, neste momento ele percebe que teve um estalo, pois por muito tempo ele culpou os outros por conta dos erros de sua vida, mas coube a ele escolher os caminhos. Seki diz: “No fim o ressentimento que tive era só ressentimento contra mim mesmo” (ASANO, 2019, p.14), e assim, ele entende que cada pessoa constrói e decide a sua própria história, uma vez que está em uma constante relação consigo mesma, com o outro e com o próprio mundo. Nesse sentido, Sartre (1987, p. 21) afirma que “o homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição, porque de início, não é nada. Posteriormente ele será aquilo que ele fizer de si mesmo”.

Sartre (2007) buscava por uma filosofia que não separasse o interior do exterior, e sim estabelecesse uma relação dialética entre eles, então ao se deparar com a fenomenologia de Husserl, onde o objeto e o sujeito estão em uma correlação, e, portanto, não existe uma dicotomia entre o indivíduo e o seu mundo, ele passa a entender o homem em uma correlação, uma vez que na a consciência do sujeito transcende e se dirige para o exterior, significando os objetos em-si percebidos no mundo, os desvelando. Está correlação coloca o homem como passivo das possibilidades de sua existência singular no mundo, pois ela se dá em um contexto que limita e contorna sua liberdade (as facticidades), e sujeito ativo enquanto suas próprias escolhas, frente as condições dadas, pois permitem que ele se aproprie dessa realidade, transcenda e exerça sua liberdade situacional. Nas palavras do filósofo: “O homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição, porque de início, não é nada. Posteriormente ele será aquilo que ele fizer de si mesmo” (SARTRE, 1987, p.4).

Seki em sua última aparição no mangá entende esta correlação fenomenológica e como ela se dá dentro das limitações de sua liberdade, a partir da vivência ele constrói os próprios significados para o seu mundo, e faz suas escolhas consciente de sua responsabilidade, a má-fé identificada anteriormente em Seki quando se encontrava na estação de trem se cessou, na medida em que o mesmo, tomou consciência de si e questionou a própria existência.

2.2 A Sra. Onodera

Ao dar seguimento nos capítulos e já concluída a história de Seki, a trama inicia novos conflitos voltados para a Sra. Onodera, que é a mãe do protagonista, o adolescente Punpun. A Sra. Onodera é uma mulher angustiada, frequentemente, se questiona e se arrepende das decisões que tomou no passado, ela possui uma péssima relação afetiva com Punpun, neste momento da história, se encontra doente prestes a passar por uma cirurgia.

No hospital, antes da cirurgia, Sra. Onodera conhece um rapaz chamado Harumi, que sofreu um acidente com a namorada, mas depois disso, não conseguiu ir visitá-la por se sentir culpado. O diálogo com esse rapaz traz à tona memórias sobre seu divórcio e violência que sofreu do marido, ela insiste para que Harumi visite sua namorada e se livre das desculpas que dá para si mesmo.

No meio deste diálogo, ela conta para Harumi sua vida, dizendo que nunca tentou se encontrar, sempre esperou ser encontrada, pois já sabia o quanto era desprezível. Após se despedir de Harumi, Sra. Onodera chega à conclusão de que “[...] Não tenho objetivos na vida, eu só estou vivendo por viver, porque morrer é muito assustador” (ASANO, 2019, p. 24). Nota-se que ela se encontra desprovida de sentido para a sua existência, sob este aspecto, Sartre (1987, p. 16) afirma: “consideramos que todo homem que se refugia por trás da desculpa de suas paixões, todo homem que inventa um determinismo, é um homem de má fé”.

Figura 5 - Sra. Onodera reflexão



Fonte: Mangá Oyasumi Punpun (2019)

De acordo com Sartre (2013), o sentido para a vida se dá a partir do momento da definição de um projeto e da realização do mesmo. Ao viver usando da má-fé, sem estabelecer um projeto para sua própria vida, sem assumir as responsabilidades por suas escolhas e esperar que um outro escolhesse por ela aquilo que era de sua responsabilidade, a sra. Onodera percebe que sua vida passou e ela não possui objetivos e nem perspectivas, mas continua vivendo por medo da morte, ela se questiona: “Mas e se eu acabar morrendo? E se a operação fosse um sucesso e eu vivesse?” (ASANO, 2019, p. 27).

A angústia refere-se a angústia das possibilidades de escolhas, Sartre (2007) usa do termo Angústia com influência de duas concepções filosóficas, de Kiekegaard e Heidegger. A concepção que gira em torno deste artigo se baseia na noção de Kiekegaard, em que ele entende a angústia como vertigem da liberdade. Além disso, destaca-se que medo e angústia devem ser diferenciados, a angústia consiste naquilo que o sujeito possui frente as próprias possibilidades de escolha, enquanto o medo consiste no produto da correlação do sujeito com os objetos *em-si*. Diante disso, Sartre elucida:

A angústia se distingue do medo porque medo é medo dos seres do mundo, e angústia é angústia diante de mim mesmo. A vertigem é angústia na medida em que tenho medo, não de cair no precipício, mas de me jogar nele. Uma situação que provoca medo, pois ameaça modificar de fora minha vida e meu ser, provoca angústia na medida em que desconfio de minhas reações adequadas a ela (SARTRE, 2007, p. 73).

Pode-se observar que a Sra. Onodera se angustia por dois fatores, primeiro, porque se depara com o medo da morte, mas ela também se angustia ao pensar nas possibilidades que permeiam a sua vida. Ela percebe que por muito tempo não teve consciência das responsabilidades e usou, muitas vezes, de desculpas para determinar as causas de seus atos. Assim, após a conversa com Harumi, a Sra. Onodera vai para seu quarto e reflete sobre a sua função no mundo, ela não se vê necessária para ninguém. Nessa direção, Sartre (2007, p. 639) afirma que “[...] é preciso que o homem se reencontre a si mesmo e se convença de que nada pode salvá-lo dele próprio”.

A cirurgia da Sra. Onodera foi bem-sucedida, ela encontra uma carta que Harumi deixou onde diz que ele a admira por ela admitir os seus erros, por admitir que viveu esperando que os outros escolhessem por ela, por admitir que viveu tentando se determinar em algo que não era, como mostra o excerto: “[...] as pessoas mudam e conforme os anos passam, os ambientes também. Eu acho que está tudo bem em não haver uma maneira certa de viver” (ASANO, 2019, p. 28).

A mudança da qual Harumi fala nada mais é para Sartre (2013) que a consciência humana que se projeta para um futuro de possibilidades, que se constrói conforme sua vivência e suas escolhas, por ser justamente livre para fazê-las. Cada pessoa vive de um jeito, não há realmente uma maneira certa de viver, pois depende da relação que cada um possui com seu contexto de vida, no entanto, acima de qualquer coisa o homem é livre. Segundo Sartre (2007, p. 68), “[...] a liberdade humana precede a essência do homem e torna-a possível: a essência do ser humano acha-se em suspenso na liberdade. Logo, aquilo que chamamos liberdade não pode se diferenciar do ser da realidade humana”.

Uma questão interessante que surge nesta breve relação entre a Sra. Onodera e Harumi consiste no fato de que a presença do Outro é capaz de lançar um olhar para si mesmo. Sartre afirma que “[...] só posso definir-me em relação ao outro” (SARTRE, 2007, p. 496). A experiência de Harumi de se colocar no lugar da Sra. Onodera e de apontar para ela algumas de suas reflexões denota o exemplo da fechadura de Sartre (2007, p. 334), segundo o qual afirma que “o ato de olhar pela fechadura faz com que nos depararemos com o Outro; esta ação permite que nos enxerguemos através da ação do Outro observado”. Isso significa que o Outro propicia o questionamento da própria existência.

Portanto, tratando do “olhar”, Sartre vai falar do princípio do relacionamento Eu e Outro, relacionamento esse que se dá na objetividade. Isso se dá no momento que o Outro objeto, torna-se presença para o Eu. Isto é, existe de fato um Outro que olha para o Eu, e o Eu é visto pelo Outro.

[...] a relação originária entre eu e o Outro não é somente uma verdade ausente que viso através da presença concreta de um objeto em meu universo; é também uma relação concreta e cotidiana que experimento a cada instante: a cada instante o Outro me olha (SARTRE, 2007, p. 332).

Dois sujeitos agora são objetos um para com o outro: o que era para-si (sujeito) ao ser olhado aparece ao outro como em-si (objeto). Logo, “[...] Deixo de ser transcendência, ou seja, um ser que é o que não é e não é o que é, para tornar-me o que sou, alguém definido. Transformo-me, assim, numa *transcendência transcendida*” (SCHNEIDER, 2011, p. 148, grifo da autora). O olhar é a maneira de apreensão mais estável, profundo e individualizado que o ser humano possui, é aquele que proporciona compreender e apreender o outro em sua individualidade complexa.

Recuperada da cirurgia, a Sra. Onodera decide por estabelecer um objetivo para sua vida: ser uma mãe melhor para Punpun. “[...] Nós somos aquilo que ainda não somos” (SARTRE, 2007, p. 82). Isso é projeto, projeto não é alguma coisa, mas virá a ser ao se realizar. Esse movimento da consciência de transcender a si, de projetar é fruto da liberdade (SILVA, 2010). É a liberdade de ser, ou seja, esse poder de escolher que faz o homem partir para o encontro de si mesmo.

Após estes acontecimentos, ocorre um salto temporal de dois anos, e, então, a sra. Onodera morre após descobrir um câncer enquanto ainda estava no hospital em decorrência da cirurgia que havia realizado. Diante destas breves exposições, a próxima seção se dedicará a história do protagonista principal, o Punpun.

2.3 O protagonista Punpun

O protagonista da história é o adolescente Punpun, que se encontra em um momento de conflitos com a mãe e de novas descobertas com as amigas e paixões do colegial. No dia da cirurgia da Sra. Onodera, Punpun tem planos com uma garota do colégio chamada Kanie, ele decide ir a este compromisso ao invés de acompanhar a cirurgia de sua mãe.

A princípio, o encontro com Kanie vai bem para o protagonista, eles saem juntos para vários lugares até chegarem em uma exposição de Arte, onde encontram a irmã de Kanie, que está expondo um quadro de sua autoria, cujo nome ironicamente se chama “Mãe”. Ao observar que o quadro simboliza a importância da família, Punpun não sabe como se sentir, desse modo, ele prefere se afastar das duas e olhar as outras obras do museu. Então, ele se depara com um quadro chamado “Via Láctea” que o remete a seu passado, quando ele e seus amigos de infância contemplavam o céu e ele sonhava em estudar o espaço e descobrir um novo planeta.

Figura 6 - Punpun e a Via Lactea



Fonte: Mangá Oyasumi Punpun (2019)

Diante desta recordação nostálgica, Punpun passa a se questionar o porquê estar ali e porque ele havia desistido dos objetivos que davam sentido a sua vida, questionando-se: “[...] Esse é mesmo o tipo de pessoa que eu queria me tornar?” (ASANO, 2019, p. 36). Ele percebe que a imagem que tem de si é de alguém desinteressante, que só estava ali em busca de prazer com uma garota que ele nem mesmo gosta de verdade.

Para Sartre a existência precede a essência, ou seja o ser existe, e, a partir de então, ele se constrói através de suas escolhas “o homem, antes de mais nada, existe, ou seja, o homem é, antes de mais nada, aquilo que se projeta num futuro, e que tem consciência de estar se projetando no futuro” (SARTRE, 1987, p. 4). Por mais que o sujeito atribua um significado para os objetos no mundo, eles são apenas objetos para uma consciência, mas não conscientes de si mesmos, sendo plenos de si, já a consciência é possibilidade, possibilidade de ser, ela se projeta constantemente, e intenciona o mundo que está em relação, é liberdade de ser, ela transcende em busca do projeto, ela não é o que é, e sim está aberta para ser o que escolhe.

Ao ter os seus projetos frustrados Punpun não vê sentido naquilo que ele se tornou, as escolhas que fez em sua existência o levaram para uma frustração existencial, da qual ele não se sente realizado nos projetos que buscava anteriormente. Depois do casal sair da exposição de arte, Punpun revela que a sua mãe está no hospital em cirurgia, o que causa uma discussão entre os dois, pois Kanie acha inaceitável Punpun não estar junto com a Sra. Onodera. Diante disso, Punpun se defende dizendo “[...] Eu pensei que você fosse mais esperta do que impor seus padrões subjetivos em minhas circunstâncias”

(ASANO, 2019, p. 41). A resposta de Punpun para Kanie ilustra o fato de que cada pessoa atribui um significado para as situações conforme as suas próprias vivências.

Depois de outros acontecimentos e passado algum tempo, ocorre a morte da Sra. Onodera, o que implica a Punpun escolher com quem deseja morar. Mediante a esta decisão, o seu tio Yuichi Onodera, o chama para uma caminhada e aconselha Punpun, dizendo que todos vivem um caminho escolhido por si, mas com a liberdade vem a responsabilidade sobre as próprias escolhas.

Figura 7 – Yuichi responsabilidade



Fonte: Mangá Oyasumi Punpun (2019)

Após este último encontro com seu tio, Punpun começa sua nova vida sozinho, ciente de suas responsabilidades quanto a construção do seu ser. Este último capítulo mostra que Punpun pensa em seu passado como uma história que ajudou a construir o ser que ele é, isso reflete para o seu presente e ele busca um novo futuro. No homem estão presentes essas duas realidades em totalização, ou seja, ele é em-si-para-si e isso dá as condições de sua personalidade. Ele é corpo e consciência, mas “[...] ele também se temporaliza pois ele é seu passado (em-si que já passou), e está em devir de ser no futuro (nada, já que ainda não é; está frente à possibilidades de ser)” (SCHNEIDER, 2011, p. 93). Diante disso, Punpun sente-se pronto para se projetar de forma autêntica na existência traçando um novo projeto existencial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar e descrever os principais conflitos e reflexões dos personagens, entre o capítulo 52 e 70, foi possível identificar neste Mangá, alguns elementos existencialistas que foram relacionados com a filosofia de Sartre. Os conceitos atribuídos as vivências dos personagens possibilitaram uma interseção com a literatura do Mangá, com a filosofia existencialista, mas também com a psicologia fenomenológica existencial, uma vez que impulsionou a refletir sobre estruturas fundamentais da existência humana.

A psicologia fenomenológica existencial vai pensar em um sujeito não como mero organismo ou como uma visão dualista de mente e corpo, mas vai pensar que o sujeito é um projeto de sentido

lançado no mundo, que no interior de sua liberdade existencial, encontra um leque de possibilidades de ser e se construir. Assim como Seki, a Sra. Onodera e Punpun se depararam com as adversidades da vida, eles também conseguiram tomar consciência da responsabilidade que é existir.

Dentre os conceitos explanados, verificou-se que a angústia existencial ocorre frente as possibilidades de escolha que o homem tem pelo fato de ser livre. O homem escolhe não só para si, mas também para todos os outros tornando-se responsável pelos seus atos, mas ao tentar fugir da responsabilidade e culpabilizar fatores externos pelas suas escolhas, ele age de má-fé, deixando de viver de modo autêntico.

Diante disso, é importante entender que o sujeito não é, mas está sempre no processo de ser, ele não é estático, mas está sempre em movimento, se lançando para algo que ainda não é, indo em busca de si mesmo, se construindo, como se pode observar nos personagens analisados. Assim, existir não corresponde ao que se é, mas sim a um movimento de tornar-se.

REFERÊNCIAS

ASANO, Inio. **Oyasumi Punpun**. São Paulo: JBC mangá, 2019.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SARTRE, Jean-Paul. **A transcendência do ego**: Esboço de uma descrição fenomenológica. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: Ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 15 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. **Sartre e a psicologia clínica**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

SILVA, Paulo Cesar Gondim da. **O conceito de liberdade em o Ser e o Nada de Jean-Paul Sartre**. 110f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

XAVIER, Levine Martins Cristina. Quadrinhos, psicologia e espiritualidade: símbolos e mitos estruturam o desenvolvimento psíquico e espiritual. **Psicol. Am. Lat.**, n.4, 2005.

GESTÃO EMPRESARIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA SOB A PERSPECTIVA DA CONTABILIDADE GERENCIAL

MICRO AND SMALL BUSINESS MANAGEMENT UNDER MANAGEMENT ACCOUNTING PERSPECTIVE

João Vitor Freire Bezerra¹

Danielle Cristine da Silva Levorato²

Camila Araújo dos Santos³

Rafael Gutierrez Castanha⁴

RESUMO: O presente trabalho demonstrou a importância das micro e pequenas empresas no país, pois elas são grandes geradoras de empregos e riquezas, porém carecem de gestão e planejamento empresarial para continuidade de suas atividades. A fim de auxiliar nessa questão, o estudo trouxe a contabilidade gerencial como método de gestão empresarial que fornece ferramentas que possam auxiliar a empresa no processo de tomada de decisões. Mediante o exposto, o trabalho teve como objetivo identificar o papel da contabilidade gerencial para as micro e pequenas empresas, demonstrando o quanto ela pode ser importante para o desenvolvimento dessas empresas. Para atingir tal objetivo, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Os resultados da pesquisa demonstraram a necessidade da utilização da contabilidade gerencial pelas micro e pequenas empresas, pois o conjunto de práticas e ferramentas geradas pela contabilidade gerencial fornece informações adequadas aos gestores, dando controle dos recursos da entidade, segurança, redução dos riscos e auxiliando o gestor para que a empresa possa alcançar seus objetivos e continuidade.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas. Contabilidade gerencial. Gestão empresarial.

ABSTRACT: This paper demonstrates the importance of micro and small companies in the country, being great generators of jobs and wealth, however they need management and business planning to continue their activities. In order to assist in this issue the study brings management accounting as a business management tool, providing information that can assist the company in the decision making process. Having that stated, the work aims to identify the role of management accounting for micro and small companies, demonstrating how important it can be for the development of these companies. In order to achieve this goal, the bibliographical research was used as methodological procedure. The results of this research demonstrate the need for the use of management accounting by micro and small companies because the set of practices and techniques generated by management accounting provides

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: jv.freiree@hotmail.com

² Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Mestre em Controladoria e Finanças Empresariais pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-Campus Higienópolis-SP. E-mail: dcslevorato@gmail.com

³ Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP-Marília-SP. E-mail: camilaar_santos@hotmail.com

⁴ Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP-Marília-SP. E-mail: r.castanha@gmail.com

managers with adequate information, giving them control of the entity's resources, security, risk reduction and assisting them, so that, the company can achieve its goals and continuity.

Keywords: Micro and small businesses. Management accounting. Business management.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente observa-se que as organizações estão em constante desenvolvimento e sendo cada vez mais competitivas, exigindo a criação de estratégias para sua sobrevivência. A estratégia é descrita por Anthony e Govindarajan (2011, p. 56) como “[...] a direção geral na qual uma organização planeja se mover para obter suas metas”.

Uma das estratégias se dá no enquadramento societário da empresa, visando a redução da carga tributária, tal enquadramento ocorre de acordo com o segmento e porte empresarial. No Brasil encontra-se uma variedade de modelos societários, incluindo as micro e pequenas empresas (MPE), sendo essas de extrema importância para a economia brasileira por se tratarem de grandes geradoras de empregos e riquezas para o país, conforme evidencia a pesquisa do ano de 2018 do SEBRAE (2018),

[...] os pequenos negócios empresariais são formados pelas micro e pequenas empresas (MPE) e pelos microempreendedores individuais (MEI). No Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos. Desse total, 99% são micro e pequenas empresas (MPE). As MPEs respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado (16,1 milhões). As micro e pequenas empresas podem ser classificadas de acordo com o número de empregados e com o faturamento bruto anual.

Apesar da grande quantidade de MPE no país, muitas encerram suas atividades antes do esperado, a alta taxa de mortalidade advém das dificuldades de gestão, planejamento e alta carga tributária, conforme descrito por Souza e Rios (2011, p. 2 apud CORREIA *et al.*, 2016, p. 2):

Atualmente no Brasil, a maioria dos negócios atuam como micro e pequenas empresas, porém, para estas organizações sobreviverem no mercado competitivo é necessário um sistema de gestão eficaz, beneficiando-se de informações e dados gerados pela contabilidade gerencial que servirão de apoio e suporte aos administradores e devem fazer parte da rotina empresarial.

Para auxiliar na gestão empresarial, a contabilidade conta com uma metodologia indispensável no processo de tomada de decisão, denominada contabilidade gerencial. Por meio dessa metodologia é possível identificar ferramentas aplicáveis a análise das demonstrações contábeis e na geração de informações importantes para a tomada de decisão empresarial. Sá (1971, p. 29 apud SAVINO, 2015, p. 55) define a contabilidade gerencial como:

[...] um sistema de informações, métodos e conhecimento da organização e da utilização do planejamento, fornecerá informações para atender à necessidade de seus

usuários, com relatórios que demonstram os resultados por atividades, comparando-se o planejado com o realizado, para análise da gestão organizacional.

A contabilidade gerencial estrutura o sistema de gestão empresarial, proporcionando aos gestores conhecimento dos fatos que ocorreram na organização e os resultados entre o planejado e o realizado, visando à continuação e o crescimento dos negócios.

Além do planejamento, os controles internos e o orçamento também são ferramentas importantes na gestão, de acordo com Schmidt e Santos (2009 apud LEVORATO, 2018, p. 26) “[...] Os controles criam meios de prevenção e detecção de irregularidades no desenvolvimento das atividades organizacionais”, complementado por Griffin (2012, p. 153) que relata que “[...] os orçamentos estabelecem metas que orientam a organização, dando direção e foco. Um grande processo de elaboração de orçamento é participativo – envolve todos os gestores.”

O sucesso de um negócio depende da determinação de metas e a constante busca de realização dessas metas. Um orçamento, acima de tudo, estabelece metas que dão direção e foco a um empreendimento; ele tem a visão de como a empresa deveria ser, e articular essas visões através de objetivos operacionais específicos. Os orçamentos conectam esforços do dia a dia a realização dos objetivos. Ainda assim, não são suficientes para garantir o sucesso de um negócio (GRIFFIN, 2012, p. 153).

Grande parte das MPE são familiares, e muitas vezes não possuem estrutura de gestão empresarial, deixando de elaborar o planejamento estratégico, operacional e orçamentário, resultando na falência da empresa.

Segundo Padoveze (2010, p. 521) “[...] As frustrações que acontecem são frutos de planos orçamentários não desenvolvidos corretamente, desde a falta de objetivos claros, de uma clara definição de responsabilidades, da competência para obtenção dos dados e dos procedimentos de mensuração etc.”

Mediante o exposto, o presente trabalho visou contribuir com as micro e pequenas empresas no desenvolvimento de um sistema de gestão por meio do uso da contabilidade gerencial, visando a continuidade e o profissionalismo dessas.

Propôs como objetivo identificar o papel da contabilidade gerencial para as micro e pequenas empresas, demonstrando o quanto ela pode ser importante para o desenvolvimento dessas empresas.

Para atingir tal objetivo, o método de pesquisa escolhido para desenvolvimento do trabalho foi o descritivo de abordagem qualitativa por meio da revisão bibliográfica, descrita por Trujillo Ferrari (1974 apud MARCONI; LAKATOS, 2017) como um levantamento de referências já publicadas, em forma de artigos científicos (impressos ou virtuais), livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado. Tendo como objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram consultadas as seguintes fontes: artigos científicos selecionados principalmente na plataforma Google Acadêmico, consulta a livros na ‘Minha Biblioteca’ e anais de eventos da área de Ciências Contábeis. As palavras-chave que propiciaram a elaboração de estratégias de buscas bibliográficas foram: contabilidade gerencial, gestão empresarial, micro e pequenas empresas.

2 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

A contabilidade está presente nas civilizações desde os tempos mais remotos e vem evoluindo como prática, conhecimento e ciência à medida que o homem também evolui nas suas relações comerciais, sendo utilizada desde o ano 3.000 a.C. na contagem dos instrumentos de caça, pesca e rebanhos.

Teve sua expansão e evolução por vários países: no Iraque foram encontrados os primeiros registros patrimoniais em paredes e pedras, desenvolvendo então a origem do livro diário. Já no Egito, como descrito por Czyzyniewski (2017): a história nos relewa que o povo egípcio era o mais desenvolvido em inúmeras áreas do conhecimento. Lá também floresceu um pouco da Contabilidade. Os egípcios realizavam inventários físicos e anotavam sua produção para reportar o patrimônio aos faraós.

Os egípcios utilizavam o papiro como ferramenta, onde os escribas registravam seus movimentos, denominados como livros contábeis. Na Itália, a cidade de Roma era conhecida por ter o maior e mais desenvolvido império da antiguidade, que se expandiu por toda a Europa, norte da África e oriente médio conquistando povos e nações, denominado como sistema jurídico de contabilidade organizado. Já no período renascentista, ao invadir a península ibérica, os árabes trouxeram obras manuscritas de contabilidade que influenciaram muito o comércio na velha Europa, principalmente na Itália nas cidades de Florenza e Veneza.

No século XIV Luca Pacioli, frade franciscano e matemático italiano, considerado o “pai da contabilidade moderna”, vendo que os comerciantes necessitavam de uma escrituração capaz de refletir os interesses dos credores e investidores, e que ao mesmo tempo fosse útil nas relações entre consumidores e fornecedores, desenvolveu o método das partidas dobradas, descrito por Gomides (2016) como:

O principal preceito que o método das partidas dobradas traz é que para cada débito existe um crédito correspondente e vice e versa. Para melhor entendimento, é importante dizer que as contas do ativo aumentam por débito e diminuem por crédito. Já as contas do passivo e patrimônio líquido, aumentam por crédito e diminuem por débito. No caso do ativo, eu aumento a conta, adquirindo um bem ou direito, o que

faz aumentar o saldo do ativo. Ao contrário, se eu pago uma obrigação, o dinheiro que sai do ativo será creditado diminuindo seus saldos.

No ano de 1500, era descoberto o Brasil, sendo marcado pela instituição do governo geral e a chegada dos provedores da fazenda que acumulavam o cargo de contador. Diante do desenvolvimento da colônia, cartas passaram a regulamentar os princípios contábeis que constituíam cargos e funções na administração fazendária. O ensino contábil teve início no Brasil no ano de 1.810 com as aulas de comércio da corte trazido pela família real portuguesa. A partir desse momento novas escolas surgiram, expandindo o ensino e desenvolvendo normas e métodos.

O primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade aconteceu no ano de 1924 na cidade do Rio de Janeiro, com a intenção de aprovar uma nova lei para regulamentar o exercício da profissão. Para chegar nesse objetivo, foi traçada uma grande luta onde idas e voltas de projetos foram criados, mas não apreciados. No dia 27 de maio de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra decretou a Lei nº 9.295/46, que criou o Conselho Federal de Contabilidade e definiu as atribuições do contador e do guarda-livros (BRASIL, 1946):

Art. 1º Ficam criados o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, de acordo com o que preceitua o presente Decreto-lei.

Art. 2º A fiscalização do exercício da profissão contábil, assim entendendo-se os profissionais habilitados como contadores e técnicos em contabilidade, será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade a que se refere o art. 1o.

Art. 3º Terá sua sede no Distrito Federal o Conselho Federal de Contabilidade, ao qual ficam subordinado os Conselhos Regionais.

Art. 4º O Conselho Federal de Contabilidade será constituído de nove (9) membros brasileiros, com habilitação profissional legalmente adquirida, e obedecerá à seguinte composição:

a) um dos membros designado pelo Governo Federal e que será o presidente do Conselho;

b) os demais serão escolhidos em Assembleia que se realizará no Distrito Federal, na qual tomará, parte uma representação de cada associação profissional ou sindicato de classe composta de três membros, sendo dois contadores e um guarda-livros.

Parágrafo único. A Constituição do Conselho Federal de Contabilidade obedecerá, em relação aos membros enumerados e na alínea b deste artigo a seguinte proporção: dois terços de contadores e um terço de guarda-livros.

A contabilidade possui um amplo conjunto de técnicas, leis e princípios que permite estudar, registrar e informar todas as transações de uma determinada entidade em seus aspectos quantitativo (monetário) e qualitativo (não monetário). De acordo com Franco (1983 apud BASSO, 2015, p. 22):

[...] contabilidade é a ciência que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante ao registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

A contabilidade tem como objetivo auxiliar no controle do patrimônio e no processo de tomada de decisão, realizar levantamento de dados, registro de fatos e comunicar aos gestores e demais pessoas da entidade as informações úteis sobre o patrimônio, gerando a posição financeira e econômica da empresa. Tais informações fornecem aos gestores um controle para alcançar seus objetivos, mais facilidade para planejar com eficiência e eficácia.

A contabilidade possui vários ramos, aplicados de acordo com a atuação necessidade e empresa, para o presente trabalho será abordado o ramo da contabilidade gerencial.

2.1 Contabilidade gerencial e sua aplicação

Considerada uma metodologia com ferramentas importantes para toma de decisão, a contabilidade gerencial tem se tornado fundamental nas empresas, devido seu conjunto de ferramentas e técnicas que fornece informações financeiras adequadas aos gestores, dando controle dos recursos da organização.

Coronado (2013, p. 28) define a contabilidade gerencial como uma “[...] ferramenta utilizada para as principais funções da controladoria, tais como planejamento, elaboração de relatório e avaliação. Para as micro e pequenas organizações, os próprios gestores fazem os papéis de tesoureiro e de *controller*”.

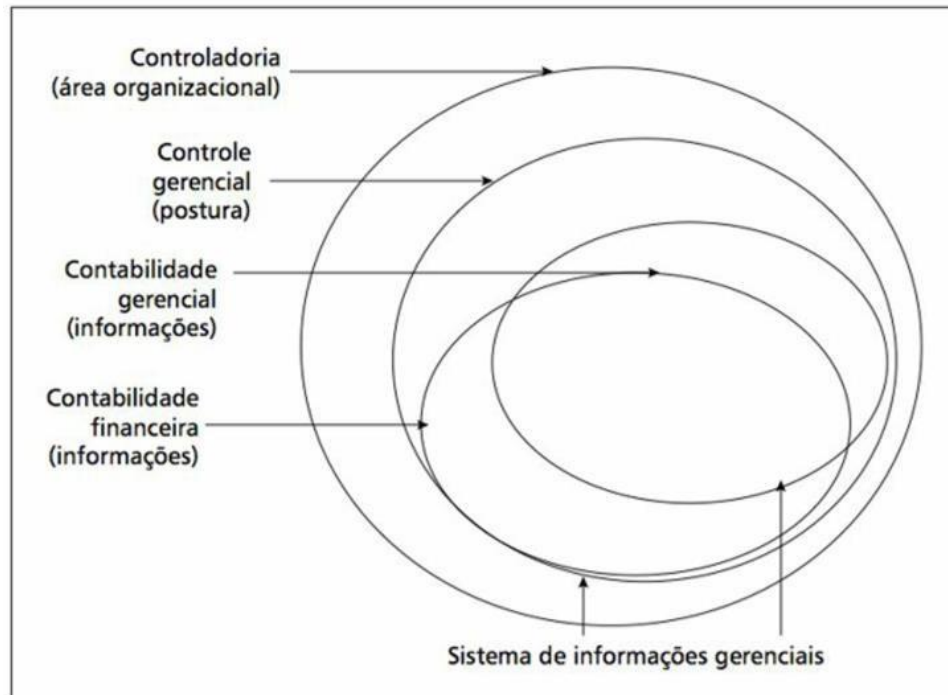
A controladoria atua no planejamento e controle das atividades organizacionais, visando o alcance dos objetivos da organização. Sendo responsável pela gestão dos sistemas de (i) planejamento; (ii) informacional; (iii) controle; (iv) gestão de pessoas e (v) organizacional (WEBER, 2004; KUPPER, 2005; HOVÁRTH, 2006 apud LUNKES; 2009). Descrita por Francia (1992, p. 2 apud PADOVEZE, 2010, p. 33) como um:

[...] processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação, e comunicação de informações financeiras utilizadas pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro de uma organização e para assegurar e contabilizar o uso apropriado de seus recursos.

Observa-se na Figura 1 a contabilidade gerencial inserida na área de controladoria, tal área tem a função de gerenciar o processo de gestão da empresa, auxiliando na orientação do processo de planejamento orçamentário, apoiando na avaliação de desempenho e resultados, gerenciando os sistemas de informações econômicas e financeiras, permitindo a definição de uma base de dados das informações necessárias à gestão, além de atender aos agentes do mercado, garantindo atendimento as normas e princípios societários e fiscais (CORONADO, 2013).

Frezatti *et al.* (2009, p. 12) descrevem a controladoria como “[...] o órgão da empresa cuja missão consiste em zelar pela eficácia do seu processo de gestão, tanto para finalidades internas como externas, isto é, cuidar para que os usuários disponham de todas as informações necessárias para que possam atingir plenamente os seus objetivos”.

Figura 1 – Relacionamento entre a contabilidade e a controladoria



Fonte: Frezatti *et al.* (2009, p. 12)

Também é possível observar na Figura 1 a contabilidade gerencial como provedora de informações para a elaboração de controles gerenciais, descritos por Anthony e Govindarajan (2011, p. 66) como o “[...] conjunto de atividades desenvolvidas para assegurar que os planos gerenciais sejam atendidos”.

Os controles gerenciais são ferramentas que auxiliam a empresa no alcance de seus objetivos, eles coordenam, avaliam e comunicam o andamento do planejamento estratégico, operacional e orçamentário.

No Quadro 1 Frezatti *et al.* (2009, p. 16) elencam alguns controles gerenciais utilizados na gestão das organizações, visando o cumprimento das metas organizacionais e sua perpetuidade.

Quadro 1 – Ferramentas de controle gerencial

Descrição
Planejamento estratégico formalizado
<i>Balanced scorecard</i>
Orçamento anual tradicional
<i>Beyond budgeting</i>
<i>Rolling forecast</i>
Orçamento de capital
<i>ABM – Activity based managemente</i>
Análise de ciclo de vida
Análise de lucratividade de produtos, clientes e mercados
Análise da cadeia de valor
Programas de melhoria de qualidade
Opções reais na análise de projetos e investimentos
Técnicas de pesquisa operacional
Custeio variável
Custeio direto
Custeio por absorção
Custo-alvo (<i>targeting</i>)
<i>Benchmarking</i> interno e externo
EVA – <i>economic value added</i>

Fonte: Frezatti *et al.* (2009, p. 16)

Constata-se que “[...] a contabilidade gerencial é parte relevante dos recursos necessários na disponibilização de informações para que o controle gerencial seja desenvolvido na organização” (FREZATTI *et al.*, 2009, p. 14).

A contabilidade gerencial é relacionada com o fornecimento de informações para os administradores – isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações. A contabilidade gerencial pode ser contrastada com a contabilidade financeira, que é relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão de fora da organização (PADOVEZE, 2010, p. 38).

Considerada um elemento fundamental, a informação deve ser útil e relevante de acordo com os objetivos da empresa para que não prejudique o processo decisório, além disso, a informação deve ser voltada para atender os usuários, sejam eles internos ou externos, conforme evidenciado por Santos, Yafushi e Santos (2017, p. 97)

[...] as organizações necessitam gerenciar efetivamente todos os seus recursos e, principalmente as informações, para adotar novos valores e princípios a fim de gerar vantagens competitivas e sucesso organizacional com efetividade e responsabilidade social sobre o impacto de suas atividades e decisões em relação às partes interessadas (*stakeholders*).

Basso (2005, p. 25) define que a informação como:

[...] dado relevante que evidência algo importante no processo decisório das entidades, é preocupação constante de executivos, administradores e demais pessoas que tomam decisões no dia-a-dia das organizações. Hoje, mais do que antes recai sobre a contabilidade a tarefa de produzir informações, especialmente sobre aspectos do seu objeto de estudo, ou seja, sobre o patrimônio e suas variações.

Para suprir as necessidades da empresa, faz-se necessário um processo de gestão, decisão, mensuração e informação, provido pela contabilidade gerencial.

2.2 A perpetuidade das Micro e Pequenas Empresas (MPE)

As Micros e Pequenas Empresas possuem um papel social e econômico muito importante e estão se desenvolvendo cada vez mais, gerando empregos e renda para os brasileiros, conforme o SEBRAE (2014):

As micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no Comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor. No PIB da Indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios.

De acordo com Coronado (2013, p. 20) “[...] A estrutura empresarial brasileira é constituída, em sua maioria por empresas de pequeno porte. Dados do IBGE indicam que cerca de 4 milhões de empresas existentes no Brasil hoje, aproximadamente 98% são de micro e pequeno porte”.

A diferenciação entre as pequenas e microempresas encontra-se na Lei Geral.

A Lei Geral, também conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, foi criada pela Lei Complementar nº. 123/2006 para regulamentar tratamento favorecido, simplificado e diferenciado a esse setor, conforme disposto na Constituição Federal. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento e a competitividade da micro e pequena empresa e do microempreendedor individual, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia (SEBRAE, 2018).

A Lei Complementar nº 123/2006, mais conhecida como a lei do simples ou a lei que institui o sistema de microempresa e empresa de pequeno porte, estabelece no art.1º as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a serem dispensadas as microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos poderes da união, dos estados, do distrito federal, e dos municípios, especialmente

no que se refere aos incisos I, II, III, IV e V sobre a apuração e o recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias; ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias; ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão e ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o § IV do parágrafo único do art. 146, da Constituição Federal.

O objetivo dessa lei é prever um recolhimento unificado dos tributos, simplificando a forma de pagamento. Para fazer esse tipo de recolhimento a empresa deve se enquadrar no parâmetro estimado pela Receita Federal, de acordo com a receita bruta anual. Para se caracterizar microempresa o faturamento bruto anual deve ser igual ou menor que R\$ 360.000; para empresa de pequeno porte o faturamento deve estar entre R\$360.000 e R\$4.800.000; podem ser enquadradas nesse regime as sociedades empresárias, sociedades simples, EIRELI e empresário individual.

Um estudo sobre pequenos negócios realizado pelo SEBRAE (2018) identificou que a cada quatro empresas uma finaliza suas atividades antes de completar dois anos. Coronado (2013, p. 21) afirma que:

A instabilidade do ambiente empresarial nos dias atuais concorre para um elevado número de abertura e fechamento de empresas. Ao mesmo tempo que oferece novos nichos para serem explorados, o mercado é tão competitivo que acaba selecionando as empresas, sobrevivendo somente as que são capazes de se adaptar as mudanças e de promovê-las.

Para as MPE se manterem no mercado se faz necessário um bom planejamento, conforme descrito por Coronado (2013, p. 22):

Com relação ao planejamento, é fundamental destacar que ele envolve também a execução, o controle e a avaliação daquilo que foi planejado, devendo abranger bem mais que uma simples planilha de previsão de faturamento e despesas. Por planejamento entende-se a predefinição da missão, construção e análise de cenários, fixação dos objetivos de longo prazo, estratégia, investimentos, faturamento e despesas.

Além do planejamento, o acesso a informação confiável também é importante, a informação deve ser processada através dos dados gerados pelos departamentos para gerar comunicação a fim de executar processos e identificar falhas internas. Reduzindo a incerteza e gerando confiabilidade para a tomar de decisão, conforme evidenciado por Padoveze (2015, p. 28):

O valor da informação reside no fato de que ela deve reduzir a incerteza na toma de decisão, ao mesmo tempo que procura aumentar a qualidade da decisão. Ou seja, uma

informação passa a ser válida quando sua utilização aumenta a qualidade decisória, diminuindo a incerteza do gestor no ato da decisão.

Por meio de um estudo o SEBRAE (2014; 2016) do estado de São Paulo, estado que concentra o maior número de MPE em atividade no país, identificou-se as três principais causas de fechamento dessas empresas: falta de planejamento prévio; de gestão empresarial e do comportamento empreendedor, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Fatores de fechamento das empresas

<i>CAUSA MORTIS</i>	
CAUSA	RELATO DA CAUSA
Planejamento prévio	Ao abrir a empresa, parte dos empreendedores não levantou informações importantes sobre o mercado.
Gestão empresarial	Importante ter um plano de ações para atingir as metas e os objetivos e saber aonde quer chegar.
Comportamento empreendedor	Se antecipar aos fatos, buscar intensamente informações e persistir nos objetivos são comportamentos que distinguem os empreendedores de sucesso.

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2014; 2016)

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES: O PAPEL DA CONTABILIDADE GERENCIAL PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Conforme exposto, evidenciou-se que o conjunto de ferramentas e técnicas geradas pela contabilidade gerencial fornece informações adequadas aos gestores, dando controle dos recursos da entidade, segurança, redução dos riscos e auxiliando o gestor para que a empresa possa alcançar seus objetivos. Para continuidade das empresas se faz necessário um processo de gestão, decisão, mensuração e informação, fornecidos pela contabilidade gerencial.

Baseado nas discussões das temáticas sobre a contabilidade gerencial, a utilização de suas ferramentas na gestão empresarial e os fatores de fechamento das micro e pequenas empresas, construiu-se uma inter-relação a fim de demonstrar como as MPE podem utilizar os controles gerenciais tendo em vista sua perpetuidade.

Essa inter-relação foi traçada a partir dos quadros apresentados anteriormente. Os controles gerenciais foram selecionados de acordo com a aplicabilidade aos fatores de fechamento descritos pelo SEBRAE (2014; 2016).

Quadro 3 – Contribuição dos controles gerenciais na perpetuidade das empresas

FATORES DE FECHAMENTO	CONTROLES GERENCIAIS	DEFINIÇÃO DO CONTROLE
Planejamento prévio (ao abrir a empresa, parte dos empreendedores não levantou informações importantes sobre o mercado)	Planejamento estratégico formalizado	“Planejar significa decidir antecipadamente, independentemente do horizonte temporal e do nível de formalização e participação em que isso se verifique” (FREZATTI <i>et al.</i> , 2009, p. 54)
Gestão empresarial (importante ter um plano de ações para atingir as metas e os objetivos e saber aonde quer chegar)	Orçamento anual tradicional	“[...] o orçamento exerce um importante papel, tanto no planejamento quanto no controle, para o alcance das metas da organização” (FREZATTI <i>et al.</i> , 2009, p. 55).
Comportamento empreendedor (se antecipar aos fatos, buscar intensamente informações e persistir nos objetivos são comportamentos que distinguem os empreendedores de sucesso)	<i>Benchmarking</i> interno e externo	“[...] o <i>benchmarking</i> é uma experiência de aprendizado, na qual as melhores práticas são observadas e medidas para criar metas para futuras realizações” (ANTHONY; GOVINDARAJAN, 2011, p. 36)

Fonte: Elaborado pelos autores

O planejamento divide-se em 3 (três) etapas: planejamento estratégico; planejamento operacional e planejamento orçamentário, onde são definidos (nessa ordem) os objetivos da empresa de curto e longo prazo; as estratégias para alcança-los; juntamente com suas receitas custos e retorno.

As receitas e custos previstas no orçamento são os desdobramentos das estratégias em denominadores monetários, além de permitir o acompanhamento entre orçado e realizado, demonstrando se a empresa está seguindo os objetivos traçados no planejamento.

Através do *benchmarking* a empresa será capaz de elaborar uma comparação com outras empresas do mesmo segmento para verificação de suas práticas de gestão, essa ferramenta auxiliará na melhoria e atualização da empresa, adaptação ao mercado e conhecimento de seus concorrentes.

Através da aplicação dos controles gerenciais descritos, os gestores das empresas terão uma melhor gestão empresarial, “combatendo” os principais fatores de fechamentos das empresas elencados pelo SEBRAE (2014; 2016) e assegurando a continuidade da empresa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstrou que as micro e pequenas empresas vêm crescendo no Brasil devido ao seu papel social e econômico, sendo grandes geradoras de empregos e riquezas no país. Porém, muitas dessas empresas não conseguem sobreviver no mercado, não só pelo alto nível de competitividade, mas também por não possuírem um sistema de gestão eficaz e planejamento.

Observa-se na Lei do simples, que regulamenta as MPE, possui indefinições sobre ter ou não uma contabilidade estruturada, fazendo com que muitos empresários a vejam como uma simples ferramenta de apuração de impostos e deixem de usá-la como uma ferramenta de gestão.

Para resolução desse problema faz-se necessário a utilização da contabilidade gerencial, pois seus métodos e ferramentas auxiliam na gestão da empresa e no fornecimento da informação empresarial em tempo hábil, visando a tomada de decisão e sua continuidade.

Conforme demonstrado no Quadro 3, os controles gerenciais podem ser aplicados desde antes da abertura da empresa, proporcionando ao empresário uma compreensão clara do andamento das operações tanto quantitativas (financeiras) quanto qualitativas (não financeiras).

Ressalta-se que cada empresa deve elaborar seu sistema de controles gerenciais de acordo com suas necessidades, observando suas características e atuação.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de controle gerencial**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

BASSO, Irani Paulo. **Contabilidade geral básica**. Ijuí (RS): Editora Unijui, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.295/46, de 27 de maio de 1946**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9295.htm>. Acesso em: 03 nov. 2019.

CORONADO, Osmar. **Contabilidade gerencial básica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CORREIA, José *et al.* Contabilidade gerencial: instrumento de gestão para micro e pequenas empresas. In: SIMPÓSIO DE CONTROLADORIA DA UFRPE (SIMPCONT), 1., Recife, 2016. Anais eletrônicos [...] Recife: SIMPCONT, 2016. Disponível em: <<http://www.simpcont.ppgc.ufrpe.br/sites/simpcont.ppgc.ufrpe.br/files/Artigo%20021.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

CZYZYNIIEWSKI, Samantha. **História da contabilidade: do surgimento aos dias atuais**. 2017. Disponível em: <<https://suficienciacontabil.com.br/2017/09/19/historia-da-contabilidade/>>. Acesso em 25 de set.2019.

FREZATTI, Fábio; ROCHA, Wellington; NASCIMENTO, Artur R. do; JUNQUEIRA, Emanuel. **Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico.** São Paulo: Atlas, 2009.

GOMIDES, Paula. **Lucas Pacioli e o método das partidas dobradas.** 2016. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/luca-pacioli-e-o-metodo-das-partidas-dobradas>>. Acesso em 25 set. 2019.

GRIFFIN, Michael P. **Contabilidade e finanças.** São Paulo: Saraiva, 2012.

LEVORATO, Danielle Cristine S. **Cultura organizacional como elemento facilitador na implantação do programa de compliance na área de infraestrutura da Odebrecht Engenharia e Construção.** 2018. 60f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Finanças Empresariais) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

LUNKES, Rogério João. **Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão.** São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistema de informações contábeis.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, Camila Araújo dos; YAFUSHI, Cristiana Aparecida Portero; SANTOS, Vanessa Bissoli dos. Contribuições da competência em informação (CoInfo) para o apoio e desenvolvimento da responsabilidade social nas organizações. In: BELLUZO, Regina Célia B.; ALMEIDA, Daniela P. R. (Orgs.). **Conhecimento, pessoas e aprendizagem organizacional sob a ótica da competência em informação: uma nova lógica de gestão.** Bauru: MMh Informação, 2017. p. 97-119.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Causa Mortis o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida.** Brasília: SEBRAE, 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/CAUSA%20MORTIS_vf.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Lei geral da micro e pequena empresa.** Brasília: SEBRAE, 2018. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/lei-geral-completa-10-anos-e-beneficia-milhoes-de-empresas,baebd455e8d08410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Panorama dos pequenos negócios.** São Paulo: SEBRAE, 2018. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Panorama_dos_Pequenos_Negocios_2018_AF.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Sobrevivência das empresas no Brasil.** Brasília: SEBRAE, 2016. Disponível em:

<<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-apresentacao-2016.pdf>>. Acesso em: 20 ma. 2019.

LIBERDADE, RESPONSABILIDADE E ANGÚSTIA EXISTENCIAL: UMA ANÁLISE DO FILME MATRIX

FREEDOM, RESPONSIBILITY AND EXISTENTIAL ANGST: AN ANALYSIS OF THE MATRIX MOVIE

Cesar H. Fenili S.¹

Flávia Neves Ferreira²

RESUMO: A proposta deste escrito foi de realizar uma análise fílmica de Matrix com base em três conceitos existencialistas, a saber: responsabilidade, liberdade e angústia, com base nos pressupostos filosóficos de Jean-Paul Sartre. Para tanto, a análise se pautou na pesquisa bibliográfica por meio do método conceitual-analítico. Em um primeiro momento, foi realizada uma síntese do filme Matrix, depois foi contextualizado brevemente sobre o Existencialismo, por último, realizada a articulação de algumas cenas do filme com os conceitos existencialistas. Verificou-se com isso que, principalmente, através do personagem principal se pode evidenciar a liberdade de escolha, e ainda, a responsabilidade diante da tomada de decisões, seguida da angústia que as escolhas acarretam. Para o existencialismo, não existe um destino pré-determinado, pois mesmo que o personagem principal soubesse desde sempre que era o Escolhido, ele poderia escolher assumir ou não a responsabilidade de cumprir sua 'missão'. É por esta possibilidade de escolha, que o homem não é determinado, mas livre, aberto, sempre um vir-a-ser, pois ele pode escolher ser o que ele quiser e agir conforme suas escolhas, constituindo assim, seu modo de ser e estar-no-mundo, que nunca cessa, pois sempre está em devir.

Palavras-chave: Análise fílmica. Matrix. Jean-Paul Sartre.

ABSTRACT: The purpose of this text was to realize a film analysis about the Matrix based on three existentialist concepts, like: responsibility, freedom and anguish, based on Jean-Paul Sartre's philosophical assumptions. Therefore, the analysis was based on bibliographic research through the conceptual-analytical method. At first, a synthesis of the movie Matrix was made, then briefly contextualized about Existentialism, and finally, the articulation of some scenes of the film with existentialist concepts. It was verified that, mainly, through the main character it can be evidenced the freedom of choice, and also, the responsibility before the decision making, followed by the anguish that the choices entail. For existentialism, there is no predetermined destiny, for even if the main character knew from time to time that he was the Chosen One, he could choose whether or not to take responsibility for fulfilling his 'mission'. It is by this choice, that man is not determined, but free, open, always a becoming, for he can choose to be whatever he wants and act upon his choices, thus constituting his way of being and being. being in the world, which never ceases, for it is always in becoming.

Keywords: Film analysis. The Matrix. Jean-Paul Sartre.

¹ Graduando em Psicologia pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: cesar.fenili@gmail.com

² Docente na Faculdade Católica Paulista (UCA). Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP-Assis-SP. E-mail: flavia_neves002@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista que as obras audiovisuais¹ podem retratar um determinado contexto sócio histórico, elas servem não somente como entretenimento, mas também como via de análise para refletir sobre o modo do homem ser e estar no mundo. Os filmes são exemplos de representação de uma realidade, uma vez que a linguagem cinematográfica possibilita ao espectador problematizar a vida e a instauração e/ou a criação de novas concepções de mundo. Tal como pontua o filósofo Deleuze (2005, p. 30), “o importante é sempre que o personagem ou o espectador, e os dois juntos, se tornem visionários”; ou seja, que se retire o foco do que é comum e se pratique uma intuição filosófica, em outros termos, praticar um conhecimento efetivo.

Seguindo a ideia de Deleuze (2005), que o conhecimento efetivo significa a participação naquilo que vemos e sentimos, pois a própria imagem cinematográfica “[...] faz o movimento [...]” converte em potência o que ainda só era possibilidade [...]”, trataremos, neste artigo, de uma análise fílmica. O filme escolhido foi *Matrix* (originalmente *The Matrix*), lançado no ano de 1999. A escolha por esta obra se justifica pelo fato que este filme desperta diferentes discussões filosóficas, no entanto, a análise proposta vai girar em torno, especificamente, de três conceitos fundamentais para o Existencialismo, a saber: liberdade, responsabilidade e angústia.

O presente texto, portanto, tem como objetivo apresentar os três conceitos supracitados em articulação com algumas cenas de *Matrix*, as quais revelam justamente o caráter existencialista da obra. Cabe ressaltar que existem outras possibilidades para análise do filme, por isso, as reflexões que serão elencadas aqui, não devem ser tomadas como regra ou lei, podendo e devendo ser questionadas, pois não apresentam previsões irreversíveis. O que se pretende, sobretudo, é fazer uma análise fílmica através de uma pesquisa explicativa conceitual, com vistas a impulsionar discussões sobre homem e mundo. Logo, este trabalho torna-se relevante não apenas pela ligação entre arte e filosofia, mas, primordialmente, pelo próprio caráter psicológico existencialista retratado no enredo.

2 O FILME MATRIX

Ao todo são 3 (três) filmes que explicam e contam o universo de *Matrix*, primeiramente, em 1999 pelas irmãs Wachowski que teve duas sequências: “*Revolutions*” e “*Reloaded*” em 2003, em abril e maio respectivamente, porém a análise em questão será feita levando em consideração somente o primeiro deles.

¹ Termo genérico que se inserem as obras cinematográficas e as obras de multimídia. De acordo com a Lei 9610/98, obra audiovisual consiste no resultado de fixação de imagens com ou sem recurso sonoro, que tenha como objetivo de produzir, através de sua reprodução, a impressão de movimento (BRASIL, 1998).

O filme Matrix é um filme pautado em um contexto de calmaria pós-Guerra Fria, onde os Estados Unidos da América se consolidam como a maior potência mundial, produzindo empregos, salários e vidas estáveis. Entretanto, a maior parte desses empregos revelavam o que cada pessoa precisava alcançar, por exemplo, às vezes, elas só tinham que organizar arquivos, de maneira mecanizada, de maneira que continuassem trabalhando para que a estabilidade fosse mantida. Assim como em Matrix, alguns filmes da época, tal como “A grande virada” de 1996, “Quero ser Jonh Malkovich” de 1999, “Como enlouquecer seu chefe” (1999) e “Clube da luta” (1999), retratam, por exemplo, a perda da autonomia das pessoas e o tédio de levar uma vida apenas de trabalho, estável, sem genuinidades e sem necessidade de liberdade de escolha de maneira autônoma e autêntica. Também fazem uma crítica social à maneira como a sociedade norte americana se constituiu após um período de conturbação mundial, a Guerra Fria.

A obra cinematográfica em questão foi dirigida pelas irmãs Lana e Lilly Wachowski, sendo lançado ao ar em 21 de maio de 1999, pela *WARNER BROS*, tendo nos papéis principais os atores Keanu Reeves (Neo), Laurence Fishburne (Morpheus), Carrie-Anne Moss (Trinity) e Hugo Weaving (Agente Smith - um dos vilões) e trata de questões absurdas como o cultivo de seres humanos feito por máquinas para geração de energia, após uma guerra entre humanos e inteligências artificiais ou a aprendizagem acelerada possibilitada por um programa de computador que pode, literalmente, escrever informações no cérebro a partir de tecnologia extremamente avançada.

Além disso, é um filme sobre dualidades: o real e o forjado, o correto e o inadequado. Esta dualidade pode se visualizada na vida dupla do personagem de Keanu Reeves, pois de um lado ele é conhecido como Thomas A. Anderson, um programador de uma respeitável companhia de Software, que paga impostos e ajuda sua senhoria a levar o lixo para fora, demonstrando como uma de suas características ser politicamente correto; de outro lado, ele vive por detrás dos computadores em que é um hacker conhecido como Neo, sendo culpado virtualmente de todos os crimes de informática previstos na lei.

A trama se inicia quando o personagem principal conhece Morpheus (Laurence Fishburne) e o faz escolher entre tomar a pílula azul, como afirma Morpheus: “vai acordar em sua cama e acreditar no que você quiser” ou “[...]a pílula vermelha, que fica no país das maravilhas e eu vou mostrar até onde vai a toca do coelho” (MATRIX, 1999). Então, Neo decide tomar a pílula vermelha, mas só depois de tomá-la que é notificado que ela significa a representação virtual de um *software*.

Desse modo, tanto seu corpo, quanto o mundo não são exatamente como tinha sido apresentado no primeiro momento, pois ambos aparecem bem mais debilitados, e ainda, Neo após tomar a pílula, acorda em um mundo dominado por máquinas com inteligência artificial, que usam os seres humanos como fonte de alimentação. Quando Neo efetivamente desperta e conversa com Morpheus sobre o que

aconteceu, é explicado para ele que se encontra quase duzentos anos à frente do ano que pensava estar e também são explicados o que é Matrix, assim como quais os motivos para a jornada traçada para ele.

Nas palavras de Morpheus:

Quando Matrix foi criada, um homem nasceu lá dentro, com a capacidade de mudar o que quisesse, de recriar Matrix, se necessário. Ele libertou os primeiros de nós, ele mostrou a verdade e enquanto Matrix existir a raça humana jamais será livre. Depois que ele morreu, o Oráculo profetizou sua volta e sua vinda traria a destruição de Matrix, acabaria com a guerra e traria liberdade ao nosso povo. Por isso, alguns de nós passaram a vida esquadrinhando Matrix, à procura dele, [...] acredito que a busca terminou (MATRIX, 1999).

A partir daqui, pode-se verificar mais uma dualidade que se desdobra até o final do filme, Neo que não acredita em destino por não gostar da ideia de não poder controlar sua própria vida, sofre pressão de todos ao seu redor, pois esperam que ele seja alguém que ele próprio não sabe se é, mas é por causa desta dualidade, que o filme termina de maneira surpreendente e até um tanto esperançosa, uma vez que o telespectador passa cerca de metade do filme esperando que Neo seja o Escolhido, ou seja, aquele que vai salvar a humanidade da opressão das máquinas. Por conta, especialmente, desta missão de Neo, que se faz possível relacionar os conceitos existencialistas que circundam o filme.

3 O EXISTENCIALISMO

O Existencialismo é uma corrente filosófica que tem como centro de suas questões a existência do homem. Surgiu no período entre guerras, de revolução sexual e de anseio por liberdade, pensando e discutindo sobre questões relativas à existência do homem, tais como: angústia, liberdade, responsabilidade, etc. O Existencialismo é a expressão de uma experiência singular, individual, um pensamento motivado por uma situação muito particular e, de fato, cada pensador desenvolveu sua própria doutrina e maneira de pensar o ser humano.

Para Husserl, filósofo que inaugurou a fenomenologia, esta singularidade se dava pela intencionalidade do ser – pela consciência dele em relação constante com o mundo ao seu redor – que não deixa de acontecer, fazendo, portanto, do sujeito, cultural. Heidegger procura pensar o ser em sua temporalidade, para ele “[...] o tema central [...] é o esquecimento do ser”, além de sua herança biológica, ele tem herança de lugar e de tempo nos quais nasce – os quais ele não escolhe, mas ainda assim é submetido – dos quais toma conhecimento em uma situação dada, ou seja, a facticidade (FERREIRA, 2019, p. 61).

Kierkegaard enfatiza como importante a Ontogenia¹ do ser, sua história de vida, considerando o ser como temporal valorizando na análise filosófica a própria existência pessoal. A importância da própria existência, desenvolvida por Kierkegaard, é um dos pontos predominantes para os pensadores existencialistas. Ressalta-se também que os pensadores existencialistas concordam que a existência não pode ser conhecida nela mesma como um dado objetivo da ciência: “[...] o caráter essencial da existência é a subjetividade” (FERREIRA, 2019, p. 58).

Um dos principais nomes do Existencialismo é o filósofo francês Jean-Paul Sartre, que busca compreender o homem a partir dos significados que ele atribui à existência e às suas possibilidades de escolha frente a esta existência, como pode se visualizar no excerto abaixo.

[...] em primeira instância, o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define. O homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo. [...] O homem é tão-somente, não apenas como ele se concebe, mas também como ele se quer (SARTRE, 1987, p. 55).

Segundo Sartre (1997, p. 33), este nada vem ao mundo pelo homem que ao questionar a si e ao mundo, constata o próprio nada, pois “[...] ele é o que não é e não é o que é”, ou seja, constitui-se pela nadaificação do em-si (do seu passado, de seu corpo, do mundo, das coisas que ele não é). Com base nesta ideia de homem que só é algo a partir do que ele fizer de si, tem-se a premissa fundamental: “[...] o nada mais é do que aquilo que ele faz a si mesmo: é esse o primeiro princípio do existencialismo” (SARTRE, 1997, p. 36).

Diante destas breves considerações, pretende-se relacionar três elementos do Existencialismo, a responsabilidade, a liberdade e a angústia com algumas cenas do filme Matrix, que retratam o teor existencialista da referida obra cinematográfica.

4 O EXISTENCIALISMO DE JEAN-PAUL SARTRE E O FILME MATRIX

O filme mostra máquinas dominando os homens ou máquinas querendo tornar-se humanas, esta é a realidade de Matrix, é o nome de uma realidade virtual criada por máquinas para manter os homens na ignorância de sua escravidão, enquanto utilizam da energia dos corpos humanos. Morpheus leva Neo para dentro de um programa de computador capaz de simular a realidade e explica para ele que Matrix funciona da mesma maneira, que a realidade que conhece é gerada por máquinas com

¹ “O mesmo que Ontogênese” (ONTOGENIA, 2018). “Série de transformações sofridas pelo indivíduo, desde a fecundação do ovo até ao completo desenvolvimento do ser” (ONTOGÊNESE, 2018).

inteligência artificial que cultivam humanos para que elas possam sobreviver. Em uma determinada cena, o personagem Morpheus define a Matrix:

É o mundo colocado diante de seus olhos para que você não veja a verdade. Qual verdade? A verdade que você é um escravo. Como todo mundo você nasceu em um cativeiro, em uma prisão que não consegue sentir ou tocar, uma prisão para a sua mente (MATRIX, 1999).

O primeiro conceito que pode ser relacionado a passagem desta cena refere-se ao conceito de liberdade. Embora, o escravo como prisioneiro, que parece denotar uma privação da liberdade, é antes de tudo, “[...] condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si próprio; e, no entanto, livre porque, uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer” (SARTRE, 1987, p.23).

Pode ser que Neo assim como todos os seres humanos vivam em um mundo de aparências, onde o “real” como as sensações, visão, etc. consistem apenas em um conjunto de sinais elétricos interpelados por conexões cerebrais. No entanto, qualquer que seja a condição, o homem é livre, Neo teve a liberdade de escolher em tomar a pílula azul ou vermelha, a escolha de tornar-se capitão, líder e responsável pela busca do Escolhido, exercendo assim, sua liberdade de escolha. Segundo elucida Sartre (1987, p. 54) “[...] com efeito, sou um existente que aprende sua liberdade através de seus atos; mas sou também um existente cuja existência individual e única temporaliza-se como liberdade”.

Segundo Sartre (1987), a liberdade se dá pela possibilidade de o homem fazer dele o que ele queira, suas escolhas são somente suas e fazem dele o que ele é. Neste sentido, a chance de não-escolha não existe, mesmo quando nenhuma atitude é tomada já denota uma escolha, a de não escolher.

Ao afirmarmos que o homem se escolhe a si mesmo, queremos dizer que cada um de nós se escolhe, mas queremos dizer também que, escolhendo-se, ele escolhe todos os homens. De fato, não há um único de nossos atos que, criando o homem que queremos ser, não esteja criando, simultaneamente, uma imagem do homem tal como julgamos que ele deva ser. Escolher ser isto ou aquilo é afirmar, concomitantemente, o valor do que estamos escolhendo (SARTRE, 1987, p. 54).

Durante o período em que tem o primeiro contato com Morpheus até quando finalmente entende os objetivos de sua missão, Neo precisa fazer várias escolhas que determinam o andamento do filme, precisar tomar vários caminhos que tem ramificações, além de entender e lidar com sua angústia ao descobrir que de fato uma vez escolhido o caminho, outro não pode ser tomado. Como o próprio Morpheus explica no final do filme: “existe uma diferença entre conhecer o caminho e percorrer esse caminho” (MATRIX, 1999), ou seja, isso revela a importância da escolha deste caminho.

Em uma das cenas, Neo recebe um telefone de Morpheus, ele tem que escolher entre fugir do edifício em que trabalha ou ser levado por homens vestindo ternos pretos e óculos escuros – os Agentes – quando decide que não vai conseguir, além de perder o telefone ele é levado e tem que lidar com o

interrogatório ao qual é submetido, além do dispositivo que é colocado nele. Esse dispositivo só é retirado em outra cena e a retirada também é derivada de uma escolha, a de ficar no carro quando Trinity e outra integrante da tripulação de Morpheus o recolhem sob uma ponte, apontam uma arma para ele e dizem que ele só pode escolher entre fazer o que elas propõem ou ir embora. Desse modo, o personagem teve que lidar com as consequências de todas as escolhas que tomou. Portanto, a escolha revela a resposta do homem quando decide algo.

Nessa direção, Sartre ao discorrer sobre liberdade, ele fala ainda sobre responsabilidade, se o homem tem poder de escolha para vir a ser o que quiser, ele também deve ser responsabilizado por quem e como é, ele deve assumir a responsabilidade existencial de sua existência, além disso o homem é responsável também por como suas escolhas afetam outras pessoas, e, assim, responsável por todos os homens. Neste sentido, para Sartre (1987) se existimos enquanto moldamos uma imagem, essa imagem é válida para todos e para nossa época. Assim, o homem é responsável não só por ele, como por todos os outros homens e ainda pela imagem que cria de si mesmo enquanto existe.

Portanto, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, pois ela engaja a humanidade inteira. [...] Sou, desse modo, responsável por mim mesmo e por todos e crio determinada imagem do homem por mim mesmo escolhido; por outras palavras: escolhendo-me, escolho o homem (SARTRE, 1987, p. 18).

No momento em que Neo decide treinar, se integrar à tripulação do aerodeslizador de Morpheus, ele percebe que suas escolhas anteriores poderiam ter mudado completamente a maneira que ele seria enxergado no grupo e o quanto sua importância teria sido diminuída perante aquelas pessoas que passaram a ser suas companheiras, afinal sua estima perante o grupo advinha da expectativa de que ele fosse o escolhido, caso recusasse seria claro que não era, nem poderia vir a ser.

Dessa maneira, revela-se que Neo ao ser também para os outros, mostra-se quem ele escolheu ser. Em Sartre (1997), cabe destacar que a presença do ‘outro’ cria uma imagem do ser que é e não é ao mesmo tempo, assim como aconteceu com o olhar do grupo sobre Neo. No entanto, essa relação conflituosa tem um aspecto positivo, pois permite a existência do ser-fora e afirma a existência do outro. Para o Existencialismo é a partir do contato do outro, estranho a mim, que consigo entender a minha existência.

Sobre o sentido da própria existência, cabe enfatizar que um dos principais conceitos que gira ao redor do pensamento sartreano é o de que “[...] a existência precede a essência” (SARTRE, 1987, p. 23), ou seja, a existência de algo vem antes de sua presença, primeiro entende-se o que é para que depois aquilo possa se fazer presente. Em Matrix, o ator principal é convocado para tomar consciência daquilo que ele é, ou melhor, de quem ele é. Isso é evidenciado, principalmente, na cena que surge Sibila, uma mulher que recebeu o oráculo ou mensagem, mas que também é o Oráculo, porque

transmite a mensagem. Esta mulher questiona a Neo sobre o que está escrito na porta de entrada da casa, que é “*Nosce te ipsum*” e significa “*Conhece-te a ti mesmo*”. Nessa direção, o Oráculo explica para Neo que somente ele poderá saber se é ou não aquele que vai livrar o mundo do poder de Matrix (o Escolhido) e, portanto, somente conhecendo a si mesmo ele obterá a resposta.

Nas palavras de Morpheus: “Chegaram a você primeiro, mas subestimaram sua importância. Se soubessem o que eu sei, talvez você estivesse morto. [...] Você é o Escolhido, Neo” (MATRIX, 1999). Porém, é na cena em que Neo corre até um telefone para que possa sair de Matrix, ele toma uma saraivada de tiros, ao se levantar, ele diz “Não!” (MATRIX, 1999) e as balas param em pleno ar, enquanto ele percebe que pode enxergar os códigos de Matrix e controlá-los, torna-se o Escolhido, e, finalmente entende qual sua missão.

Neo é um rapaz que desacredita de seu mundo desde as primeiras cenas na obra, procura desde os primeiros momentos pela existência de uma pessoa que ele ainda não viu propriamente e é sua busca por Morpheus que faz com que ele entenda de fato que ele tem uma missão, missão esta que é seu projeto existencial, mas cabe ele, ter a responsabilidade de decidir se escolhe assumir este projeto ou não. Pode-se relacionar este caráter de missão de Neo com o projeto existencial postulado por Sartre, o qual considera que “escolher é se lançar em direção a um projeto” (SCHNEIDER, 2011, p. 89). Dessa maneira, se conhecer requer, necessariamente, a presença do outro. Então, o reconhecimento de si mesmo e do projeto existencial de Neo tem seu desfecho ao assumir a liderança da tripulação como o Escolhido.

O personagem de Morpheus também representa alguns aspectos da Responsabilidade Existencial, pois além de ser o capitão de sua nave, é o líder de seu grupo e ainda passa sua “[...] vida esquadrinhando Matrix, à procura do Escolhido” (MATRIX, 1999), ele toma isso como missão e projeto, sem descansar até que percebesse que sua busca havia terminado.

Nesse sentido, frente às possibilidades que se apresentam na facticidade da vida, o homem é livre e constitutivamente responsável para decidir. Justamente pelo fato do homem ser condenado a liberdade, que significa aqui, escolher é que esta escolha manifesta a realidade humana constituída como um projeto no mundo. Porém, o fato do homem ser livre leva o homem a angustiar-se, sobre isto, Sartre (1987, p. 17) afirma: “[...] É na angústia que o homem toma consciência de sua liberdade, ou, se se prefere, a angústia é o modo de ser da liberdade como consciência de ser; é na angústia que a liberdade está em seu ser colocando-se a si mesmo em questão”.

A angústia é entendida por Sartre (1987) como a única maneira do ser alcançar a autenticidade, enquanto refletindo sobre sua existência o homem está angustiado, fazendo valer o sentido real de sua existência, trazendo à tona sua autenticidade e transformando-o em um sujeito engajado, não escolhendo somente a si mesmo, como também toda a humanidade.

O existencialista declara frequentemente que o homem é angústia. Tal afirmação significa o seguinte: o homem que se engaja e que se dá conta de que ele não é apenas aquele que escolheu ser, mas também um legislador que escolhe simultaneamente a si mesmo e a humanidade inteira, não consegue escapar ao sentimento de sua total e profunda responsabilidade (SARTRE, 1987, p. 57).

Quando o ser humano vislumbra as possibilidades – ainda sem ter escolhido – ele se angustia. A partir do momento que o homem faz sua escolha, ele renuncia todas as demais possibilidades de escolha. Portanto, a angústia proveniente da liberdade significa angustiar-se diante das próprias escolhas. Diante disso, Sartre entende que a angústia sempre estará rondando o homem, uma vez que ao perceber que sua escolha possui consequências não somente para si mesmo, mas para toda a humanidade. Logo, se ele é livre para fazer suas escolhas, o efeito disso é a responsabilidade acerca da sua existência.

Sempre que Neo se depara com uma escolha a ser feita e hesita, por exemplo, na cena em que pode ou não sair com seus clientes, na cena em que pode ou não fugir do edifício em que trabalha e na cena em que pode ou não permanecer no carro com Trinity e chegar a conhecer Morpheus, ele mergulha no sentimento de angústia. Como afirma Sartre (1987, p. 59) “[...] não é possível que não exista certa angústia na decisão tomada”, ela se caracteriza, especialmente, pelas incertezas que a escolha consolidada traz consigo.

Desse modo, ao observar que Neo possui importância fundamental para Morpheus, quando uma escolha sua coloca a vida de Neo em risco, Morpheus também tem que lidar com a consequência de se separar do grupo e ser pego pelos agentes e interrogado. Assim, quando um caminho é escolhido, as outras possíveis escolhas são perdidas, é como andar por um caminho e se deparar com uma ramificação, a partir do momento em que se toma a decisão por qual caminho se seguirá, deixa-se de lado os outros caminhos, tendo como efeito, a angústia existencial.

[...] é a própria angústia que constitui a condição de sua ação, pois ela pressupõe que eles encarem a pluralidade dos possíveis e que, ao escolher um caminho, eles se deem conta de que ele não tem nenhum valor a não ser o de ter sido escolhido (SARTRE, 1987, p. 61).

Um dos principais questionamentos que o filme interpela refere-se a pergunta ‘o que é real? Será que aquilo que se vive é real ou não?’. Morpheus questiona: “o que é ‘real’? Como se define ‘real’? Se você se refere ao que você pode sentir, cheirar, provar e ver, então ‘real’ são apenas sinais elétricos interpretados pelo seu cérebro” (MATRIX, 1999). Contrário a afirmativa de que o homem é meramente um conjunto de sinais elétricos enviados ao cérebro, para o existencialismo, o homem é muito mais do que isso, ele é um tipo diferente de ser, porque ele pode pensar sobre a própria consciência e sobre o mundo ao seu redor.

No final do filme, as pessoas tomaram consciência de que estavam vivendo em um mundo simulado, partindo dessa tomada de consciência, eles conseguem transformar a realidade a sua volta, esta atitude revela justamente o modo do homem assumir a responsabilidade de ser livre, refere-se à ação realizada em determinado momento, neste momento, no ‘agora’. Nas palavras de Sartre (1997, p. 568), a atitude que propicia sentido as ações em determinado momento se renova de maneira constante e são estas ações que pertencem “[...] a mim mesmo no mundo são, ao mesmo tempo, descoberta do mundo”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Matrix é um filme sobre extremos, sobre medos e coragens, sobre estagnação e mudanças, sobre sonhos e realidade, sobre azul e vermelho - em referência à cena das pílulas - que mexe com as sensações de quem assiste e se entrega à sua trama. A obra aborda questões existencialistas tanto por seu contexto histórico, quanto pelas ações dos personagens ao longo do enredo.

A proposta deste escrito foi de realizar uma análise fílmica de Matrix com base em três conceitos existencialistas, a saber: responsabilidade, liberdade e angústia. Foi, especialmente, com o personagem principal que se pode evidenciar alguns destes elementos. Neo exerce sua liberdade de escolha em vários momentos, além disso, ele questiona sua realidade e sua existência, engajando-se com sua existência, vivendo suas angústias com relação às suas escolhas e sua existência.

Embora, o filme traga como uma das reflexões a conduta dos seres humanos e os efeitos devastadores que esta conduta deixou na Terra, é importante enfatizar a tomada de consciência do homem frente a consequência de suas escolhas. Nesse sentido, pelo viés existencialista é possível afirmar que o homem não pertence a nenhum outro lugar e nenhuma outra forma de viver que não seja aquela que se vive agora. A realidade humana não pode ter justificativas, pois o homem responde pelo mundo, porque ele mesmo o elege.

O homem é o único legislador de sua vida, e a única lei de sua existência diz apenas: ‘escolhe-te a si mesmo’. Ou então, ‘fazer e, ao fazer, fazer-se’. A cada momento o homem deve escolher o seu Ser, lançando-se continuamente a seus possíveis e constituindo pouco a pouco a sua essência, através dessas escolhas, contando, para agir, somente com a voz de sua consciência (SARTRE, 1997, p. 222).

A situação que os seres humanos experienciaram na trama, possibilitou a reflexão, principalmente em relação ao personagem Neo, que o levou a um novo olhar diante de suas escolhas, para pensar e atuar na construção de um novo modo de ser e estar no mundo. O homem é livre para assumir sua condição de escolher e é através da reflexão que compreende seu modo de ser, conforme pontua Sartre (1997, p. 214) “[...] a reflexão se limita a fazer existir para si essa revelação: o ser

revelado não se revela como algo dado, mas como caráter de um já revelado. A reflexão é mais reconhecimento do que conhecimento”.

Nessa direção, faz-se outra ressalva, o fato da ironia de Morpheus perguntar para Neo se ele acredita em destino e a resposta é uma negativa. Quando questionado sobre o motivo de sua descrença, a resposta é: “Porque não gosto da ideia de não poder controlar a minha vida” (MATRIX, 1999). Para o existencialismo, não existe um destino pré-determinado, pois mesmo que Neo desde sempre soubesse que era o Escolhido, ele poderia escolher assumir ou não a responsabilidade de cumprir sua ‘missão’. É por esta possibilidade de escolha, que o homem não é determinado, mas livre, aberto, sempre um vir-a-ser, pois ele pode escolher ser o que ele quiser e agir conforme suas escolhas, constituindo assim, seu modo de ser e estar-no-mundo, que nunca cessa, pois sempre está em devir.

REFERÊNCIAS

A GRANDE virada. Direção de Cameron Crowe. Estados Unidos: Fox Film, 1996.

BRASIL. **Lei 9610/98**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, 1998.

CLUBE da luta. Direção de David Fincher. Estados Unidos: Fox Film, 1999.

COMO enlouquecer o seu chefe. Direção e roteiro: Mike Judge. Estados Unidos: Twentieth Century Fox, 1999.

DELEUZE, Gilles. **A imagem-tempo** (Cinema 2). São Paulo: Brasiliense, 2005.

FERREIRA, Flávia Neves. **A Gênese da ontologia fundamental: o caminho fenomenológico da hermenêutica da facticidade no jovem Heidegger (1919-1923)**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2019.

MATRIX. Direção e roteiro de Lana e Lilly Wachowski. Estados Unidos: WARNER BROS, 1999.

ONTOGÊNESE. Dicionário Online Priberam. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/ontog%c3%aanese>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

ONTOGENIA. Dicionário Online Priberam. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/Ontogenia>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

QUERO ser John Malkovich. Direção de Spike Jonze. Estados Unidos: Universal Pictures Brasil, 2000.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. **Sartre e a psicologia clínica**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

CONTABILIDADE GERENCIAL COMO INSUMO DE PERENIDADE PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPE): UM OLHAR SOB O FOCO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

MANAGEMENT ACCOUNTING AS A PERENITY INPUT FOR MICRO AND SMALL BUSINESSES: A LOOK AT THE FOCUS OF SOCIAL RESPONSIBILITY

Leonardo Graciano de Oliveira¹

Camila Araújo dos Santos²

Rafael Gutierrez Castanha³

Danielle Cristine da Silva Levorato⁴

RESUMO: O artigo abordou as temáticas contabilidade gerencial, uso estratégico da informação contábil, micro e pequenas empresas e responsabilidade social. Buscou-se expor, de forma inter-relacionada, como as informações contábeis na perspectiva da contabilidade gerencial, podem prover e garantir os princípios da responsabilidade social como condicionantes à perenidade das micro e pequenas empresas. Frente essa consideração, a pesquisa apresentou o seguinte problema: de que maneira a contabilidade gerencial pode sustentar e colocar em prática os princípios da responsabilidade social a fim de se garantir a sobrevivência das micro e pequenas empresas? Delineou-se como objetivo explanar como a contabilidade gerencial e a atuação do contador pode garantir a perenidade das micro e pequenas empresas quando compreendidas sob o enfoque da responsabilidade social. o trabalho justifica-se à medida em que a denotou como a contabilidade gerencial pode ser um insumo competitivo e de sobrevivência para as micro e pequenas empresas quando compreendidas sob o âmbito dos princípios da responsabilidade social. Para a consecução dos objetivos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Os resultados demonstraram que a contabilidade gerencial e os contadores devem ser os responsáveis por gerar relatórios que demonstram, de fato, a situação atual da empresa; fazer com que os efeitos e fatores que levaram a empresa à estar na situação apresentada devem ser sinceros, corretos e transparentes, a fim de deixar claro o efeito de cada decisão que deve ser tomada considerando a realidade que a organização está inserida; devem garantir que as operações da organização sejam cumpridas de acordo com o planejamento operacional e estratégico e que cada ação seja realizada de acordo com as normas éticas de comportamento; devem promover decisões e ações que demonstrem uma postura responsável, a fim de deixar claro que a empresa também se compromete com o bem estar da sociedade; gerir informações com o intuito de não somente correr o risco de sanções pelo não cumprimento de tais leis, mas porque a cultura da empresa não permite litígios que possam comprometer a índole e integridade dela como um todo; respeitar os direitos e necessidades dos usuários internos e externos da instituição.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Uso estratégico da informação contábil. Responsabilidade social. Micro e pequenas empresas.

¹ Graduando em Ciência Contábeis pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: leleo.graciano@gmail.com

² Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP-Marília-SP. E-mail: camilaar_santos@hotmail.com

³ Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP-Marília-SP. E-mail: r.castanha@gmail.com

⁴ Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Mestre em Controladoria e Finanças Empresariais pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-Campus Higienópolis-SP. E-mail: dcslevorato@gmail.com

ABSTRACT;The article addressed the themes management accounting, strategic use of accounting information, micro and small companies and social responsibility. We required to expose, in a consistent way, how accounting information from the perspective of management accounting can offer and agree the principles of social responsibility as conditions for the continuity of micro and small companies. Given this consideration, the research presented the following problem: How can management accounting sustain and put into practice the principles of social responsibility in order to ensure the subsistence of micro and small enterprises? The objective was to explain how management accounting and accountant presentation can guarantee the continuity of micro and small companies when understood under the social responsibility approach. The effort is justified as it has exposed how management accounting can be a competitive and survival input for micro and small enterprises when understood under the principles of social responsibility. To achieve the objectives, we used the literature examination. The results showed that management accounting and accountants should be responsible for generating reports that demonstrate, in fact, the present situation of the company; make the effects and factors that managed the company to be in the situation presented must be sincere, correct and transparent, in order to make clear the effect of each decision that must be taken considering the reality that the organization is inserted; ensure that the organization's operations are performed in accordance with operational and strategic planning and that each action is carried out in accordance with ethical standards of behavior; They need to promote decisions and actions that demonstrate a responsible attitude in order to make it clear that the company is also committed to the well-being of society, manage information in order not only to risk sanctions for failure to fulfill with such laws, but because the company's culture does not allow disputes that may compromise the nature and integrity of the company as a whole; respect the rights and needs of the institution's internal and external users.

Keywords: Management accounting. Accounting information. Social responsibility. Micro and small enterprises and corporate mortality.

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre Micro e Pequenas Empresas (MPE) possui grande significado devido ao fato dos indivíduos terem a possibilidade de abrir seu próprio negócio e tornarem-se empreendedores, garantindo sua independência financeira.

Quando tratamos sobre as MPE, temos que levar em consideração diversos fatores, tais como o segmento e a vida útil do negócio/empresa, mercado competitivo, inovações e, principalmente, os motivos que causam a mortalidade desses empreendimentos.

De acordo com dados divulgados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2018), no Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos, sendo 99% de MPE. São classificadas como MPE, as empresas que faturam anualmente o valor bruto de até R\$ 360.000,00 e possui uma quantidade de empregados limitador por segmento (indústria até 19 empregados e comércio e serviços até 9 empregados).

As MPE representam 52% dos empregos com carteira assinada do setor privado no Brasil (SEBRAE, 2018), ou seja, pode-se observar que as MPE representam uma faixa significativa quando o assunto é o desenvolvimento e crescimento do país.

Além das MPE, há também o Microempreendedor Individual (MEI) que é o empresário autônomo que possui em sua empresa o máximo de 1 (um) empregado e faturamento anual bruto de

até R\$ 81.000,00 ou R\$ 6.750,00 mensal bruto (SEBRAE, 2019). Destacamos alguns motivos pelos quais os MEI abrem seus negócios: o desejo de ter o seu próprio negócio, melhorar a qualidade de vida para complementar sua renda e o incentivo de familiares e possíveis futuros clientes por identificarem uma oportunidade de negócio (produto ou serviço inovador) (SEBRAE, 2013).

Dados divulgados pelo SEBRAE (2016), entre 2010 e 2014, mostram que a taxa de sobrevivência das empresas com até 2 (dois) anos passou de 54% para 77%. Observa-se uma melhora significativa, o que se deve muito em consideração à ampliação do número de MPE criadas no Brasil nos últimos anos.

Em contrapartida ao crescimento do número de MPE criadas no Brasil nos últimos anos, é relevante analisar também a taxa de mortalidade delas, afinal, quanto tempo uma empresa consegue manter seu negócio ativo Brasil? De acordo com os dados citados anteriormente, podemos observar que há um grande número de empresas que estão ingressando sua jornada no mercado. Porém, há um questionamento que abrange esse cenário: será que as MPE possuem o que é necessário para manter o seu negócio próspero, rentável e competitivo no mercado? Quais fatores levam à mortalidade dessas empresas?

Vários fatores podem contribuir para com que uma empresa não se mantenha estável no mercado competitivo, desde fatores básicos (como o conhecimento sobre o produto ou serviço que será prestado) e relativamente simples, até fatores mais complexos como saber qual o capital de giro necessário e os recursos necessários para iniciar e manter o negócio ativo, além de como atrair e manter parcerias, demonstrar ser uma empresa comprometida e responsável com o bem estar de seus funcionários e parceiros, ser uma empresa que não admite arbitrariedade e atitudes que denigrem a índole da empresa. Alguns fatores contribuem para o encerramento de MPE com no máximo 2 (dois) anos de atividade: falta de planejamento prévio, falta de conhecimento abrangente sobre a área ou mercado onde deseja inserir o negócio, falta de preparação profissional prévia, falta de comportamento empreendedor (SEBRAE, 2013).

Mediante o cenário sobre os fatores que contribuem para a mortalidade das MPE, destacamos o papel que a Contabilidade Gerencial pode agregar para a sobrevivência dessas empresas. No contexto das MPE e MEI, há o papel fundamental das informações geradas pela Contabilidade, visto que elas propiciam aos seus usuários base segura para as suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece (CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA, [201-?]).

A Contabilidade Gerencial pode se tornar uma grande aliada quando se trata de sobrevivência das empresas, pois ela emite relatórios contábeis precisos e objetivos decorrentes de informações que

atuam diretamente com o patrimônio da empresa (PAIVA, 2012), garantindo ao MEI como ele deve gerir melhor as informações do mercado, da concorrência e da economia.

Por estar relacionada à sobrevivência das empresas, a Contabilidade Gerencial é inerente à Responsabilidade Social que consiste em um conjunto de ações que garantem o desenvolvimento sustentável e a sobrevivência das organizações. A Responsabilidade Social para as organizações representa-se pela Norma ABNT ISO 26000/2010:

Para as organizações conseguirem se manter competitivas e atrativas mediante a concorrência tão acirrada e fadada a um contexto mutável, procuram constantemente gerar um ambiente amistoso para seus colaboradores, motivador, capacitador e de qualidade, um ambiente que permita suprir as necessidades diárias dos membros organizacionais para juntos alcançarem as metas e objetivos propostos (SANTOS; YAFUSHI; SANTOS, 2017, p. 101).

A Responsabilidade Social permeia 7 (sete) princípios, são eles: *Accountability* (responsabilização), Transparência, Comportamento Ético, Respeito pelos interesses das Partes Interessadas (*Stakeholders*), Respeito pelo Estado de Direito, Respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento e Respeito pelos Direitos Humanos (ABNT ISO, 2010).

As recomendações e princípios da norma ABNT ISO 26000 contribuem “[...] para que as organizações possam observar e analisar como suas atividades e seus processos decisórios podem impactar na sociedade e no meio ambiente em que a empresa está inserida” (SANTOS; YAFUSHI; SANTOS, 2017, p. 105).

Mediante o exposto, o problema da pesquisa representa-se pela seguinte questão: de que maneira a Contabilidade Gerencial pode sustentar e colocar em prática os princípios da Responsabilidade Social a fim de se garantir a sobrevivência das MPE?

Frente o exposto, o objetivo geral da pesquisa consistiu em explicar como a Contabilidade Gerencial e a atuação do contador pode garantir a perenidade das MPE quando compreendidas sob o enfoque da responsabilidade social. Para a consecução do objetivo geral, propomos os seguintes objetivos específicos: a) realizar levantamento bibliográfico sobre as temáticas contabilidade gerencial, micro e pequenas empresas (MPE) e responsabilidade social; b) mostrar como a contabilidade gerencial serve de insumo de sobrevivência no contexto das MPE em tempos de competitividade; c) discursar sobre o papel da responsabilidade social nas MPE; d) expor de que maneira a contabilidade gerencial tem o potencial de desenvolver os 7 (sete) princípios da responsabilidade social para prover o uso estratégico da informação contábil e a perenidade das MPE.

O trabalho justifica-se à medida em que a denotou como a contabilidade gerencial pode ser um insumo competitivo e de sobrevivência para as MPE quando compreendidas sob o âmago dos princípios da responsabilidade social.

Para o desenvolvimento do trabalho, selecionamos a pesquisa bibliográfica, que consiste em levantar informações e dados por meio de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins e dentre outros (PRODANOV, 2013). Para o levantamento bibliográfico da literatura, foram utilizadas as seguintes fontes: artigos científicos selecionados principalmente da biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), consulta a livros na ‘Minha Biblioteca’¹, dissertações e teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e anais de eventos. As palavras-chave que propiciaram a elaboração de estratégias de buscas bibliográficas foram: contabilidade gerencial, informação contábil, uso estratégico das informações, micro e pequenas empresas, mortalidade e perenidade das empresas e responsabilidade social.

2 CONTABILIDADE GERENCIAL: USO ESTRATÉGICO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSUMO COMPETITIVO E DE SOBREVIVÊNCIA PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPE)

No Brasil, no ano de 2006, foi instaurada a Lei Geral, também conhecida como estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que visa um tratamento diferenciado para esse tipo de empresa ou atividade empresária, com o intuito de promover o desenvolvimento em um ambiente competitivo. Tal cenário, além da competitividade, também promove a geração de novos empregos, inclusão social, distribuição de renda e do desenvolvimento e fortalecimento da economia (SEBRAE, 2019).

Desde então, o crescimento das MPE e MEI se tornou evidente, tendo em vista o apoio governamental para a inclusão dessas modalidades empresárias, como por exemplo, a inclusão de linhas de crédito especial, voltada para as MPE e MEI, lançado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo, e hoje, um dos principais instrumentos do Governo Federal para financiamento à longo prazo e investimento em vários segmentos da economia brasileira (SEBRAE, 2014). Essa informação se concretiza ao analisarmos os números sobre a representatividade das MPE e MEI no Brasil nos últimos anos, onde para exemplificar, utilizemos os dados do Estado de São Paulo, que é o maior polo industrial e econômico não só do Brasil, mas do Hemisfério do Sul (AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS, 2017): as MPE e MEI ocupam uma faixa de 98% das empresas no Estado, enquanto o restante é ocupado por empresas de médio e grande porte. No que se refere à

¹ A Minha Biblioteca é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil: Grupo A, Atlas, Grupo GEN e Saraiva, que é disponibilizada à comunidade acadêmica da Faculdade Católica Paulista.

geração de empregos, o número para o Estado de São Paulo e de 50%, que provém de ambas as atividades empresárias (SEBRAE, 2014). Outro fato relevante é que as MPE e MEI são responsáveis por 27% do PIB Brasileiro (SEBRAE, 2014). Esse cenário mostra o quanto as MPE são significativas para o atual cenário econômico brasileiro.

Em contrapartida ao crescimento do número de MPE que iniciaram suas atividades nos últimos anos, o número de empresas que se tornaram inativas ou encerram suas atividades é bem expressivo. De acordo com dados divulgados pelo SEBRAE (2013), 1 (uma) a cada 4 (quatro) empresas fecham seu negócio antes dos 2 (dois) anos de atividade. Os fatores que contribuem para o aumento da mortalidade dessas empresas são:

- **Falta de planejamento prévio:** não procurando ajuda de pessoas ou instituições para abertura e/ou planejamento do negócio, não saber o número de clientes e os hábitos de consumo dos mesmos;
- **Falta de preparação prévia (gestão):** encontrar dentre os produtos ou ramo que deseja atuar um diferencial para se destacar entre os concorrentes, além de planejar estratégias para uma melhor forma de inserção de seu negócio no mercado;
- **Falta de comportamento empreendedor:** comportamento empreendedor seria, no caso, se antecipar aos fatos, com bases em informações presentes e concretas, além da necessidade de persistir nos objetivos, independentemente das circunstâncias, sejam elas boas ou ruins (SEBRAE, 2013).

A partir do que fora relatado anteriormente, podemos ver que os motivos das *causas mortis* das empresas estão relacionados com o uso da informação, seja para tomada de decisão, ou para agregar valor e qualidade no ramo de negócio.

Nesse aspecto, o uso da informação contábil é essencial para o microempreendedor, pois, de uma forma sucinta, o conhecimento da informação contábil proporciona ao seu usuário mapear o seu negócio. A partir do uso da informação contábil a MPE saberá se a empresa necessita de um recesso ou avanço, em qual área investir para aumento produtivo, podendo obter lucro ou economizar em algumas áreas. Portanto com o uso correto das informações obtidas por meio da Contabilidade, a empresa consegue garantir-se competitiva no mercado, e durável, ação que é essencial.

De acordo com Dantas e Duarte (2005, p. 1):

Diante do envolvimento da empresa com o seu mercado, as suas formas e as suas condições de competitividade passaram a ser influenciadas pela capacidade que possuem de gerenciar os seus ativos estrategicamente para gerar capacidades e habilidades que as coloque em uma posição favorável no mercado. Todo o funcionamento da organização direciona-se para a exploração de conhecimentos capazes de viabilizar seus potenciais para o aproveitamento das oportunidades e imobilização dos fatores negativos provenientes do ambiente de atuação da empresa.

Portanto, o uso inteligente da informação se torna um enorme diferencial para o empreendedor, pois eleva o “nível” de sua empresa, uma vez que a insere em um grupo em que a taxa de mortalidade das empresas é distante.

O cenário econômico, político e social está constantemente em mudanças, situação que faz com que a quantidade de informação torne-se cada vez mais instantânea e volumosa e utilizar a informação de forma inteligente realmente torna-se um diferencial. Rezende (2015, não paginado) relata:

Vive-se em uma sociedade cuja única certeza é a mudança. E onde tudo muda a toda hora é impossível existir uma receita de sucesso. Os paradoxos que se apresentam aos profissionais desses novos tempos são vários: pensar a longo prazo, mas mostrando resultados imediatos; inovar sem perder eficiência; colaborar, mas também competir; trabalhar em equipe, sendo cobrado individualmente; ser flexível, sem romper padrões; conviver com o real cada vez mais virtual; manter a liberdade, mas estar cada vez mais conectado e em rede; estar focado, sem perder noção do que o cerca; buscar a perfeição em meio à rapidez; ser agressivo, sem perder a emoção; agir rápido e por impulso, mas com consciência; estabelecer-se, mas mudando e inovando sempre; dividir para poder multiplicar.

É essencial que a MEI tenha conhecimento sobre a relevância das informações contábeis a partir do uso da Contabilidade Gerencial. A Contabilidade é uma “[...] uma ciência social que tem por finalidade registrar, controlar e interpretar os eventos que alteram o patrimônio de uma entidade, com o objetivo de fornecer informações aos seus usuários (MARTINI, 2013, p. 4)”. Considerando a definição de Contabilidade, um indivíduo como um indivíduo que não possui experiência ou contato com a Contabilidade pode entender e utilizar as informações proporcionadas por ela? Tendo em vista esse questionamento, faz-se necessário diferenciar Contabilidade Financeira da Contabilidade Gerencial.

A Contabilidade Financeira é direcionada para acionistas, credores, investidores. Ela é centrada na elaboração de demonstrações financeiras para terceiros, utilizada para demonstrar a “saúde” financeira de uma entidade aos seus *stakeholders* externos.

Já a Contabilidade Gerencial é direcionada aos gestores e administradores de uma entidade, com a finalidade de proporcionar informações que o “nor-teiam” em tomadas de decisões, medidas preventivas, e ter um parâmetro sobre as operações de rotina da entidade (CAMARGO, 2017).

Coronado (2013, p. 28) aponta que a Contabilidade Gerencial é uma “[...] ferramenta utilizada para as principais funções da controladoria, tais como planejamento, elaboração de relatório e avaliação. Para as micro e pequenas organizações, os próprios gestores fazem os papéis de tesoureiro e de *controller*”.

A Contabilidade Gerencial relaciona-se

[...] com o fornecimento de informações para os administradores – isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações. A contabilidade gerencial pode ser contrastada com a contabilidade financeira, que é relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão de fora da organização (PADOVEZE, 2010, p. 38).

Mediante a explanação sobre a diferença entre Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial, compreende-se que a Contabilidade Gerencial é uma das ferramentas mais importantes para a MPE, pois ela mostra a atual realidade da empresa e o auxilia nas melhores decisões e medidas a se tomar.

Para Camargo (2017), a Contabilidade Gerencial ou Contabilidade de Gestão possui várias características que são fundamentais e essenciais para qualquer gestor, seja ele de uma microempresa ou até mesmo de empresas de médio e grande porte, tais como seguem:

- **Natureza seletiva:** algumas informações, para um determinado momento, são irrelevantes para a administração ou microempresário. Portanto, por meio da Contabilidade Gerencial, é possível selecionar a informação que mais se adequa ao propósito em que ela foi gerada;
- **Possui ênfase no futuro:** justamente por apoiar a tomada de decisões é que a Contabilidade Gerencial é focada no cenário futuro. Análises do orçamento são muito utilizadas para esse fim;
- **Não é limitada pelas regras da Contabilidade Financeira:** a Contabilidade Gerencial não possui normas a seguir, contudo está totalmente voltada para proporcionar informações para tomadas de decisões e controle;
- **Melhora a eficiência interna:** por proporcionar informações sobre a entidade aos gestores e/ou microempresários, a Contabilidade Gerencial permite que eles consigam analisar o desempenho real de cada área no que tange ao orçamento. O desempenho é comparado com os objetivos e, assim, desvios podem ser detectados. Ao fazer isso, fica muito mais fácil encontrar as causas e dar ideias para melhorar a eficiência do departamento. Dessa forma, melhora-se a eficiência da organização como um todo.

Pelo fato da Contabilidade Gerencial focar no fornecimento de informações à gestão da empresa a fim de ela opere com mais eficiência, é de grande valia ressaltar que ter um profissional responsável pela de uma organização faz com que as informações geradas sejam “mapeadas”, pois o responsável pela controladoria deve interpretar as informações geradas pela Contabilidade e emitir relatórios, realizar análise de cenários e apontar os pontos fortes e fracos dos processos operacionais da empresa, além dos financeiros (CAMARGO, 2017).

A gestão interna refere-se ao sistema de controle interno de uma organização, que consiste em um processo conduzido pela governança, administração e demais profissionais que atuam

proporcionando segurança em relação à realização dos objetivos que estão relacionados à operação da organização, com a divulgação de relatórios financeiros e conformidade (COMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION, 2013). No caso das pequenas empresas, as pessoas responsáveis pelo controle são os próprios profissionais da contabilidade, pois toda a informação contábil dirigida à alta administração é gerada por ele, sendo ele um profissional interno ou externo, ou seja, um profissional da própria empresa, ou um de contabilidade independente. Ou até mesmo, no caso das MPE, os responsáveis pela gestão operacional da empresa, se reportando diretamente à alta administração referente aos resultados obtidos pelos sistemas e ferramentas de controle.

Vale ressaltar que as ferramentas de controle são: o planejamento sobre as operações da empresa, a comunicação das informações da empresa e a avaliação das informações. Caso há a necessidade da organização tomar uma decisão, é a controladoria que melhor direciona essa ação¹.

A controladoria proporciona informações e ferramentas indispensáveis e de suma importância para as MPE e MEI, gerando estabilidade, segurança nas tomadas de decisões e garantindo que essas decisões gerem o crescimento da organização, desde que essas informações sejam geridas por um profissional de responsabilidade e conhecimento tanto para interpretá-las, quanto para alocar cada informação em decisões que trarão benefícios para a empresa.

3 O PAPEL DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

(MPE)

As MPE possuem um papel de grande importância na economia nacional, representando o crescimento do Brasil no que diz respeito à inserção de empresas no mercado competitivo. Como esse fato vêm se tornando cada vez mais evidente, é imprescindível considerar o fato de que as MPE possuem uma grande responsabilidade social perante à sociedade.

Destacamos que, responsabilidade é responder por suas ações e consequência de seus atos, de acordo com Ribeiro (2018, não paginado), “[...] Dever de se responsabilizar pelo próprio comportamento [...]”. Portanto, quando utilizamos da mesma analogia para nos referirmos à Responsabilidade Social, estamos nos referindo ao comprometimento que, neste caso, as MPE devem ter perante à sociedade.

De acordo com o NBR ISO 26000 (ABNT, 2010), a Responsabilidade Social se tornou popular na década de 1970, época que era focada nos negócios. Ela não trata de um conjunto de regras e normas

¹ Informação obtida por meio das aulas ministradas na matéria de “Controladoria”, na Faculdade Católica de Marília (UCA), em 12/11/2019.

que uma organização deve seguir, mas sim, diretrizes que dão a ela condições de constituir um papel correto, que se preocupa com o bem estar da sociedade em que está inserida e com o impacto que suas ações causam. Quando esse assunto é tratado no meio empresarial, é importante destacar que as MPE devem adotar uma postura socialmente responsável em 2 (dois) ambientes:

- **Ambiente interno:** voltada aos funcionários da empresa, em que se utiliza de políticas de incentivo para proporcionar aos funcionários um melhor ambiente para se trabalhar e conviver, servindo de estímulo para os mesmos;
- **Ambiente externo:** voltada à sociedade em que se encontra, adotando uma postura socialmente responsável relacionada com o Meio Ambiente (Responsabilidade Socioambiental), com sua cadeia produtiva, nesse caso em relação aos fornecedores, clientes e dentre outros, mas também nas suas relações diárias com o governo e com a própria comunidade (ABNT, 2010).

Para que as MPE e demais organizações se enquadrem no *hall* de empresas que possuem como característica a Responsabilidade Social, descrevemos os 7 (sete) princípios fundamentais a serem respeitados de acordo com a NBR ISO 26000 (ABNT, 2010):

- **Accountability (Responsabilização):** trata-se da condição de responsabilizar-se por decisões e atividades e prestar contas destas decisões e atividades aos órgãos de governança de uma organização, às autoridades legais e, de modo mais amplo, às partes interessadas da organização;
- **Transparência:** franqueza sobre decisões e atividades que afetam a sociedade, a economia e o meio ambiente, e o disposição de comunicá-las de forma clara, precisa, tempestiva, honesta e completa;
- **Comportamento ético:** comportamento que esteja de acordo com os princípios aceitos de uma conduta moral e correta no contexto de uma situação específica e que seja consistente com normas internacionais de comportamento;
- **Respeito pelos interesses das partes interessadas:** convém que uma organização respeite, considere e responda aos interesses de suas partes interessadas. Apesar dos objetivos de uma organização poderem se limitar aos interesses de seus proprietários, conselheiros, clientes ou associados, outros indivíduos ou grupos podem também ter direitos, reivindicações ou interesses específicos que devem ser levados em conta. Coletivamente, esses indivíduos ou grupos compreendem as partes interessadas da organização;
- **Respeito pelo estado de direito:** quando uma organização compreende que o respeito pelo estado de direito é obrigatório. O estado de direito refere-se à supremacia da lei e, em especial, à ideia de que nenhum indivíduo ou organização está acima da lei e que o governo também está sujeito à lei. O estado de direito contrapõe-se ao exercício arbitrário do poder. Geralmente, está implícito no

estado de direito que as leis e regulamentos são escritos, divulgados publicamente e aplicados de forma justa conforme procedimentos estabelecidos. No contexto da responsabilidade social, respeito pelo estado de direito significa que a organização obedece a todas as leis e regulamentos aplicáveis. Isso significa que a organização tome medidas para estar ciente das leis e dos regulamentos aplicáveis e informar a todos dentro da organização sobre sua obrigação de cumprir e implementar essas medidas;

- **Respeito pelas normas internacionais de comportamento:** uma organização respeita as normas internacionais de comportamento, ao mesmo tempo em que adere ao princípio de respeito pelo estado de direito;
- **Respeito pelos direitos humanos:** uma organização respeita os direitos humanos e reconhece tanto sua importância como sua universalidade (ABNT, 2010; INSTITUTO BRASILEIRO DE SUSTENTABILIDADE, 2019).

No mercado competitivo em que cada vez mais uma empresa completa e bem estruturada se destaca, a Responsabilidade Social não pode ser encarada apenas como uma jogada de *marketing*, mas deve ser reconhecida como um princípio que agrega valor significativo à imagem de uma empresa, tornando-se uma razão de sobrevivência em um mundo cada vez mais competitivo.

As MPE que possuem uma postura socialmente responsável demonstram maturidade, visto que, muito provavelmente, terá menos atritos, menos ações trabalhistas, menos processos judiciais, e o mais importante, ela se tornará uma empresa socialmente aceita, referente ao ramo em que está inserida.

Adotar uma postura socialmente responsável com os colaboradores, clientes e fornecedores, faz com que a empresa seja vista de forma positiva perante à sociedade. Uma empresa que trabalha para crescer e se destacar no mercado competitivo e que trata cada colaborador com respeito (como pessoas e não tão somente como “números”), faz com que cada um não vise apenas o seu sustento, mas faz com que ele trabalhe para que a empresa também cresça.

Ao adotar os princípios da Responsabilidade Social, os colaboradores prestam um serviço (venda e pós-venda) com excelência visando a satisfação dos seus clientes. Tal situação faz com que organização seja cada vez mais reconhecida e requisitada em seu ramo. Uma organização comprometida com seus fornecedores faz com que outros fornecedores se interessem em estabelecer parcerias, condição que faz com a organização requisitada por todo meio em que está inserida.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE GERENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS MPE

A partir das discussões referentes às temáticas responsabilidade social, comprometimento das organizações com a sociedade e contabilidade gerencial como uma ferramenta indispensável para a gestão das MPE, desenvolvemos uma inter-relação a fim de expor como o contador, por meio dos princípios da contabilidade gerencial, pode colocar em prática as ações de responsabilidade social para a perenidade de uma MPE, como forma de enfrentar os problemas que geram a *causa mortis* dessas empresas, como se ilustra no Quadro 1.

Quadro 1 – A contribuição da Contabilidade Gerencial como instrumento de perenidade para as MPE sob o âmbito da Responsabilidade Social

Princípios da ABNT ISO 26000 para Responsabilidade Social	Motivos das <i>Causa Mortis</i> enfrentados pelas MPE (SEBRAE, 2013, 2016, 2018)	Contabilidade Gerencial como insumo de perenidade para as Micro e Pequenas Empresas (MPE)
<p>Accountability (responsabilização): responsabilizar-se pelas consequências de suas ações e decisões, respondendo pelos seus atos e impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente</p>	<p>Falta de preparação da gestão das MPE, que não utilizam as informações contábeis da maneira correta.</p>	<p>A contabilidade gerencial é a responsável por gerar os devidos relatórios que demonstram a situação atual da empresa e quais efeitos e fatores levaram a empresa à estar na situação apresentada.</p>
<p>Transparência: fornecer às partes interessadas de maneira clara, acessível, compreensível e em prazos adequados todas as informações sobre os fatos que possam afetá-las, levando-as a avaliar precisamente qual o impacto que as decisões e atividades da organização têm em seus respectivos interesses.</p>	<p>A falta de confiança nas tomadas de decisão, pelo fato de tais decisões poderem não possuir “embasamento” para serem tomadas, ou seja, sendo decisões de risco para a empresa.</p>	<p>As informações geradas pela contabilidade gerencial e pelos gestores da informação contábil nas MPE (profissionais da contabilidade, gestores e dentre outros), devem ser sinceras, sempre deixando claro o efeito de cada decisão que deve ser tomada pela empresa na sociedade em que ela está inserida, devendo ser informações, tempestivas, claras e objetivas.</p>
<p>Comportamento ético: atuar de modo aceito como correto pela sociedade - com base nos valores da honestidade, equidade e integridade, perante as pessoas e a natureza - e de forma consistente com as</p>	<p>Uma empresa que não é organizada, que não zela por um padrão de comportamento, tende à ter colaboradores descompromissados, que podem levar à empresa ao declínio.</p>	<p>É papel do profissional da contabilidade e/ou gestor das informações contábeis, garantir que as operações da organização sejam cumpridas, de acordo com o planejamento operacional e estratégico, e que cada ação seja realizada de acordo com as normas éticas de comportamento,</p>

normas internacionais de comportamento.		garantindo o melhor desempenho de cada área da organização.
Respeito pelos interesses das partes interessadas (stakeholders): ouvir, considerar e responder às pessoas ou aos grupos que tenham algum interesse nas atividades da organização ou por ela possam ser afetados.	Não se preocupar com suas parcerias, com seus sócios e investidores e até mesmo clientes, faz com que a empresa se mostre irresponsável, ocasionando na perda de clientes, sócios e investidores, levando a empresa ao declínio.	Fundamental para qualquer empresa, seja ela de pequeno, médio ou grande porte, pois são as pessoas e grupos externos à organização que enxergam suas atividades, atitudes e posturas como empresa, com bons olhos tanto por seus próprios colaboradores, mas também como acionistas, fornecedores e claro, clientes. Portanto, também cabe ao profissional da contabilidade promover decisões e ações da empresa que demonstrem uma postura responsável, que demonstre que a empresa também se compromete com o bem estar da sociedade, das parcerias e do geral.
Respeito pelo estado de direito: respeitar e cumprir integralmente as leis do local onde a organização está inserida e operando	Quando uma empresa não respeita as leis que regem o seu próprio segmento, ou o país, permite que empresa tenha mais litígios, sanções, direcionando à empresa às estatísticas de <i>causa mortis</i> .	Tomar atitudes responsáveis legalmente também pode ser papel do profissional responsável por gerir as informações que serão utilizadas para tomadas de decisões na empresa. Cada ação a ser tomada, ou cada decisão deve ser direcionada a sempre cumprir as normas exigidas pela lei, como um todo, não somente para não correr o risco de sanções pelo não cumprimento de tais leis, mas porque a personalidade ou cultura da empresa não permite litígios que possam comprometer a índole e integridade da empresa como um todo.
Respeito pelas normas internacionais de comportamento: adotar preceitos estabelecidos de tratados e acordos internacionais favoráveis à responsabilidade social, mesmo que não haja obrigação legal no local em que a organização está operando	É necessário que a empresa mantenha um padrão de comportamento, pois cada ação tomada dentro e fora da empresa, quando não respeitam as normas internacionais de comportamento, demonstram uma empresa com uma má gestão,	O profissional responsável por gerir as informações para tomadas de decisões, também pode ser o responsável por adotar e transmitir normas de comportamento à serem seguidas internamente pela empresa, afinal, para que uma empresa possa ser considerada ética e seja vista desta forma pela sociedade em que está inserida, é necessário que cada profissional que representa esta empresa, esteja

	preocupada apenas com seu faturamento, e não com sua própria índole perante à sociedade.	comprometido à agir de acordo com o comportamento adotado culturalmente e legalmente por aquela empresa.
Respeito pelos direitos humanos: respeitar a importância e a universalidade dos direitos humanos, cuidando e assegurando para que as atividades da organização não os agridam direta ou indiretamente, a fim de zelar pelo ambiente econômico, social e natural.	O que se espera de uma empresa que não trata bem os próprios funcionários? Que não reconhece os direitos de cada indivíduo, pensando apenas em lucro? Isso faz com que os próprios funcionários se sintam desmotivados, com que a concorrência seja desleal, fazendo com que os sócios e investidores não se sintam mais parte do “time”.	Não só da contabilidade gerencial, mas papel da organização como um todo, respeitar os direitos de cada pessoa, tanto colaboradores internos, quanto clientes, fornecedores, concorrência e dentre outros. Internamente, controladoria pode propor ações internas que motivem e valorizem os próprios funcionários, mostrando à eles a importância individual para a empresa. Externamente, a controladoria ou a contabilidade gerencial como um todo, auxilia nas tomadas de decisões, garantindo que tais decisões sejam benéficas para saúde, bem estar, concorrência saudável, de seus clientes, fornecedores, etc.

Fonte: Elaborado pelos autores

A partir do Quadro 1, é possível compreender que o contador e a organização devem praticar as seguintes ações:

- Devem ser os responsáveis por gerar relatórios com informações fidedignas que retratam a situação real da empresa;
- Serem transparentes e responsáveis sobre os efeitos e fatores que levaram a empresa a estar na situação atual, deixando claro o efeito de cada decisão tomada;
- Devem garantir que as operações, atividades e processos da organização sejam cumpridos de acordo com o planejamento operacional e estratégico seguindo normas éticas de conduta e comportamento;
- Devem tomar decisões e ter atitudes que demonstrem uma postura responsável e ética, mostrando à sociedade que a organização tem comprometimento com o bem estar e o desenvolvimento econômico sustentável;
- Devem gerir informações de maneira ética e responsável, para demonstrar que a cultura da organização não permite litígios que possam comprometer a índole e integridade dela como um todo;
- Devem respeitar os direitos e necessidades dos usuários internos e externos da instituição.

Para ficar claro o que consta no Quadro 1, utilizaremos uma situação prática fictícia: uma empresa de produtos químicos precisa realizar o descarte de materiais químicos e o profissional responsável por gerir as informações contábeis, que servem de base para as tomadas de decisões, sugere que o serviço seja feito por uma empresa terceirizada, que fará o descarte em um rio. Tal decisão, mesmo que coloque em risco a contaminação do rio, de animais e de pessoas, fará com que a organização economize dinheiro. Podemos ver que tal ação trará benefícios apenas para a própria empresa. Se em uma ocasião, a empresa estabelecer parcerias com outras que não têm responsabilidade com o meio ambiente e com a sociedade, ambas estarão propensas a litígios e serão vistas com maus olhos pela sociedade, podendo acarretar na perda de futuras parcerias e de clientes.

Porém, caso o profissional responsável por gerir as informações contábeis sugerir contratar uma empresa que faça o descarte dos resíduos químicos de forma responsável, mesmo com o valor maior do que o da empresa terceirizada citada na hipótese anterior, tal ação demonstrará que esta organização é responsável e comprometida com o bem estar e desenvolvimento econômico sustentável da sociedade e do meio ambiente, podendo atrair clientes, parcerias e aumentar sua visibilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho deixou evidente que, o uso da Contabilidade Gerencial por meio de ações da responsabilidade social, pode ser o insumo para que uma MPE ser vista como uma empresa comprometida em crescer e se estabelecer no mercado competitivo de forma responsável e ética.

A ação responsável junto a uma boa gestão atraem fornecedores, parceiros e clientes, garantem a estabilidade que uma MPE ou MEI precisam para se manter ativos no mercado e não entrarem nos dados estatísticos das *causas mortis* nos primeiros anos de atividade.

Destacamos que uma empresa que se compromete não apenas com seu próprio crescimento e faturamento, mas, fundamentalmente, com o bem-estar da sociedade em que está inserida, apresenta responsabilidade social, boa índole e maturidade, pois mesmo “buscando por seu espaço”, ela se importa e zela por seus funcionários, seus clientes, seus parceiros, pelo governo e com a sociedade como um todo. Tais ações demonstram a todos que é uma empresa responsável, comprometida e ética, pois demonstra que não está preocupada em manter somente sua rentabilidade e seu bom faturamento, mas que dá valor as suas parcerias e colaboradores, condição que aponta, conforme visto neste artigo, para a sua sobrevivência no mercado competitivo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS. **Por que São Paulo**. 2017. Disponível em: <<https://www.investe.sp.gov.br/por-que-sp/>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26000**: diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

CAMARGO, Renata Freitas de. **Quais são as diferenças entre a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira?** 2017. Disponível em: <<https://www.treasy.com.br/blog/contabilidade-gerencial-contabilidade-financeira/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

COMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMISSION. **Controle interno: estrutura integrada**. 2013. Disponível em: <http://www.auditoria.mpu.mp.br/bases/legislacao/COSO-I-ICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Contabilidade geral: características da informação contábil**. Bahia: CRCBA, [201-?]. Disponível em: <<http://www.crcba.org.br/boletim/edicoes/carac.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

CORONADO, Osmar. **Contabilidade gerencial básica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DANTAS, Ricardo Ferreira; DUARTE, Ana Maria da Paixão. O uso da informação contábil como suporte ao processo da gestão estratégica organizacional. **Qu@litas – Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 4, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/39>>. Acesso em: 07 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE SUSTENTABILIDADE. **ISO 26000: o que você precisa saber**. 2019. Disponível em: <<https://www.inbs.com.br/iso-26000-o-que-voce-precisa-saber/>>. Acesso em: 24 out. 2019.

MARTINI, Luigi. **Contabilidade geral**. 2013. Disponível em: <https://educacao coletiva.com.br/assets/system_files/material/phpCggYZ11779.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAIVA, Simone Bastos. Da informação ao conhecimento contábil: um salto qualitativo na Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 158, p. 74-85, 2012. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/669>>. Acesso em: 30 maio 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REZENDE, Yara. **Informação e negócios: a reinvenção do bibliotecário**. 2015. Disponível em: <<https://portaldobibliotecario.com/bibliotecario/informacao-e-negocios-a-reinvencao-do-bibliotecario/>>. Acesso em: 07 set. 2019

RIBEIRO, Débora. **Significado de responsabilidade.** 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/responsabilidade/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

SANTOS, Camila Araújo dos; YAFUSHI, Cristiana Aparecida Portero; SANTOS, Vanessa Cristina Bissoi dos. Contribuições da competência em informação (CoInfo) para o apoio e desenvolvimento da responsabilidade social nas organizações. In: BELLUZZO, Regina Célia Baptista; ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis de. **Conhecimento, pessoas e aprendizagem organizacional sob a ótica da competência em informação: uma nova lógica de gestão.** Bauru: MMH Informação, 2017. p. 97-119.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Causa mortis: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros cinco anos de vida.** Brasília: SEBRAE, 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa_mortis_2014.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Orientações de linhas de créditos para as micro e pequenas empresa e o microempreendedor individual.** Brasília: SEBRAE, 2014. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AP/Anexos/Cartilha%20de%20linhas%20de%20credito%20para%20MPEs%20e%20MEI.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Sobrevivência das empresas no Brasil.** Brasília: SEBRAE, 2016. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Pequenos negócios em números.** Brasília: SEBRAE, 2018. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Panorama dos pequenos negócios 2018: estatísticas Básicas.** Brasília: SEBRAE, 2018. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Panorama_dos_Pequenos_Negocios_2018_AF.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Lei geral das micro e pequenas empresas.** Brasília: SEBRAE, 2019. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO FISCAL COMO FERRAMENTA NA GESTÃO DE COMPRAS

MANAGEMENT OF TAX INFORMATION AS A TOOL IN SHOPPING MANAGEMENT

Amanda Yumi Tomikura¹

Alex Padoanni da Silva²

RESUMO: A presente pesquisa apresentou a importância da gestão da informação fiscal dentro das organizações no departamento de compras, tendo em vista que o profissional de compras necessita possuir conhecimento em aspectos fiscais devido às todas as compras possuírem total relação com a carga tributária, impactando por consequência no resultado da empresa. O objetivo da pesquisa foi o de demonstrar qual a rotina do profissional de compras e como ele deve gerir e utilizar as informações fiscais para trazer economia tributária para a empresa, para tanto é necessário identificar quais são os fluxos de informações fiscais dentro da organização, compreender como funciona a gestão das informações fiscais e diagnosticar quais são os entendimentos essenciais em relação as informações fiscais que o profissional de compras deve possuir. Diante disso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa no qual os resultados obtidos demonstraram que as empresas procuram cada vez mais profissionais capacitados para trazer resultados para a empresa, inclusive profissionais que possuem conhecimentos diferenciados, como um comprador com conhecimento fiscal, essas alternativas trazem lucros para a empresa em que só observamos no final de um ciclo, demonstrando o quanto de lucro que a empresa obteve, e esse resultado é consequência de uma gestão eficaz, como por exemplo, as aquisições realizadas pelos compradores, no qual o seu conhecimento influenciou na melhor compra obtida, portanto constatamos que o conhecimento básico fiscal dos profissionais de compra, é essencial para o crescimento da empresa.

Palavras Chaves: Gestão da informação. Comprador. Conhecimento fiscal.

ABSTRACT: This research presents the importance of tax information management within organizations including the purchasing department, considering that the purchasing the professional needs to have knowledge in tax aspects because all purchases are completely related to the tax burden, so impacting the tax burden in the company result. The purpose of the research is to demonstrate what is the routine of the professional purchasing, and how it should manage and use tax information to bring tax savings to the company, so it is necessary to identify what are the tax information flows within the organization, understands how tax information management works and diagnoses what are the essential understandings of the tax information that the purchasing professional should possess. Consequently, a qualitative bibliographic research was carried out in which the results obtained by the companies are increasingly looking for professionals able to bring results to the company, including professionals who have differentiated knowledge, such as a buyer with tax knowledge, these alternatives bring profits to the company that only look at the end of a cycle, demonstrating how much profit the company made, and its result of effective management, such as acquisitions made by buyers,

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Faculdade Católica Paulista (UCA). E-mail: amandinha_zs@live.com

² Docente da Faculdade Católica Paulista (UCA). Especialista em Contabilidade e Controladoria Empresarial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: alex_padoanni@hotmail.com

in which their knowledge influenced the best purchase obtained, so we found that the basic tax knowledge of purchasing professionals is essential for the growth of the company.

Keywords: Information management. Buyer. Knowledge tax.

1 INTRODUÇÃO

Os ambientes organizacionais recebem fluxos informacionais intensos de várias vertentes, como financeiras, fiscais, vendas, compras, custos, produção, de pessoas, legais, dentre outros. Sendo assim, admite-se a importância que as organizações realizem a Gestão da Informação em seus contextos organizacionais para fazer o melhor uso da informação, ou seja, de forma que a informação possa ser estratégica para a tomada de decisões assertivas.

Sobre o conceito de Gestão da Informação, Valentim *et al.* (2008, p. 187) entendem como:

[...] um conjunto de ações que visa desde a identificação das necessidades informacionais, o mapeamento dos fluxos formais (conhecimento explícito) de informação nos diferentes ambientes da organização, até a coleta, filtragem, análise, organização, armazenagem e disseminação, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e a tomada de decisão no ambiente corporativo.

No contexto dos fluxos informacionais, verifica-se que as informações fiscais nos ambientes organizacionais são complexas no sentido de que estão em constantes mudanças, e todos os profissionais que lidam com essas informações precisam acompanhar essas mudanças além de terem o conhecimento e domínio destas informações, pois tratam-se de informações que impactam nos resultados das empresas e também são acompanhadas pelo governo brasileiro em tempo real por meio do uso da tecnologia da informação.

A dinâmica das legislações tributárias no Brasil faz com que seja uma das mais complexas do mundo, como apontam estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT, 2017) ao relatar que desde a Constituição Federal de 1988 já foram editadas no Brasil mais de 5,4 milhões de normas legislativas, ou seja, cerca de 769 normas por dia útil, entre leis, medidas provisórias, instruções normativas, emendas constitucionais, decretos, portarias, atos declaratórios, dentre outros.

Além dos departamentos que lidam diretamente com as legislações, ou seja, os departamentos da contabilidade e jurídico de uma organização, existem outros departamentos nas empresas que precisam adquirir conhecimentos tributários, como por exemplo, é possível inferir o departamento de Suprimentos (Compras), visto que este departamento recebe as informações fiscais que impactam nas apurações dos tributos das empresas, principalmente no quesito de aproveitamento de créditos tributários.

Nas rotinas do departamento de Suprimentos, estão inseridas as atividades de aquisições de produtos e contratações de serviços nos ambientes organizacionais, assim, considera-se que o profissional de compras necessita ter o conhecimento em informação fiscal para que ele possa aplicar nas suas atividades e trazer benefícios fiscais para as organizações, e não somente realizar as melhores compras para fins econômicos, mas também para contribuir para a economia fiscal da organização.

Partindo do pressuposto que Gestão da Informação fiscal nos ambientes organizacionais inicia-se a partir do Departamento de Suprimentos, por meio da aquisição de produtos e serviços (entrada das informações fiscais), não por acaso, a economia tributária é essencial para contribuir nos processos de compras, e proporcionar para a empresa vantagens competitivas alinhando os objetivos de compras econômicas, garantia da qualidade dos produtos e serviços e redução da carga tributária, pois em todas as compras e serviços estão embutidos os impostos, sendo que de acordo com os enquadramentos tributários, há a possibilidade de recuperação dos créditos tributários devido aos impostos pagos nas compras, e sendo possível utilizá-los para reduzir os impostos que devem ser pagos em virtude do faturamento.

Como elucidado, entende-se por melhores compras as aquisições que possam proporcionar vantagens competitivas aos negócios nos quesitos de qualidade, preços, prazos de entrega, parceria/alianças com fornecedores, sendo que o conhecimento no processo de Informação em relação às informações fiscais também são de suma importância estarem imbricadas no domínio da Informação que o profissional de Compras precisa ter.

Conforme Norht (2010 apud RODRIGUES; BLATTMANN, 2014, p. 3):

Gerenciar uma organização orientada ao conhecimento significa empregar o recurso saber para aumentar a eficiência e renovar a qualidade, gerando saberes com base nas informações e transformando os em vantagens competitivas sustentáveis, que chegarão a ser mensuráveis como êxitos em suas atividades.

Diante dos cenários da Gestão da Informação Fiscal nas organizações e o conhecimento do profissional de compras no sentido de possuir domínio em regimes tributários e suas regras principalmente na apropriação de créditos para serem utilizados nos débitos de impostos das apurações, as questões norteadoras do objeto de pesquisa se referem a: quais são as rotinas do profissional de compras nos ambientes organizacionais? Quais são os conhecimentos necessários das informações fiscais que o profissional de compras precisa possuir? Como o profissional de compras pode proporcionar vantagens competitivas para a organização através da redução da carga tributária nas aquisições?

O objetivo geral desta pesquisa foi o de identificar como ocorre a Gestão das Informações Fiscais nos ambientes organizacionais, bem como diagnosticar os conhecimentos necessários ao

profissional de compras em relação as informações fiscais na busca de economia tributária. Os objetivos específicos traçados foram: a) identificar os fluxos das informações fiscais no contexto organizacional; b) compreender a dinâmica da Gestão da Informação Fiscal nos ambientes organizacionais; e c) avaliar e diagnosticar as necessidades do profissional de compras em relação ao uso das informações fiscais em suas rotinas.

A pesquisa justifica-se ao refletir sobre a importância da Gestão da Informação fiscal nos ambientes organizacionais para compreender a dinâmica dos fluxos da informação fiscal, que se dão por meio do profissional de compras em que são gerados documentos fiscais que devem ser escriturados nos livros fiscais e contábeis das empresas, e que influenciam principalmente nas apurações dos impostos, nos custos, nas despesas e no preço de venda das mercadorias e produtos, sendo que verifica-se a essencialidade do profissional de compras ser conhecedor em Informações Fiscais na busca pela economia tributária para as empresas.

Com o objetivo de se compreender às práticas rotineiras do profissional de compras, através da utilização das informações fiscais e buscar economia tributária através das compras, optou-se pela pesquisa qualitativa e exploratória para entender os significados e os contextos dos objetos de pesquisa.

Para a realização do estudo, será utilizada a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória, como destaca Trujillo Ferrari (1974, p. 230 apud MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 32):

Trata-se de levantamento de referências já publicadas, em forma de artigos científicos (impressos ou virtuais), livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

Portanto, os procedimentos metodológicos envolveram o desenvolvimento teórico, por meio da pesquisa bibliográfica, Gil (2010, p. 30) destaca que “[...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

2 A GESTÃO DAS INFORMAÇÕES FISCAIS NAS ORGANIZAÇÕES

Os fluxos informacionais das informações fiscais além da complexidade e das constantes mudanças por parte do governo impactam os ambientes organizacionais de forma intensa. Para tanto, o profissional da contabilidade possui conhecimentos para realizar a Gestão da Informação fiscal que permeia esses ambientes, pois o mesmo é responsável pelas apurações dos impostos, identificar oportunidades, elaborar planejamento tributário e entregar as obrigações acessórias para o governo.

Sendo assim, verifica-se a importância das organizações realizarem a Gestão da Informação fiscal em seus ambientes, visto que a informação fiscal tem impactos diretos sobre os resultados e

finanças das organizações, e por vezes nas quais quando não gerenciada, pode se tornar um dos motivos para o encerramento das atividades.

Conforme Braga (2007 apud MONTEZANO, 2009, p. 17) “[...] a empresa, ao atuar num mundo global, está em estado permanente de “necessidade de informação”, uma vez que a informação constitui o suporte de uma organização e é um elemento essencial e indispensável à sua existência”.

A importância da gestão da informação fiscal deve ser compreendida em todos os setores organizacionais por onde a informação fiscal percorre e principalmente os seus efeitos. Porém, admite-se que a gestão da Informação fiscal necessita que as informações fiscais que adentram os ambientes organizacionais sejam benéficas para proporcionar vantagens competitivas no sentido da organização poder reduzir os pagamentos dos impostos, além de poder praticar preços mais competitivos no mercado em que atua a partir da redução de seus tributos.

Conforme Lima e Duarte (2007) “[...] em virtude da crescente complexidade da economia, da expansão e da sofisticação do mercado global, as empresas passaram a enfrentar cenários cada dia mais exigentes, com poucos meios de sobrevivência, minimização de riquezas e grande concorrência”.

Ainda conforme Lima e Duarte (2007), as empresas “[...] procuram definir sua estrutura organizacional em sintonia com o seu meio, para identificar sua capacidade de maximizar os resultados e competir no mercado”.

Sendo assim, acrescento a importância de um bom planejamento dentro da organização, para que todas as informações que percorrem a empresa sejam utilizadas no momento certo, para que em meio a tantos desafios, os colaboradores consigam gerir essas informações e aplica-las corretamente nas tomadas de decisão, a fim de, aderir sempre o melhor para a organização e seus clientes.

Devido à alta complexidade da legislação tributária, alguns profissionais sem experiência podem ter dificuldades em interpretações de leis e até mesmo em qualquer processo do ramo fiscal, essa falta de entendimento dos profissionais pode fazer com que os processos da organização não estejam em conformidade com a legislação, trazendo riscos que podem acarretar prejuízos financeiros e até mesmo optar por um regime tributário que não reflita de forma eficiente e eficaz a menor tributação para aquela empresa, tendo despesas desnecessárias por falta de uma gestão de informação eficaz.

De acordo com Procenge (2018):

Uma gestão eficiente precisa começar com a realização de um planejamento adequado para os interesses da companhia e uma gestão fiscal atenta no dia a dia. Sem esses dois elementos, os riscos em relação ao Fisco só aumentam e a possibilidade de cada gasto acontecer de maneira equivocada também. Isso sem falar que o empreendimento não terá como crescer de maneira estruturada, considerando

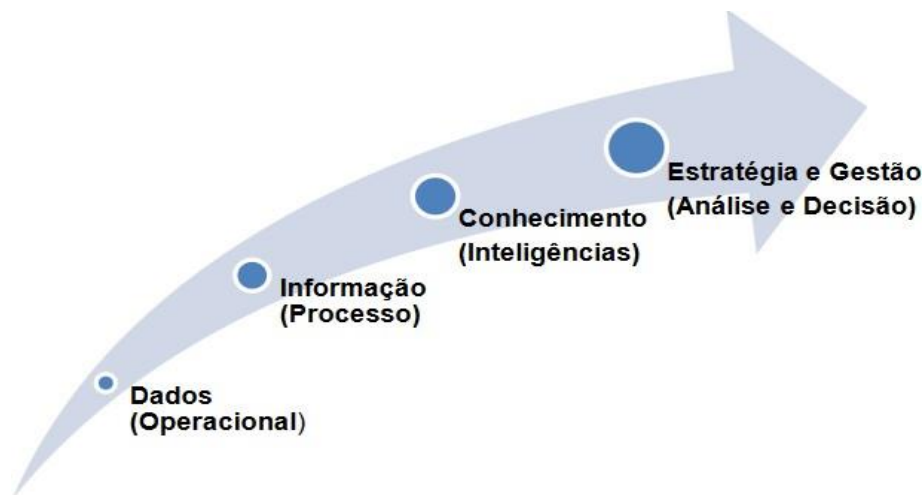
períodos de curto, médio e longo prazo, pois isso depende de planos e metas estabelecidos com critério.

Um gerenciamento fiscal eficiente permite o acesso às informações necessárias para definir as metas desejáveis, bem como realizar o planejamento financeiro. O processo ajuda também a otimizar o recolhimento dos tributos e assegura a regularidade da empresa com a Receita Federal e outros órgãos fiscalizadores.

As notas fiscais recebidas na empresa também representa uma fonte de informação essencial para o controle interno da empresa, a boa gestão das notas fiscais é imprescindível, pois nelas temos as informações referentes a despesas, fornecedores, natureza da operação, além das solicitações de auditoria, quando temos um movimento organizado, seja virtual ou físico, o ponto de vista para organização é diferenciado.

Existe todo um processo para conseguirmos capturar uma informação, conforme a Figura 1, nós começamos com apenas os dados, transformamos em informação, usamos nosso conhecimento e então tomamos uma decisão no processo.

Figura 1 – O processo de geração e de comunicação da informação



Fonte: Nascimento (2012, p. 6)

Essas informações são as que utilizamos no dia a dia da organização para conseguirmos identificar falhas, executar processos internos e comunicação com as demais áreas, portanto, a gestão junto com a informação é muito importante para lidarmos com os desafios diários, permitindo que nosso posicionamento seja sempre à frente da concorrência, trazendo os melhores benefícios para a empresa.

Existem algumas recomendações a serem utilizadas nas empresas, que ajudam a eficácia da gestão fiscal, como por exemplo, um planejamento para a gestão fiscal, sendo que cabe ao gestor definir metas, objetivos, a fim de planejar um futuro para a empresa, os benefícios fiscais oferecidos pelo governo é uma ótima opção a ser estudada e avaliada, como por exemplo as isenções de impostos,

outra recomendação seria a contratação de empresas de auditorias, essas empresas conseguem identificar falhas nos processos em que o gestor as vezes não conseguiu acompanhar e identificar, e uma recomendação muito importante é a automação de processos fiscais, como entrada de Notas Fiscais, a automação ajuda em uma melhor visualização do processo pelo colaborador, pois processos manuais podem tirar a qualidade da informação e erros em lançamentos, portanto o gestor que investe em um sistema de automação fiscal, está procurando melhor monitoramento, qualidade de vida aos colaboradores e maior controle do departamento (JUNIOR, 2017).

Vimos o quanto a informação é necessária dentro de um departamento, e já percebemos que em todas as situações precisamos de dados para serem processados e utilizarmos as informações geradas para tomadas de decisão, e os Departamentos independente do dado e da informação utilizada, eles procuram apenas um objetivo, gerar informação e trazer resultados para a empresa, portanto, mesmo que existem setores que não precisam se interagir para gerar resultado, existem outros Departamentos que necessitam de apoio para gerir melhor a informação, como por exemplo o Departamento de Suprimentos e o Departamento Fiscal. No próximo tópico veremos o que é o Departamento de Suprimentos e a sua importância dentro da organização.

3 O DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS (COMPRAS)

Considera-se que o Departamento de Suprimentos é responsável por gastar de forma eficiente e eficaz o dinheiro da empresa para adquirir produtos e serviços dos quais a empresa necessita para a manutenção de suas atividades, desde que no momento certo, na quantidade correta e no preço justo, além de possuir uma rede de fornecedores que foram avaliados pela qualidade, entrega, vantagens de custos e flexibilidade nas demandas inesperadas.

Segundo Arnold (1999, apud ROSSI, 2015, p. 5):

Uma vez tomada a decisão sobre o que comprar, a segunda decisão mais importante refere-se ao fornecedor certo. Um bom fornecedor é aquele que tem a tecnologia para fabricar o produto na qualidade exigida, tem a capacidade de produzir as quantidades necessárias e pode administrar seu negócio com eficiência suficiente para ter lucros e ainda assim vender um produto a preços competitivos.

Nem todas as empresas possuem um setor exclusivo com profissionais capacitados para realizar as compras. É possível encontrar em várias organizações a ausência desse profissional, sendo que as compras geralmente acabam sendo feitas por outros profissionais que não possuem as qualificações esperadas para realizar as melhores compras para a organização.

Conforme Dias (2010, p. 279):

Antigamente os homens de compras iniciavam-se como almoxarifes, aos quais eram delegadas a responsabilidade de compra de “algumas coisas” de uso geral na fábrica e a acomodação das providências finais do recebimento e armazenamento de mercadorias. Algumas vezes nem sabiam que mercadorias eram ou para que se destinavam. Possivelmente era um Gerente de Fábrica que encomendava diretamente, sem concorrência, sem pedido, sem solicitação, sem nada, e o comprador era o último a saber, ou seja, ficava sabendo somente na hora da chegada da mercadoria.

O profissional de compras deve estar sempre atento as demandas, pois sem um planejamento eficaz e sem um profissional experiente, a empresa pode perder suas vendas ou interromper a produção por falta de produtos ou materiais, e o excesso desses itens também traz prejuízos para a empresa, pois estoque parado significa perda de dinheiro. O Departamento de Compras, precisa comunicar-se frequentemente com a administração de estoques para que ele consiga administrar as demandas, sendo que, não se deve realizar compras com uma baixa demanda daquele produto ou material, e em compensação é necessário que tenha estoque o suficiente para os produtos mais vendidos ou produzidos, sempre avaliando os estoque mínimo e máximo e as programações de consumo.

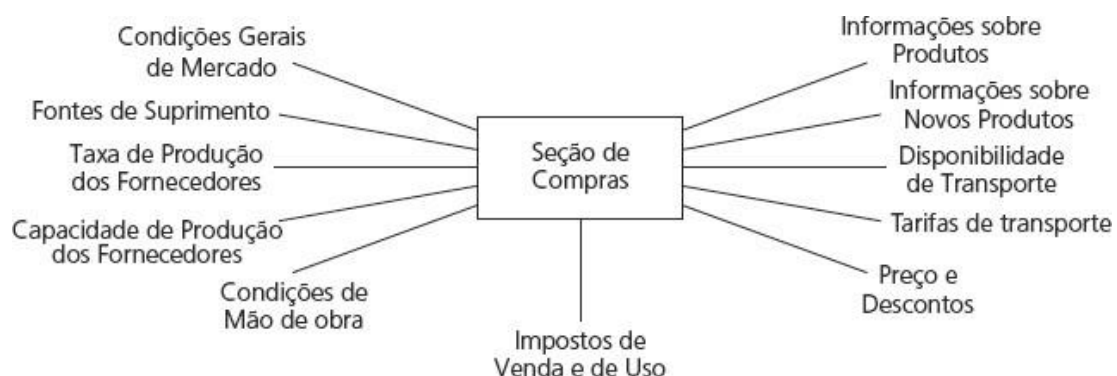
Os objetivos básicos de um Departamento de Suprimentos são:

Obter um fluxo contínuo de suprimentos a fim de atender aos programas de produção; Coordenar esse fluxo de maneira que seja aplicado um mínimo de investimento que afete a operacionalidade da empresa; Comprar materiais e insumos aos menores preços, obedecendo a padrões de quantidade e qualidade definidos; Procurar sempre dentro de uma negociação justa e honesta as melhores condições para a empresa, principalmente em condições de pagamento (DIAS, 2010, p. 272).

Para que o Departamento de Suprimentos cumpra com seus objetivos, ele precisa de informações que ajudem no funcionamento diário, pois sabemos que a função do profissional de Compras não é só comprar, existem muitos desafios a serem cumpridos que influenciam no resultado da empresa, portanto, toda informação seja ela interna ou externa, será captada pelo profissional de Compras, para seguir com sua melhor compra e atender as programações necessárias da organização.

Nas Figuras 2 e 3 (na sequência), podemos ver os tipos de informações internas e externas que influenciam o funcionamento da Seção de Compras (DIAS, 2010, p. 277-278).

Figura 2 – Informações externas para a seção de compras



Fonte: Dias (2010, p. 277)

Conforme as figuras acima (2 e 3), verificamos que as informações externas captadas pelo Departamento de Suprimentos, são imprescindíveis na realização das compras, sem elas o funcionamento do departamento não iria acontecer, pois se efetuássemos as compras com o fornecedor que mais nos identificamos, sem observar o seu local, a cobrança do transporte, as condições do fornecedor no mercado, os impostos, provavelmente a empresa iria a falência.

Figura 3 – Informações internas da seção de compras

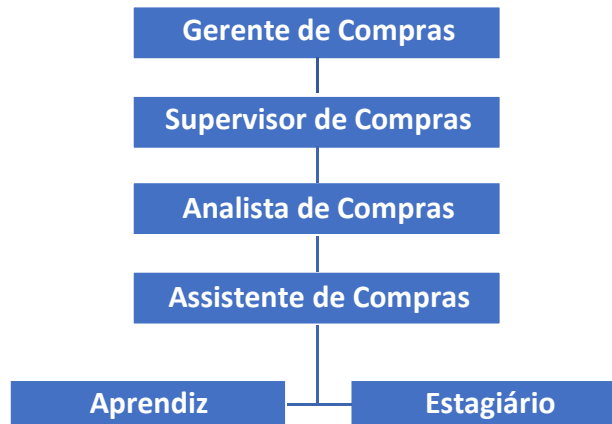


Fonte: Dias (2010, p. 278)

Atualmente, muitos setores atuam junto ao Departamento de Suprimentos para trazer os melhores resultados e benefícios para a organização, apesar de que ao longo dos anos para o funcionamento de uma organização, apenas um único homem já bastava, o proprietário do negócio, ele seria responsável por cuidar das produções, das vendas e do dinheiro da empresa, porém com o passar do tempo essas diretrizes não funcionariam mais, pois para que as organizações cresçam é necessário um grupo de profissionais tecnicamente capacitados em tais funções com atribuições e responsabilidades separadas e coordenadas em hierarquia.

Conforme a Figura 4 a seguir apresentada, existe um organograma para a seção de compras, onde cada cargo possui uma função diferente e que juntos conseguem formar uma equipe de compras dentro da organização.

Figura 4 – Organograma da seção de compras



Fonte: Elaborada pelos autores

Conforme o organograma, as funções por mais que são diferentes, precisam uma das outras para realizar um bom trabalho, a seguir, será detalhado cada função e como ela pode contribuir para o funcionamento do Departamento:

- **Gerente de Compras:** Coordenar a seleção de fornecedores, preços, aprovações de requisições e pedidos, realizar planejamentos mensais, metas, a fim de coletar resultados a serem alcançados dentro de cada mês, realizar negociações de acordo com a política da empresa, manter contato com os fornecedores, elaborar relatórios, criar indicadores de desempenho do departamento, acompanhar as tendências e movimentações de mercado (LINKEDIN; DIAS, 2010);
- **Supervisor de Compras:** Analisar as solicitações de compras, verificar junto com o gerente a seleção de fornecedores, preços, realizar cotações e liderança de equipe, realizar as aprovações de requisições e pedidos, manter contato com os fornecedores, elaborar relatórios de controles, elaborar previsões de compras, controlar prazos de entregas dos fornecedores e sempre analisar os cadastros e condições de fornecedores (LINKEDIN; DIAS, 2010);
- **Analista de Compras:** efetuar e acompanhar as compras de materiais sob a supervisão; analisar as requisições de compras, criar pedidos de compras conforme programações; realizar a cotação de preços, pesquisar fornecedores, realizar os trabalhos junto com a equipe de estoques, a fim de verificar quais são os materiais que precisam de reposição, promover processos de melhoria e redução de custos juntamente com parceiros internos e externos (LINKEDIN; DIAS, 2010);
- **Assistente de Compras:** Auxiliar nas compras junto com o analista, pesquisar cadastro de fornecedores; realizar cotação de preço, analisar informações e auxiliar nas ofertas dos produtos, acompanhar entregas de materiais, manter contato com os fornecedores, realizar pedidos de compras e auxiliar em todas as necessidades do departamento (LINKEDIN; DIAS, 2010);
- **Aprendiz e Estagiário:** Auxiliar todo o departamento com as demandas e contribuir com melhorias de processos.

Toda a equipe do Departamento de Suprimentos realiza diversos trabalhos que trazem para a empresa vantagem competitiva, a grande questão é de que forma eles conseguem realizar isso?

Conforme Costa e Dias (2012), podemos dizer que as prioridades competitivas de uma organização são: qualidade, entrega, flexibilidade, atendimento e preço. O Quadro 1 apresenta essas cinco prioridades, certificando-se que o profissional de compras pode certamente contribuir para a competitividade da empresa.

Quadro 1 – Prioridades Competitivas de uma empresa

PRIORIDADES COMPETITIVAS	VANTAGENS COMPETITIVAS
Qualidade	A qualidade dos materiais ou serviços afeta diretamente na qualidade da empresa e no que ela tem a oferecer para seus clientes, a qualidade é essencial para a vantagem competitiva, ou seja, a qualidade é o primeiro passo para que a empresa tenha um diferencial de seus concorrentes.
Entrega	O prazo da entrega deve ser cumprido sem nenhuma falha, seja o material, o serviço ou o produto final, ele dever ser entregue perfeitamente conforme o combinado, de modo que o cliente esteja sempre satisfeito.
Flexibilidade	Para que a empresa mantenha seus negócios ela precisa operar com alta flexibilidade, ela precisa saber que o mercado vive em constante mudanças e que a empresa necessita estar preparado para essas alterações.
Atendimento	O atendimento é essencial para que a empresa continue 100% no mercado, o bom atendimento deve existir desde a compra dos materiais ou serviços, até a entrega final para o cliente.
Preço	O preço é uma das cinco prioridades mais importantes, pois quando o profissional consegue efetuar uma boa compra, com qualidade, entrega, flexibilidade e atendimento, ele consegue transportar tudo isso para o mercado da melhor forma, com preços altamente competitivos.

Fonte: Adaptado de Dias (2012)

Portanto, ao cumprir as cinco prioridades da competitividade, cada profissional com sua experiência consegue trazer cada vez mais a competitividade, deixando a empresa sempre à frente no mercado com resultados positivos.

E sabemos que a competitividade está além das cinco prioridades, existem outros instrumentos que agregam para vantagem competitiva, como por exemplo o avanço da tecnologia, os novos mercados, e o diferencial em ser conhecedor em aspectos fiscais, no próximo tópico veremos o porquê é importante que os compradores possuem mínimos conhecimentos fiscais.

3.1 Conhecimentos fiscais necessários aos compradores

Além de todos os conhecimentos na área de suprimentos que o profissional de compras necessita agregar as suas funções, verifica-se que o conhecimento em informações fiscais também é

fundamental, pois conforme elucidado, o profissional de compras lida com fornecedores localizados em diversos lugares, com diversos tributos, sendo que cada fornecedor possui regime tributário distintos, cada estado e municípios possuem legislações diversas, e cada produto possui carga tributária específica.

Conforme pesquisa no LinkedIn, algumas empresas possuem como requisito essencial ou preferencial o conhecimento em tributos, notas fiscais e legislações. O Quadro 2 mostra alguns exemplos de empresas que possuem como requisitos de contratação o conhecimento fiscal.

Quadro 2 – Requisitos para o Contração de Compradores

EMPRESA	VAGA	REQUISITO	ATIVIDADE
Âncora Consultoria e Treinamento.	Comprador.	Conhecimento fiscal será um diferencial.	Realizar a conferência das notas fiscais enviando e protocolando junto ao setor fiscal para pagamento.
MRN-Mineração Rio do Norte.	Comprador Máster.	Interpretações de Leis.	Negociações internacionais através da interpretação de leis e regulamentações internacionais de importação/exportação [...].
Grupo Selpe	Analista de Compras	Conhecimento de impostos e de Nota Fiscal.	-
Martins S/A - Rede Smart Supermercados	Comprador de polo	Técnicas de negociação, formação de preços, legislação fiscal e tributário.	-
Resultados Digitais S/A	Analista de Compras Junior	Conhecimento de legislação fiscal relacionado à compras e transporte.	Realizar aquisições, buscar e desenvolver fornecedores que atendam às demandas da empresa como um todo, servindo de suporte e apoio às outras áreas da empresa.

Fonte: Consulta realizada no LinKedin pelos autores

Conforme Quadro, essas empresas que colocam como requisito conhecimentos em legislações, notas fiscais, tributos, etc., são empresas que verificam a necessidade do comprador possuir algum conhecimento voltado a área fiscal para que as suas compras sejam feitas da melhor forma, trazendo os melhores resultados para empresa sem nenhum custo desnecessário, as vezes as empresas que não optam contratar comprador com conhecimento fiscal, é por que talvez ela já tenha um colaborador da área fiscal que auxilia nas compras junto com ao Departamento. E as empresas que ainda não possui um colaborador dentro do Setor de Suprimentos com conhecimentos fiscais, são empresas que ainda

estão em fases de crescimento e não veem essa necessidade, ou pode ser uma empresa que trabalhe com outros métodos de compras e que ainda consegue permanecer solida no mundo organizacional.

3.2 Vantagens proporcionadas pelo conhecimento tributário do comprador

O conhecimento tributário do comprador pode trazer para a empresa várias vantagens, citaremos as mais importantes, na qual se ele souber administrar, poderá trazer para os negócios benefícios em que será um diferencial para a empresa sair a frente no mercado.

Saber como funciona os créditos dos tributos, é essencial para que o comprador consiga diferenciar, uma boa compra de uma má compra. Devido a extensa carga tributária brasileira, é comum que surja dúvidas sobre os tributos e os créditos desses tributos, por isso, apresentaremos alguns exemplos de compras incidindo ICMS, DIFAL (Diferencial de Alíquota), IPI e citaremos alguns benefícios fiscais de compras realizadas por determinadas regiões informações estas, que em posse de um comprador poderá trazer maiores retornos ou menores custos aos produtos, mercadorias e serviços realizados pela empresa.

Em relação ao ICMS, que é um imposto incidente sobre a circulação de mercadorias, sempre que uma mercadoria é vendida o fato gerador ocorre, gerando uma obrigação para quem está efetuando a venda e um direito para quem está efetuando a compra, desde que ela seja uma empresa e não um consumidor final.

Vamos a um exemplo: uma empresa que comprou mercadorias para revenda no valor de R\$500,00, se utilizarmos uma alíquota do ICMS na compra e na venda de 18%, essa empresa terá o crédito de R\$90,00 ($R\$500,00 \times 18\%$) e no momento que é realizada a venda terá um débito de R\$126,00 ($R\$700,00 \times 18\%$). No momento do pagamento do tributo para o Estado, a empresa não recolherá os R\$126,00, pois ela já tinha um crédito de R\$90,00, ou seja, no momento da aquisição da mercadoria foi adquirido um direito de receber do Estado R\$90,00, assim, portanto, o valor a recolher será de R\$36,00 correspondente a diferença entre os R\$ 126,00 devidos pela venda e os R\$ 90,00 adquiridos pela compra.

A alíquota do ICMS varia de acordo com cada estado, e é muito importante que o comprador saiba verificar antes de efetuar as compras. Além das alíquotas, existem os valores que compõem a formação do preço, no qual é fundamental que o comprador consiga analisar para reconhecer quais foram seus custos na compra, como por exemplo, o acordo do preço a ser pago pelo produto, o comprador precisa negociar o preço já com o valor do ICMS embutido, quando o fornecedor informar o preço do seu produto, o comprador experiente em tributação saberá se o produto está mais barato ou não de acordo com o valor do ICMS a ser cobrado, pois os fornecedores podem combinar um valor e depois dizer que negociou o valor do produto sem o imposto, portanto, o produto será mais caro. Diante

disso percebe-se a necessidade do comprador possuir o conhecimento tributário para questionar o fornecedor caso ele sinta-se enganado.

Muitas vezes podemos achar que comprar em estados com a alíquota do ICMS menor é mais vantajoso, porém em alguns casos, dependendo do produto pode custar um pouco mais caro, pois, para que nenhum estado perca a sua competitividade surgiu o DIFAL (Diferencial de Alíquota). O DIFAL funciona da seguinte forma: vamos supor que o comprador que está efetuando a compra de um ativo imobilizado ou um material de uso e consumo seja do estado de São Paulo, a alíquota interna de São Paulo é 18%, e o estado onde é feita a compra, por exemplo, Paraná, a alíquota interestadual é de 12%, existe uma diferença de 6% que deverá ser recolhido para o estado de São Paulo. Veja o cálculo abaixo:

- $DIFAL = \text{Base do ICMS} \times (\text{alíquota ICMS Intra} - \text{alíquota ICMS Inter}) / 100$
- $DIFAL = R\$5.000,00 \times (18\% - 12\%) / 100$
- $DIFAL = R\$5.000,00 \times (6\%/100)$
- $DIFAL = R\$5.000,00 \times 0,06$
- $DIFAL = R\$300,00$

O valor a ser recolhido seria de R\$300,00 conforme alíquota de 6% correspondente ao diferencial de alíquota, portanto além do custo normal do ICMS que ele já tem, a empresa pagará mais R\$ 300, 00 corresponde a alíquota do diferencial.

No Quadro 3 vamos calcular um exemplo de uma compra interna e uma compra com DIFAL:

Quadro 3 – Compra interna e interestadual

	Compra Interna (SP)	Compra fora do Estado (PR)
Valor da Operação	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Base de cálculo do ICMS origem	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Alíquota Origem (PR)		12%
Valor do ICMS Origem		R\$ 120,00
Alíquota Interna (SP)	18%	18%
Base de Cálculo do ICMS destino		R\$ 1.000,00
Valor do ICMS	R\$ 180,00	R\$ 180,00
Valor diferencial de alíquota (18% - 12%)		R\$ 60,00 (R\$180,00 – R\$120,00)
Valor Total	R\$ 1.000,00	R\$ 1.060,00

Fonte: Consulta feita no site da ECONET EDITORA pelos autores

Verifique no exemplo acima que ao realizar a compra de outro estado o custo total do produto será de R\$1060,00 (Valor da Mercadoria + Diferencial de alíquota a pagar), se a compra fosse feita dentro do estado de São Paulo, a empresa iria economizar R\$60,00, portanto, muitas vezes comprar em outro estado porque a alíquota é menor não vale a pena, o comprador precisa ter o domínio desse cálculo para identificar qual operação irá custar menos.

Falando de outro imposto o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é para empresas industriais e equiparadas a indústria. A empresa industrial é a que transforma o produto de alguma forma, por exemplo, uma compra de matéria prima, a empresa compradora irá utilizar a matéria prima para transformá-la em um produto, ou a compra do produto para efetuar alguma modificação, alguma melhora no produto, essas operações incide o imposto IPI. As empresas equiparadas a indústria, são as importadoras, são as empresas que realizam a importação, por mais que elas não fazem a transformação de um produto, elas devem efetuar o pagamento do imposto.

Para saber qual o valor do IPI que deve ser pago, existe a Tabela TIPI (Tabela De Incidência Do Imposto sobre Produtos Industrializados), cada produto existe uma alíquota diferente, quanto mais essencial for o produto a alíquota do IPI será menor, e quanto menos essencial o produto a alíquota do IPI é maior.

O Valor do IPI acrescenta no valor da Nota Fiscal, portanto o produto fica mais caro quando comprado com IPI, abaixo um exemplo de uma compra com IPI e um exemplo de como ficaria o crédito do imposto:

- Valor do Produto = R\$500,00
- Alíquota do IPI = 10%
- Valor do IPI e do crédito do IPI = R\$50,00
- Valor Total da Nota Fiscal = R\$550,00

Além do IPI acrescentar no valor total da Nota Fiscal, o IPI compõe a base de cálculo do ICMS quando se trata de material para uso e consumo e ativo imobilizado, portanto, quando o ICMS for calculado, o valor do IPI deve estar embutido no cálculo.

Existem alguns outros benefícios que o comprador poderia aproveitar para diminuir a carga tributária nas compras, como por exemplo, o Convênio de ICMS 52/91 na primeira cláusula ele diz que existe uma redução na base de cálculo do ICMS nas operações com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, na qual a alíquota do ICMS seria de 5,14% nas operações de saída dos estados das Regiões Sul e Sudeste, Espírito Santo, com destino aos Estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ou ao estado do Espírito Santo, e nas demais operações interestaduais a alíquota seria de 8,80% (BRASIL, 1991).

Diante disso, o comprador deve observar o custo que ele terá na compra, e não pensar somente no crédito do imposto, pois cada vez que a alíquota do imposto for menor, menor será o crédito, porém, existe o cálculo do ICMS próprio, onde o imposto é cobrado junto ao preço do produto, tornando o produto mais caro, e quando comprado a uma alíquota menor, conforme o benefício citado, a compra do produto fica mais barato por conta do valor do ICMS a ser embutido que será menor, conseqüentemente, quando ocorrer uma venda desse produto, o valor da venda terá um preço mais competitivo, devido a sua compra ter tido uma carga tributária menor. Sendo assim, vimos à importância do comprador entender o quão significativo é possuir conhecimentos tributários a fins de identificar qual operação é mais vantajosa para a empresa, não pensando somente no agora, mas sim, no que a empresa irá querer lá na frente, onde as ações tomadas hoje será o ganho de amanhã.

4 CONCLUSÃO

Quando se iniciou o trabalho constatou que os problemas encontrados eram a falta de gestão da informação fiscal nos ambientes de compras, portanto é importante ressaltar que para que o profissional de compras traga para a empresa vantagem competitiva, redução de custos, economia tributária, etc., é essencial que o profissional de compras tenha algum conhecimento fiscal a ser aplicado nas suas funções.

O objetivo geral foi atendido, pois verificou-se que para os profissionais de compras conseguirem trazer redução de custos para a empresa, ele precisa entender como funciona os tributos e por que a compra fica mais cara quando é efetuada em determinadas regiões.

Ao identificar os fluxos das informações fiscais no contexto organizacional, como ele ocorre, como os gestores podem utilizar a informação para tomadas de decisão e como a quantidade de informações fiscais que percorrem nas organizações é muito grande, torna-se importante saber administrar estes fluxos, pois essas informações impactam diretamente no resultado da empresa.

Não menos importante, é compreender a dinâmica da Gestão da Informação fiscal nos ambientes organizacionais. As informações fiscais podem evoluir conforme as mudanças, portanto é necessário que os gestores fiquem atentos as mudanças para que os colaboradores possam trazer sempre a economia para dentro da empresa.

Conhecendo os fluxos e realizando a gestão das informações é possível avaliar e diagnosticar as necessidades do profissional de compras em relação ao uso das informações fiscais em suas rotinas. O profissional de compras nada mais é do que o responsável por utilizar os recursos da empresa, portanto, toda compra efetuada deve ter tido como base o conhecimento fiscal e claro a capacidade de negociação, para trazer a economia para a empresa, tais como demonstramos em vários exemplos o

longo deste trabalho de como o profissional pode utilizar esse conhecimento para o bem da empresa e quais são as vantagens proporcionadas pelo conhecimento do comprador.

Partindo da hipótese que todo comprador para conseguir trazer 100% de resultados positivos para a empresa necessita ter um mínimo de conhecimento fiscal, e foi identificado que algumas empresas concordam com essa hipótese, conforme pesquisa realizada em LinkedIn. Por meio desta pesquisa, verificou-se também que não é necessário que o comprador tenha em mente todo conhecimento em aspecto fiscal, pois informações fiscais são bem complexas e não é o foco principal da função do comprador, porém para que ele contribua com a empresa, ele precisa possuir o básico de conhecimento em tributos, pois identificamos que o departamento de compras não consiste só em comprar, mas sim em como ele vai comprar trazendo qualidade para a empresa, competitividade, redução de custos, etc.

Devido às limitações, sugerimos que para pesquisas futuras, sejam feitas coletas de dados, referente à quantidade de profissionais de compras em determinada região, , que possuem algum conhecimento fiscal e qual é o nível de conhecimento e exigência dentro da empresa onde atua, ou pesquisas que possam complementar esse trabalho, ressaltando que é importante que os profissionais desenvolvam outros tipos de conhecimentos além da sua formação para trazer benefícios para dentro da organização e agregar valor ao negócio.

REFERÊNCIAS

BELLUZO, R. C. B. B; SANTOS, C. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Revista Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60-77, mai./ago. 2014.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de Mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2. ed. Revista e ampliada. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BRASIL. **Convênio ICMS 52/91**. Concede redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas. 26 de setembro de 1991. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/1991/CV052_91>. Acesso em 01 dez. 2019.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, M. A. P. **Administração de Materiais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS, Mario; COSTA, Roberto Figueiredo. **Manual do comprador: conceitos, técnicas e práticas indispensáveis em um departamento de compras**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ECONET. **SP- Diferencial de Alíquotas e Antecipação**. Disponível em: <<http://www.econeteditora.com.br/index.asp?url=initial.php>>. Acesso em nov. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÕES. Disponível em: <<https://ibpt.com.br/noticias/5/ibpt-social>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

JUNIOR, R.C. J. **Confira 5 dias de gestão fiscal de empresas para quem está começando**. 2017. Disponível em: <<https://conube.com.br/blog/dicas-de-gestao-fiscal/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

LIMA, F. B.; DUARTE, A. M. P. **Planejamento tributário**: instrumento empresarial de estratégia competitiva. Revista eletrônica, 2007.

LINKEDIN VAGAS. Disponível em: <https://br.linkedin.com/?trk=guest_job_search_nav-header-logo>. Acesso em: nov. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 218 p.

MONTEZANO, Nuriane Santos. **A importância da gestão da informação para as empresas e para a atuação do secretário executivo**: uma revisão bibliográfica. 2009. Disponível em <<http://www.secretariadoexecutivo.ufv.br/docs/Nuriane.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2019.

NASCIMENTO, Edson Queiroz. **A controladoria fiscal como instrumento para mitigar o risco tributário nas empresas**. 2012. Bento Gonçalves. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/199/199>>. Acesso em: 17 set. 2019.

PADUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórica e prática. 10. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

PROCENGE. **Entenda a importância da gestão fiscal em uma empresa**. 2018. Disponível em: <<https://blog.procenge.com.br/importancia-da-gestao-fiscal-em-uma-empresa/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

RODRIGUES, Charles; BLATTMANN, Ursula. **Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento**. v.19, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n3/a02v19n3.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2019.

ROSSI, Jose. **Fornecedores e sua importância nos dias atuais**: avaliação pela qualidade. 2015. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_035M_1.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

VALETIM, M. L. P. *et al.* Gestão da informação utilizando o método infomapping. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/165>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO SERÁ QUE REALMENTE CONTEMPLA ALGUM FOCO NA PRODUÇÃO ORAL DA LÍNGUA INGLESA?

DOES THE NATIONAL TEXTBOOK PROGRAM REALLY HAVE ANY FOCUS ON ORAL PRODUCTION OF ENGLISH LANGUAGE?

Carla de Fátima Góes e Oliveira¹

RESUMO: O presente estudo visa discutir se há uma adequação entre o que está disposto no Programa Nacional Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação e o livro didático adotado para o 8º. ano do ensino fundamental 2 em escolas da rede estadual de São Paulo. O objetivo é ter um olhar crítico para o livro, procurando verificar como são as atividades voltadas para o ensino da produção oral de língua inglesa, muitas vezes considerada de maior interesse dos alunos. Para fundamentar esta pesquisa de base bibliográfica e documental, tomaremos como referência os trabalhos de Ramos (2003), as considerações do Programa Nacional do Livro Didático, entre outros.

Palavras-chave: Livro didático. Produção Oral. PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

ABSTRACT: The present study aims to verify if there is an adequacy between what is set forth in the National Program of Didactics (PNLD) of the Ministry of Education and the textbook adopted for the 8th. year of elementary school 2 in schools of the state of São Paulo. The aim is to take a critical look at the book, trying to verify how are the activities directed to the teaching of oral production of English language, often considered of greater interest of the students. To base this research on bibliographical and documentary basis, we will take as reference the works of Ramos (2003), the considerations of the National Program of Didactic Book, among others.

Keywords: Textbook. Oral production. PNLD (National Textbook Program).

1 INTRODUÇÃO

As perguntas que ainda incomodam grande parte dos professores de língua inglesa são: será que a habilidade de comunicação oral dos alunos está sendo desenvolvida? E se está, os procedimentos

¹ Bacharelado em Direito pela FMU (Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas), Graduação em Pedagogia e Letras Português/Inglês pela FMU (Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas), Especialização/Pós graduada em Práticas reflexivas ensino-aprendizagem de inglês na escola pública pela PUC _SP (Pontifícia Universidade Católica). E-mail: carlagoes09@hotmail.com

estão de acordo com os documentos oficiais do MEC (PCN¹, OCEM², entre outros)? E o livro didático adotado pela rede estadual contempla os critérios propostos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em relação à oralidade?

Antes de procurar ajudar os colegas professores respondendo a essas questões tão relevantes para o dia a dia do professor de inglês da escola estadual, farei uma breve descrição do que é o PNLD e o que ele assevera sobre a oralidade, e também sobre o livro didático, que é um material presente do dia a dia da escola estadual.

O Livro Didático (LD) adotado para o ensino da língua inglesa na rede pública é avaliado e distribuído para as escolas por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). É um material que tem o objetivo de auxiliar os professores de língua inglesa a trabalhar questões que desenvolvam as habilidades e competências do aprendiz, que vão desde a produção oral, até senso crítico etc., sempre considerando a língua como prática social.

Diante da nova realidade dos alunos com necessidades diferentes e modos diferentes de aprendizagem, os livros didáticos por muitas vezes não têm sido suficientes para atender à realidade e perspectiva dos alunos em questão de produção oral na língua inglesa.

Como o livro didático pode ser um amplo campo de pesquisa, dada a sua importância no contexto da educação em escola estadual, analisaremos apenas as unidades do livro didático que trazem atividades referentes à prática oral, no quesito conteúdo, objetivando traçar um paralelo entre os critérios de avaliação propostos pelo PNLD e o que livro para os alunos do 8º.ano do ensino fundamental 2 traz sobre a produção oral

Assim, o presente trabalho procura responder à pergunta: - O livro didático utilizado no 8º. ano do ensino fundamental 2 – Vontade de aprender Inglês³ contempla os critérios propostos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em relação à produção oral?

Acredito que conseguindo responder a esta pergunta, acabarei por responder também às perguntas que ainda hoje incomodam os professores de língua inglesa quando o assunto é desenvolvimento da habilidade oral.

Neste sentido, será fundamental definir algumas concepções teóricas presentes nos documentos oficiais, especialmente no PNLD e discutir as práticas encontradas no livro didático, objeto do nosso estudo.

¹ Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua estrangeira / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

² Linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Orientações Curriculares para o Ensino Médio; volume 1).

³ Killner, M. e Amancio, R. Vontade de aprender Inglês. 8º. ano. SP: FTD. [PNLD 2014-205-206]

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Livro Didático

Para começar a fundamentar a minha pesquisa gostaria de citar uma celebre frase de Jean Paul Sartre “Quando o homem não tem mais objetivo, o mundo torna-se privado de sentir”. Cito esta frase, pois muitos estudiosos já falaram sobre o tema e mesmo assim, temos o objetivo de procurar responder perguntas semelhantes. Recorrente em sala de aula e motivo de minha inquietação, acredito que é de extrema importância retomar pontos importantes e relevantes sobre o livro didático e conseqüentemente sobre o estudo do Inglês e o desenvolvimento do discente. Logo buscaremos uma relação entre LD, PNLD, oralidade e discente.

Existe uma discussão sobre os objetivos do ensino de língua estrangeiras na educação básica, que acredito vai além de objetivos puramente linguísticos, e bem verdade que os objetivos linguísticos sempre são lembrados com maior frequência, mas isto não significa que seja o principal objetivo do ensino de qualquer língua. Deixando claro que esta minha tentativa de responder esta questão esta baseada no ensino do inglês em escola regular. Até por se tratar de instituições com finalidades diferenciadas, ou seja, os objetivos do ensino de idiomas em escolas regulares são diferentes dos objetivos dos cursos de idiomas.

As considerações de Paiva (2005, p. 9) vão ao encontro da nossa discussão, quando destaca “Dentre várias questões o desconhecimento dos alunos sobre a necessidade do aprendizado de um idioma estrangeiro para a vida deles é, conseqüentemente, o desconhecimento da razão para estudar esta disciplina na escola.”

A escola regular tende a concentrar mais esforços na disciplina/conteúdo que propõe, esquecendo que o aprendizado de qualquer disciplina ou qualquer idioma está ligado a um aprendizado maior, que é a transformação e multiplicação dos valores sociais, culturais políticos e ideológicos.

A língua tem como sua principal função a comunicação e quando se fala em ensino de língua estrangeira, o mais interessa para os alunos, é a comunicação oral, não priorizada pelos livros didáticos, que dão mais importância à leitura e escrita pelo papel que o inglês ocupa no contexto brasileiro.

Embora as provas estaduais, municipais, vestibulares e o ENEM priorize a leitura, a mais ensinada em sala de aula, este foco está na contramão do que o aluno quer. Talvez o aluno entendesse e até houvesse o interesse em aprender também as habilidades de escrita, mais uma vez saliento é dada pouca importância para o desenvolvimento das habilidades necessárias para a comunicação oral.

Discussões sobre o papel do livro didático, sua seleção e avaliação têm sido feitas por vários pesquisadores, entre eles, Almeida Filho (1994), Lajolo (1996), Lima (2008), Ramos (2009), Amorim (2015), Pozzo (2015).

Almeida Filho (1994) acredita que “a seleção de material didático não deve ser intuitiva, sendo preciso que professores tenham o devido preparo através de reflexões e estudos”. Muitas vezes, mesmo preparados, a realidade da sala de aula é complexa. Por exemplo, o mesmo exercício aplicado para uma região de São Paulo (por exemplo, Jardim Miriam, no extremo sul de São Paulo), poderá não ter o mesmo retorno pedagógico que em outra região. Sabemos que muitas vezes o livro didático de línguas é o único instrumento de que dispõem professores e alunos para terem contato com a língua estudada. A escola tem sido o único lugar para o contato com a língua e com o acervo cultural desta língua. Nos dias de hoje, com o advento da internet, muitos discentes têm acesso à informação, mas ainda existe uma grande parte da população sem acesso à internet, é nesse momento que o livro didático se torna o único facilitador para aquisição da educação/cultura.

Para Lajolo (1996), o livro “acaba determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva ‘o que’ se ensina e ‘como’ se ensina”.

Se faz necessário lembrar que o livro didático é um norteador, o professor com sua experiência poderá ajustar ou adequar as atividades para a realidade e necessidade do seu grupo de educandos.

Neste sentido, Ramos (2009) salienta que “qualquer que seja o uso que se faz do livro didático esse envolve necessariamente os processos de seleção e de implementação e/ou adaptação”.

Esses procedimentos que a autora cita, por sua vez, demandam uso sistemático para uma efetiva seleção e avaliação, o que nem sempre é feito pelo professor, pois quando se depara com o problema, ele já existe; o material didático e/ou uso do material que ele deverá usar em sua sala de aula já foi escolhido por pessoas que muitas vezes desconhecem as necessidades específicas da disciplina. Exemplo não raro, há casos como um coordenador pedagógico, com formação principal em química, escolhe o livro didático de inglês.

Segundo Ramos (2009), o “livro didático não é isento de controversas”. Ramos traz as considerações de Celani (2005), quando alerta que “eles (LDs) não são neutros, estão intimamente ligados aos métodos de ensino”.

E ainda que “Os materiais “globais” dificilmente levam em conta necessidades locais e devem ser submetidos a um questionamento crítico do ponto de vista de tensões e desafios à identidade e aos valores da comunidade onde serão usados.”

Por conta disto, “deve haver restrições à sua adoção “cega”, eles devem passar pelo crivo de uma avaliação sistemática e crítica”.

Acredito que a autora quis dizer que esta avaliação deva ser feita primeiro pelo PNL, depois pelo professor da disciplina, gestão e coordenação, que neste momento analisarão a necessidade de levar em conta o local onde o livro será utilizado, levando em consideração os valores da comunidade.

Ramos (2009) acredita que “não devemos propiciar uma avaliação em profundidade apenas do conteúdo, mas vários os outros itens”, por exemplo, o público alvo, a faixa etária, se os temas são adequados, conhecimento prévio da língua inglesa, nível de formação, comunidade dos alunos.

Concordo com a autora, pois dentro da minha prática em escola, me deparei com alunos que vêm da África e que falam inglês, mas não sabem escrever, logo o foco da aprendizagem deveria ser *writing* e não *speaking*. Mesmo assim esses alunos utilizam o mesmo material didático utilizado pelos alunos nascidos no Brasil/ São Paulo e que estão tendo contato com a língua inglesa pela primeira vez e somente no ambiente escolar.

Ramos (2009) diz que, além destes critérios “é preciso observar se os objetivos propostos na unidade e atividade são executáveis e alcançáveis”.

É um ponto importante e que mesmo não participando da tomada de decisão de utilizar este ou aquele livro didático, na hora da utilização, tem que tentar ajustar o LD para sua realidade, sua sala de aula e principalmente ajustar para que seja fácil a compreensão pelos seus discentes.

Dessa forma, fica evidente a necessidade de uma regulamentação para que o livro didático, antes de chegar à escola, seja avaliado, direcionando assim os conteúdos básicos necessários, que devam ser abordados em cada etapa do ensino de cada disciplina. E neste momento que o programa Nacional do Livro Didático (PNLD), seguindo os princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais e as Orientações Curriculares e com normas mais institucionalizadas, visa a subsidiar o trabalho pedagógico dos professores.

Vale a pena ainda refletir sobre como trabalhamos com os recursos didáticos de que dispomos, sabemos que nenhum recurso didático, nem mesmo o livro didático, tem o papel de definir as práticas dos professores em sala de aula. É notório que a educação está na pauta das discussões em diversas instâncias do saber no Brasil, desde uma reportagem na televisiva até uma conversa entre amigos em uma padaria, além dos estudiosos do tema, mas talvez o aluno, a família, os professores teriam mais vivência e embasamento para discutir a eficácia do material de apoio que esta sendo utilizado em sua sala de aula e se o tema tratado ou as atividades propostas no material didático levam o aluno realmente ao desenvolvimento da competência comunicativa e uso da língua estrangeira com autonomia.

2.2 Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Segundo Amorim (2015) PNLD é um programa do governo federal brasileiro que tem por objetivo principal oferecer a alunos e professores de escolas públicas dos ensinos fundamental e médio, de forma universal e gratuita, livros didáticos para complementar e apoiar as “práxis” pedagógicas.

Antes de apresentarmos um breve panorama histórico do Programa, recorremos ao trabalho de Amorim (2015), onde a autora analisa o ensino da estatística em livros aprovados na área da Matemática. Não obstante as colocações da autora de forma superficial serve para todas as outras disciplinas. Ela assevera que o objetivo do PNLD, é auxiliar “os professores da Educação Básica nas diferentes áreas de conhecimento”. Diz Amorim (2015,p. 5):

Para tal, é realizado um processo de avaliação conceitual e pedagógica dos livros didáticos que poderão ser adquiridos pelo governo federal e distribuídos nas redes públicas. Para a participação nesse processo de seleção é realizado, inicialmente, um edital que tem por objeto a convocação de editores para inscrição de obras didáticas destinadas aos diferentes níveis de ensino e áreas de conhecimento. Em seguida as obras passam por um longo processo de avaliação realizado por uma equipe de avaliadores que envolve técnicos do Ministério e equipes da Secretaria de Educação Fundamental – SEF, do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE, de professores de universidades brasileiras e professores em exercício dos diferentes níveis de ensino. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O Guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico. O programa atualmente é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes. Os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo são excluídos do Guia do Livro Didático.

Concordamos com Amorim (2015) ao citar Pitombeira (2008): do mesmo modo que “não há mais erros grosseiros por conta da avaliação rígida da equipe de Matemática”, a qualidade dos livros de Inglês também melhorou pela avaliação rígida da equipe responsável pela área. Os autores destacam “como resultado da avaliação a melhora sensível na qualidade dos livros didáticos às escolas públicas do país”.

Amorim (2015) traz os dizeres de Pozzo (2013) que afirma: “é evidente que com a implementação do sistema de avaliação dos livros didáticos, esses materiais aumentaram seu nível de qualidade no aspecto gráfico-editorial, nas correções conceituais, estão isentos de preconceitos e de propagação de valores equivocados, o que se conclui que nestes aspectos os livros didáticos atingiram um nível mínimo de qualidade” (AMORIM, p. 5-6).

Em relação à afirmação do autor sobre os aspectos gráficos-editoriais acreditamos que eles têm sua importância, entretanto, mais importante do que eles é a existência de lacuna no conteúdo ou desvalorização de conhecimento.

O PNLD atualmente é voltado à educação básica brasileira. Mesmo em um momento tão globalizado, com escolas alfabetizando alunos em português e inglês, ainda não existe a avaliação de materiais para ensino infantil.

E importante salientar que em 2017, especificamente em julho de 2017, houve uma modernização no Programa Nacional do livro Didático que doravante chamaremos apenas de PNLD, obtendo uma ampliação, colocando em seu bojo alguns materiais modernos de apoio á prática educativa, obras pedagógicas, Softwares e alguns jogos educacionais, trouxeram um aspecto mais moderno para os livros. Todavia nada mudou ao meu ver com relação á prática oral da língua inglesa. Acredito que neste sentido o PNLD de 2017 trouxe mais do mesmo, mesmo o seu objetivo ser atender de forma alternada ciclos diferentes e segmentos diferentes (educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e ensino médio), não houve mudança significativa na “práxis” sugestionada pelo PNLD. A falta de formação escolar construtiva, limitando os alunos ao não desenvolvimento igualitário de todas as habilidades que devem ser desenvolvidas no ensino de uma língua estrangeira.

Não podemos nos esquecer que existe uma falta de material de apoio didático pedagógico para professores de língua estrangeira, isto ao meu ver, talvez caracterize que seja necessário um olhar aprofundado para o tema da oralidade, ou as condições para o desenvolvimento dela na sala de aula da rede pública de ensino.

Quanto ao livro objeto de análise em questão – VONTADE DE SABER INGLÊS¹, segundo os sites dos Programas do Livro Didático, a escolha do PNLD 2014, começou dia 06/06/2013 para uso efetivo 2014-2015 e 2016.

Professores, coordenadores pedagógicos e diretores escolheram as obras do ensino fundamental 2 que seriam utilizadas no triênio 2014, 2015 e 2016 entre os dias 2 e 12 de agosto de 2012. Esta escolha deveria ser feita por meio da própria página do FNDE, onde também estaria disponível, a partir do dia 21 de junho, o Guia do livro didático 2014, contendo todas as obras aprovadas.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A presente pesquisa é bibliográfica/documental, por ter sido feito um levantamento de referências teóricas que estudaram o tema – uso e avaliação de livro didático. E documental por ter utilizado documentos oficiais como o Programa Nacional do Livro Didático, o Guia de Livros

¹ Killner, M. e Amancio, R. *Vontade de aprender Inglês*. 8º. ano. SP: FTD. [PNLD 2014-205-206]

Didáticos – PNLD 2014 e o livro didático VONTADE DE APRENDER INGLÊS como objeto de estudo.

3.1 Guia de Livros Didáticos - PNLD 2014

O Guia 2014 reúne as resenhas das cinco coleções aprovadas, duas de Espanhol e três de Inglês, incluindo o livro objeto de nossa análise. Como já referido, o Guia nos informa que:

A avaliação das coleções consistiu num longo e criterioso processo de trabalho avaliativo, realizado por colegas professores da educação básica e do ensino superior, que atuam como docentes de língua estrangeira em escolas públicas e universidades situadas nas várias regiões geográficas do país (p. 7). detalhes sobre as coleções aprovadas, os critérios gerais e específicos norteadores da análise e a reprodução das fichas utilizadas na avaliação.

Os critérios de avaliação que sustentaram a seleção das coleções incluídas neste Guia de Livros Didáticos PNLD 2014 anos finais do ensino fundamental – Língua Estrangeira Moderna (Espanhol e Inglês) pautaram-se, portanto, numa concepção de ensino de língua estrangeira associada ao compromisso de oferecer uma formação escolar construtora da cidadania, afastando-se de orientações teórico-metodológicas que não favoreceram a oralidade.

O Guia traz uma Visão geral do livro didático aprovado, foco da nossa pesquisa.

Transcrevemos abaixo alguns trechos (GUIA,2014,p. 40-41):

A coleção se caracteriza por uma combinação entre texto e imagem que favorece o aprofundamento de uma discussão sobre temas sensíveis à vida social, como por exemplo, o respeito à diversidade.

Os textos selecionados ampliam a temática definida para cada unidade, permitindo focar a diversidade social e cultural como conhecimento fundamental para a preparação de um leitor crítico.

A coleção contempla a inclusão de variedade de esferas sociais e gêneros de discurso, o que permite o contato do aluno com diferentes comunidades, apresentadas por meio da língua estrangeira. As propostas de produção escrita a considera a partir de parâmetros de interação, permitindo o entendimento de que está submetida a processo de reelaboração e se pauta em convenções relacionadas a contextos e gêneros de discurso.

Os volumes das coleções estão organizados em oito unidades divididos nas seguintes estipulações: *Let's get started!*, *Reading moment1*, *The world of words*, *Listening moment*, *Conversation moment*, *Reading moment 2*, *Writing moment*, *Think about it*, *Reflecting on the unit*.

Tal consideração nos remete aos dizeres de Paiva (2005, p. 3) “Concordo que todas essas competências são importantes. No entanto, não podemos desconhecer que sem a competência linguístico-comunicativa o professor fica sem seu principal instrumento de trabalho. “

Quanto aos critérios propostos pelo Guia do PNLD, consideramos que no que se refere à produção oral, a coleção/ livro didático promove atividades que consideram a oralidade como meio de

interação, mas muito pouco. As atividades de conversação são geralmente um exercício que fica no final da unidade intitulado “Momento da conversação”, ou seja, o professor poderá avaliar como pouco relevante.

No que se refere à compreensão oral, a coleção/livro didático apresenta um CD em áudio com qualidade sonora, promove com materiais gravados, produções de linguagem características da oralidade, mas consideramos poucas as atividades de compreensão intensiva (sons, palavras, sentenças), extensiva (compreensão global) e seletiva (compreensão pontual). Assim como é muito pouco o acesso a variedades linguísticas, por meio de diferentes pronúncias e prosódias.

No que se refere à expressão oral, a coleção/ livro didático propõe práticas que possibilitam aos estudantes interagirem significativamente na língua estrangeira e que contém atividades relativas a diferentes situações comunicativas

Entretanto, as oportunidades de se colocar em prática o que é proposto no livro são muito raras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomamos o objetivo do nosso trabalho que foi verificar como o livro VONTADE DE SABER INGLÊS, aprovado pelo PNLD no ano de 2014, 2015 e 2016 para o Ensino Fundamental II, trabalha com a oralidade em suas unidades. Tínhamos algumas perguntas que procuramos responder:

- Qual a importância e qual é a quantidade de exercícios sugeridos nas unidades para este fim? O livro didático do 8º. ano do ensino fundamental 2 contempla os critérios propostos pelo Programa Nacional do livro Didático/ PNLD em relação à produção oral?

Em nossa análise, consideramos que o espaço dado para atividades que visam à produção oral é pequeno e fragmentado. Na coleção analisada predomina leituras, interpretação de textos, análise de estruturas da língua e adequação dos temas aos dias atuais. Acreditamos que para o aluno ter domínio da língua inglesa em sua realização plena, as quatro habilidades linguísticas – ouvir, falar, ler e escrever - devem ser desenvolvidas, ou seja, para que o ensino de língua estrangeira tenha sua função, é preciso dar condições para que os alunos possam construir um discurso como indivíduos falantes-ouvintes também da outra língua. Recorremos mais uma vez às considerações encontradas no *Guia* (PNLD 2014,p.7):

Os PCNEF-LE ressaltam a importância da escola como espaço de acesso ao conhecimento e à valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como dos aspectos socioculturais de outros povos, incluindo aqueles que se expressam em línguas estrangeiras (p. 7).

Nesse sentido, o ensino de língua estrangeira nos anos finais do ensino fundamental da escola pública tem um percurso constituído e uma prática que vem se modificando e tem permitido alcançar importantes avanços no que diz respeito a seu papel

educativo e formador, o que atribui à língua estrangeira uma importância equivalente à das demais disciplinas do currículo escolar oficial.

Concordamos com Menezes (2009), que “parte do pressuposto de que a língua deve ser ensinada em toda a sua complexidade comunicativa, não ficando restrito à leitura e as formas gramaticais”. A autora em uma coleta de corpus realizada com pessoas que aprenderam ou aprendem línguas, notou que os alunos se cansavam das aulas de inglês por que ficavam presos ao ensino gramatical. Ela sinaliza que “o único contato com a parte verbal era leitura ou repetição de frases ou palavras” (Menezes 2009).

Os problemas mencionados acarretam dificuldades para desenvolver a parte oral do inglês, existindo ainda um foco muito grande do professor em trabalhar a gramática, e por muitas vezes, o próprio professor se sente perdido na elaboração de atividades diferenciadas ou voltadas à comunicação.

O professor de língua inglesa tem que lidar com muitas restrições para trabalhar a sua disciplina nas escolas públicas, envolvendo a falta de materiais didático-pedagógicos, sala com 30 ou 40 alunos e quando há livros didáticos, estes não privilegiam o desenvolvimento da habilidade oral. Muitas vezes o professor somente dispõe de quadro e giz para ministrar suas aulas. Esses fatores comprometem bastante o ensino de inglês, ocorrendo um aprendizado fragmentado.

Diante do resultado desta pesquisa acerca da avaliação do livro didático e a prática do desenvolvimento da oralidade, podemos dizer o quanto é complexo o professor conseguir ter o uso real da língua perante as condições do ensino na grande maioria das escolas da rede pública. Os professores podem fazer um trabalho de conscientização com os alunos para que eles busquem também fora das aulas outros meios de adquirir o desempenho verdadeiro da oralidade; considerando o tempo escasso de trabalho do professor com aluno é impossível ter um desenvolvimento amplo de conhecimento da língua inglesa. Somente o uso de livro didático não é suficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **A representação do processo de aprender no livro Didático Nacional de língua estrangeira moderna em primeiro Grau.** Trabalhos em Linguística Aplicada 17, 1994, p.67-97.

AMORIM, N. D. PNLD e o Livro Didático dos Anos Iniciais: Estatística. **Anais. XIX EBRAPEM - Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática.** UFJF, 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ebrapem2015/files/2015/10/gd12_natalia_amorim.pdf> Acesso em: 15 dez. 2017.

CELANI, M. A. A. **English for All Preservando o forró.** In: FIGUEIREDO, C. A. e O. F. JESUS (Orgs.). Aspectos da leitura e do ensino de línguas. Uberlândia: UDUFV, 2005.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS: **PNLD 2014**: apresentação: ensino fundamental: anos finais. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS: PNLD 2014: **Língua estrangeira moderna**: ensino fundamental: anos finais. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.

KILLNER, M.; AMANCIO, R. **Vontade de Saber inglês**. Língua estrangeira moderna 8 ano. São Paulo: FTD, 2012.

LAJOLO, M. **Livro didático**: um (quase) manual de usuário. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996.

LIMA, G. P. Breve trajetória da língua inglesa e do livro didático de inglês no Brasil. **Anais do SEPECH – Seminários de Pesquisa em Ciências Humanas**. Universidade Estadual de Londrina, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/GislainePLima.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2017.

PAIVA, V. L. M. O. **Estratégias individuais de aprendizagem de língua inglesa**. Letras & Letras, vol. 14, n. 1, jan/jul 1998. p. 73-88. 2005.

CARVALHO, J. B. P. **Políticas públicas e o livro didático**. v. 21 n. 29. São Paulo: Bolema, 2008.

POZZO BASSO, L. del. e TERRAZZAN, E. A. **Estudo sobre o processo de escolha de livros didáticos de Ciências recomendados pelo PNLD 2013 em escolas de Educação Básica**. Universidade Federal de Santa Maria. Revista Cadernos de Educação, n 50, 2015.

RAMOS, R. C. G. **O Livro Didático de Língua Inglesa para o Ensino Fundamental e Médio: Papéis, Avaliação e Potencialidades**. In: Dias, R. & Cristovão, V.L.L. (orgs.) O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009 (p. 173-198).

O BRINCAR E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE PLAYING AND ITS IMPORTANCE IN CHILD EDUCATION

Edna Guimarães Vieira¹

RESUMO: O lúdico na educação infantil é um dos instrumentos que colaboram para o aprendizado significativo da criança, promove habilidades fundamentais para seu desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Utilizamos a pesquisa bibliográfica que facilitou a compreensão de como é possível o processo lúdico com objetivo pedagógico no qual a importância do brincar e de descobrir o mundo se faz pela brincadeira, jogos e são momentos prazerosos e de protagonismo infantil.

Palavras-chave: Lúdico. Educação Infantil. Jogo Simbólico. Aprendizagem.

ABSTRACT: The playful in early childhood education is one of the tools that contribute to meaningful learning of the child, promotes fundamental skills for their development in the process of teaching and learning. We use the literature that facilitated the understanding of how the playful process is possible with pedagogical purpose in which the importance of play and discover the world is done by game, and games are pleasant moments and child role.

Keywords: Playfulness. Child education. Symbolic game. Learning.

1 INTRODUÇÃO

Pretendemos com este artigo evidenciar o lúdico como instrumento de aprendizagem e desenvolvimento infantil, a importância do brincar como algo prazeroso e como recurso pedagógico para desenvolver habilidades que contribuem para o protagonismo infantil.

Utilizamos os principais teóricos Piaget, Vygotsky e Wallon, considerando as suas contribuições, para a formação do sujeito no processo cognitivo e a importância do brincar no desenvolvimento, bem como diversos autores e documentos que contribuem para o entendimento do lúdico na Educação Infantil.

Também, o caráter lúdico da escola como espaço, tempo e rotina que contribuem para aprendizagens principalmente na Educação Infantil, no qual o brincar é um dos instrumentos imprescindíveis para o desenvolvimento da criança, imaginação, personalidade, habilidades, autonomia, agilidade, socialização, aspectos cultural e social alicerces para a formação da criança protagonista.

¹ Licenciatura em Ciências pela Universidade Federal de São Carlos (UNIFRAN). Email: edna750@gmail.com

Através do lúdico oferecemos habilidades para a criança de desenvolvimento da sua estruturação motora, cognitiva e social, o papel do professor como mediador deste processo é fundamental, bem como do ambiente, do espaço e do tempo. É importante mencionar que a criança brinca o tempo todo desenvolvendo e operando várias funções motoras e cognitivas que serão fundamentais para toda a sua vida.

O lúdico na educação infantil tem sido um instrumento que contribui para o desenvolvimento cognitivo e aprendizagem, pois é capaz de desenvolver atenção, memória, percepção, sensação e todos os aspectos básicos referentes à aprendizagem.

Ressaltamos que o professor e a escola são os mediadores do brincar pedagógico e isso não quer dizer que não há brincar livre no ambiente escolar, ambos estimulam a interação social entre as crianças e desenvolve habilidades.

O lúdico, ou seja, brincadeiras e jogos devem ser planejados, sistematizados, contribuir para avanços e promover condições para que a criança interaja e aprenda ao brincar no coletivo e individualmente.

2 O BRINCAR E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O lúdico na educação infantil é um dos instrumentos mais importantes no que se refere ao desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, permite a inserção cultural.

A bibliografia sugere que o ser humano sempre brincou, e que estas formas de brincar são transformadas socialmente em tempos e espaços. Percebemos também que a criança não se desenvolverá, se um não tiver o auxílio do outro, por isso destacamos a importância da mediação entre crianças, adultos, família, escola e sociedade todos são responsáveis pela educação.

A educação infantil é o espaço que deve ser agradável, estimulante, educativo, seguro, afetivo, com professores que contribuam para a mediação entendendo o processo intenso, o cotidiano de descobertas e crescimento que influencia diretamente no protagonismo infantil e seu desempenho educacional.

Na educação infantil o professor deve mediar experiências significativas e que favoreçam o processo de desenvolvimento e aprendizagem, o brincar é direito da criança e é através dele que se apropriam de novas experiências dando novos significados, conceitos, valores, experiências entre outros.

Segundo Kiskimoto (2000, p.32) “Para Piaget ao manifestar a conduta lúdica, a criança demonstra o nível de seus estágios cognitivos e constrói conhecimentos”.

Diante do pensamento acima as brincadeiras, jogos, são instrumentos importantes da educação

infantil é o onde a criança começa a desenvolver sua capacidade de imaginação, abstração e aplicar ações relacionadas ao mundo real e fantástico.

Conforme Redin (2000), “o lúdico é a mediação universal para o desenvolvimento e a construção de todas as habilidades humanas. De todos os elementos do brincar, este é o mais importante: o que a criança faz e com quem determina a importância ou não do brincar”.

Na educação infantil a brincadeira pode ser livre, e também dirigida, com normas, regras estabelecidas e finalidade. Os jogos podem desenvolver a capacidade de raciocínio lógico, o desenvolvimento físico, motor, social e cognitivo, expressar suas vontades e desejos.

Ressaltamos que legalmente toda criança tem direito de brincar. O brincar não está diretamente ligado ao brinquedo, e sim, quando a criança demonstra na brincadeira e no tipo de atividade prazer e satisfação.

Entendemos que em cada etapa evolutiva da criança, o brincar vai se modificando, mas é essencial que ela tenha oportunidade de explorar todas as fases do brincar. A importância do brinquedo é a da exploração e do aprendizado.

Conforme o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil), o brincar desenvolve todos os aspectos: cognitivo, afetivo, motor e social da criança.

Portanto, podemos afirmar que o lúdico favorece a criança aprendizado, oportuniza desenvolvimento e múltiplas possibilidades, através das brincadeiras conhece e compreende o mundo que a cerca.

Vygotsky evidencia que a brincadeira através do faz de conta dá a criança a oportunidade de ser aquilo que ainda não é, ou seja, ser o que ela imagina ser, exercita a compreensão de papéis sociais e poder usar, de modo simbólico, objetos e ações que ainda não lhe são permitidos.

Segundo Huizinga (1999), “o jogo, o brincar, deve ter caráter de liberdade para as crianças irem muito além das suas fantasias, deve ser uma atividade voluntária e quando imposta deixa de ser uma brincadeira ou um jogo, ou do faz de conta”.

Ao brincar as crianças aprendem como seus pares pensam e agem, descobrindo assim formas pensamento e ações para a troca de ideias e colaboração com outro, e com o ambiente. Enquanto aprendem brincando também, ensinam algo de sua vivência, resultando na interação do aprender e ensinar, também expressam vontades e desejos construídos ao longo de sua vida, e quanto mais oportunidades a criança tiver de brincar mais fácil será o seu desenvolvimento para o aprender.

O brincar é um instrumento fundamental no processo e nas etapas de desenvolvimento da criança. Na brincadeira, a criança representa o mundo em que está inserida, transformando-o de acordo com as suas fantasias e vontades e com isso solucionando problemas. E também, aprendem sobre o mundo, desenvolvendo suas habilidades, convivendo com outras crianças e adultos.

Ao brincar as crianças aprendem regras de convivência, conceitos matemáticos, noções de espaço e tempo, desenvolvem a linguagem e a autonomia, música, artes, criatividade, outras brincadeiras ensinam as ciências.

Segundo Craidy e Kaercher (2001 p.103) a criança vê o mundo através do brinquedo e que sempre existiram formas, jeitos e instrumentos para brincar:

[...] A criança expressa-se pelo ato lúdico e é através desse ato que a infância carrega consigo as brincadeiras. Elas perpetuam e renovam a cultura infantil, desenvolvendo formas de convivência social, modificando-se e recebendo novos conteúdos, a fim de se renovar a cada geração. É pelo brincar e repetir a brincadeira que a criança saboreia a vitória da aquisição de um novo saber fazer, incorporando-o a cada novo brincar [...].

Ao brincar as crianças podem exercer sua capacidade de criar, condição imprescindível para que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas no ambiente escolar, sejam elas mais voltadas ao lúdico ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta. Sendo assim quando a criança está brincando a criança cria situações imaginárias que lhe permite operar com objetos e situações do mundo dos adultos.

Conforme Bock (2002), o desenvolvimento cognitivo é atrelado por mudanças tanto qualitativas como quantitativas relacionadas aos períodos anteriores, permitindo que se construa e reconstrua a cada estrutura, tornando cada vez mais apto ao equilíbrio, conseqüentemente novas aprendizagens e habilidades surgem.

Piaget conceitua o jogo em três categorias: o jogo de exercício - onde o objetivo é exercitar a função em si -, o jogo simbólico - onde o indivíduo se coloca independente das características do objeto, funcionando em esquema de assimilação, e o jogo de regra, no qual está implícita uma relação interindividual que exige a resignação por parte do sujeito. Piaget cita ainda uma quarta modalidade, que é o jogo de construção, em que a criança cria algo. Esta última situa-se a meio caminho entre o jogo e o trabalho, pelo compromisso com as características do objeto. Tais modalidades não se sucedem simplesmente acompanhando as etapas das estruturas cognitivas, pois, tanto o bebê pode fazer um jogo de exercício, como também uma criança poderá fazer sucessivas perguntas só pelo prazer de perguntar.

Para ele, a origem do jogo está na imitação que surge da preparação reflexa. Imitar consiste em reproduzir um objeto na presença do mesmo. É um processo de assimilação funcional, quando o exercício ocorre pelo simples prazer. A essa modalidade especial de jogo, Piaget denominou de jogo de exercício. Em suas pesquisas ele mostra que a imitação passa por várias etapas até que, com o passar do tempo, a criança é capaz de representar um objeto na ausência do mesmo. Quando isso acontece, significa que há uma evocação simbólica de realidades ausentes. É uma ligação entre a imagem

(significante) e o conceito (significado), capaz de originar o jogo simbólico, também chamado de faz-de-conta. Para Piaget, o símbolo nada mais é do que um meio de agregar o real aos desejos e interesses da criança. Paulatinamente, o jogo simbólico vai cedendo lugar ao jogo de regras, porque a criança passa do exercício simples às combinações sem finalidade e depois com finalidade. Esse exercício vai se tornando coletivo, tendendo a evoluir para o aparecimento de regras que constituem a base do contrato moral. As regras pressupõem relações sociais ou interpessoais. Elas substituem o símbolo, enquadrando o exercício nas relações sociais. As regras são, para Piaget, a prova concreta do desenvolvimento da criança.

A distância entre o nível de desenvolvimento determinado pela capacidade de resolver um problema e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de um problema sob a ajuda de um adulto ou em colaboração com outro colega capaz (VYGOTSKY, 1989, p.89).

As crianças evoluem por intermédio de suas próprias brincadeiras e das brincadeiras feitas por outras crianças e adultos. Nesse processo, ampliam gradualmente sua capacidade de visualizar a riqueza do mundo externamente real, e, no plano simbólico procuram entender o mundo dos adultos.

O jogo e a brincadeira fazem parte da cultura e também pode ser denominado como cultura lúdica, para Kishimoto (2008 p.24) “Dispor de uma cultura lúdica é dispor de um número de referências que permitem interpretar como jogo atividades que poderiam não ser vistas como tal para outras pessoas”.

Podemos afirmar que a cultura lúdica se faz de uma interação social e que ao brincar a dá outros significados a sua vida. Para Kishimoto (2008, p.26) “O desenvolvimento da criança determina as experiências possíveis, mas não produz por si só a cultura lúdica. Esta se origina das interações sociais (...)”.

A cultura lúdica e o jogo simbólico que contribuem para uma situação imaginária que é vivenciada e trazida para a sua realidade. Quando a criança inicia a construção do faz de conta ela passa a utilizar e definir para os objetos outras funções além daquelas que se percebe.

O faz de conta proporcionado pela cultura do brincar e do jogo simbólico contribuem para a brincadeira e a imaginação conseqüentemente o desenvolvimento da criança se expande ao utilizar objetos para outras funções, em meio a sua brincadeira, que não são as suas funções reais.

O faz de conta e uma atividade psicológica de grande complexidade, é uma atividade lúdica que desencadeia o uso da imaginação criadora pela impossibilidade de satisfação imediata de desejos por parte da criança. Essa atividade enriquece a identidade da criança, porque ela experimenta outra forma de ser e de pensar; amplia suas concepções sobre as coisas e as pessoas, porque a faz desempenhar vários papéis sociais ao representar diferentes personagens. Quando brinca, a criança

elabora hipóteses para a resolução de seus problemas e toma atitudes além do comportamento habitual de sua idade, pois busca alternativas para transformar a realidade.

As relações cognitivas e afetivas por meio do lúdica propiciam amadurecimento emocional e vão pouco a pouco construindo o protagonismo infantil. O momento em que a criança está absorvida pelo brincar é um momento mágico e precioso, sua capacidade de observar e manter a atenção concentrada. Brincar junto reforça os laços afetivos. A participação do adulto na brincadeira da criança eleva o nível de interesse, enriquece e contribui para o esclarecimento de dúvidas durante o jogo. Ao mesmo tempo, a criança sente-se prestigiada e desafiada, descobrindo e vivendo experiências que tornam o brincar o recurso mais estimulante e mais rico em aprendizado.

Segundo Brougère (1995) “a brincadeira pode ser vista como forma de interpretação que a criança faz sobre o brincar, ele não condiciona as ações da criança, mas oferece um suporte que poderá ganhar inúmeros significados a partir do imaginário e de acordo como o decorrer da brincadeira”.

No desenvolvimento da criança é importante refletirmos sobre o jogo de regras apesar de não abranger a faixa etária da educação infantil é importante para compreendermos o lúdico que é progressivo.

Segundo Friedman (1996, p. 45) existem estágios definidos:

O primeiro definido como motor e individual, em que fazem parte as crianças de 0 a 2 anos em que as regras não estão presentes, o segundo estágio que compreende as crianças de 2 a 5 anos chamado de estágio egocêntrico em que a criança brinca sozinha e quando brinca juntamente com outras não existe a preocupação para estabelecer nem para obedecer regras; terceiro estágio denominado de cooperação em que estão presentes as crianças de 7 a 10 anos em que há a necessidade de vencer o seu parceiro, assim surge uma necessidade de controle das ações dentro das brincadeiras do que deve e o que não deve ser feito e o quarto estágio que é o de codificação das regras que compreende crianças ente 11 e 12 anos, nesta fase as brincadeiras são todas regulamentadas e as regras são seguidas e levadas a sério.

A criança brinca por meio de uma diversidade imensa desde o faz de conta, jogo simbólico, jogos de regras, sozinha ou com parceiros. Para Kishimoto (1996) a atividade lúdica pode apresentar-se de três formas o jogo, brinquedos e brincadeiras, possuem características distintas, entretanto se assemelham quanto ao desenvolvimento cognitivo e ao prazer.

Ao conceituar o jogo, o brincar e a brincadeira, são várias definições Kishimoto (2007) afirma, jogo significa ação de jogos, brincadeira na qual enfrentam regras para obter um vencedor, o qual recebe o apostado em dinheiro, jogo de louça, roupas, brincar, diversão para as pessoas, coisa usada para criança divertir-se.

Conforme Kishimoto (1994, p. 7) o “brincar será entendido sempre como objeto, suporte de

brincadeira, brincadeira com a discricção de uma conduta estruturada, com regras e jogos infantis para designar tanto o objeto e as regras do jogo da criança (brinquedo e brincadeiras)”.

O jogo por mais que tenha um sistema de regra, apresenta para a criança uma atividade dinâmica no sentido de satisfazer uma necessidade e ela desenvolve sua capacidade de resolver vários problemas, sem tirar seu sentido lúdico.

Mas além de ser uma situação imaginária, o brinquedo é também uma atividade regida por regras. Mesmo no universo do “faz-de-conta”, há regras que devem ser seguidas. No brinquedo, a criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real e também aprende a separar objeto/ significado.

Kishimoto (2008, p.7) afirma que o brinquedo é o suporte da brincadeira, quer seja concreto ou ideológico, concebido ou simplesmente utilizado como tal ou mesmo puramente fortuito. Conforme sua concepção o brinquedo é fundamental para a realização da brincadeira. O brinquedo coloca a criança na presença de reproduções: tudo o que existe no cotidiano, a natureza e as construções humanas.

O brinquedo contribui para formação da criança, pois constitui uma ferramenta pedagógica ao mesmo tempo um instrumento para o desenvolvimento cognitivo e social, além de ser um instrumento da alegria, uma criança que brinca faz porque se diverte dessa diversão ocorre à aprendizagem.

Os RCNEI (1998) apontam que, a brincadeira favorece a autoestima das crianças, contribuindo para se superar progressivamente suas aquisições de forma criativa, brincar contribui para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos.

A Educação Infantil deve proporcionar um ambiente agradável que atenda necessidades das crianças com atividades pedagógicas embasadas no lúdico, conforme o RCNEI:

A intervenção intencional baseada na observação das brincadeiras das crianças, oferecendo-lhes material adequado, assim como um espaço estruturado para brincar permite o enriquecimento das competências imaginativas, criativas e organizacionais infantis. Cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiros com quem brincar ou os jogos e regras e de construção, e assim elaborem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais (BRASIL, 1998, p. 29).

As práticas pedagógicas caracterizam concepções inerentes da Educação Infantil o RCNEI (1998) relata que para que a aprendizagem aconteça com sucesso, é necessário que o educador faça observações, organizando o trabalho educativo:

A interação com crianças da mesma idade e de idades diferentes em situações diversas como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se;

Os conhecimentos prévios de qualquer natureza, que as crianças já possuem sobre o assunto, já que elas aprendem por meio de uma construção interna ao relacionar suas ideias com as novas informações de que dispõem e com as interações que estabelece;
A individualidade e a diversidade;
O grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que devam ser significativas e apresentadas de maneira integrada para as crianças e o mais próximas possíveis das práticas sociais reais;
A resolução de problemas como forma de aprendizagem (BRASIL, 1998, p. 30)

O professor como mediador da interação social das crianças através dos jogos, das brincadeiras e das conversas garantindo aprendizagem para as crianças, sendo capaz de se expressar, e desencadear novas interações. O RCNEI (BRASIL, 1998, p.3) ressalta que:

A ação do professor de educação infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros.

A mediação do professor fará a intervenção durante a brincadeira irá definir o como ela se realizará, o brincar em si e não dirigir as atividades, pois quando a brincadeira é dirigida perde o seu significado, lembrando que a brincadeira deve possuir um fim em si mesma.

É importante definir o papel do professor como um elemento a mais no jogo ou na brincadeira que contribui para a solução de um problema, estimulando as crianças a utilizarem a imaginação e a criatividade.

Segundo Friedman (1996), as brincadeiras podem estimular o físico e motor podem ser: os jogos de perseguir, procurar e pegar. Sobre a linguagem pode ser estimulada pelas brincadeiras de roda e de adivinhar. O aspecto social pode ser estimulado pelas brincadeiras de faz de conta, jogos em grupos, jogos de mesa e as modalidades esportivas. O desenvolvimento cognitivo pode ser estimulado com a construção de brinquedos.

Segundo Smole (1996), o jogo é uma brincadeira e a brincadeira é inerente a qualquer criança. É um excelente instrumento que ela usa para perguntar, explicar, representar e criar. Quando brinca, a criança tem liberdade de ação física e mental e toma decisões, agindo de maneira transformadora sobre assuntos que tenha significados para ela, coloca para fora suas fantasias, desejos, medos e sentimentos, percebendo-se no mundo e compreendendo melhor o ambiente que a rodeia. Penetrar no mundo da criança é tarefa para ajudá-la a desenvolver globalmente o seu próprio conhecimento.

O que sugere Smole (1996) é que ao propor um jogo, o professor deve estar seguro do objetivo a atingir. Deve saber que é possível desenvolver tal atividade naquele determinado estágio do desenvolvimento. Cabe ao professor orientar e estimular a aprendizagem, com entusiasmo e

criatividade, ele cria uma atmosfera dinâmica e criativa. Nada é dado pronto e acabado tudo é descoberto e construído pela criança através de incentivos e orientações.

O professor deve considerar o jogo ou a brincadeira como importante, para que possa mediar junto as crianças criatividade e raciocínio, levando-as a formularem os seus conceitos e hipóteses. Assim, o professor mediador, centra-se na análise das hipóteses levantadas pelos educandos e na exploração das estratégias pessoais que desenvolvem para resolver as situações presentes, podendo dar alguns passos no sentido de valorizar e estimular suas hipóteses e estratégias pessoais que culminam no protagonismo infantil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da bibliografia verificamos o desenvolvimento cognitivo, motor, social e afetivo. E consideramos que ao brincar a criança inventa, descobre, experimenta, adquire habilidades, desenvolve a criatividade, autoconfiança, autonomia, expande o desenvolvimento da linguagem, pensamento e atenção.

Percebemos a contribuição do professor como mediador das aprendizagens, o ambiente de qualidade, bem como as interações sociais que desenvolvem o protagonismo infantil por meio do lúdico.

O lúdico como instrumento da educação infantil constrói bases para a imaginação, para momentos prazerosos em aprendizagens significativas, desenvolvimento intelectual da criança, podemos verificar que quando as atividades lúdicas são de qualidade, enriquecem a construção de sua identidade.

A partir do momento em que os professores utilizam o lúdico como instrumento na sua prática pedagógica, ocorre a mediação formando uma relação de troca de conhecimentos.

Neste artigo ressaltamos o lúdico como um instrumento da Educação Infantil e a brincadeira e o jogo como uma atividade que contribui para o desenvolvimento, imaginação, autonomia, interação social e diversas aprendizagens.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOCK, A. M. B. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia** / Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. – 13. Ed. São Paulo : Saraiva 2002.

BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** (RCNEI), 1998.

BRASIL. **LEI N 9394/96**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Setembro de 1996. Editora do

Brasil. Brasília, 1998.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, Brinquedo, e a Educação**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1995.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança – imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1990.

VELASCO, C. G. **Brincar, o despertar psicomotor**. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

VYGOTSKY, L. S. (2003) **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre, RS: Artmed. (Original publicado em 1926)

MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO COM CRIANÇAS PEQUENAS

MUSIC IN CHILD EDUCATION: REFLECTIONS ON WORKING WITH SMALL CHILDREN

Itamara Cavalcante Pereira Campos¹

RESUMO: Este artigo busca refletir sobre o trabalho com linguagem musical na Educação Infantil. Defende a música como linguagem artística importante no desenvolvimento de habilidades imprescindíveis a criança e portanto, sua presença é necessária nas escolas. O trabalho com música deve focar a autoria das crianças e envolver apreciação musical. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Música. Educação Infantil.

ABSTRACT: This article seeks to reflect on the work with musical language in Early Childhood Education. It defends music as an important artistic language in the development of essential skills for the child and, therefore, its presence is necessary in schools. Working with music should focus on the authorship of children and involve musical appreciation. The methodology adopted was the bibliographical research.

Keywords: Music. Early Childhood Education.

1 INTRODUÇÃO

O cuidado com as crianças pequenas em instituições levou a necessária reflexão sobre a importância de oferecer um planejamento educativo que permita cuidar e educar. Neste contexto, instituições de cuidado foram se configurando como espaços educativos, nos quais o planejamento e a necessidade de um currículo foram se configurando como espaços educativos, nos quais o planejamento e a necessidade de um currículo se fizeram presentes.

Conhecimentos culturais e socialmente constituídos passam a ter espaço nas instituições voltadas às crianças já que estas passam a ser entendidas não mais como instituições assistencialistas e, sim, como escolas.

Dentre esses conhecimentos, as artes se destacam como linguagens de expressão, comunicação e de conteúdo cultural importantes. São diversas as linguagens artísticas. O universo das Artes é rico

¹ Licenciatura em Pedagogia - Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), cursando Especialização em Educação Ambiental – Faculdade Católica Paulista. Email: itamaracavalcante@hotmail.com

em possibilidades de trabalho e em conteúdos. Esse artigo foca a reflexão sobre a música especificamente.

Presente na vida das crianças desde a mais tenra idade, a música constitui uma linguagem ampla, de múltiplas facetas e complexa. Refletir sobre a presença na Educação Infantil e o trabalho com esta se justifica nesta complexidade e no risco de limitar o trabalho com música a repetições estereotipadas.

Esse trabalho apresenta, no primeiro capítulo, uma contextualização da música na Educação Infantil, seguimento da educação que engloba crianças de 0 a 6 anos de idade. Desdobra a reflexão sobre o trabalho com música em dois aspectos importantes: o fazer e a apreciação musical.

No capítulo dois, apresenta a necessária reflexão sobre a importância da formação de professores para um trabalho efetivo com a linguagem musical nas escolas.

Por fim, apresenta considerações finais sobre os aspectos levantados ao longo do trabalho.

2 MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Grécia antiga a música era considerada como fundamental para a formação dos futuros cidadãos, entretanto no Brasil por muito tempo o pensamento com relação à Educação Infantil era fazer “assistencialismo” com os “carentes”, procurando garantir-lhes a higiene básica, alimentação mínima e o cuidado e a guarda enquanto as mães estavam trabalhando.

A educação infantil foi constituída inicialmente com cunho estritamente assistencialista. Educar as crianças era pouco relevante e permaneceu assim por muitos anos, mas felizmente mudanças graduais começaram a acontecer.

Nesse contexto a música, mais especificamente o canto, era utilizado para controlar os corpos (FOCAULT, 1987), para manter a ordem na escola e para integrar as crianças aos modos e costumes da cultura escolar, como formação de hábitos, atitudes e comportamentos: lavar as mãos antes do lanche, escovar os dentes, a realização de comemorações relativas ao calendário de eventos do ano como dia do índio, da árvore, das mães, entre outros, bem como a memorização de conteúdos relativos a números, letras do alfabeto, cores, etc., em forma de canções. Essas canções costumavam e costumam (ainda hoje) ser acompanhadas de gestos corporais, imitados pelas crianças de forma estereotipada. Dessa maneira, há pouca ou nenhuma preocupação aos aspectos musicais na perspectiva pedagógica do ensino de música.

A música está presente em diversas situações da vida humana. Existe música para adormecer, música para dançar, para chorar os mortos, para conclamar o povo a lutar. Ela está presente na vida diária de muitos povos, nas mais diversas manifestações e momentos sociais.

Sendo assim, as crianças entram em contato com a cultura musical desde muito cedo e começam a aprender suas tradições musicais. Independentemente do seu papel dentro da sociedade, a música exerce forte atração sobre os seres humanos, fazendo com que mesmo inconscientemente nos relacionemos com ela.

As crianças quando brincam e/ou interagem com o universo sonoro, acabam descobrindo mesmo que de maneira simples, formas diferentes de se fazer música. Como afirma Joly (2003, p116):

A criança, por meio da brincadeira, relaciona-se com o mundo que descobre a cada dia e é dessa forma que faz música: brincando. Sempre receptiva e curiosa, ela pesquisa materiais sonoros, inventa melodias e ouve com prazer a música de diferentes povos e lugares.

Por meios de brincadeiras exploratórias, como brincar com objetos sonoros que estão ao seu alcance ou ainda experimentar as possibilidades da sua voz e imitar o que ouve, a criança começa a categorizar e dar significados aos sons que antes estavam isolados. (SOUZA & JOLY, 2010)

Essa é uma possibilidade possível de ser realizada em salas de crianças pequenas

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), o contato intuitivo e espontâneo com a expressão musical desde os primeiros anos de vida é muito importante para o processo de musicalização.

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mão, etc., são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem a necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. Aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados. (Brasil, 1998).

Desde os anos iniciais de escolarização nos centros de educação infantil é perfeitamente possível contribuir intencionalmente para a construção do conhecimento dessa linguagem de modo significativo.

Segundo Almeida (2014), um dos objetivos da educação musical é estimular, aguçar a percepção auditiva e aprofundar o conhecimento auditivo do entorno sonoro das crianças. Violeta Gainza (2002), diz que o ouvido é a porta de entrada, o que presencia e controla a música que é absorvida e que por este motivo, deixá-lo sensível, sutil, inteligente, criativo, é a melhor garantia de uma boa educação musical.

A música é linguagem e forma de conhecimento. Está presente em nosso cotidiano de forma intensa, no rádio, na TV, nos *jingles*, etc., e por vários meios e situações nos apropriamos dela.

O professor pode diversificar as atividades propostas para as crianças utilizando fontes sonoras, utilizando objetos do dia a dia, brinquedos, instrumentos musicais, não se esquecendo dos sons da natureza, da voz e dos sons corporais.

A percepção dos parâmetros sonoros - elementos fundamentais ou as propriedades do som: timbre, duração, altura e intensidade – deve ser desenvolvida inicialmente por meio de uma vivência ampla e corporal e, depois prosseguir focalizando cada parâmetro através de trabalhos específicos. (Almeida, 2014)

É importante que o professor planeje atividades com finalidades específicas, como por exemplo: perceber os sons fortes e fracos (intensidade); grave e agudo (altura), entre outros; mas também esteja atento para aproveitar momentos da rotina adequados a desenvolver atividades espontâneas de uma escuta ativa.

Com relação ao papel da escola no trabalho com música, é importante salientar que na sociedade contemporânea ocidental, o canto está desaparecendo do dia a dia das pessoas, encontrando-se somente em poucas oportunidades, em lugares específicos e veiculados pela mídia. Encontra-se pouco o canto como expressão espontânea.

Diante dessa realidade, a escola pode participar do resgate desse bem comum, trabalhando com os alunos essa forma natural de fazer música. Para isso é preciso cantar muito na educação infantil, perpetuando essa prática ao longo da vida escolar, problematizando o uso utilitário e mecânico que a escola fez do canto.

Nas diversas pedagogias musicais, o canto é considerado um dos principais pilares do desenvolvimento da educação musical, por várias razões, como aponta Almeida (2014, p. 107):

A voz é nosso primeiro objeto de exploração sonora, nosso primeiro instrumento musical;
Cantar é um eficaz meio de desenvolvimento da percepção auditiva, da afinação e da musicalidade;
A educação musical através do canto é adaptável a qualquer contexto socioeconômico, já que o material necessário para cantar é o nosso próprio corpo;
Cantar em grupo exige que o aluno se ouça, ouça o outro e o grupo como um todo.
Essa atividade auxilia no desenvolvimento da atenção, da concentração e do espírito de coletividade.

O trabalho vocal pode ser um bom início de trabalho com música na escola, até mesmo para professores sem formação específica na área de música.

A música pode ser trabalhada de maneira integrada, principalmente às linguagens expressivas (movimento, expressão cênica, artes visuais, etc.). O projeto integrado é uma modalidade muito boa para o trabalho musical, sem deixar de lado as especificidades musicais.

O trabalho com música deve considerar, portanto, que ela é um meio de expressão e forma de conhecimento acessível aos bebês e crianças, inclusive as que apresentam necessidades especiais.

Nas instituições de Educação Infantil a organização para o trabalho com música deverá acima de tudo respeitar o nível de percepção e desenvolvimento musical global das crianças em cada fase, bem como com as diferenças socioculturais.

Dentre os conteúdos para o trabalho com música, devem ser priorizados os que estimulam o desenvolvimento da comunicação e expressão. Segundo o RCNEI (BRASIL, 1998) esses conteúdos devem abranger: exploração de fontes sonoras, audição de obras musicais, vivências com sons e silêncio.

Os conteúdos sobre educação musical, segundo o RCNEI devem ser organizados em dois blocos: o “fazer musical” e “apreciação musical”.

2.1 O Fazer Musical

O fazer musical é forma de comunicação e expressão que acontece por meio da improvisação, da composição e da interpretação.

Para desenvolver um trabalho com foco no tocar é importante que as crianças possam explorar as diferentes possibilidades sonoras, através do manuseio e exploração sonora dos instrumentos e/ou objetos, antes que o professor proponha jogos de improvisação (ALMEIDA, 2014).

Para as crianças de 0 a 6 anos, a improvisação se constitui em uma atividade criativa e o desenvolvimento da comunicação.

Crianças de 4 a 6 anos podem compor pequenas canções, porém é fundamental entender que fazer música implica organizar e relacionar expressivamente sons e silêncios de acordo com princípios de ordem é fundamental a ser trabalhada.

A presença do silêncio como elemento complementar ao som é essencial a organização musical e isso deve ser trabalhado com as crianças. O silêncio valoriza o som cria expectativa e deve ser experimentado em diferentes situações e contextos.

Atividades como sonorização de histórias podem ser propostas para criar um ambiente sonoro ou mesmo pequenas canções, como exemplo.

É importante salientar que todas as atividades devem ser trabalhadas em situações expressivas e significativas para as crianças.

Existem muitas outras possibilidades musicais para tocar. O importante é que esses encontros entre crianças e instrumentos/objetos, para fazer música, sejam significativos e a música realmente aconteça.

Os elementos como altura (sons graves e agudos), por exemplo, podem ser trabalhados valendo-se dos sons dos animais, dos objetos e máquinas ou dos instrumentos musicais tornando-se assim uma atividade atrativa.

Outra atividade que envolve o fazer musical é a confecção de instrumentos musicais e vários objetivos, tais como aponta Almeida (2014, p.200):

- Estimular a curiosidade natural das crianças.
- Despertar o interesse pela “pesquisa sonora”.
- Propiciar a descoberta dos princípios da acústica.
- Relacionar os princípios acústicos com os elementos fundamentais do som.
- Auxiliar no entendimento de como funcionam os instrumentos musicais convencionais.
- Incitar a imaginação e a criatividade na construção de instrumentos.
- Fazer música com eles, isto é, finalizar o processo utilizando os instrumentos confeccionados em um contexto musical.

Na atualidade construir instrumentos adquire ainda outros significados para as crianças que não estão mais acostumadas a criarem seus próprios brinquedos.

Segundo Teca Alencar de Brito (2003, p.58), no dia a dia das creches e pré escolas, a linguagem musical deve contemplar atividades como:

- Trabalho vocal;
- Interpretação e criação de canções;
- Brinquedos cantados e rítmicos;
- Jogos que reúnem som, movimento e dança;
- Jogos de improvisação;
- Sonorização de histórias;
- Elaboração e execução de arranjos (vocais e instrumentais);
- Invenções musicais (vocais e instrumentais);
- Construção de instrumentos e objetos sonoros;
- Registro e notação;
- Escuta sonora e musical: escuta atenta, apreciação musical;
- Reflexões sobre a produção e a escuta.

O trabalho na área musical deve reunir grande variedade de fontes sonoras. Podem-se confeccionar objetos sonoros com as crianças, introduzir brinquedos sonoros populares, instrumentos étnicos, materiais aproveitados do cotidiano, etc., o cuidado de adequar materiais que apresentem boa qualidade sonora e não tenham nenhum tipo de risco à segurança das crianças.

2.2 Apreciação Musical

A apreciação musical tem o objetivo de criar o hábito de ouvir música. Há uma diferença semântica entre ouvir e escutar. Para desenvolver uma escuta ativa, o professor deve propiciar

momentos específicos para se ouvir música, nos quais os alunos devem ser estimulados a identificar elementos estruturais da linguagem musical. (Almeida, 2014)

Som é tudo que soa! Tudo o que o ouvido percebe sob a forma de movimentos vibratórios, define Teca Alencar de Brito e continua:

Os sons que nos cercam são expressões da vida, da energia, do universo em movimento e indicam situações, ambientes, paisagens sonoras [...] E o silêncio? Entendemos por silêncio a ausência de som, mas na verdade, a ele correspondem os sons que já não podemos ouvir, ou seja, as vibrações que o nosso ouvido não percebe como uma onda, seja porque tem um movimento muito lento, seja porque são muito rápidas. Tudo vibra, em permanente movimento, mas nem toda vibração se transforma em som para nossos ouvidos! (BRITO, 2003)

Como a música é uma linguagem, as obras musicais fazem parte de um determinado momento histórico e tem relação com o contexto sociocultural de grupos sociais distintos, por isso é importante ter acesso a informações sobre essas composições, seus autores e obras de maneira a enriquecer o universo e o repertório cultural das crianças.

A escolha do repertório para esse processo de pesquisa e conhecimento deve ser cuidadosa, com critérios definidos, como os momentos históricos e qualidade musical que devem ser a referência nesse processo.

A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de interação social.

O professor precisa diversifique as fontes sonoras utilizando objetos do dia a dia, brinquedos, instrumentos musicais, não se esquecendo dos sons da natureza, da voz e dos sons corporais.

Atividades de imitação, identificação, comparação, classificação dos mais variados sons devem fazer parte da rotina, enfocando os parâmetros sonoros (propriedades do som: timbre, duração, intensidade e altura) de acordo com a faixa etária.

A percepção dos parâmetros sonoros deve ser desenvolvida, inicialmente, por meio de uma vivência ampla e corporal e depois, prosseguir focalizando cada parâmetro através de trabalhos específicos.

O timbre, a característica do som por meio do qual identificamos a fonte sonora, pode ser o primeiro elemento a ser focado. Em relação aos outros é adequado iniciar o trabalho pela percepção dos contrastes: forte/fraco (intensidade), grave/agudo (altura), curto/ longo (duração). (ALMEIDA, 2014)

Em relação à postura do professor é importante que ele planeje atividades com essa finalidade, mas também que esteja atento para aproveitar situações fortuitas que acontecem na rotina para

desenvolver atividades espontâneas de uma escuta ativa, ampliando assim tanto o seu repertório sonoro como o das crianças.

Desenvolver a percepção auditiva, sensibilizando e despertando na criança um ouvir ativo é imprescindível para uma boa educação musical. Na atualidade, concentrar-se no ato de ouvir, bem como ouvir de forma ativa, está ficando cada vez mais difícil. A vinculação cada vez maior do som à imagem e os níveis de poluição sonora, principalmente nos grandes centros urbanos, são os principais responsáveis por essa dificuldade de concentração.

Ouvir atentamente não significa, simplesmente, colocar o órgão auditivo em funcionamento, mas sim desenvolver a audição nas suas sutilezas e reflexos.

Os dois eixos básicos do trabalho de percepção auditiva, segundo Almeida (2014) são: a exploração do fenômeno sonoro e o desenvolvimento auditivo.

Vivemos em mundo que atualmente é visual e sinestésico e a audição é quase sempre vinculada à imagem, ou seja, milhões de estímulos chegam aos nossos ouvidos, o cérebro faz o trabalho de filtragem e dirige a audição, focalizando o que é necessário no momento.

Uma das possibilidades do trabalho de percepção auditiva é desenvolver essa audição focalizada.

Murray Schafer, compositor e educador musical canadense desenvolve um trabalho centrado na improvisação e na sensibilização às diferentes paisagens sonoras. Paisagem sonora é um termo criado por Schafer para designar o campo sonoro total, dentro do qual nos encontramos.

Uma das atividades sugeridas por Schafer será descrita a seguir como exemplo que pode ser adaptado às classes de educação infantil:

Um aluno deve encontrar um objeto que produza som e que lhe permita mover-se pela sala. De posse do objeto, começa a movimentar-se pela sala em vários sentidos, enquanto os outros, de olhos fechados, vão indicando com a mão o caminho que está sendo feito, orientando-se apenas pelo som.

Quando o aluno para de tocar a sua fonte sonora, todos abrem os olhos, mas sem abaixar a mão possibilitando-lhes, dessa forma, confirmar a maior ou menor precisão na localização da direção do som.

A próxima etapa da atividade é o acréscimo de um novo som encontrado por um outro aluno. O grupo terá que apontar com a mão direita o som 1 e com a mão esquerda o som 2, seguindo as mesmas regras anteriores. Para aumentar a dificuldade pode-se acrescentar um terceiro som ao exercício, exigindo uma maior concentração na percepção dos primeiros sons” (Schafer *apud* Almeida, 2014, p. 26)

Essa atividade estimula a identificação de timbres e desenvolve a audição focalizada, promovendo uma “limpeza de ouvidos” como Schafer diz, para desenvolver um ouvir cada vez mais ativo.

3 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Uma das questões mais discutidas no meio educacional com relação ao ensino da música, principalmente nas escolas públicas é que envolve a formação de professores.

A final, só professores especialistas em música conseguem desenvolver um bom trabalho sobre música? Os ditos professores polivalentes são capazes de realizar bons trabalhos também?

As licenciaturas, por definição, forma professores para a educação básica e muitos cursos de Pedagogia e Magistério Superior ainda não possuem em sua grade curricular disciplinas que enfoquem o trabalho musical.

Os professores especialistas estão mais presentes em escolas particulares ou escolas especializadas, salvo raras exceções na rede pública em escolas regulares.

O RCNEI preconiza que as propostas de trabalho oferecidas nele, são direcionadas para professores polivalentes, o que faz supor que é possível haver um bom trabalho nas escolas mesmo não havendo professores especialistas.

Os professores devem assumir uma postura de disponibilidade em relação a essa linguagem especificamente, considerando-se o fato que a maioria dos professores de educação infantil não tem uma formação específica em música.

O RCNEI de música sugere que cada profissional faça um contínuo trabalho pessoal consigo mesmo no sentido de:

Sensibilizar-se em relação às questões inerentes à música;
Reconhecer a música como linguagem cujo conhecimento se constrói;
Entender e respeitar como as crianças se expressam musicalmente em cada fase, para, a partir daí, fornecer os meios necessários (vivências, informações, materiais) ao desenvolvimento de sua capacidade expressiva. (BRASIL, 1998, p. 67).

Nota-se que o RCNEI coloca o professor como responsável por sua atualização e preparo para o trabalho específico em música, sem, no entanto atribuir nenhum compromisso às instituições e secretarias, por exemplo, na promoção de formações no intuito de subsidiar o trabalho docente nessa área em que a formação inicial é deficitária.

Swannwick (2003), afirma que certamente há muitos profissionais ensinando música de qualidade em escolas de música e não na rede de ensino, sendo assim é necessário conceber formas de atrair essas pessoas para a escola ou melhorar a formação dos que já atuam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A música está presente em todos os momentos da vida, desde a mais tenra idade. Ao nascer, a criança já se vê imersa em sons.

Nas instituições de ensino, muito se fez e se faz uso da música como disciplinadora e veículo para memorização de saberes. Entretanto, o trabalho com música, para ser efetivo, precisa passar pela apreciação musical e pelo fazer artístico. Estes dois processos permitem às crianças enriquecer repertório, desenvolver a capacidade de ouvir criticamente e discriminar sons, explorar fontes sonoras, vivenciar a autoria na produção de músicas.

Embora a grande maioria dos professores de Educação Infantil não têm formação em música, esta linguagem precisa estar presente no trabalho com as crianças. Para que isto se efetive, a postura do professor frente a música precisa der de abertura, entendendo que só se cria a partir de vivências e da exploração: só haverá apreciação e fazer no que diz respeito a música se as crianças tiverem muitas vivências de qualidade (planejadas) envolvendo fontes sonoras, observação de sons e audição de diferentes tipos de música.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Berenice de. **Música para Crianças: Possibilidades para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SDEF, 1998.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil: Propostas para a formação integral das crianças**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Trad. Lúcia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

SOUZA, Carlos Eduardo de & JOLY, Maria Carolina Leme. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, Ano 4, v. 4 n. 7, p. 96 - 110, jan -jun. 2010

SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente**. Trad. Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

O LÚDICO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE PLAYFUL IN THE CONTEXT OF CHILD EDUCATION

Teresa Marcia Rispoli Marigo Guanaes Fragata¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo, evidenciar a importância do brincar na Educação Infantil, como metodologia utilizamos o enfoque bibliográfico, documental e legislativo e autores que colaboram para compreendermos o brincar e sua importância no processo de desenvolvimento, ensino e a aprendizagem, justificamos nossa escolha pois, consideramos o protagonismo infantil, o ambiente, o papel do professor como mediador bem como, o jogo, brinquedo e brincadeira como instrumento pedagógico.

Palavras-chave: Brincar. Educação Infantil. Professor Mediador.

ABSTRACT: This article aims, highlighting the importance of play in early childhood education, with bibliographical, documentary and legislative approach and authors who collaborate to understand the play and its importance in the development process, teaching and learning, we consider the child role, the environment, the teacher's role as mediator as well, game, toy and play as a pedagogical tool.

Keywords: Play. Child education. Professor Mediator.

1 INTRODUÇÃO

A importância do brincar na Educação Infantil apresenta-se como instrumento que contribui para o desenvolvimento da aprendizagem não só como um momento de diversão, mas como protagonismo, assimilação de conhecimentos e recurso pedagógico, que proporciona à criança possibilidades de refletir, organizar, desorganizar, construir, reconstruir, crescer nos aspectos culturais e sociais do meio no qual está inserida.

Para compreendermos o brincar utilizamos as diferentes concepções sobre o brincar, buscamos definições sobre o brinquedo, brincadeira e jogo com base nos principais teóricos e demais autores que em sua maioria apresentam seus estudos na base teórica de Piaget, Vygotsky, considerando as suas contribuições, sobre a aprendizagem e consequentemente sobre o brincar.

O documento que utilizamos é o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil

¹ Graduação em Licenciatura Plena em Artes Plásticas - Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), cursando Especialização em Tecnologias e Educação a Distância – Faculdade Católica Paulista. Email: temarf@gmail.com

(RCNEI) que menciona a importância do brincar no espaço da escola no qual está permeado por uma rotina para a aprendizagem que o professor tem papel fundamental.

Por meio da pesquisa bibliográfica e documentos, analisaremos o brincar, no espaço da Educação Infantil visando compreender e analisar o desenvolvimento, imaginação, habilidades, autonomia, a expressão emocional entre outros.

O brincar como forma de aprendizado na Educação Infantil, como algo prazeroso, capaz de desenvolver a aprendizagem e diversas habilidades, pois a criança aprende ao brincar e a brincadeira é uma fonte para o exercício do desenvolvimento do pensamento e da aprendizagem, tornando-se essa base para o protagonismo infantil.

A mediação do professor ao disponibilizar tempo e espaços para desenvolver jogos e brincadeiras no ambiente escolar é muito importante para a educação infantil pois, são ações prazerosas que são feitas com a mediação do professor.

2 O LÚDICO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O brincar não está diretamente ligado ao brinquedo, ou objeto ou qualquer material que se pode utilizar no ato de brincar, pois é uma vivência prazerosa. A criança evolui, e cada vez mais seu brincar evolui também. A criança tem o direito de experimentar e explorar todas as possibilidades do brincar.

A importância do brinquedo é a da exploração e do aprendizado concreto do mundo exterior, utilizando e estimulando os órgãos dos sentidos, a função sensorial, a função motora e a emocional. A

brincadeira tem uma enorme função social, desenvolve o lado intelectual e principalmente cria oportunidades para a criança elaborar e vivenciar situações emocionais e conflitos sentidos no dia a dia de toda criança.

Conforme o RCNEI, entendemos a importância do brincar como o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos, ou seja, cognitivo, afetivo, motor e social. O brincar é o mais completo dos processos educativos, pois influencia o intelecto, o emocional e o corpo.

O brincar é algo social na maioria das vezes as brincadeiras desenvolvem habilidades através das trocas como seus pares, familiares, professores. A criança por meio do brincar cria situações imaginárias que lhe permitem vencer obstáculos, assimilar conhecimentos, interagir com objetos, criar e recriar situações que lhe incomodam ou acomodam. É na brincadeira que a criança amplia o conhecimento, pois ela pode fazer de conta que age de maneira adequada ao manipular objetos com os quais o adulto opera e ela ainda não um exemplo disso é o brincar de casinha ao cozinhar utilizando o fogão.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 27):

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos.

Portanto, a brincadeira é de fundamental importância para o desenvolvimento infantil na medida em que a criança pode transformar e produzir novos significados. Nas situações em que a criança é estimulada, é possível observar que rompe com a relação de subordinação ao objeto, atribuindo-lhe um novo significado, o que expressa seu caráter ativo, no curso de seu próprio desenvolvimento.

Podemos dizer que, por meio do brincar, a criança contribui para formação da humana, possibilita a compreensão de características sociais e culturais históricas.

Diante das características sociais o jogo, brinquedo ou brincadeira são parte da cultura que a criança aprende, sendo necessário para a sociedade, pois se torna mais criativa, saudável e contribui para formação cognitiva, afetiva, psicológica e física.

A importância do brincar para a criança, contribui para a imaginação criadora, surge em forma de jogo, instrumento de primeiro pensamento para enfrentar a realidade, que se transforma em jogo simbólico, ampliando a compreensão de mundo. É importante, definir os conceitos: jogo, brinquedo e brincadeira.

Piaget (1978, p. 148) define o jogo desta forma:

Jogo do exercício sensório-motor: é um jogo em que sua finalidade é o próprio prazer do funcionamento, constitui-se em repetição de gestos e movimentos simples como agitar os braços, caminhar, pular, ao descobrir suas funções, há um sentimento de felicidade.

Jogos Simbólicos: Consiste em satisfazer o “eu” por meio de uma transformação do real em função dos desejos, ou seja, tem a função de assimilar a realidade, ela incorpora a seu mundo, objetos, pessoas ou acontecimentos significativos e os reproduz através de suas brincadeiras.

Jogos de faz de conta que possibilita a criança sonhar e fantasiar revela angústias, conflitos e medos aliviando tensões e frustrações são importantes para que se trabalhe diferentes tipos de sentimentos e a forma de lidarmos com eles.

Jogos de Regras: como o próprio nome diz o jogo de regras se caracteriza pela existência de uma série de leis impostas pelo grupo, sendo que quem descumprir será penalizado, é uma forte competição pelos participantes, geralmente jogado em parceria e um conjunto de obrigações o que o faz tornar-se social, são importantes para que a criança entenda que nem sempre levamos vantagens aprendendo assim a lidar com as emoções.

Piaget (1978) percebe o jogo simbólico como a representação de um objeto ausente, a partir da comparação entre um elemento dado (real) e um imaginado (imagem mental). No jogo simbólico ocorre o início da ficção, mostrando claramente o desenvolvimento da inteligência na criança. Nesse

período ela se interessa pelas realidades simbolizadas, o que auxilia nas suas aprendizagens.

Vygotsky (1988) define que no brincar a criança cria e expressa uma situação imaginária, projeta-se nas atividades adultas de sua cultura e ensaia seus futuros papéis e valores. Brincando ocorrem as oportunidades para o desenvolvimento intelectual, conforme Negrine (1995 p. 10).

O surgimento de um mundo ilusório e imaginário na criança é o que, na opinião de Vygotsky, se constitui “jogo”, uma vez que a imaginação como novo processo psicológico não está presente na consciência da criança pequenas e é totalmente alheia aos animais. O autor acredita ainda que o brinquedo também comporta uma regra relacionada com o que está sendo representado. Assim, quando a criança brinca de médico, busca agir de modo muito próximo daquele que ela observou nos médicos do contexto real. A criança cria e se submete às regras do jogo ao representar diferentes papéis, não se importando com o ganhar ou perder, pois o fato de estar brincando já lhe proporciona prazer. Trazendo o papel da imitação, onde a criança faz aquilo que ela viu o outro fazer, mesmo sem ter clareza do significado da ação. Aos poucos deixa de repetir por imitação, passando a realizar a atividade conscientemente, criando novas possibilidades e combinações. Por isso a imitação não pode ser vista como uma simples repetição mecânica dos movimentos e modelos, pois quando a ela age imitando está construindo novas possibilidades e se desenvolvendo tanto psicologicamente como fisicamente.

O jogo simbólico inicia-se quando a criança começa a fantasiar, criar seu universo imaginário, atribuindo seus próprios sentimentos nos brinquedos e histórias dando vida e sentimentos aos objetos e brinquedos.

O jogo simbólico caracteriza-se pela representação da realidade, por uma tendência imitativa e imaginativa. A criança passa a adquirir a capacidade de representar simbolicamente suas ações por meio de sua capacidade de pensar, exprimem seus desejos por meio do real.

Através do jogo simbólico a criança exprime seus desejos, assim como nos sonhos, fantasias por meio dos jogos e brincadeiras, principalmente naquelas de faz de conta, onde seus sentimentos são expostos através do simbólico. Ao brincar compreender a realidade é mais fácil, o brinquedo vai muito mais além de um simples produto, torna-se um processo pelo qual é de fundamental importância no desenvolvimento da infância.

Vygotsky (1984) evidencia papel relevante ao brincar na constituição do pensamento infantil. Para ele é no brincar, e no jogo que a criança evidencia o estado cognitivo, motor e sensorial.

Ao brincar a criança constitui o pensar quando reproduz, internaliza e sistematiza ações. A linguagem para Vygotsky tem importante papel no desenvolvimento cognitivo da criança ao sistematizar suas experimentações.

De acordo com Vygotsky (1984):

A brincadeira cria para as crianças uma “zona de desenvolvimento proximal” que não é outra coisa senão a distância entre o nível atual de desenvolvimento, determinado

pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível atual de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou com a colaboração de um companheiro mais capaz.

É através das atividades lúdicas, que a criança reproduz sua vivência por meio da imaginação e do faz de conta. O dia a dia faz com que sejam reelaboradas experiências passadas e novas.

Piaget (1975) e Vygotsky (1984) ambos enfatizam que o desenvolvimento não é linear e sim evolutivo e é neste percurso que a imaginação se desenvolve. Ao brincar a criança desenvolve a capacidade de conhecimento, formação de conceitos que se dá a aprendizagem.

O brincar é sinônimo de aprender, por meio do jogo e da brincadeira que acontece o ato de pensar, a criança elabora o pensamento, estabelece relações, habilidades e desenvolve-se.

O brincar na educação infantil tem sido um dos instrumentos que auxilia um aprendizado de qualidade, a partir das técnicas que promovem o desenvolvimento das habilidades fundamentais nesse processo.

É uma atividade significativa porque desenvolvem as capacidades de atenção, memória, percepção, sensação e todos os aspectos básicos que estimulam a aprendizagem.

A escola direciona as atividades com o intuito de demonstrar a brincadeira como uma ideia livre com foco no aspecto pedagógico, de modo que estimulem a interação social entre as crianças e que desenvolva habilidades lúdicas necessita de um amplo olhar.

O lúdico necessita que seja planejado e sistematizado para mediar avanços e promover condições para que a criança interaja e aprenda a brincar no coletivo, desenvolvendo habilidades diversas.

Não é o caráter de espontaneidade do jogo que o torna uma atividade importante para o desenvolvimento da criança, mas sim, o exercício no plano da imaginação da capacidade de planejar, imaginar situações diversas, representar papéis e situações do cotidiano, bem como, o caráter social das situações lúdicas, os seus conteúdos e as regras inerentes à cada situação. Também não é todo jogo da criança que possibilita a criação de uma Zona de Desenvolvimento Proximal, do mesmo modo que nem todo o ensino o consegue; porém, no jogo simbólico, normalmente, as condições para que ela se estabeleça estão presentes, haja vista que nesse jogo estão presentes uma situação imaginária e a sujeição a certas regras de conduta. As regras são parte integrantes do jogo simbólico, embora, não tenham o caráter de antecipação e sistematização como nos jogos habitualmente "regrados".

Para Kishimoto (2007, p. 7) o "brinquedo será entendido sempre como objeto, suporte de brincadeira, brincadeira com a descrição de uma conduta estruturada, com regras e jogos infantis para designar tanto o objeto e as regras do jogo da criança (brinquedo e brincadeiras)".

É evidente que o jogo em suas mais variadas versões faz arte de nossa vida como o vivenciamos e interpretamos é o processo no qual assimilamos ou aprendemos por meio dele.

Conforme Kishimoto (2007, p.17) o jogo depende de cada linguagem do contexto social.

Dessa forma enquanto fato social, o jogo assume a imagem, o sentido de que cada sociedade lhe atribui. É este o aspecto que nos mostra porque, dependendo do lugar e da época, os jogos assumem significações distintas. Se o arco e a flecha hoje aparecem como brinquedo, em certas culturas indígenas representavam instrumentos para a arte da caça e da pesca. Em tempos passados, o jogo era visto como inútil, como coisa não séria. Já nos tempos do Romantismo, o jogo aparece como algo sério e destinado a educar a criança.

Para a criança o jogo é uma forma de satisfazer uma necessidade por ele desenvolve sua capacidade de resolver vários problemas através do seu sentido lúdico, e da imaginação.

Refiro-me a jogos de tabuleiros, de cartas, de bola, torneios esportivos etc. O que é comum a todos eles? Não diga: algo deve ser comum a eles, senão não se chamariam “jogos” – mas veja se algo é comum a todos – Pois, se você os contemplar, não verá na verdade algo que seja comum a todos, mas verá semelhanças, parentescos, e até todos uma série deles. Como disse: não pense, mas veja! (WITTGENSTEIN, apud KISHIMOTO, 2008, p. 2-3).

Conforme Kishimoto(2007) para conceituar o jogo é necessário muito mais do que uma simples reflexão, “ao mesmo tempo em que se tem uma classificação precisa para um determinado tipo de jogo, o mesmo pode se encaixar também em outro tipo, ou até em todos eles, o que determina a verdadeira complexidade desta árdua tarefa de conceituar a palavra jogo”.

Para a autora é importante destacar que:

[...] vemos uma rede complicada de semelhanças, que se envolvem e se cruzam mutuamente. Semelhanças de conjuntos e de pormenor. Não posso caracterizar melhor essa semelhança do que com a expressão semelhante de família, pois assim se envolvem e se cruzam as diferentes semelhanças que existem entre os melhores de uma família: estatura, traços fisionômicos, cor dos olhos, o andar, o temperamento, etc. etc. - E digo: os jogos formam uma família (WITTGENSTEIN (1975), apud KISHIMOTO, 2008, p. 2-3).

Torna-se possível então, a seguinte consideração acerca desta tão complexa ligação, assim como os jogos, as brincadeiras e os brinquedos se aproximam e se afastam, conseguindo manter-se com suas características, que acabam formando uma família dentro de suas estruturas.

Para Kishimoto (2008, p.7) o brinquedo é o suporte da brincadeira, quer seja concreto ou ideológico, concebido ou simplesmente utilizado como tal ou mesmo puramente fortuito.

Conforme a autora o brinquedo é parte da brincadeira e é o instrumento para sua realização.

O brinquedo coloca a criança na presença de reproduções: tudo o que existe no cotidiano, a natureza e as construções humanas. Pode-se dizer que os objetos do brinquedo é dar a criança um substituto dos objetos reais, para que possa manipulá-los. (KISHIMOTO, 2007, p.18).

O brinquedo é a estrutura da brincadeira e faz parte do contexto histórico cultural da criança e também, do seu protagonismo.

É possível entender o brinquedo em outra dimensão, como objeto cultural. O brinquedo não pode ser isolado da sociedade que o criou e reveste-se de elementos culturais e tecnológicos do contexto histórico social. Estudos como o de OLIVEIRA (1986) mostram o brinquedo nessa perspectiva (JAULIN, 1979, p.5).

O uso do brinquedo e do jogo pedagógico torna-se possível devido a contribuição para o processo de ensino, aprendizagem e de desenvolvimento de forma prazerosa:

[...] o brinquedo educativo materializa-se no quebra-cabeça, destinado a ensinar formas ou cores, nos brinquedos e tabuleiros que exigem a compreensão dos números e das operações matemáticas, nos brinquedos de encaixe, que trabalham noções de sequência de tamanho e de forma, nos múltiplos brinquedos e brincadeiras, cuja concepção exigiu um olhar para o desenvolvimento infantil e a materialização da função psicopedagógica: móveis destinados à percepção visual, sonora ou motora, carrinhos munidos de pinos que se encaixam para desenvolver a coordenação motora, parlendas para a expressão da linguagem, brincadeiras envolvendo músicas, danças, expressão motora, gráfica e simbólica (KISHIMOTO, 2007, p. 36).

Ao brincar a criança protagoniza seu aprendizado e favorece o lúdico, o imaginário, habilidade e criatividade, essa é a especificidade do brinquedo pedagógico, que contribui para a educação infantil.

Cabe uma reflexão sobre o brinquedo e perceber se ele contribui para o desenvolvimento e construção de conhecimento da criança, é importante que seja de boa qualidade adaptado à idade da criança, agradável, atraente, entre outras características importantes. Para Kishimoto (2007, p. 62) “o brinquedo tem grande importância no desenvolvimento, pois cria novas relações entre situações no pensamento e situações reais”.

Sobre a formação da criança pelo brinquedo as autoras afirmam que:

O brinquedo vem sendo analisado e visto de outra forma, não apenas um brinquedo, mas sem um objeto que contribui para a formação da criança, elas poderão ser mais compreendidas e respeitar enquanto brincam. O jogo é para criança um fim em si mesmo, é para nós um meio de educar, e que toma cada vez mais lugar na educação, as atitudes e sentimento do adulto também é muito importante diante do jogo da criança, pois entra neles material para incorporar sua realidade social (LEBÓVICI e DEATKINI, 1985, p. 35).

O brinquedo contribui para formação da criança, é uma ferramenta pedagógica, se faz necessário compreender os estágios do desenvolvimento da criança, para utilizar os brinquedos adequados, e isso é papel essencial para o professor.

A definição de brincadeira para Kishimoto (2007), segundo ela é ação que a criança desempenha ao concretizar as regras do jogo, ao mergulhar na ação lúdica. Pode-se dizer que é o lúdico

em ação, brinquedo e brincadeira relacionam-se com a criança não será confundido com o jogo.

Conforme o RCNEI (1998) a brincadeira favorece a autoestima das crianças, contribuindo para se superar progressivamente suas aquisições de forma criativa, brincar contribui para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos.

O papel do professor é muito singular e importante no que se refere a mediação do brincar na educação infantil, pois é quem organiza os espaços, tempos, materiais, suportes, para a aprendizagens e desenvolvimento conforme evidência Antunes (2003, p.31):

Essa relação entre os jogos e a aprendizagem significativa destaca que a boa escola não é necessariamente aquela que possui uma quantidade enorme de caríssimos brinquedos eletrônicos ou jogos ditos educativos, mas que disponha de uma equipe de educadores que saibam como utilizar a reflexão que o jogo desperta, saibam fazer de simples objetos naturais uma oportunidade de descoberta e exploração imaginativa.

É importante que o professor seja reflexivo sobre o seu fazer pedagógico, propiciar atividades que contribuam para o desenvolvimento da criança, estimular o que ela precisa aprender e desenvolver.

Ao mediar sobre o jogo e a brincadeira no ambiente escolar permite que a criança utilize diversos materiais, que podem ou não ser planejados com conteúdo direcionado em busca de objetivos específicos para a educação infantil.

Conforme sugere o RCNEI:

A intervenção intencional baseada na observação das brincadeiras das crianças, oferecendo-lhes material adequado, assim como um espaço estruturado para brincar permite o enriquecimento das competências imaginativas, criativas e organizacionais infantis. Cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiros com quem brincar ou os jogos e regras e de construção, e assim elaborem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais (BRASIL, 1998, p. 29).

Conforme os RCNEI para uma aprendizagem de sucesso o professor deve organizar seu fazer pedagógico:

A interação com crianças da mesma idade e de idades diferentes em situações diversas como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se;

Os conhecimentos prévios de qualquer natureza, que as crianças já possuem sobre o assunto, já que elas aprendem por meio de uma construção interna ao relacionar suas ideias com as novas informações de que dispõem e com as interações que estabelece;

A individualidade e a diversidade;

O grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que devam ser significativas e apresentadas de maneira integrada para as crianças e o mais próximas possíveis das práticas sociais reais;

A resolução de problemas como forma de aprendizagem. (BRASIL, 1998, p. 30).

Ao pensarmos sobre o brincar e no processo no qual ele se desenvolve no ambiente da educação infantil percebemos que os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças se dá por meio da interação entre si, com o adulto, com o ambiente. Conforme o RCNEI o professor:

[...] deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias etc. das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. (BRASIL, 1998, p. 30).

O professor é o mediador que colabora com a criança em seu protagonismo lançando desafios em diversas situações, orienta nos jogos, brincadeiras, garante soluções para eventuais problemas nos quais as crianças ainda não sabem lidar, na organização do tempo e espaço, o RCNEI ressalta que:

A ação do professor de educação infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros. (BRASIL, 1998, p. 43).

Diante do que oferece o RCNEI, o papel do professor é o de mediar através do brincar um ambiente acolhedor, que seja agradável, afetivo, que utilize as diversas linguagens, solucione problemas que fazem parte das interações e amplie o conhecimento.

É o adulto, na figura do professor, portanto, que, na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele que organiza sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar. (BRASIL, 1998, p. 28).

O direito de brincar é fundamental, pois garante o direito a infância. É a garantia das etapas de desenvolvimento. É importante perceber que a educação infantil abre portas para que as vivências em grupos significativas no processo de aprendizagens e habilidades e as brincadeiras a são desenvolvidas nos eixos mencionados no RCNEI. A grande maioria das brincadeiras está associada ao desenvolvimento dos movimentos corporais, trabalhando as destrezas, habilidades, lateralidade, atenção, autonomia, concentração entre outros.

Diante disto e de todo o já exposto é fundamental que o professor apresente domínio sobre sua prática pedagógica, sendo reflexivo, observador, com objetivos e metas para as atividades propostas, prepare os materiais necessários e apropriados, com tempo necessário para obter com as crianças resultados favoráveis e acima de tudo se não obtiver resultados esperados que faça a reflexão necessária sobre sua mediação com intervenções pertinentes. Conforme o RCNEI (1998):

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p. 23).

E define o que o professor deve englobar:

[...] o professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano. (BRASIL, 1998, p. 30).

A importância do brincar para as crianças, bem como na construção do processo de imaginação, criatividade, desenvolvimento motor, interação social e demais aprendizagens abre caminhos para a integração de vários aspectos do ser humano, bem como na esfera emocional, corporal, cognitiva, espiritual, e possibilita se perceber enquanto um ser único e relacionar-se melhor consigo mesmo e com o mundo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo verificamos o brincar como algo de extrema importância na vida da criança, consideramos a brincadeira não só como um instrumento de aprendizagem, mas como algo cultural, produtor do protagonismo infantil.

Os autores analisados evidenciaram que o desenvolvimento da criança, acontece a partir das interações sociais, do ambiente, da mediação, pois o aprendizado ocorre nas brincadeiras através da aquisição de habilidades, de construção e desconstrução do conhecimento.

Percebemos a importância de valorizar a prática do brincar para proporcionar o desenvolvimento com prazer, em ambientes e profissionais que entendam e oportunizem o lúdico e a aprendizagem com qualidade com um fazer pedagógico que envolva as atividades lúdicas de qualidade, com liberdade de ação física, mental, utilizando recursos e transparência, no estímulo na cooperação através do brincar, construção de sua identidade e do protagonismo infantil.

A educação infantil é o espaço onde à criança recebe estímulos e desenvolvem seus aspectos, afetivo, motor, cognitivo, entre outros. Nessa perspectiva podemos destacar a importância do ensino infantil, como uma das etapas mais importantes para o desenvolvimento integral da criança conforme prevê a legislação e o brincar é o instrumento para que isso ocorra.

É fundamental a importância do professor como mediador do conhecimento, propiciando espaços e situações de aprendizagem que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais,

sociais e cognitivas da criança, garantindo um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, C. **O jogo e a educação infantil**. Falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir, fascículo 15. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação; n. 83).

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vols. 1 e 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FONTANA, R.; CRUZ, M. N. da. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

KISHIMOTO, T. M. (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 10. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

_____. **O jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KISHIMOTO, T. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

KRAMER, S. **Com a pré-escola na mão**. 14. ed. 2007.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança – imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1975.

SANTOS, S. M. P. dos (org.). **O lúdico na formação do educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. (2003). Porto Alegre, RS: Artmed. (Original publicado em 1926).

Revista EDUCA - Revista Multidisciplinar da Faculdade
Católica Paulista
Av. Cristo Rei, 305 Marília/SP
14 3422 1815 | revista@uca.edu.br

